

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO**

Maj Inf **JOSIAS** MARCOS DE RESENDE SILVA

**Proteção de Civis nas Operações de Paz Robustas
das Nações Unidas: a Contribuição das Unidades de
Operações Especiais.**



Rio de Janeiro

2023

Maj Inf **JOSIAS** MARCOS DE RESENDE SILVA

**A Proteção de Civis nas Operações de Paz Robustas das
Nações Unidas: a Contribuição das Unidades de
Operações Especiais**

Tese apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Professor Doutor GUILHERME MOREIRA DIAS

Rio de Janeiro
2023

S586t

Silva, Josias Marcos de Resende

Proteção de Civis nas Operações de Paz Robustas das Nações Unidas: a Contribuição das Unidades de Operações Especiais. / Josias Marcos de Resende Silva. —2023.

228 f. : il. ; 30 cm

Orientação: Guilherme Moreira Dias.

Tese (Doutorado em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

Bibliografia: f. 190-203

1. Unidades de Operações de Paz das Nações Unidas. 2. Proteção de Civis. 3. Operações de Paz Robustas. 4. Uso da Força I. Título.

CDD 355.4

JOSIAS MARCOS DE RESENDE SILVA

**PROTEÇÃO DE CIVIS NAS OPERAÇÕES DE PAZ ROBUSTAS DAS NAÇÕES UNIDAS: A
CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE OPERAÇÕES ESPECIAIS**

Tese apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior
do Exército, como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor em Ciências Militares.

Aprovada em 06 de abril de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Guilherme

**GUILHERME MOREIRA DIAS – Prof Dr – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME**

Carlos Eduardo de Francisco Ramos

**CARLOS EDUARDO DE FRANCISCIS RAMOS – Cel R1 – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME**

Hugo Bras Martins da Costa

**HUGO BRAS MARTINS DA COSTA – Prof Dr – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME**

Daniel Rio Tinto Pinheiro de Matos

**DANIEL RIO TINTO PINHEIRO DE MATOS – Prof Dr – Membro
Fundação Getúlio Vargas - FGV.**

Daniilo Marcondes de Souza Neto

**DANILO MARCONDES DE SOUZA NETO – Prof Dr – Membro
Escola Superior de Guerra - ESG**

Ciente

Josias Marcos de Resende Silva

**JOSIAS MARCOS DE RESENDE SILVA – Maj – Postulante
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército**

Á minha querida mãe (in memoriam).
Uma sincera homenagem por todo o amor, incentivo e apoio incondicionais, os quais me ajudaram a superar todos os obstáculos e desafios para me tornar a pessoa e o profissional que sou hoje.

AGRADECIMENTOS

À minha amada esposa Carol, pelo amor e orgulho sempre demonstrados, os quais me incentivaram a prosseguir na busca por este grande objetivo. E por ter me apoiado incondicionalmente ao longo desses anos de esforço, dos quais muitas vezes sacrifiquei o tempo livre em finais de semana e feriados para dedicar-me à confecção desta tese e das demais atividades deste doutorado.

À minha querida filha Natalie, pelo amor, alegria e orgulho demonstrados, os quais serviram de grande motivação para o prosseguimento neste doutorado.

Aos meus pais Marcos e Beth (in memoriam), por seus conselhos, apoio incondicional e exemplo, os quais me indicaram o caminho a ser percorrido e me incentivaram a buscar sempre os maiores desafios.

Aos meus irmãos Thiago e Lucas, pela amizade e pela torcida para o meu sucesso neste doutorado.

Aos companheiros, amigos e lideranças militares que colaboraram com suas entrevistas, pela gentileza demonstrada e por acreditarem no potencial deste trabalho.

Aos companheiros, amigos, instrutores e professores do Curso de Comando e Estado-Maior e da pós-graduação da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, pelo incentivo e torcida durante este doutorado.

Por fim, ao meu orientador, o professor Dr Guilherme Moreira Dias, por toda a confiança, apoio e amizade ao longo desses anos de doutorado. Sua orientação sempre pontual e precisa, bem como seu pronto suporte sempre que requisitado foram fundamentais para que esta tese fosse concluída com sucesso.

“Peacekeeping is not a job for soldiers, but only soldiers can do it” (Dag Hammarskjold).

“To be a peacekeeper doesn’t mean you need to be passive. To be a peacekeeper, you need to take action. The way to protect the civilians is to take action. If you see the history of atrocities here, it justifies action” (Gen Santos Cruz).

“If force must be used, UN Special Forces can provide a calibrated, precise, proportional and appropriate capability” (ONU, 2015a).

RESUMO

Nos últimos anos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas passou a dotar algumas das missões de paz mais hostis com unidades de Operações Especiais, autorizando também o uso da força para assegurar a proteção de civis e o cumprimento do mandato. Enquadram-se neste contexto a Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) e a Missão Multidimensional Integrada para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA). Dessa forma, o objetivo deste estudo é analisar a contribuição das unidades de Operações Especiais, particularmente no que se refere à proteção de civis, para as operações de paz robustas das Nações Unidas. Para atingir esse objetivo, o referencial teórico se vale da moldura teórica criada pela Teoria das Novas Guerras e pela Teoria da Dissuasão, as quais permitem a compreensão dessa inovação doutrinária da ONU dentro da conjuntura dos conflitos contemporâneos. Com relação ao referencial epistemológico, a Teoria da Complexidade é utilizada como um parâmetro para a análise dos ambientes operacionais estudados, bem como fornece ferramentas para a construção desta pesquisa e para a validação dos conhecimentos adquiridos. Metodologicamente, este estudo consiste de um estudo de casos múltiplos, mesclando métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos para a obtenção de dados. Como resultado, foi possível concluir que, no contexto das operações de paz robustas das Nações Unidas, as unidades de Operações Especiais podem ser empregadas na condução de seis tarefas de proteção de civis associadas às missões doutrinárias de Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. São elas: neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis; capturar armas e atores que constituam ameaças iminentes contra civis; responder a ameaças ou aos ataques contra civis; estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças; fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU; e fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais. A execução dessas tarefas ocorre ao longo das quatro fases de um mandato de proteção de civis: prevenção, preempção (ou antecipação), resposta e consolidação. Nas fases de preempção e resposta, o emprego das unidades de Operações Especiais cria um efeito dissuasório substancial sobre grupos armados hostis, reduzindo temporariamente a violência física contra civis. Nas fases de prevenção e consolidação, as unidades de Operações Especiais atuam como coadjuvantes no estabelecimento do ambiente seguro, contribuindo diretamente para a capacitação de forças locais no âmbito da reforma do setor de segurança. Portanto, o emprego de unidades de Operações Especiais propicia uma janela de oportunidade para que o ambiente seguro seja estabelecido. Contudo, caso o ambiente seguro não seja estabelecido dentro desse prazo (2-3 anos) pelos atores responsáveis, por meio de ações efetivas nos campos político, econômico, social e desenvolvimento de capacidade local do país anfitrião, a violência física contra civis tende a retornar ao patamar inicial.

Palavras-chave: Unidades de Operações Especiais das Nações Unidas; Proteção de Civis; Operações de Paz Robustas; Uso da Força.

ABSTRACT

In recent years, the United Nations Security Council has started to equip some of the most hostile peacekeeping missions with Special Operations units, authorizing the use of force to ensure protection of civilians and the fulfillment of the mandate. The United Nations Stabilization Mission in the Democratic Republic of Congo (MONUSCO), the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS) and the Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA) fit into this context. Thus, the aim of this study is to analyze the contribution of Special Operations units, particularly focusing on the protection of civilians, to the United Nations robust peacekeeping operations. In order to achieve this objective, the theoretical framework uses the New Wars Theory and the Deterrence Theory to allow the understanding of this UN doctrinal innovation within the scope of contemporary conflicts. Regarding the epistemological framework, the Complexity Theory is used as a parameter for the analysis of the operational environments studied and to provide tools for building this research and validating the acquired knowledge. Methodologically, this study is based on a multiple case study, mixing qualitative and quantitative research methods to obtain data. As a result, it was possible to conclude that, in the context of robust United Nations peace operations, Special Operations units can conduct six protection of civilians' tasks associated with the doctrinal missions of Special Tasks, Special Reconnaissance, and Military Assistance. They are: neutralize actors who pose imminent threat to civilians; capture weapons and actors who pose imminent threat to civilians; respond to threats or attacks on civilians; establish surveillance and monitoring on possible threats to civilians; provide expertise, advice, and training to UN troops; and provide expertise, advice, and training to local forces. Special Operations units carry out these tasks throughout the four phases of a protection of civilian's mandate: prevention, preemption (or anticipation), response, and consolidation. In the preemption and response phases, the deployment of Special Operations units creates a substantial deterrent effect on hostile armed groups, temporarily reducing physical violence against civilians. In the prevention and consolidation phases, Special Operations units act as assistants in establishing a safe environment, directly contributing to the training of local forces within the scope of security sector reform. Therefore, the employment of Special Operations units provides a window of opportunity for establishing a safe environment. However, if the responsible actors are not capable of establishing a safe environment within this period (2-3 years) through effective action in the political, economic, and social fields, as well as through the construction of local capacity in the host country, physical violence against civilians tends to return to its initial level.

Keywords: United Nations Special Operations Units; Protection of Civilians; Robust Peacekeeping Operations; Use of Force.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas de um Estudo de Casos Múltiplos.....	49
Figura 2 - Relação entre as Missões de Operações Especiais e o Uso da Força.	51
Figura 3 - Metodologia Empregada no Estudo de Caso MONUSCO.....	58
Figura 4 - Metodologia Empregada no Estudo de Caso UNMISS.....	58
Figura 5 - Metodologia Empregada no Estudo de Caso MINUSCA.....	59
Figura 6 - Comparação dos Resultados Parciais do Estudo de Casos Múltiplos..	59
Figura 7 - Trindade Paradoxal de Clausewitz.....	65
Figura 8 - Correspondência entre Missões de Operações Especiais e Tarefas de POC.....	87
Figura 9 - Modelo de Força-Tarefa de Forças Especiais das Nações Unidas.....	88
Figura 10 - Modelo de Companhia de Forças Especiais das Nações Unidas.....	89
Figura 11 - Conjuntura para o Desdobramento de Unidades de Operações Especiais.....	164

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Definição Operacional da Variável Independente.....	52
Quadro 2 - Definição Operacional da Variável Dependente.....	53
Tabela 1 - Emprego da Força-Tarefa de Forças Especiais no Congo Oriental.....	100
Tabela 2 - Emprego da <i>High Readiness Company</i> no Sudão do Sul.....	122
Tabela 3 - Emprego da Força Nacional Destacada na República Centro-Africana..	147
Tabela 4 - Emprego das Unidades de Operações Especiais da ONU.....	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mortes em Decorrência de Conflito no Congo Oriental.....	102
Gráfico 2 - Violência Sexual contra Civis no Congo Oriental.....	103
Gráfico 3 - Mortes por Ação de Forças Estatais no Congo Oriental.....	103
Gráfico 4 - Mortes em Decorrência de Conflito x Violência Sexual (Congo Oriental).....	104
Gráfico 5 - Mortes em Decorrência de Conflito x Mortes por Ação de Forças Estatais (Congo Oriental).....	105
Gráfico 6 - Violência Sexual x Mortes por Ação de Forças Estatais (Congo Oriental).....	106
Gráfico 7 - Total de Confrontos Armados no Congo Oriental.....	108
Gráfico 8 - Número de Deslocados Internos no Congo Oriental.....	108
Gráfico 9 - Total de Confrontos Armados x Número de Deslocados Internos (Congo Oriental).....	109
Gráfico 10 - Mortes em Decorrência de Conflito na Equatória Central.....	124
Gráfico 11 - Violência Sexual contra Civis na Equatória Central.....	125
Gráfico 12 - Mortes por Ação de Forças Estatais na Equatória Central.....	125
Gráfico 13 - Mortes em Decorrência de Conflito x Violência Sexual (Equatória Central).....	126
Gráfico 14 - Mortes em Decorrência de Conflito x Mortes por Ação de Forças Estatais (Equatória Central).....	127
Gráfico 15 – Violência Sexual x Mortes por Ação de Forças Estatais (Equatória Central).....	127
Gráfico 16 - Total de Confrontos Armados na Equatória Central.....	130
Gráfico 17 - Número de Deslocados Internos na Equatória Central.....	130
Gráfico 18 - Total de Confrontos Armados x Número de Deslocados Internos (Equatória Central).....	131
Gráfico 19 - Mortes em Decorrência de Conflito na República Centro-Africana.....	149
Gráfico 20 - Violência Sexual contra Civis na República Centro-Africana	149
Gráfico 21 - Mortes por Ação de Forças Estatais na República Centro-Africana ...	150
Gráfico 22 - Mortes em Decorrência de Conflito x Violência Sexual (República Centro-Africana).....	151
Gráfico 23 - Mortes em Decorrência de Conflito x Mortes por Ação de Forças Estatais (República Centro-Africana).....	152
Gráfico 24 – Violência Sexual x Mortes por Ação de Forças Estatais (República Centro-Africana).....	152
Gráfico 25 - Total de Confrontos Armados na República Centro-Africana	155

Gráfico 26 - Número de Deslocados Internos na República Centro-Africana	155
Gráfico 27 - Total de Confrontos Armados x Número de Deslocados Internos (República Centro-Africana).....	156
Gráfico 28 - Comparação das Mortes em Decorrência de Conflito.....	167
Gráfico 29 - Comparação da Violência Sexual contra Civis.....	168
Gráfico 30 - Comparação das Mortes por Ação de Forças Estatais.....	169
Gráfico 31 - Comparação do Total de Confrontos Armados.....	170
Gráfico 32 - Comparação do Número de Deslocados Internos.....	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACLED	<i>Army Conflict Location and Event Data Project</i>
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ADF	<i>Forces Démocratiques Alliées</i>
AEC	Célula de Embargo de Armamentos
AED	Ação Estratégica de Defesa
APPR	Acordo Político para Paz e Reconciliação
ARCSS	Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul
AU RTF LRA	Força-Tarefa Regional da União Africana contra o Exército de Resistência do Senhor
C ²	Comando e Controle
CEEAC	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
COpEsp	Comando de Operações Especiais
COTER	Comando de Operações Terrestres
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DDR	Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
DPO	Departamento de Operações de Paz
EB	Exército Brasileiro
ED	Estratégia de Defesa
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
EUTM	Missão de Treinamento da União Europeia
FACA	<i>Forces Armées Centrafricaine</i>
FARDC	<i>Forces Armées de la République Démocratique du Congo</i>
FHQ	Quartel-General da Força
FIB	Brigada de Intervenção
FND	Força Nacional Destacada

FOpEsp	Força de Operações Especiais
HIPPO	<i>High-Level Independent Panel on Peace Operations</i>
HRC	<i>High Readiness Company</i>
ICISS	Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal
JOC	Centro de Operações Conjunto
JWMTT	Equipe Móvel de Treinamento em Guerra na Selva
LRA	<i>Lord's Resistance Army</i>
M23	<i>Mouvement du 23 Mars</i>
MICOPAX	Missão de Consolidação da Paz na República Centro-Africana
MINUSCA	Missão Multidimensional Integrada para a Estabilização na República Centro-Africana
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MISCA	Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana Liderada por Países Africanos
MONUC	Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MONUSCO	Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo
NCW	<i>Network-Centric Warfare</i>
OCHA	<i>United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs</i>
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OND	Objetivo Nacional de Defesa
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUC	Operação das Nações Unidas no Congo
OPCON	Controle Operacional
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
POC	Proteção de Civis
PFRC	<i>Popular Front for the Rebirth of Central African Republic</i>

PND	Política Nacional de Defesa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QRF	<i>Quick Reaction Force</i>
R2P	Responsabilidade de Proteger
RCA	República Centro-Africana
RDC	República Democrática do Congo
RDC-Goma	<i>Rally for Congolese Democracy-Goma</i>
RPF	Força de Proteção Regional
SARP	Sistemas de Aeronaves Remotamente Tripuladas
SFTF	Força-Tarefa de Forças Especiais
SPLA	<i>Sudan's People Liberation Army</i>
SPLA-IO	<i>Sudan's People Liberation Army-in opposition</i>
SPLM	<i>Sudan's People Liberation Movement</i>
SPLM-IO	<i>Sudan's People Liberation Movement-in opposition</i>
SRSG	Representante Especial do Secretário-Geral
SSPDF	<i>South Sudan's People Defence Forces</i>
SSR	Reforma do Setor de Segurança
TACON	Controle Tático
TGoNU	Governo Transitório da Unidade Nacional
TTP	Táticas, Técnicas e Procedimentos
UCDP	<i>Uppsala Conflict Data Program</i>
UNAMIR	Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda
UNAMSIL	Missão das Nações Unidas em Serra Leoa
UNEF	Força de Emergência das Nações Unidas
UNMISS	Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
UNPCRS	Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas

UNPROFOR Força de Proteção das Nações Unidas
UPC *Union for Peace in the Central African Republic*
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
1.1	PREÂMBULO.....	20
1.2	PREMISSAS.....	25
1.3	PROBLEMA DE PESQUISA.....	26
1.4	HIPÓTESE TEÓRICA.....	27
1.5	OBJETIVO GERAL.....	27
1.6	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	27
1.7	JUSTIFICATIVA.....	28
1.8	ESTRUTURA DA PESQUISA.....	30
2	REFERENCIAL EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO	33
2.1	REFERENCIAL EPISTEMOLÓGICO.....	33
2.1.1	A Teoria da Complexidade	34
2.1.2	A Teoria da Complexidade Aplicada às Ciências Militares	40
2.1.3	A Teoria da Complexidade Aplicada à Resolução de Conflitos	44
2.1.4	O Impacto da Teoria da Complexidade na Condução da Pesquisa	46
2.2	REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	47
2.2.1	Desenho da Pesquisa	47
2.2.2	Visão Operacional da Hipótese	50
2.2.3	Procedimentos para a Coleta de Dados	53
2.2.4	Tratamento dos Dados	55
2.2.5	Limitações do Método	60
3	REFERENCIAL TEÓRICO	63
3.1	OS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS DO SÉCULO XXI.....	63
3.2	PROTEÇÃO DE CIVIS NAS NAÇÕES UNIDAS.....	70
3.3	O USO DA FORÇA NAS OPERAÇÕES DE PAZ.....	75

3.4	A DOCTRINA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DAS NAÇÕES UNIDAS....	82
4	MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO.....	92
4.1	ANTECEDENTES.....	93
4.2	EMPREGO DA FORÇA-TAREFA DE FORÇAS ESPECIAIS.....	96
4.2.1	Tarefas Especiais.....	96
4.2.2	Reconhecimento Especial.....	98
4.2.3	Assistência Militar.....	99
4.2.4	Análise do Emprego da Força-Tarefa de Forças Especiais.....	99
4.3	IMPACTO DA FORÇA-TAREFA DE FORÇAS ESPECIAIS NA PROTEÇÃO DE CIVIS.....	101
4.3.1	Indicadores da Violência Física contra Civis.....	101
4.3.2	Análise da Violência Física contra Civis.....	104
4.3.3	Indicadores do Estabelecimento do Ambiente Seguro.....	107
4.3.4	Análise do Estabelecimento do Ambiente Seguro.....	109
4.4	CONCLUSÃO PARCIAL DO CASO MONUSCO.....	111
5	MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO SUDÃO DO SUL.....	114
5.1	ANTECEDENTES.....	115
5.2	EMPREGO DA <i>HIGH READINESS COMPANY</i>	119
5.2.1	Tarefas Especiais.....	119
5.2.2	Reconhecimento Especial.....	120
5.2.3	Assistência Militar.....	121
5.2.4	Análise do Emprego da <i>High Readiness Company</i>.....	122
5.3	IMPACTO DA <i>HIGH READINESS COMPANY</i> NA PROTEÇÃO DE CIVIS.....	123
5.3.1	Indicadores da Violência Física contra Civis.....	124
5.3.2	Análise da Violência Física contra Civis.....	126
5.3.3	Indicadores do Estabelecimento do Ambiente Seguro.....	129

5.3.4	Análise do Estabelecimento do Ambiente Seguro	131
5.4	CONCLUSÃO PARCIAL DO CASO UNMISS.....	133
6	MISSÃO MULTIDIMENSIONAL INTEGRADA PARA A ESTABILIZAÇÃO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA	136
6.1	ANTECEDENTES.....	137
6.2	EMPREGO DA FORÇA NACIONAL DESTACADA.....	142
6.2.1	Tarefas Especiais	143
6.2.2	Reconhecimento Especial	145
6.2.3	Assistência Militar	146
6.2.4	Análise do Emprego da Força Nacional Destacada	147
6.3	IMPACTO DA FORÇA NACIONAL DESTACADA NA PROTEÇÃO DE CIVIS.....	148
6.3.1	Indicadores da Violência Física contra Civis	148
6.3.2	Análise da Violência Física contra Civis	150
6.3.3	Indicadores do Estabelecimento do Ambiente Seguro	155
6.3.4	Análise do Estabelecimento do Ambiente Seguro	156
6.4	CONCLUSÃO PARCIAL DO CASO MINUSCA.....	158
7	COMPARAÇÃO E DISCUSSÕES	161
7.1	COMPARAÇÕES.....	161
7.1.1	Conjuntura para o Desdobramento de Unidades de Operações Especiais	161
7.1.2	Emprego das Unidades de Operações Especiais	164
7.1.3	Impacto das Unidades de Operações Especiais na Violência Física contra Civis	166
7.1.4	Impacto das Unidades de Operações Especiais no Estabelecimento do Ambiente Seguro	170
7.1.5	Teoria de Operações Especiais da ONU	172
7.2	DISCUSSÕES.....	175

7.2.1	Análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a Perspectiva da Teoria das Novas Guerras.....	175
7.2.2	Análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a Perspectiva da Teoria da Dissuasão.....	178
7.2.3	Análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a Perspectiva da Teoria da Complexidade.....	179
7.2.4	Análise da Viabilidade do Emprego de Unidades de Operações Especiais em Missões de Paz Robustas da ONU.....	181
8	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	183
8.1	CONCLUSÕES.....	183
8.2	RECOMENDAÇÕES.....	188
	REFERÊNCIAS.....	190
	ANEXO A – INTRODUÇÃO À ENTREVISTA.....	204
	ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O CASO MONUSCO.....	206
	ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O CASO UNMISS.....	213
	ANEXO D - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O CASO MINUSCA.....	220
	ANEXO E – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	227

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Este capítulo visa ambientar o contexto da tese intitulada “Proteção de Civis nas Operações de Paz Robustas das Nações Unidas: a Contribuição das Unidades de Operações Especiais”, descrevendo a sua forma e estruturação. Para isso, a introdução é composta pelas seguintes seções: 1.1 Preâmbulo, onde se apresenta, de forma sintética, o contexto no qual este estudo está situado; 1.2 Premissas, onde são enunciadas as bases para a problematização; 1.3 Problema de pesquisa, onde se visualiza a lacuna de conhecimento a ser preenchida; 1.4 Hipótese Teórica, a qual representa a proposição teórica a ser aperfeiçoada ao longo da pesquisa; 1.5 Objetivo Geral, onde se define o esforço investigativo precípua; 1.6 Objetivos Específicos, onde são descritos os esforços parciais necessários à análise; 1.7 Justificativa, onde são ressaltadas as motivações e relevância do esforço da pesquisa e, por fim; 1.8 Estrutura, contendo uma descrição acerca da estruturação deste trabalho.

1.1 PREÂMBULO

Em um mundo globalizado, os conflitos contemporâneos são normalmente travados em Estados frágeis e contam com a presença de inúmeros atores não-estatais em ambientes altamente complexos. Nesse cenário, as tensões se afloram e geralmente resultam em violência contra civis (SHEEHAN, 2014, p. 224), ocasionando muitas vezes um caos humanitário com a ocorrência de genocídio e limpeza étnica, além de imensos movimentos populacionais de refugiados e deslocados internos. Essa nova conjuntura apresenta um desafio para a Organização das Nações Unidas (ONU), que vem recorrendo cada vez mais ao uso da força em suas missões de paz.

Destaca-se nesse novo cenário complexo e difuso o continente africano, palco de inúmeros conflitos resultantes de décadas de violentas disputas internas. Somente entre os anos de 1956, no qual iniciou-se o processo de descolonização, e o ano de 2001, a África foi palco de 80 golpes de Estado bem-sucedidos, 108 tentativas de golpes e 139 conspirações para tomada de poder (ZAMBAKARI, 2012, p. 519). Isso ocorreu em uma conjuntura de violência política associada às divisões étnicas existentes. Nesse contexto, torna-se perceptível que o legado institucional deixado pelo neocolonialismo amplificou problemas históricos já existentes, resultando no fracasso do estabelecimento de sistemas políticos pós-coloniais. Atualmente, todos

os Estados africanos lidam com o desafio de construir sociedades plurais, gerenciando a diversidade étnica existente de forma inclusiva. A falha na inclusão dos diversos grupos no processo político resulta na proliferação de violência e tentativas de limpeza étnica (SILVA, 2019, p. 93).

De fato, um importante obstáculo estrutural à consolidação dos Estados africanos tem origem na Conferência de Berlim, ocorrida no ano de 1884. Durante esse evento, as potências europeias consolidaram o processo de partilha do continente em colônias e protetorados, que viriam a se tornar países soberanos a partir de meados do século XX. Contudo, ao delimitar seus territórios, os europeus não levaram em consideração a distribuição geográfica dos diversos povos que habitavam a África. Por essa razão, as atuais fronteiras africanas dividem grupos étnicos homogêneos em diferentes nações e, ao mesmo tempo, forçam etnias inimigas a disputarem o poder dentro de um mesmo país (CARVING UP AFRICA, 2010, p. 12).

Além da divisão arbitrária, o neocolonialismo¹ reforçou as diferenças entre os diversos grupos étnicos africanos, aumentando a tensão existente. Assim, à medida em que declaravam sua independência, os recém-criados Estados africanos mergulhavam em violentas disputas internas pelo controle político local. Contribui para essas disputas o fato de que o sentimento nacional na África é, ainda hoje, menos relevante do que a lealdade aos distintos grupos étnicos (FISCHER, 2015).

Outro fator agravante no contexto dos conflitos africanos foi a Guerra Fria entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS). Entre 1945 e 1991, as duas superpotências mundiais participaram de uma acirrada disputa político-ideológica pela hegemonia mundial. Na busca pela expansão de sua área de influência, ambos os países patrocinaram movimentos de libertação e grupos étnicos antagônicos nos Estados africanos, visando cooptá-los para seus respectivos blocos. Além do apoio financeiro e político, EUA e URSS distribuíram grandes quantidades de armamentos para seus afiliados, incrementando sobremaneira a violência e os conflitos étnicos (STORKMANN, 2010, p. 155).

Em diferentes regiões do mundo, a turbulência causada pelo processo de descolonização, assim como os crescentes confrontos decorrentes da Guerra Fria

¹ Segundo Kwame N’Krumah, líder da independência de Gana, o neocolonialismo pode ser considerado o último estágio do imperialismo, sendo os sistemas político e econômico dos Estados sujeitos a esse regime dirigidos por potências capitalistas (N’KRUMAH, 1967).

motivaram a ONU a implementar operações de paz em zonas conflituosas. Em 1956, a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I) foi a primeira missão de paz composta por uma força militar multinacional. A UNEF I tinha como objetivo criar uma zona tampão ou *buffer zone* e impedir a continuação das hostilidades entre o Egito, que recentemente havia deixado de ser um protetorado britânico², e Israel. Particularmente no contexto da África Subsaariana, a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), entre 1960 e 1964, foi a pioneira e também a mais relevante missão de paz no período da Guerra Fria (DIEHL, 1994, p. 41).

Em 1991, o colapso da União Soviética marcou o término da Guerra Fria, diminuindo a hostilidade entre as superpotências. Entretanto, ao invés da estabilidade esperada, houve o aumento de conflitos internos em todo o mundo (LATIFI, 2011, p. 224). No caso da África, isso ocorreu principalmente porque os grupos dirigentes dos frágeis Estados africanos perderam o apoio político-econômico que recebiam de EUA e URSS, enfraquecendo ainda mais o poder estatal.

Dessa maneira, assim como nos Bálcãs, o fracasso estrutural das nações africanas criou o ambiente apropriado para a disseminação dos conflitos contemporâneos de alta complexidade, caracterizados por fatores como o grande número de atores não-estatais, a presença de uma economia de guerra globalizada e a marcante violência contra a população civil (KALDOR, 2012b, p. 1).

Com o propósito de fazer face a esse novo tipo de conflito e contribuir para a reconstrução dos países afetados, as operações de paz vêm sofrendo mudanças significativas nas últimas décadas. Enquanto as operações de paz tradicionais normalmente ocorriam em um contexto de conflito interestatal, as operações mais recentes têm sido implementadas para combater ameaças complexas, em sua maioria atores não-estatais. Assim, além do componente militar, as operações de paz também agregaram os componentes policial e civil. Essas novas operações de paz, também chamadas de multidimensionais, passaram a incluir atividades como proteção de civis, apoio a refugiados, desmobilização e reintegração de combatentes, desenvolvimento de instituições locais, entre outras (AGUILAR, 2015, p. 254).

Entretanto, o incremento de atividades relacionadas às operações de paz não foi suficiente para torná-las efetivas. Nesse sentido, alguns grandes fracassos nos anos 1990, particularmente a incapacidade das operações de paz de deterem os

² A independência formal do Egito havia ocorrido no ano de 1922. Contudo, somente em 1952, após a Revolução Egípcia, o país tornou-se independente de fato.

genocídios ocorridos em Ruanda e na Bósnia, fizeram com que a ONU percebesse a necessidade de implementar missões mais robustas (UCKO; BERDAL, 2015, p. 7).

Dessa forma, nos últimos anos, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) tem emitido resoluções referenciando o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o qual permite que as tropas da ONU usem a força para a proteção de civis (POC) e para a consecução de seus respectivos mandatos (DE CONING, 2017, p. 148).

Apesar da nova postura adotada pelo CSNU ao emitir resoluções mais robustas, as missões de paz desdobradas em regiões hostis mostraram-se incapazes, seja por limitações técnico-profissionais do componente militar empregado ou por restrições impostas pelos países contribuintes com tropas, de cumprir os mandatos recebidos e proteger os civis das ameaças existentes. Um exemplo dessa ineficiência pôde ser percebido no Sudão do Sul, onde os capacetes azuis da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS) se recusaram a se engajar em combate em múltiplas ocasiões, permitindo o massacre de civis e a invasão de bases da ONU por grupos armados (LYONS, 2018, p. 110).

Outro exemplo de inércia dos capacetes azuis ocorreu no contexto da Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO). Em 2010, um estupro em massa ocorreu na província do Kivu do Norte, sem que a missão da ONU interviesse em tempo hábil. Mais tarde, no ano de 2012, a insurgência do grupo rebelde *Mouvement du 23 Mars*³ (M23) causou indignação ao redor do mundo. Doss (2014, p. 726) explica que os rebeldes rapidamente derrotaram o Exército Nacional Congolês, o que culminou com a queda da cidade de Goma. Por ter ocorrido no local onde havia a maior força de paz de todos os tempos desdobrada em uma zona de conflito, este evento chocou a comunidade internacional (SILVA, 2018, p. 16).

Temendo novos eventos que pudessem comprometer definitivamente a credibilidade da ONU, como resposta ao fracasso da MONUSCO, o CSNU decidiu autorizar a criação da Brigada de Intervenção (FIB), representando um marco na história do uso da força em operações de paz (KARLSRUD, 2015, p. 45). Isso ocorreu porque a FIB recebeu um mandato para conduzir operações ofensivas e neutralizar grupos armados rebeldes na República Democrática do Congo (RDC) (ONU, 2019a, p. 9). Essa força de intervenção, criada em 2013, é composta por 3.069 militares e

³ Movimento do 23 de Março.

possuía em sua constituição uma Companhia de Forças Especiais da Tanzânia (NAMANGALE, 2014, p. 78), destinada a funcionar como um multiplicador de forças dentro da FIB.

Além da Companhia de Forças Especiais pertencente à FIB, a MONUSCO já possuía em sua estrutura a Companhia de Forças Especiais da Guatemala e a Companhia de Forças Especiais do Egito. Essas três companhias, juntamente com a célula de coordenação de Operações Especiais, existente no Quartel-General da Força ou *Force Headquarters* (FHQ), passaram a constituir uma estrutura de nível batalhão denominada Força-Tarefa de Operações Especiais ou *Special Forces Task Force* (SFTF) (ONU, 2015b, p. 3). Em 2019, a Companhia de Forças Especiais do Egito encerrou sua missão na RDC (ONU, 2019b). Dessa forma, a SFTF teve seu efetivo reduzido para duas Companhias de Forças Especiais, além de sua célula de coordenação de Operações Especiais orgânica do FHQ.

No Sudão do Sul, com o objetivo de permitir o cumprimento do mandato e como reação à incapacidade das tropas em deixarem suas bases para proteger civis durante os quatro dias de conflito armado que ocorreram na capital Juba em julho de 2016, o CSNU criou, por meio da Resolução 2304 (2016), a Força de Proteção Regional ou *Regional Protection Force* (RPF) da UNMISS. Planejada para atingir um efetivo de até 4.000 militares, a RPF possuía em sua constituição uma Companhia de Forças Especiais do Nepal, a *High Readiness Company* (HRC) (ONU, 2017a).

Dentre as missões atribuídas à RPF pela Resolução 2327 (2016), que unificou os mandatos dessa força de intervenção e da UNMISS, merece destaque a determinação de engajar efetivamente qualquer ator que estiver comprovadamente preparando ou se engajando em ataques contra campos de Proteção de Civis (POC sites), instalações e pessoal da ONU, atores humanitários e civis em geral (ONU, 2016b). Ressalta-se que, ao longo de sua implantação no Sudão do Sul, a RPF transformou-se no Setor Juba, mantendo a HRC em sua composição (ONU, 2018a).

Um terceiro caso de emprego de unidades de Operações Especiais em operações de paz da ONU ocorre na Missão Multidimensional Integrada para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA), a qual fez 75 vítimas fatais entre os capacetes azuis somente no período de 2014 a 2019 (PORTUGAL, 2019, p. 5). A partir de 2017, Portugal passou a desdobrar a Força de Reação Rápida ou *Quick Reaction Force* (QRF) da missão, com a capacidade de conduzir operações militares numa zona de conflito armado caracterizado pela volatilidade, imprevisibilidade e

complexidade. Tendo em vista as grandes exigências táticas e técnicas, elevado estado de prontidão e a responsabilidade operacional, o país ibérico optou por desdobrar como QRF a Força Nacional Destacada (FND), composta por uma Companhia de Comandos⁴ reforçada (PAULINO, 2018, p. 25).

De uma forma geral, o emprego de unidades de Operações Especiais obteve um impacto inicial relevante nessas três missões nas quais estão sendo empregadas. Na MONUSCO, a Companhia de Forças Especiais da Tanzânia teve papel central na vitória sobre o M23 e na redução de outros grupos rebeldes como as *Forces Démocratiques Alliées*⁵ (ADF) para um número insignificante (NDUWIMANA, 2014, p. 10). Na UNMISS, a HRC passou a proporcionar ao *Force Commander* a autonomia para atingir alvos com efeitos estratégicos e operacionais, contribuindo para o sucesso da missão (ONU, 2017a). Por fim, de forma inédita na MINUSCA, os comandos portugueses tomaram a ofensiva e derrotaram grupos rebeldes como o *Union for Peace in the Central African Republic*⁶ e o *Popular Front for the Rebirth of Central African Republic*⁷, garantindo a proteção de milhares de civis anteriormente sujeitos à barbárie das milícias (PAULINO, 2017, p. 5).

1.2 PREMISSAS

Tomando por base o preâmbulo apresentado, a problematização da questão de estudo deste trabalho adotou as premissas abaixo evidenciadas, que serão devidamente detalhadas e pormenorizadas ao longo do capítulo 3 “Referencial Teórico”.

Premissa 1: as operações de paz da ONU passaram por uma significativa mudança desde os anos 1990, tornando-se estruturas complexas e multidimensionais.

Premissa 2: o escopo das operações de paz cresceu consideravelmente, passando a abranger um leque amplo de missões que incluem desde tarefas iminentemente militares até a criação e o desenvolvimento de instituições locais.

⁴ Embora o Batalhão de Comandos não faça parte da Brigada de Operações Especiais de Portugal, esta pesquisa considera que os Comandos portugueses se encaixam como tropa de Operações Especiais de acordo com os padrões da ONU.

⁵ Forças Democráticas Aliadas.

⁶ União pela Paz na República Centro-Africana.

⁷ Frente Popular pelo Renascimento da República Centro-Africana.

Premissa 3: tendo em vista a necessidade crescente de proteger a população civil contra graves violações de direitos humanos, algumas operações de paz passaram a receber mandatos robustos, referenciados no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

Premissa 4: verificou-se que, em diversas ocasiões, tropas convencionais empregadas em operações de paz robustas não foram capazes de usar a força de forma a proteger civis sob sua responsabilidade, comprometendo a principal missão do componente militar e impossibilitando o cumprimento do mandato.

Premissa 5: a fim de dispor de uma tropa capaz de usar efetivamente a força, operações de paz em zonas de conflito mais hostis passaram a ser dotadas por unidades de Operações Especiais.

1.3 PROBLEMA DE PESQUISA

Em virtude da qualidade, comprometimento e versatilidade normalmente encontrados em tropas dessa natureza, a adoção das unidades de Operações Especiais cria uma expectativa no que se refere ao aumento da capacidade das missões da ONU de proteger civis, cumprindo assim seu mandato. Além do uso direto da força, espera-se que as Forças de Operações Especiais (FOpEsp) das Nações Unidas sejam capazes de conduzir operações para a obtenção de inteligência em ambientes sensíveis e/ou hostis, acessando áreas negadas a outros atores. Finalmente, essas unidades especializadas devem ser aptas a capacitar capacetes azuis presentes na missão e/ou forças locais, melhorando a performance da operação de paz como um todo e contribuindo com o desenvolvendo de instituições do país-anfitrião (ONU, 2015a).

Contudo, verifica-se que a forma como cada uma das unidades de Operações Especiais está sendo empregada varia de acordo com a missão. Na MONUSCO, enquanto a Companhia de Forças Especiais da Tanzânia está inserida na Brigada de Intervenção, a Companhia de Forças Especiais da Guatemala encontra-se vinculada ao Setor Central. Portanto, as unidades da Força-Tarefa de Forças Especiais atuam normalmente de forma estanque, com a prioridade voltada para suas respectivas áreas de responsabilidade. Na UNMISS, a *High Readiness Company* pertence ao Setor Juba, tendo seu emprego mais restrito à região da capital sul-sudanesa. Na MINUSCA, a Força Nacional Destacada constitui a QRF da missão, atuando em todo

o território da República Centro-Africana sob a orientação direta do *Force Commander*.

Dessa forma, tendo em vista as peculiaridades de emprego nos diferentes ambientes operacionais, bem como as particularidades existentes em decorrência de pertencerem a diferentes países contribuintes, torna-se necessário analisar detalhadamente a contribuição das unidades de Operações Especiais em suas respectivas missões, visando uma melhor compreensão do seu impacto especialmente no que concerne à proteção de civis. Nesse contexto, **de que forma o emprego de unidades de Operações Especiais contribui para a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas?**

1.4 HIPÓTESE TEÓRICA

Com o intuito de alinhar os passos da pesquisa às investigações planejadas, bem como colimar o objetivo geral aos objetivos específicos, apresentados a seguir, foi concebida a seguinte assertiva como hipótese teórica:

O emprego de unidades de Operações Especiais, por meio do uso direto da força, da obtenção de inteligência em ambientes sensíveis e/ou hostis, e da capacitação de forças locais e da tropa convencional da ONU, potencializa a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas.

1.5 OBJETIVO GERAL

Este trabalho tem como objetivo geral **analisar a contribuição das unidades de Operações Especiais, particularmente no que se refere à proteção de civis, para as operações de paz robustas das Nações Unidas.**

1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral estabelecido, foram formulados os seguintes objetivos específicos, permitindo encadear logicamente o raciocínio apresentado:

- a. Estudar a realidade dos conflitos contemporâneos no continente africano, particularmente na República Democrática do Congo, Sudão do Sul e República Centro-Africana;
- b. Compreender a evolução das operações de paz da ONU, com ênfase na crescente legitimidade e arcabouço legal para o uso da força, ao longo das primeiras décadas do século XXI;
- c. Analisar a contribuição da Força-Tarefa de Forças Especiais para a proteção de civis na MONUSCO;
- d. Analisar a contribuição da *High Readiness Company* para a proteção de civis na UNMISS;
- e. Analisar a contribuição da Força Nacional Destacada para a proteção de civis na MINUSCA;
- f. Examinar a viabilidade do emprego de unidades de Operações Especiais em missões de paz robustas da ONU.

1.7 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa apresenta relevância ao examinar as operações de paz das Nações Unidas no século XXI, particularmente as condições e peculiaridades do uso efetivo da força nessas missões. Nesta tese, considera-se o uso efetivo da força aquele que seja capaz de atingir os objetivos propostos, especialmente visando a proteção de civis, com o mínimo de danos colaterais. Nesse contexto, esse estudo também explora uma importante inovação acontecida na doutrina das operações de paz, que é o surgimento das unidades de Operações Especiais das Nações Unidas.

No âmbito da ONU, o surgimento das unidades de Operações Especiais significa um avanço doutrinário considerável na busca pelo aumento da capacidade de proteger civis, tarefa essa que vem se tornando o objetivo principal das operações de paz contemporâneas. Atualmente, Bode e Karlsrud (2019, p. 2) ressaltam que cerca de 90% das operações de paz em curso contemplam a POC em seus mandatos, sendo que quase 30% delas possuem a POC como sua missão primordial.

As unidades de Operações Especiais das Nações Unidas estão presentes em três missões específicas: MONUSCO, UNMISS e MINUSCA. Em suas primeiras atuações, essas unidades foram capazes de demonstrar uma boa performance, obtendo resultados inéditos na história dessas missões de paz. Baseado na

expectativa positiva criada no âmbito dessas três missões, o emprego de unidades de Operações Especiais desponta como uma estratégia promissora para o uso da força visando a proteção de civis em operações de paz, merecendo assim um estudo mais detalhado.

No âmbito do Estado brasileiro, a participação em operações de paz é um importante objetivo político e estratégico. Nesse sentido, a Política Nacional de Defesa (PND), que expressa os objetivos a serem alcançados com vistas a assegurar a Defesa Nacional, menciona a participação em operações de paz em dois diferentes objetivos nacionais de defesa (OND), demonstrando a relevância do tema. São eles o OND V, que está relacionado à contribuição para a estabilidade regional e para a paz e segurança internacionais, e o OND VI, que prevê o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais. Em ambos os OND, a participação do Brasil em operações internacionais desponta como uma das ações a serem executadas (BRASIL, 2016b, p. 13).

Ainda no nível nacional, a Estratégia Nacional de Defesa (END) contempla, de uma forma explícita, a participação em operações de paz em três de suas Estratégias de Defesa (ED). São elas: a ED-12 (promoção da cooperação internacional); a ED-13 (atuação em organismos internacionais); e a ED-14 (atuação com base no multilateralismo). A END prevê também as seguintes Ações Estratégicas de Defesa (AED) que se relacionam às ED descritas acima: AED-49 (intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos plurilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesses de defesa); e AED-52 (desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob o mandato de organismos multilaterais) (BRASIL, 2016a, p. 39).

Alinhado com os interesses do Estado Brasileiro expressos por meio de sua PND e END, o Exército Brasileiro (EB) coloca como um de seus principais objetivos a ampliação de sua projeção no cenário internacional. Para atingir esse objetivo, o EB desenvolveu a estratégia 2.2 (aumento da capacidade de projeção de poder). Essa estratégia prevê a participação do EB em missões de paz e de ações de caráter humanitário (BRASIL, 2019, p. 15). Dessa forma, fica bastante clara a intenção do EB de contribuir mais intensamente com as operações de paz da ONU.

A partir de 2020, em consonância com os objetivos presentes na PND, END e no Plano Estratégico do Exército, o Comando de Operações Especiais (COpEsp) do

Exército Brasileiro tem trabalhado junto ao Comando de Operações Terrestres (COTER) em uma proposta de Companhia de Forças Especiais para integrar o Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas (UNPCRS). Nesse cenário, tendo em vista o potencial desdobramento de tropas de Operações Especiais brasileiras no contexto das operações de paz da ONU, cresce de importância o estudo aprofundado das atuais unidades de Operações Especiais em suas respectivas missões.

Além da participação em operações de paz, as Operações Especiais também aparecem como uma prioridade do Exército Brasileiro, dotando a Força Terrestre de uma ferramenta capaz de contribuir decisivamente para a garantia da superioridade no enfrentamento (BRASIL, 2015, p. 9). Assim, a utilização de unidades de Operações Especiais nas missões de paz da ONU surge como uma estratégia interessante para o Brasil na busca de potencializar os ganhos em termos de projeção de poder e de contribuir para segurança internacional.

Portanto, a presente pesquisa mostra-se relevante tanto para as Ciências Militares como para os Estudos de Defesa. No que diz respeito às Ciências Militares, esta pesquisa merece atenção na medida em que abrange o estudo sobre o estado da arte do emprego de capacidades militares e do uso da força para a proteção de civis em operações de paz internacionais, com vistas a contribuir com a doutrina das Forças Armadas e, particularmente, do Exército Brasileiro.

Com relação aos Estudos de Defesa, este trabalho visa oferecer ferramentas no âmbito do Ministério da Defesa e do Ministério das Relações Exteriores para o desenvolvimento de políticas de defesa considerando-se potenciais desdobramentos de unidades de Operações Especiais das Forças Armadas em missões de paz, de forma a assegurar os interesses nacionais ao participar de compromissos internacionais junto à ONU.

1.8 ESTRUTURA DE PESQUISA

Esta tese está estruturada no formato monográfico, no âmbito de oito capítulos elaborados de uma forma lógica e encadeada, com o intuito de facilitar a investigação e alcançar os objetivos propostos. Nesse sentido, os capítulos estão estruturados conforme descrito abaixo.

O Capítulo 1, “Introdução”, visa ambientar o contexto da pesquisa intitulada

“Proteção de Civis nas Operações de Paz Robustas das Nações Unidas: a Contribuição das Unidades de Operações Especiais”, descrevendo o seu propósito, forma e estruturação.

O Capítulo 2, “Referencial Epistemológico e Metodológico”, é composto por duas seções: Referencial Epistemológico e Referencial Metodológico. Enquanto o primeiro tem por objetivo situar o leitor dentro da área das Ciências Militares, além de explicar como se processa a validação do conhecimento nesta tese, o último se destina a detalhar como a pesquisa será conduzida. A primeira seção, o Referencial Epistemológico, é composto por quatro subseções: a Teoria da Complexidade, a Teoria da Complexidade aplicada às Ciências Militares, a Teoria da Complexidade aplicada à Resolução de Conflitos e o Impacto da Teoria da Complexidade na Condução da Pesquisa. Por sua vez, o Referencial Metodológico engloba cinco subseções: Desenho de Pesquisa, Visão Operacional da Hipótese, Procedimentos para Coleta de Dados, Tratamento dos Dados e Limitações do Método.

O Capítulo 3, “Referencial Teórico”, aborda as principais teorias, conceitos e doutrinas relacionadas à esta tese e subdivide-se em quatro seções: os Conflitos Contemporâneos do Século XXI, a Proteção de Civis nas Nações Unidas, o Uso da Força em Operações de Paz e a Doutrina de Operações Especiais das Nações Unidas.

O Capítulo 4, “Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo”, aborda o caso da Força-Tarefa de Forças Especiais no âmbito da MONUSCO. Ele se subdivide nas seguintes seções: Antecedentes, Emprego da Força-Tarefa de Forças Especiais, Impacto da Força-Tarefa de Forças Especiais na Proteção de Civis e Conclusão Parcial do Caso MONUSCO.

O Capítulo 5, “Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul”, aborda o caso da *High Readiness Company* no âmbito da UNMISS. Ele é composto pelas seguintes seções: Antecedentes, Emprego da *High Readiness Company*, Impacto da *High Readiness Company* na Proteção de Civis e Conclusão Parcial do Caso UNMISS.

O Capítulo 6, “Missão Multidimensional Integrada para a Estabilização na República Centro-Africana”, aborda o caso da Força Nacional Destacada no âmbito da MINUSCA. Ele engloba as seguintes seções: Antecedentes, Emprego da Força Nacional Destacada, Impacto da Força Nacional Destacada na Proteção de Civis e Conclusão Parcial do Caso MINUSCA.

O Capítulo 7, “Comparação e Discussões”, o qual compara e discute as conclusões parciais obtidas nos Capítulos 4, 5 e 6, é composto pelas seguintes seções: Comparação e Discussões. A primeira seção, a Comparação, engloba as seguintes subseções: Conjuntura para o Desdobramento de Unidades de Operações Especiais, Emprego das Unidades de Operações Especiais, Impacto das Unidades de Operações Especiais na Violência Física contra Civis, Impacto das Unidades de Operações Especiais no Estabelecimento do Ambiente Seguro e Teoria de Operações Especiais da ONU. Por sua vez, a seção Discussões contém as seguintes subseções: Análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a Perspectiva da Teoria das Novas Guerras, Análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a Perspectiva da Teoria da Dissuasão, Análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a perspectiva da Teoria da Complexidade e Análise da Viabilidade das Unidades de Operações Especiais para as Missões de Paz Robustas da ONU.

Finalmente, o Capítulo 8, “Conclusões e Recomendações”, o qual realiza o fechamento deste estudo, consolidando os resultados encontrados, é composto por duas seções: Conclusões e Recomendações.

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAL EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO

Este capítulo é composto pelo referencial epistemológico e pelo referencial metodológico. O referencial epistemológico tem como propósito examinar a natureza, a origem e a validade do conhecimento apresentado. Nesse sentido, este estudo insere-se nos pressupostos da Teoria da Complexidade, analisando o complexo fenômeno dos conflitos contemporâneos do século XXI, bem como as operações de paz robustas que buscam sua resolução. O referencial epistemológico também explica, em sua última subseção, como a Teoria da Complexidade impactou diretamente na elaboração e na condução desta tese de doutorado.

Por sua vez, o referencial metodológico deste trabalho descreve o tipo de pesquisa realizada e a forma detalhada como essa pesquisa foi conduzida. Tendo em vista as diversas taxionomias existentes e a heterogeneidade de linhas metodológicas disponíveis, este estudo fundamenta-se prioritariamente nas obras de Creswell e Plano Clarke (2007), Prodanov e Freitas (2013), Yin (2001) e Cervi (2017).

2.1 REFERENCIAL EPISTEMOLÓGICO

Epistemologia, ou Teoria do Conhecimento, pode ser traduzida como o ramo da filosofia que trata das origens, da natureza e da validade do conhecimento. De uma forma geral, é baseado na “lente epistemológica” utilizada que ocorre a sistematização do conhecimento humano (MIGON, 2014, p. 43). Nesse contexto, as principais epistemologias reconhecidas pelas diversas áreas da ciência surgiram ao longo dos últimos dois séculos, sendo o positivismo a de maior aplicação.

Desde os anos 1990, a rápida expansão da rede mundial de computadores e o desenvolvimento de inúmeras tecnologias associadas à internet resultaram em um crescimento exponencial da complexidade informacional. Nesse mundo dinâmico e interconectado, a volatilidade e as incertezas aumentaram vertiginosamente, tornando muito difícil determinar limites e parâmetros para os fenômenos informacionais da atualidade. Essa perspectiva emergente atraiu a atenção de estudiosos para o que poderia constituir a “nova ciência” dos sistemas complexos baseada em princípios como auto-organização, emergência, adaptação e transformação (MERALI; ALLEN, 2010, p. 41).

Transcendendo o campo informacional, nessas três últimas décadas, diversos cientistas de outras áreas do conhecimento vêm encontrando evidências de que o mundo, de uma forma mais holística, também é composto por sistemas complexos. Não-lineares e dinâmicos, esses sistemas desenvolvem tipos de ordenamento e comportamentos de difícil previsibilidade, mesmo quando sujeitos a regras visivelmente simples. Logo, no âmbito da literatura científica, o estudo dos sistemas complexos passou a constituir uma nova concepção epistemológica denominada Teoria da Complexidade (COUTURE, 2007, p. 23).

As crescentes evoluções tecnológicas ocorridas na virada do milênio também afetaram o pensamento dos estudiosos das Ciências Militares, área do conhecimento cujo principal objeto de estudo é o fenômeno da guerra. Na conjuntura do século XXI, representada pela grande influência da cibercultura e pela globalização, as estratégias lineares e convencionais indicam ter perdido a eficácia em campos de batalha gradativamente mais complexos (DURAN, 2016, p. 84). Por essa razão, líderes militares e civis têm sido cada vez mais cobrados no sentido de discernir a complexidade do ambiente operacional contemporâneo, a fim de adotar estratégias mais efetivas.

Dessa maneira, considerando-se o ambiente operacional dos conflitos da atualidade, esta pesquisa utiliza a Teoria da Complexidade como referencial epistemológico. No que tange à área do conhecimento, este estudo se insere nas Ciências Militares, visto que o mesmo se propõe a estudar a dinâmica de conflitos em curso na República Democrática do Congo, no Sudão do Sul e na República Centro-Africana, assim como analisar a contribuição das unidades de Operações Especiais das Nações Unidas para a proteção de civis nessas zonas de conflito.

2.1.1 A Teoria da Complexidade

A Teoria da Complexidade origina-se da Teoria do Caos, a qual pormenoriza os comportamentos irregulares apresentados por um sistema. Nesse caso, o sistema corresponde a um conjunto de elementos sujeitos a uma sucessão de regras sob as quais esses elementos interagem e se modificam. Segundo a Teoria do Caos, diferenças mínimas nas condições iniciais de um sistema podem ocasionar consequências imprevisíveis e de grandes proporções, contrariando a linearidade ou o determinismo. Nesse sentido, um sistema pode evoluir rapidamente de um estado

de estabilidade para uma situação totalmente caótica. Em resumo, pequenos fatores (mesmo que sejam imperceptíveis) podem ocasionar resultados imprevisíveis e por vezes catastróficos no interior de um sistema, tornando-o consideravelmente instável (PELLEGRINI, 1997, p. 50).

A Teoria do Caos pode ser materializada pelo fenômeno denominado “efeito borboleta”. De acordo com essa metáfora, o efeito de uma batida de asas de uma borboleta em Tóquio teria o potencial de adquirir proporções amplas e imprevisíveis, podendo causar um tornado na Califórnia. Baseado nesses *insights* presentes na Teoria do Caos, acadêmicos começaram a observar o comportamento de diversos sistemas ativos, em especial no que se refere ao aparecimento de novos comportamentos e propriedades por meio de redes auto-organizadas de agentes autônomos. Assim teve origem a Teoria da Complexidade (BOUSQUET, 2008, p. 924).

Conceitualmente, a Complexidade é o ramo da ciência que se dedica ao estudo dos sistemas adaptativos complexos (ou simplesmente sistemas complexos). Resumidamente, Pellegrini (1997, p. 50) explica que os sistemas adaptativos complexos são aqueles que funcionam sem um controle central e que são capazes de se transformarem para atender às necessidades do ambiente ou para concorrer com outros sistemas adaptativos.

De uma forma mais pormenorizada, Mitchell (2009) descreve os sistemas complexos como grandes emaranhados de componentes sem a existência de um controle centralizado, nos quais regras de operação simples resultam em comportamentos coletivos complexos, em processamento sofisticado de informações e em adaptação por aprendizagem ou evolução. Adicionalmente, a autora esclarece que a capacidade de adaptação é o principal diferencial dos sistemas adaptativos complexos com relação aos sistemas complexos não-adaptativos como rios turbulentos ou furacões.

Conforme Mitchell, Couture (2007, p. 16) adota o termo sistemas complexos de uma forma mais genérica ao se referir aos sistemas adaptativos complexos, robustecendo a ideia de que ambos representam sinônimos na literatura científica. No entanto, particularmente no que se refere a sistemas biológicos, o autor enfatiza que o termo sistemas adaptativos complexos é o mais comum.

Gell-Mann (2015) apresenta exemplos de sistemas adaptativos complexos, dentre os quais se destacam a evolução biológica, o funcionamento do sistema

imunológico em mamíferos e outros vertebrados em geral, a aprendizagem e o raciocínio em animais (incluindo os seres humanos), bem como o comportamento de computadores que são programados para desenvolver estratégias. Em complemento aos exemplos de sistemas adaptativos complexos descritos por Gell-Mann, Migon (2014, p. 46) acrescenta as cidades, o clima, as empresas, os grupos sociais, as redes sociais, as organizações terroristas, as forças armadas e o campo de batalha.

De acordo com Mitchell (2009), uma demonstração clássica do funcionamento de um sistema adaptativo complexo ocorre com as colônias de formigas existentes na Floresta Amazônica brasileira, as quais atingem populações de meio milhão de integrantes. Nesse contexto, a autora esclarece que cada formiga é praticamente cega e possui um nível mínimo de inteligência. Em contrapartida, quando se deslocam em coletividade, as formigas amazônicas se tornam uma massa em movimento sincronizado com a capacidade de perseguir, matar e devorar todas as presas que encontra. Além disso, aquilo que não pode ser imediatamente devorado, é conduzido pela coletividade para ser consumido mais tarde. A cada dia de incursão, uma colônia de formigas destrói toda a vida existente em uma área equivalente a um campo de futebol. No período noturno, as formigas constroem seu abrigo ao se unirem em um formato de esfera, protegendo a formiga rainha e as larvas em seu interior. Ao amanhecer, a esfera se desfaz e a massa de formigas retoma sua feroz marcha diurna. Mitchell (2009) enfatiza que um número reduzido de formigas, na casa das centenas, não seria capaz de se organizar como um sistema complexo. Entretanto, ao colocar-se milhares dessas mesmas formigas juntas, o grupo passa a contar com uma inteligência coletiva e comporta-se como um superorganismo.

Ao concentrar seus estudos nos sistemas adaptativos complexos, é possível afirmar que a Teoria da Complexidade propõe uma mudança no pensamento analítico tradicional. Nesse sentido, a Teoria da Complexidade refuta a aplicação do reducionismo aos sistemas complexos, já que a soma das partes de cada um desses sistemas não corresponde ao sistema como um todo. Essa característica presente nos sistemas complexos é associada à não-linearidade, assim como ocorre na Teoria do Caos. Ademais, levando-se em consideração que as partes dos sistemas complexos estão interconectadas, mudanças em alguns de seus elementos geram resultados em inúmeras outras partes do sistema. Ainda, o sistema como um todo adquire comportamentos e propriedades que se diferem daqueles de suas partes componentes (COUTURE, 2007, p. 24; JERVIS, 1997, p. 20; MITCHELL, 2009;

SCHMITT, 1997, p. 106). Portanto, a Teoria da Complexidade pressupõe que os sistemas complexos sejam analisados de maneira holística, considerando a sua totalidade, à exemplo do superorganismo formado pela colônia de formigas da Floresta Amazônia brasileira.

De acordo com Rosenau (1997, p. 36), quatro premissas básicas sustentam a Teoria da Complexidade: a auto-organização e as propriedades emergentes; a adaptação e a coevolução; o poder dos pequenos eventos; e a sensibilidade às condições iniciais.

Dentro de um sistema adaptativo complexo, o relacionamento constante de seus elementos constituintes tende a criar padrões recorrentes, ordenando o sistema como um todo. Essa característica é conhecida como auto-organização. Destaca-se que, em um sistema complexo, a auto-organização ocorre sem a intervenção de agentes externos (HENDRICK, 2009, p. 6; ROSENAU, 1997, p. 36). Além disso, a interação autônoma entre os diversos elementos permite o surgimento de novas propriedades no sentido *bottom-up*, as quais se acumulam no sistema complexo. Ao longo do tempo, essas propriedades emergentes vão modificando o sistema original. Contudo, essas modificações não significam que foi formado um novo sistema (BOUSQUET, 2008, p. 924; ROSENAU, 1997, p. 36)

Dessa forma, a primeira premissa da Teoria da Complexidade é composta pela auto-organização e propriedades emergentes. Como exemplo prático dessa premissa, Rosenau (1997, p. 36) compara a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949 e em 2006. Segundo o autor, a OTAN transformou-se em uma organização consideravelmente diferente ao longo de 57 anos, alterando a relação entre os países constituintes, seus objetivos e a maneira de ser conduzida. Entretanto, a organização continuou sendo a OTAN.

Em seguida, a adaptação e a coevolução constituem a segunda premissa da Teoria da Complexidade, a qual considera que os sistemas adaptativos complexos são capazes de aprender, adaptando-se e/ou evoluindo. A adaptação significa que, mesmo que sofra pressões do ambiente interior e exterior, o sistema complexo busca manter suas estruturas básicas dentro de limites aceitáveis. Dessa forma, a adaptação provém da necessidade de se manter o equilíbrio entre demandas internas e externas do sistema. Como consequência da adaptação, o sistema complexo coevolui juntamente com o ambiente que o cerca (HENDRICK, 2009, p. 7; ROSENAU, 1997, p. 37)

Retomando o caso da OTAN, Rosenau (1997, p. 37) explica que a organização foi capaz de coevoluir com os ambientes da Guerra Fria e do pós-Guerra Fria, independentemente das pressões internas e/ou desafios pelos quais passou. Como pressão interna, o autor destaca o abandono do comando militar da organização por parte da França no ano de 1967. Por sua vez, como desafio externo, Rosenau ressalta o fim da União Soviética em 1991, uma vez que esse país constituía a principal ameaça à organização e motivava sua existência. Nesse contexto, embora houvesse indicativos de que a OTAN pudesse ser extinta em virtude da perda de sua finalidade precípua, a organização foi capaz de se adaptar internamente desde a saída militar da França e de coevoluir com o propósito de fazer face ao novo ambiente pós-Guerra Fria sem a União Soviética. Em 1996, a OTAN já havia se remodelado à nova conjuntura mundial, tendo inclusive readmitido a França em seu comando militar.

Prosseguindo, o poder dos pequenos eventos representa a terceira premissa da Teoria da Complexidade. Esse poder se remete à vulnerabilidade que os sistemas complexos possuem no que se refere aos pequenos eventos, cujos resultados podem atingir grandes proporções. Logo, os sistemas complexos estão sujeitos a mudanças substanciais e até mesmo dramáticas a todo o momento (HENDRICK, 2009, p. 6; ROSENAU, 1997, p. 37). Essa terceira premissa também se faz presente na Teoria do Caos e explica que um evento relativamente pequeno, como o assassinato do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando, no ano de 1914, acabou resultando em uma guerra de proporções mundiais.

Por último, a sensibilidade às condições iniciais constitui a quarta premissa da Teoria da Complexidade. Estreitamente relacionada com o poder dos pequenos eventos, essa quarta premissa ressalta que mudanças mínimas nas condições iniciais podem conduzir a resultados muito diferentes para o sistema complexo (ROSENAU, 1997, p. 38).

Tendo em vista as quatro premissas apresentadas, verifica-se que a associação de causa e efeito é uma tarefa bastante desafiadora dentro de um sistema complexo. Por essa razão, existe uma dificuldade considerável para se validar modelos simulados de sistemas complexos (RICHARDSON; CILLIERS, 2001, p. 8; RICHARDSON; MATHIESON; CILLIERS, 2000, p. 39). Além disso, em virtude do emaranhado de conexões existentes e das próprias interações do sistema complexo com o ambiente, suas bordas ou limites não podem ser claramente delineados. Portanto, sistemas complexos são considerados incompressíveis e não permitem sua

redução a sistemas menos complexos que o original (RICHARDSON; CILLIERS, 2001, p. 8; RICHARDSON; MATHIESON; CILLIERS, 2000, p. 34).

De posse de todas as dificuldades apresentadas, Richardson, Mathieson e Cilliers (2000, p. 44) propõem uma solução para viabilizar a análise de sistemas complexos. Nesse sentido, os autores esclarecem que uma única perspectiva não é capaz de capturar toda a complexidade inerente a esse tipo de sistema. Dessa forma, cresce a necessidade de se adotar uma posição mais pluralista por meio da análise de todo um conjunto de perspectivas. Após a realização de uma vasta sucessão de ciclos exploratórios com esse conjunto de perspectivas, atesta-se que somente algumas das perspectivas iniciais continuam válidas para aquele sistema. Em seguida, as perspectivas restantes continuam passando por ciclos exploratórios até que o processo resulte em um dos dois finais possíveis. Em um primeiro cenário, há uma convergência natural entre as perspectivas restantes, as quais se fundem em uma única perspectiva final. Em um segundo cenário, uma perspectiva em particular se fortalece ao longo dos ciclos, tornando-se dominante e impondo o final do processo analítico. Em suma, os autores sugerem que a epistemologia baseada na Teoria da Complexidade também pode ser considerada a epistemologia da exploração de perspectivas.

Contudo, uma vez que a exploração do conjunto de perspectivas se remete a um dado momento daquele fenômeno, a análise de um sistema complexo não permite a existência de uma verdade absoluta e perene. Portanto, o resultado obtido através dessa análise restringe-se a fornecer um quadro conjuntural que possibilita a construção de uma verdade imediata, a qual permite a legitimação de decisões e ações. Nessa direção, Richardson, Mathieson e Cilliers (2000, p. 48) salientam que a inabilidade da Teoria da Complexidade de encontrar uma verdade absoluta e realizar previsões exatas não pode ser traduzida em uma desvantagem epistemológica. Isso ocorre porque a teoria se propõe a compreender os fenômenos complexos e não a executar previsões futuras com perfeição. No entanto, por compreender de forma holística os sistemas complexos, a Teoria da Complexidade permite a antecipação de padrões gerais de eventos específicos.

Nesse contexto, Rosenau (1997, p. 40) explica que a previsão do tempo constitui um exemplo prático e concreto do emprego científico da Complexidade. Nesse caso, é simplesmente impossível prever com perfeição o comportamento dos fenômenos meteorológicos em um momento futuro específico. Contudo, a mudança

de temperatura, a formação de frentes, a formação de jatos de ar e todos os demais fenômenos meteorológicos permitem prever um cenário meteorológico futuro baseado em padrões gerais de comportamento, mesmo que esse cenário não seja 100% confiável.

2.1.2 A Teoria da Complexidade Aplicada às Ciências Militares

A Teoria da Complexidade surge na atualidade como um paradigma emergente na comunidade científica, demonstrando amplas oportunidades de aplicação na área das Ciências Militares. Para que isso ocorra, Migon (2014, p. 47) destaca a necessidade de inserir a Teoria da Complexidade como referencial substitutivo, predominante ou complementar para a análise do fenômeno da guerra.

Em sua obra “Da Guerra”, Clausewitz (1984, p. 91) considera medíocre que alguns críticos excluam as qualidades morais da teoria estratégica, examinando somente os fatores materiais. De acordo com Pellegrini (1997, p. 25), essa assertiva é uma indicação consistente de que o general prussiano não trata a guerra como um fenômeno linear. Assim, a estratégia militar adotada não pode ser reduzida a fórmulas matemáticas de equilíbrio e superioridade, ou de espaço e tempo, limitada por linhas e ângulos. Nesse contexto, após testemunhar a turbulência e o caos resultantes dos conflitos Napoleônicos, Clausewitz demonstra que as filosofias iluministas e seus conceitos científicos não são capazes de analisar com precisão o fenômeno da guerra, pois não levam em consideração fatores como a coragem, o medo e a incerteza (PELLEGRINI, 1997, p. 27).

Beyerchen corrobora o pensamento de Pellegrini ao afirmar que Clausewitz considera a guerra como um fenômeno não-linear, descrevendo-a de uma forma muito equivalente ao que atualmente corresponderia a Teoria da Complexidade. O autor argumenta que, sendo a guerra um subproduto do contexto político, a ação militar e a política interagem em um processo de retroalimentação complexo e contínuo (BEYERCHEN, 1997, p. 71; BEYERCHEN, 2007, p. 48; CLAUSEWITZ, 1984, p. 605).

Nessa mesma linha de raciocínio, Clausewitz estabelece três categorias de fatores não-lineares que caracterizam a guerra como um fenômeno imprevisível. A primeira categoria é a interação entre entidades vivas que participam dos conflitos armados. Nesse contexto, o estrategista prussiano argumenta que os seres humanos são capazes de agir, de reagir e de antecipar ações no campo de batalha, sendo

também dotados de qualidades morais que afetam seu comportamento. Por essa razão, tarefas aparentemente simples tornam-se complexas no âmbito da guerra (BEYERCHEN, 2007; p. 56; CLAUSEWITZ, 1984, p. 119).

A segunda categoria é representada pela fricção, a qual engloba todos os eventos que diferenciam a guerra real da guerra teórica. Nesse campo estão compreendidos a vontade dos indivíduos, as dificuldades logísticas, a indisciplina, a opinião pública, as condições meteorológicas, entre outros (CLAUSEWITZ, 1984, p. 119). Esses eventos não são passíveis de medição e são fortemente susceptíveis às premissas do poder dos pequenos eventos ou da sensibilidade às condições iniciais, ambas associadas à Teoria da Complexidade. Assim, mudanças mínimas em cada evento podem gerar consequências de grandes proporções ao longo do conflito armado (BEYERCHEN, 1997, p. 72).

Por fim, a terceira categoria de eventos imprevisíveis descrita por Clausewitz é a sorte ou o acaso. Nesse caso, desde o início do planejamento, líderes militares necessitam lidar com inúmeras possibilidades e probabilidades, as quais podem alcançar uma grande diversidade de resultados (CLAUSEWITZ, 1984, p. 101). Ao explicar com precisão essa categoria, Beyerchen (2007, p. 52) compara a guerra a um jogo de cartas. Nesse tipo de jogo, assim como na guerra, a sorte se comporta como um elemento imprevisível capaz de desequilibrar a disputa aleatoriamente a favor de um dos adversários.

No que tange às premissas de adaptação e coevolução, as quais também compõem a Teoria da Complexidade, Beyerchen (2007, p. 53) ressalta o fato de Clausewitz enxergar a guerra como um “verdadeiro camaleão”. Para o renomado estrategista, de acordo com os participantes, o momento e o local, cada guerra apresenta leis próprias que lhe são peculiares (CLAUSEWITZ, 1984, p. 89).

Ademais, de forma equivalente a um autêntico sistema adaptativo complexo, Clausewitz considera a guerra como um “todo orgânico” cujas partes não podem ser isoladas (CLAUSEWITZ, 1984, p. 607). Nesse sistema, cada ato individual contribui para o todo, o qual se ordena sem a necessidade de um controle centralizado (BEYERCHEN, 2007, p. 55). Essas constatações vão ao encontro de uma quarta premissa da Teoria da Complexidade, a qual consiste na capacidade de auto-organização e emergência de novas propriedades no interior dos sistemas complexos.

Schmitt (1997, p. 105) ratifica o pensamento de Beyerchen, afirmando que a guerra se enquadra como um fenômeno complexo de acordo com basicamente todas

as definições de Complexidade existentes. O autor também se refere a Clausewitz para subsidiar seu argumento. Nesse contexto, de acordo com o general prussiano, a máquina militar é constituída por indivíduos, os quais são susceptíveis aos efeitos da fricção (CLAUSEWITZ, 1984, p. 119). Logo, um único indivíduo pode comprometer o resultado de sua fração como um todo.

Ademais, as forças armadas organizam-se em diferentes níveis hierárquicos. Indivíduos constituem grupos de combate, os quais se agrupam em pelotões. Por sua vez, os pelotões compõem as companhias, as quais formam os batalhões. Sendo cada uma dessas frações um sistema complexo, verifica-se que a máquina militar está estruturada em diversas camadas de complexidade (COUTURE, 2007, p. 24; SCHMITT, 1997, p. 106).

Portanto, Schmitt (1997, p. 106) conclui que a guerra é nitidamente uma hierarquia de sistemas complexos, os quais se adaptam ao longo do tempo ao inimigo e ao ambiente daquele conflito. Dessa maneira, nem mesmo duas batalhas de uma mesma guerra apresentam a mesma dinâmica. De acordo com o autor, isso ocorre porque o mesmo sistema apresenta um comportamento diferente sob regimes e condições distintos.

Por todas as características descritas e sua relação próxima com o fenômeno da guerra, Richardson, Mathieson e Cilliers (2000, p. 62) constatam que o pensamento complexo surge como uma relevante ferramenta epistemológica no âmbito das Ciências Militares. Além disso, os autores argumentam que a Teoria da Complexidade também tem contribuído para demonstrar as limitações da epistemologia positivista na análise de conflitos armados, em especial nas últimas décadas.

Nesse sentido, até o final da Guerra Fria, a conjuntura criada pela disputa político-ideológica entre as duas superpotências, EUA e URSS, permitia um planejamento militar de longo prazo relativamente previsível (RICHARDSON; MATHIESON; CILLIERS, 2000, p. 27). Atualmente, o novo contexto mundial demanda que os atores relevantes sejam sensíveis à Complexidade, reconhecendo uma diversidade de possíveis cenários e desenvolvendo um catálogo com inúmeras capacidades. Nessa mesma direção, as lideranças militares devem ser capazes de utilizar a Complexidade em seus planejamentos de longo prazo, estando conscientes de que processos lineares não são confiáveis (RICHARDSON; MATHIESON; CILLIERS, 2000, p. 29).

Bousquet (2008, p. 925) também compartilha esse ponto de vista ao afirmar que, na condução da guerra, processos lineares devem ser relegados a um segundo plano. De forma a amparar seu argumento, o autor menciona a obsessão por avaliações estatísticas que prejudicou sobremaneira o desempenho dos EUA na Guerra do Vietnã. Contrastando com as expectativas, os modelos matemáticos desenvolvidos divergiram completamente da realidade imposta pelo campo de batalha.

Nos anos 1990, ao estudar as possibilidades do emprego da Teoria da Complexidade nas Ciências Militares, Harned (1995) sugeriu a incorporação de três novos princípios de guerra extraídos dessa teoria. São eles: observar continuamente o sistema e não esperar que as circunstâncias permaneçam iguais; utilizar a dinâmica natural não-linear do sistema para aplicar a força disponível com o propósito de obter o efeito máximo, o qual deve resultar em danos ao sistema como um todo; esquecer a otimização de um plano único, mantendo sempre diversas possibilidades em aberto. Acima de tudo, o autor enfatiza que, em uma guerra entre sistemas adaptativos complexos, perdas e ganhos são relativos e não estão atrelados a soluções convencionais.

Em 1998, tendo compreendido que as operações militares são fenômenos complexos, os EUA desenvolveram o conceito de guerra centrada em redes ou *network-centric warfare* (NCW) (BOUSQUET, 2008, p. 917). Segundo os pressupostos da Teoria da Complexidade, a NCW considera a guerra como um sistema adaptativo complexo, cujas variáveis não-lineares interagem constantemente. Nessa nova realidade de conflitos contemporâneos, os estrategistas norte-americanos perceberam que as coordenações no sentido de cima para baixo ou *top-down* resultam em erros e atrasos na disposição das forças. Assim, a tropa necessita adquirir a capacidade de se manter bem informada, organizando-se e coordenando as atividades no sentido de baixo para cima ou *bottom-up*, à semelhança de um sistema complexo. Devido a todos os paradigmas questionados pela NCW, estudiosos argumentam que a abordagem dos conflitos armados baseada na Teoria da Complexidade poderia até mesmo representar uma nova Teoria da Guerra (BOUSQUET, 2008, p. 927).

No início do século XXI, após consolidar a doutrina da NCW, o Pentágono passou a dar maior ênfase ao emprego de unidades de combate autônomas e autossincronizadas, as quais se interligam por meio de *links* de dados de alta

velocidade e possuem um alto nível de consciência do campo de batalha (BOUSQUET, 2008, p. 916). Nesse cenário, unidades descentralizadas e auto-organizadas têm se mostrado indiscutivelmente melhores equipadas para lidar com as contingências e a imprevisibilidade dos conflitos (BOUSQUET, 2008, p. 925).

Richardson, Mathieson e Cilliers (2000, p. 38) concordam com Bousquet no que tange à maior efetividade de unidades de combate autônomas e auto-organizadas. Embora os autores reconheçam que as forças armadas continuam possuindo um comando e controle hierarquizado, o emprego constante de tropas especializadas como unidades de Operações Especiais, vocacionadas a trabalhar de maneira descentralizada no contexto da NCW, desponta como uma ferramenta essencial para lidar com a complexidade dos conflitos contemporâneos.

Por fim, Raza referenda a Teoria da Complexidade como epistemologia apropriada ao estudo das Ciências Militares. Nesse sentido, o autor argumenta que, sendo a guerra um sistema complexo, torna-se necessário construir uma moldura de referência com o propósito de se identificar regularidades. Epistemologicamente, essa moldura de referência corresponde ao retrato de uma realidade que se procura capturar em um dado momento de uma perspectiva dominante ou de uma convergência temporária de perspectivas, após recorrentes análises de cenários. Dessa forma, nas Ciências Militares, as conclusões obtidas devem ser aceitas de forma temporária e conjuntural, conforme sua capacidade de explicar a realidade momentânea do fenômeno da guerra. Essa realidade permanece válida até que outra moldura de referência ofereça melhores explicações a respeito de uma realidade futura daquele conflito armado, levando à refutação da hipótese anterior (RAZA, 2003, p. 5).

2.1.3 A Teoria da Complexidade Aplicada à Resolução de Conflitos

Em complemento ao seu emprego na análise e na condução de conflitos armados, a Teoria da Complexidade tem sido utilizada por estudiosos e lideranças na elaboração de estratégias para a resolução de conflitos. Nesse contexto, Hendrick (2009, p. 23) explica que os conflitos contemporâneos são constituídos por vários níveis de conflito que se influenciam mutuamente. Esses níveis podem ser intrapessoais, interpessoais, intergrupos e internacionais. Notadamente onde os conflitos são perenes e bem enraizados, inúmeros episódios de violência são

deflagrados com o passar do tempo, representando diferentes fases do mesmo conflito. De acordo com a autora, em cada uma dessas fases, novos elementos e atores são adicionados à conjuntura existente, modificando as características anteriores daquele conflito. De forma simultânea, as conjunturas política, econômica e social também contribuem para mudanças na dinâmica do conflito, já que as ações de líderes, as políticas adotadas e o comportamento da população existente naquele ambiente também se alteram ao longo do tempo. Logo, a Teoria da Complexidade também possui utilidade relevante no campo da resolução de conflitos.

Ciente da necessidade de analisar os conflitos do século XXI como fenômenos complexos, Visacro (2018, p. 97) enfatiza a importância da abordagem compreensiva adotada pela ONU em suas operações de paz. Segundo o autor, o processo de resolução de conflitos adotado pelas Nações Unidas tem por base o emprego de sistemas que se convergem metodologicamente para uma combinação de soluções multidisciplinares e multinacionais, visando a obtenção do estado final desejado. Dessa forma, as soluções encontradas devem ser fruto de avaliações constantes das diferentes perspectivas, conforme enfatizado pelos estudiosos da Teoria da Complexidade.

Por essa razão, Visacro (2018, p. 35) critica estratégias para resolução de conflitos baseadas primordialmente no campo militar, uma vez que o autor afirma que a visão ortodoxa dos conflitos armados tem contribuído para o agravamento da desordem e do sofrimento que afligem os povos deste planeta. Logo, ao contrário do que muitos pensam, a paz não pode ser conquistada por soldados no campo de batalha. Ela deve ser construída ao longo de um sólido processo político, social e econômico. No entanto, o autor enfatiza ser imprescindível que a força militar estabeleça um ambiente de estabilidade e segurança, permitindo a atuação dos demais atores (VISACRO, 2018, p. 97).

Kaldor (2012a, p. 6) também defende uma abordagem multidisciplinar e multinacional como estratégia para a resolução de conflitos, alinhando-se assim à Teoria da Complexidade. De acordo com a autora, o trabalho integrado de militares, policiais e civis é fundamental para o sucesso de operações de paz complexas, as quais são implementadas no âmbito dos conflitos contemporâneos. Nesse contexto, assim como Visacro, Kaldor (2012a, p. 5) salienta que o uso da força pelo componente militar deve ser considerado como parte da solução, particularmente no que se refere à proteção de civis e ao engajamento de grupos insurgentes. Contudo, Kaldor ressalta

que forças militares convencionais, preparadas e treinadas para o ambiente de guerra regular, possuem grande dificuldade de compreender a complexidade dos conflitos atuais (KALDOR, 2012a, p. 3).

Portanto, compreendendo que os conflitos contemporâneos constituem sistemas adaptativos complexos e que as estratégias para a resolução desses conflitos exigem uma abordagem multidisciplinar baseada em diferentes perspectivas e análises constantes de cenário, a Teoria da Complexidade encaixa-se como filtro epistemológico adequado à esta pesquisa. Nesse sentido, avulta-se a necessidade de explorar soluções inovadoras como o emprego de unidades de Operações Especiais no âmbito das operações de paz robustas, utilizando a flexibilidade e a adaptabilidade próprias a esse tipo de tropa com o intuito de incrementar a proteção de civis e contribuir para o estabelecimento de um ambiente seguro.

2.1.4 O Impacto da Teoria da Complexidade na Condução da Pesquisa

No escopo desta tese, a Teoria da Complexidade impactou diretamente na metodologia selecionada, na condução da análise dos casos e na validação dos resultados obtidos. Dentro do referencial metodológico, o estudo de casos múltiplos foi a estratégia de pesquisa utilizada. Ela alinha-se à Teoria da Complexidade pois se dispõe a examinar fenômenos contemporâneos de forma holística, dentro de seu contexto da vida real e compreendendo que os limites entre os fenômenos e seus contextos não estão claramente definidos (YIN, 2001, p. 32). Logo, essa estratégia de pesquisa se mostra apropriada ao estudo de sistemas adaptativos complexos. Ademais, assim como na Teoria da Complexidade, o estudo de casos múltiplos também analisa fenômenos por meio da convergência de perspectivas, uma vez que demanda a utilização de múltiplas fontes de evidências, as quais se convergem em um formato de triângulo para a obtenção dos resultados (YIN, 2001, p. 33).

No que se refere à condução da análise dos casos, cada conflito armado selecionado, incluindo o ambiente operacional e os atores envolvidos, foi examinado como um sistema adaptativo complexo. Nesse sentido, considerou-se que o conflito possui premissas similares a um sistema complexo, sendo capaz de se auto-organizar sem um controle central, desenvolver novas propriedades ou características, adaptar-se e evoluir ao longo do tempo. Assim, os conflitos armados da República Democrática do Congo, do Sudão do Sul e da República Centro-Africana foram

tratados como um superorganismo, o qual aprende e reage às diferentes estratégias de resolução de conflitos utilizadas.

Por fim, a Teoria da Complexidade também influenciou na validação dos resultados da presente tese. Nesse aspecto, como os conflitos armados estão em constante adaptação e evolução, os resultados obtidos nesta pesquisa não podem ser considerados uma verdade absoluta e perene. Dessa forma, eles se limitam a expressar uma tendência que permite explicar a realidade desses conflitos, bem como os efeitos das estratégias de resolução utilizadas num determinado recorte temporal e geográfico.

2.2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

2.2.1 Desenho de Pesquisa

O tipo de pesquisa utilizada neste estudo é de natureza aplicada. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 51), a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.” Nesse sentido, os resultados deste estudo visam contribuir com a proteção de civis no âmbito das operações de paz robustas das Nações Unidas ao oferecer as vantagens e limitações para emprego de unidades de Operações Especiais.

Quanto aos seus objetivos, esta pesquisa é explicativa. Prodanov e Freitas (2013, p. 53) afirmam que as pesquisas explicativas são mais complexas, uma vez que registram, analisam, classificam e interpretam os fenômenos estudados. Assim, a preocupação central nesse tipo de pesquisa é identificar os fatores determinantes desses fenômenos. Nos ambientes complexos onde são desenvolvidas as operações de paz robustas, torna-se fundamental a plena compreensão de todos os fatores que afetam a capacidade dessas missões atingirem seus objetivos, com foco na proteção da população local.

No que tange à base lógica de investigação, este estudo utiliza o raciocínio indutivo. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 28), por meio da observação e da experimentação, a indução parte de um fenômeno para chegar a uma generalização. Assim, após a análise de diferentes casos, essa pesquisa propõe uma teoria sobre a contribuição das unidades de Operações Especiais empregadas nas operações de paz robustas das Nações Unidas.

No que diz respeito à forma de abordagem do problema, o presente trabalho adota uma abordagem metodológica mista para a condução da pesquisa, com o intuito de coletar, analisar e integrar dados qualitativos e quantitativos no mesmo estudo. Dessa forma, a combinação das abordagens qualitativa e quantitativa permite um entendimento mais amplo dos dados obtidos (CRESWELL, 2007, p. 9).

Inserida na abordagem metodológica mista, a abordagem qualitativa é utilizada de forma a se obter uma melhor compreensão do referencial teórico e o maior número de impressões possíveis sobre o objeto. Assim, ela permite a investigação dos tópicos e informações disponíveis com profundidade, visando a criação de um retrato holístico da situação (BUI, 2014, p. 15). Por sua vez, a abordagem quantitativa serve para mensurar a relação entre causa e efeito nos cenários selecionados para esta pesquisa (BUI, 2014, p. 13). Logo, ela fornece dados numéricos e estatísticos que embasam as conclusões deste estudo.

Dentro da proposta metodológica mista, a estratégia de pesquisa utilizada é o estudo de caso, particularmente o estudo de casos múltiplos. Segundo Yin (2001, p. 32), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Prodanov e Freitas (2013, p. 64) acrescentam que “o estudo de caso é um sistema limitado e tem fronteiras em termos de tempo, eventos ou processos, as quais nem sempre são claras e precisas”. Assim, torna-se necessário preservar seu caráter único, específico, diferente e complexo, obrigando a investigação a acontecer em seu ambiente natural. Outra característica dessa estratégia é a utilização de fontes múltiplas e de métodos diversificados para a coleta de dados.

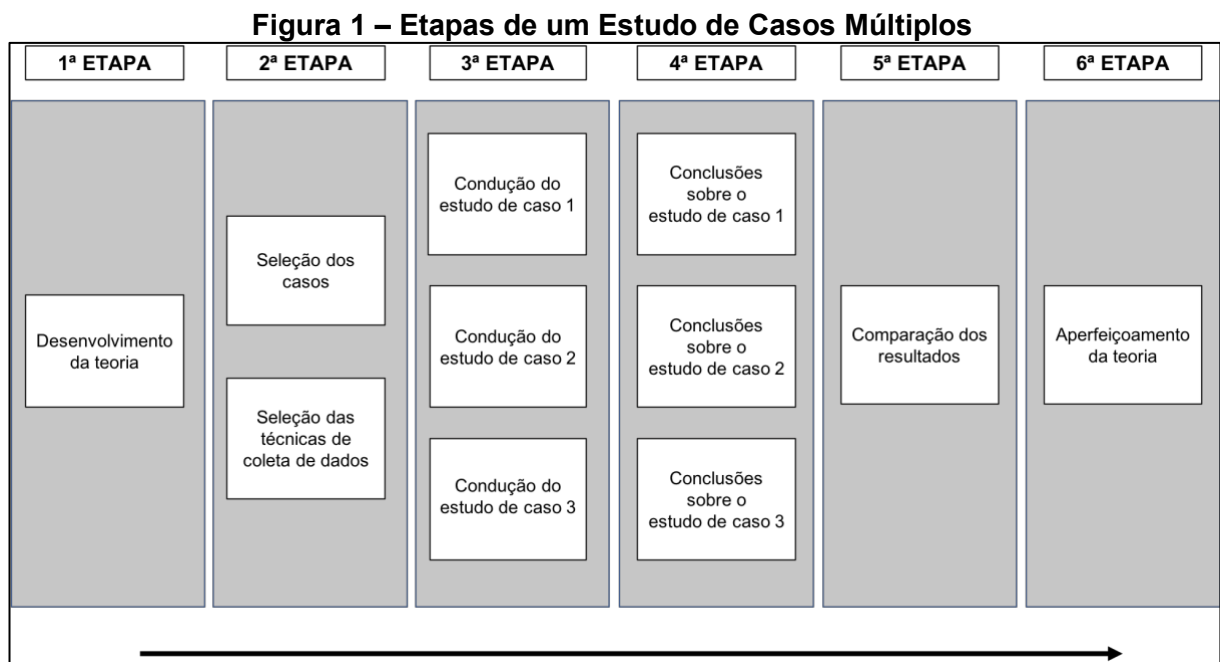
Nota-se, portanto, destacado alinhamento entre o conceito e as características próprias de um estudo de caso e o comportamento dos sistemas adaptativos complexos, aproximando a estratégia de pesquisa utilizada à Teoria da Complexidade, a qual fornece o referencial epistemológico para esta pesquisa. Como resultado, o estudo de caso colabora com a elaboração de uma teoria explicativa que permite a realização de inferências sobre as constatações encontradas no estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 61). Dessa forma, os estudos de caso conduzidos nesta pesquisa tiveram como propósito aperfeiçoar a proposição ou hipótese teórica deste trabalho, transformando-a em uma teoria consistente.

Ademais, uma vez que esta pesquisa examina três diferentes operações de

paz robustas que contam com a presença de unidades de Operações Especiais, o formato adotado é o estudo de casos múltiplos. Segundo Yin (2001, p. 54), por não estarem fundamentadas em apenas um caso isolado, as provas resultantes do estudo de casos múltiplos são consideradas mais convincentes quando comparadas ao estudo de caso único, embasando em melhores condições as conclusões da pesquisa. Nesse sentido, os casos que compõem o estudo de casos múltiplos são a MONUSCO, a UNMISS e a MINUSCA. Esses casos foram selecionados devido ao fato de que essas missões constituem os únicos exemplos de operações de paz com a presença permanente de unidades de Operações Especiais em sua estrutura durante o recorte temporal desta pesquisa. Após terem sido examinados de forma individualizada, as conclusões obtidas em cada um desses estudos de caso foram comparadas, contribuindo com o aperfeiçoamento da hipótese teórica inicial.

Devido ao filtro epistemológico empregado, ressalta-se que a teoria aperfeiçoada ao longo da pesquisa não pode ser utilizada como verdade universal. Entretanto, ela identifica tendências sólidas sobre o impacto das unidades de Operações Especiais para a proteção de civis nas atuais operações de paz robustas das Nações Unidas.

A figura abaixo ilustra as etapas existentes em um estudo de casos múltiplos:



Fonte: adaptado de Yin (2001).

Portanto, esta é uma pesquisa aplicada quanto à sua natureza, explicativa

quanto aos seus fins e indutiva quanto ao seu raciocínio ou base lógica de investigação. Além disso, a abordagem metodológica empregada é a mista, tendo como estratégia de pesquisa adotada o estudo de casos múltiplos.

2.2.2 Visão Operacional da Hipótese

Uma vez delineada a pesquisa, este estudo avança na operacionalização da hipótese ou proposição teórica, a fim de instrumentalizar as condições para a análise do objeto e contribuir com a resposta ao problema de pesquisa. Para tanto, a hipótese foi examinada de acordo com suas variáveis.

Nesse sentido, a hipótese teórica desta pesquisa foi: **o emprego de unidades de Operações Especiais, por meio do uso direto da força, da obtenção de inteligência em ambientes sensíveis e/ou hostis, e da capacitação de forças locais e/ou tropa convencional da ONU, potencializa a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas.**

Da análise das variáveis envolvidas no presente estudo, **o emprego de unidades de Operações Especiais** apresentou-se como a variável independente, tendo em vista que variações ocorridas nessa variável geram efeitos significativos sobre a variável dependente. Por sua vez, **a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas** revelou-se como a variável dependente, considerando-se que a mesma é afetada por mudanças ocorridas na variável independente.

No âmbito das operações de paz das Nações Unidas, as unidades de Operações Especiais desempenham três missões principais, as quais serão detalhadas posteriormente no Capítulo 3: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. De uma forma sucinta, as Tarefas Especiais são operações que pressupõem o uso direto da força por parte das unidades de Operações Especiais. Em termos de proteção de civis, Forças de Operações Especiais conduzem Tarefas Especiais para neutralizar ameaças, capturar pessoal e material e responder a ameaças ou ataques contra civis. Por sua vez, o Reconhecimento Especial consiste na obtenção de inteligência em ambientes sensíveis e/ou hostis, contribuindo com a qualidade das operações desencadeadas pela missão. Por fim, a Assistência Militar visa a capacitação de forças locais e/ou da

própria tropa convencional da ONU, resultando na multiplicação de forças no âmbito da operação de paz (ONU, 2015a).

Além disso, é importante levar em consideração que a condução prévia do Reconhecimento Especial e da Assistência Militar potencializam os efeitos das Tarefas Especiais. Nesse escopo, enquanto o Reconhecimento Especial fornece inteligência sobre as ameaças existentes e potenciais, aumentando a precisão e a eficácia do planejamento, a Assistência Militar permite que essas ações sejam apoiadas por forças locais ou tropas da ONU com melhor grau de treinamento. A figura abaixo sintetiza essa conexão existente entre as missões de Operações Especiais:

Figura 2 – Relação entre as Missões de Operações Especiais e o Uso da Força



Fonte: o autor.

A figura acima demonstra que, direta ou indiretamente, as três missões de Operações Especiais relacionam-se com o uso da força, principal razão pela qual as unidades de Operações Especiais foram implementadas nas operações de paz robustas das Nações Unidas. Assim, a compreensão dessa relação é essencial para a análise da variável independente **“o emprego de unidades de Operações Especiais”**, a qual foi examinada em função das três missões principais previstas para essas unidades no ambiente das operações de paz: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar.

Quadro 1 – Definição Operacional da Variável Independente

VARIÁVEL	DIMENSÕES	INDICADORES	INSTRUMENTOS
O emprego de unidades de Operações Especiais	Tarefas Especiais	Neutralização de ameaças	- Entrevistas - Pesquisa documental - Pesquisa bibliográfica
		Captura de pessoal e/ou material	
		Resposta a ameaças ou ataques contra civis	
	Reconhecimento Especial	Inteligência sobre ameaças	
	Assistência Militar	Capacitação de tropas da ONU	
		Capacitação de forças locais	

Fonte: o autor.

Por sua vez, a variável dependente **“a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas”** foi analisada em função das seguintes dimensões: violência física contra civis e estabelecimento do ambiente seguro. Enquanto a violência física contra civis inclui todas as formas de ataques diretos tendo como alvo a população civil (ONU, 2020, p. 83), o estabelecimento do ambiente seguro está diretamente relacionado com a prevenção da emergência ou do recrudescimento da violência física contra civis. O estabelecimento do ambiente seguro também inclui o desenvolvimento da capacidade de o Estado anfitrião proteger sua população civil (ONU, 2020, p. 12). Essas dimensões foram selecionadas levando-se em consideração que o emprego das unidades de Operações Especiais, no âmbito das operações de paz robustas, é voltado para essas duas categorias de proteção de civis, conforme será detalhado no Capítulo 3.

Dessa maneira, ao examinar-se o impacto sofrido no âmbito das dimensões supracitadas, foi possível analisar se as unidades de Operações Especiais estão cumprindo sua finalidade de potencializar a proteção de civis nas operações de paz robustas selecionadas por este estudo. O quadro abaixo representa a definição operacional da variável dependente desta pesquisa:

Quadro 2 – Definição Operacional da Variável Dependente

VARIÁVEL	DIMENSÕES	INDICADORES	INSTRUMENTOS
A proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas	Violência física contra civis	Total de mortes em decorrência de conflito	- Entrevistas - Pesquisa documental - Pesquisa bibliográfica - Análise de bancos de dados
		Violência sexual contra civis	
		Mortes por ação de forças estatais	
	Estabelecimento do ambiente seguro	Total de confrontos armados	
		Número de deslocados internos	

Fonte: o autor.

2.2.3 Procedimentos para a Coleta de Dados

O estudo de casos múltiplos desta pesquisa foi conduzido dentro de uma proposta de abordagem metodológica mista. Inseridos no estudo de caso, os dados qualitativos foram majoritários, envolvendo os seguintes métodos para coleta: entrevistas, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. De forma complementar e visando ilustrar, realçar e corroborar os resultados encontrados qualitativamente, os dados quantitativos dessa pesquisa foram obtidos através de coleta em bancos de dados e também por meio de pesquisa documental. Creswell e Plano Clarke (2007, p. 71) classificam esse modelo de combinação de métodos mistos como “modelo embutido”, uma vez que o método quantitativo empregado se encontra embutido em um estudo prioritariamente qualitativo.

Com relação aos métodos empregados, além de contribuir com a coleta de dados no âmbito de cada um dos casos estudados, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental foram utilizadas também com o objetivo de desenvolver os referenciais teórico, epistemológico e metodológico deste trabalho, fornecendo preliminarmente o alicerce para este estudo. Segundo Gil (2008), a principal diferença entre essas duas técnicas reside natureza das fontes utilizadas em ambas as pesquisas.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

Considerando-se os casos propriamente ditos, a pesquisa bibliográfica auxiliou na compreensão dos cenários encontrados na República Democrática do Congo, no Sudão do Sul e na República Centro-Africana, na evolução do uso da força por parte das operações de paz desdobradas em cada um desses países, bem como no impacto dessas missões e de suas tropas orgânicas de Operações Especiais no que diz respeito à proteção de civis. Para tanto, as principais fontes bibliográficas utilizadas foram artigos de periódicos científicos, artigos de jornais e revistas, livros de especialistas no assunto e artigos de opinião. Com a intenção de se obter uma amostra bibliográfica relevante, foram pesquisadas fontes nos idiomas português, inglês, espanhol e francês, englobando as diferentes perspectivas advindas de países desenvolvidos e também de nações emergentes.

Por sua vez, a pesquisa documental forneceu os dados necessários para se analisar a doutrina, a composição, a missão, a organização e as principais tarefas atribuídas às unidades de Operações Especiais das Nações Unidas. Assim, foi possível compreender qualitativamente o impacto desejado dessas unidades em cada um dos casos selecionados. Além disso, a pesquisa documental contribuiu para a obtenção de dados concretos sobre o emprego dessas unidades no âmbito das operações de paz em que estão desdobradas. Assim, as principais fontes documentais utilizadas foram as resoluções, relatórios, manuais, ordens de operação e publicações diversas da ONU, dos países envolvidos nessas operações de paz e de outros organismos estatais e internacionais como organizações não-governamentais (ONGs) e humanitárias.

Com o objetivo de coletar informações detalhadas e precisas, e que fossem capazes de fornecer um sólido embasamento para os resultados desta pesquisa, uma série de especialistas foi selecionada para entrevistas semiestruturadas. Tais entrevistas foram conduzidas pessoalmente ou virtualmente por meio de videoconferências. Entre os especialistas selecionados encontram-se integrantes de unidades de Operações Especiais das Nações Unidas, mentores, oficiais de Estado-Maior e experts de missão, bem como lideranças civis e militares das operações de paz em questão. Os principais critérios utilizados para a seleção dos entrevistados foram a participação na MONUSCO, UNMISS ou MINUSCA durante o período no qual as unidades de Operações Especiais já se encontravam desdobradas, bem como o contato direto ou o acesso a relatórios produzidos e ordens recebidas por essas unidades especializadas em suas respectivas missões de paz. Em complemento aos

critérios mencionados, buscou-se também entrevistar militares e civis com notório conhecimento em Operações Especiais. Dessa forma, as personalidades selecionadas possibilitaram a construção de um quadro qualitativo sobre a forma de emprego e o impacto das unidades de Operações Especiais em proveito da proteção de civis.

Ademais, foi realizada uma coleta no âmbito de bancos de dados diversos com o propósito de se obter os índices relacionados à violência física contra civis e ao estabelecimento do ambiente seguro no contexto da MONUSCO, da UNMISS e da MINUSCA. Nesse sentido, os principais índices pesquisados foram: total de mortes em decorrência de conflito; violência sexual contra civis; mortes por ação de forças estatais; total de confrontos armados; e número de deslocados internos. Para a obtenção desses dados numéricos, as fontes mais relevantes foram os bancos de dados de universidades, institutos, organizações não-governamentais e do próprio sistema ONU. No que diz respeito à seleção dos bancos de dados, buscou-se aqueles capazes de disponibilizar dados precisos e com uma frequência mínima anual, no período compreendido entre 2012 e 2020, referentes às regiões selecionadas para a análise: Congo Oriental (Kivu do Norte, Kivu do Sul e Ituri) no caso MONUSCO; Equatória Central no caso UNMISS; e República Centro-Africana no caso MINUSCA.

De uma forma geral, o foco da coleta de dados qualitativos e quantitativos desta pesquisa está compreendido pelo recorte transversal de tempo que se inicia em 2012 e se estende até o final 2020. O ano de 2012 foi o ano de referência imediatamente anterior ao desdobramento da FIB na República Democrática do Congo, marco da evolução do uso da força na história da ONU. Ele também foi o ano que antecedeu a implementação da Companhia de Forças Especiais da Tanzânia, orgânica da FIB, que completou a estrutura da Força-Tarefa de Forças Especiais da MONUSCO. Dessa maneira, o ano de 2013 representa o momento no qual a ONU adotou de forma concreta e definitiva o emprego de unidades de Operações Especiais em suas missões de paz.

2.2.4 Tratamento dos Dados

Para a análise de cada um dos três casos inseridos no estudo de casos múltiplos desta pesquisa, foi utilizada a triangulação de dados. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 64), no que diz respeito à triangulação como estratégia para a análise

de um estudo de caso, a credibilidade dos resultados encontrados é garantida pela utilização de várias fontes de evidência, sendo que a relevância das constatações tem mais qualidade se forem utilizados métodos distintos para coleta dos dados.

Nesse sentido, os três casos examinados nesta pesquisa combinaram diferentes métodos de coleta de dados (pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas e análise de bancos de dados). Após coletados, os dados qualitativos e quantitativos receberam tratamento diferenciado. Enquanto os dados qualitativos foram reunidos e tabulados de acordo com sua especificidade, os dados quantitativos passaram por um tratamento estatístico.

No que se refere especificamente à análise quantitativa, a hipótese teórica de pesquisa assumiu o lugar da hipótese alternativa, contrapondo-se à hipótese nula. Neste caso, ambas as hipóteses apresentam-se da seguinte forma:

H₀: o emprego de unidades de Operações Especiais, por meio do uso direto da força, da obtenção de inteligência em ambientes sensíveis e/ou hostis, e da capacitação de forças locais e/ou tropa convencional da ONU, não potencializa a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas.

H₁: o emprego de unidades de Operações Especiais, por meio do uso direto da força, da obtenção de inteligência em ambientes sensíveis e/ou hostis, e da capacitação de forças locais e/ou tropa convencional da ONU, potencializa a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas.

Inicialmente, os dados numéricos obtidos (total de mortes em decorrência de conflito, violência sexual contra civis, mortes por ação de forças estatais, total de confrontos armados e número de deslocados internos) passaram por uma análise estatística descritiva, buscando uma melhor compreensão do cenário encontrado em cada um dos casos estudados. Sempre que possível, esses dados fizeram referência específica à área de responsabilidade das unidades de Operações Especiais desdobradas em cada uma das três missões analisadas.

Em um segundo momento, foi realizada uma análise estatística inferencial, visando correlacionar os diversos dados associados à proteção de civis durante o período de desdobramento das unidades de Operações Especiais na MONUSCO, na UNMISS e na MINUSCA. Logo, a análise estatística inferencial proporcionou um maior embasamento para que se confirmasse ou se rejeitasse a hipótese nula apresentada.

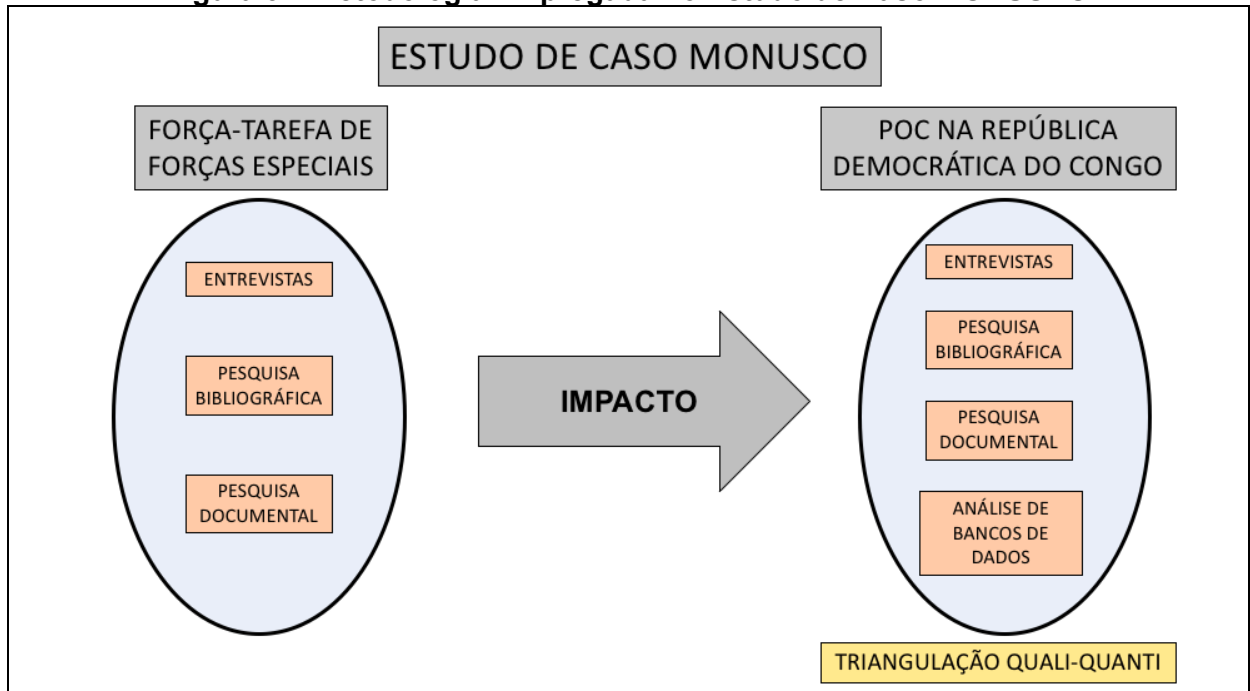
Cervi (2017, p. 169) explica que a confirmação da hipótese nula indica que a diferença entre os valores encontrados na pesquisa é estatisticamente nula. Dessa

forma, essas variações devem-se às oscilações do acaso. Por sua vez, a confirmação da hipótese alternativa permite inferir que as diferenças observadas são estatisticamente significativas, o que se permite concluir, no caso apresentado, que o impacto causado pela respectiva unidade de Operações Especiais, nos diferentes indicadores selecionados, não constituiu eventos aleatórios. Dessa maneira, a refutação da hipótese nula reforça o argumento de que as unidades de Operações Especiais potencializam a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas.

Esta pesquisa utilizou ainda o programa Excel como plataforma estatística para o tratamento dos dados numéricos. Nesse sentido, todas as análises estatísticas, sejam elas descritivas ou inferenciais, foram trabalhadas no Excel, permitindo a obtenção de resultados numéricos e gráficos relevantes a serem inseridos neste trabalho.

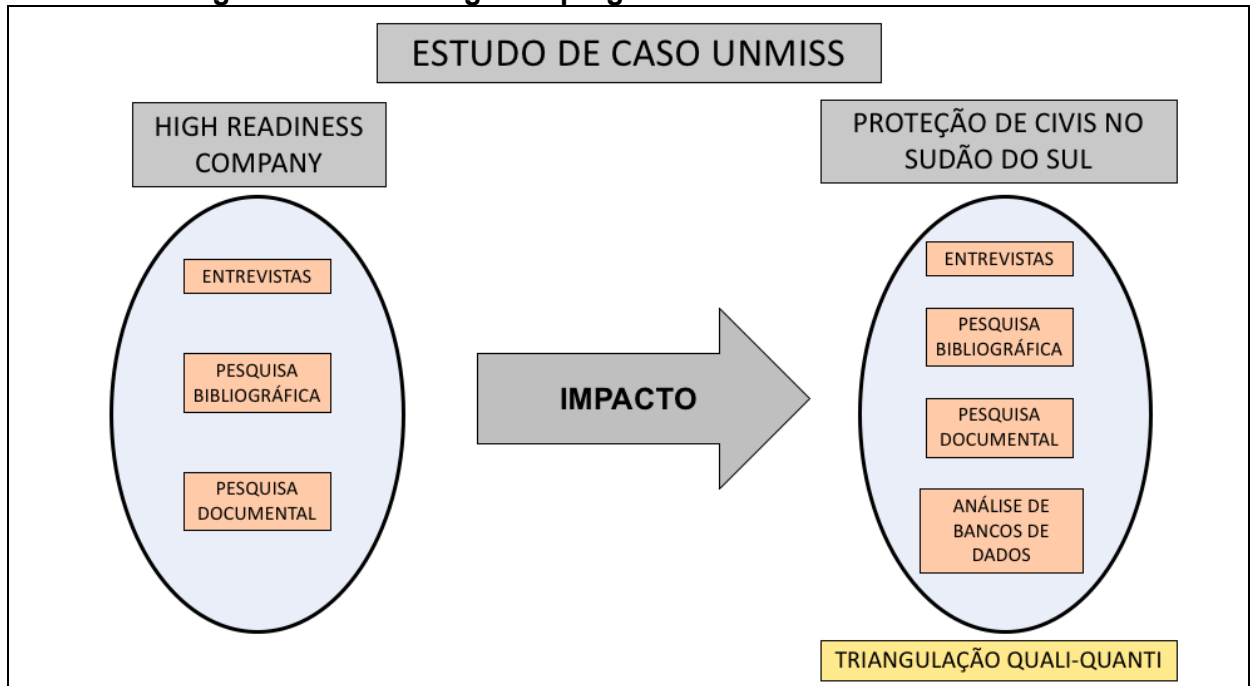
Uma vez que esta pesquisa adota o modelo embutido para a combinação de métodos mistos, a análise qualitativa dos resultados foi predominante. Nesse sentido, em cada caso examinado, os resultados qualitativos foram apresentados em um primeiro momento. Em seguida, foram apresentados resultados quantitativos com foco nas dimensões e indicadores da variável dependente. Na sequência, no âmbito de cada dimensão da variável dependente, foi realizada uma análise com o emprego da triangulação qualitativa-quantitativa, chegando-se a conclusões individualizadas ou parciais para cada um dos casos estudados. As figuras abaixo sintetizam os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta e tratamento dos dados nesta pesquisa.

Figura 3 – Metodologia Empregada no Estudo de Caso MONUSCO



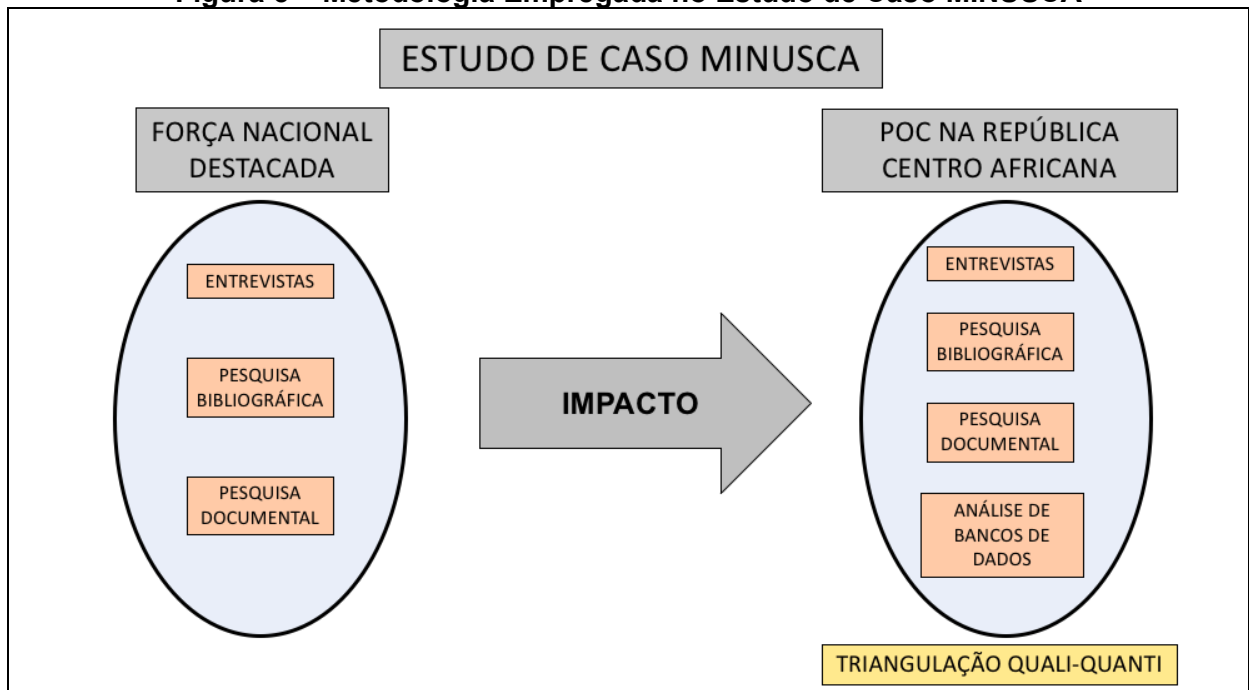
Fonte: o autor.

Figura 4 – Metodologia Empregada no Estudo de Caso UNMISS



Fonte: o autor.

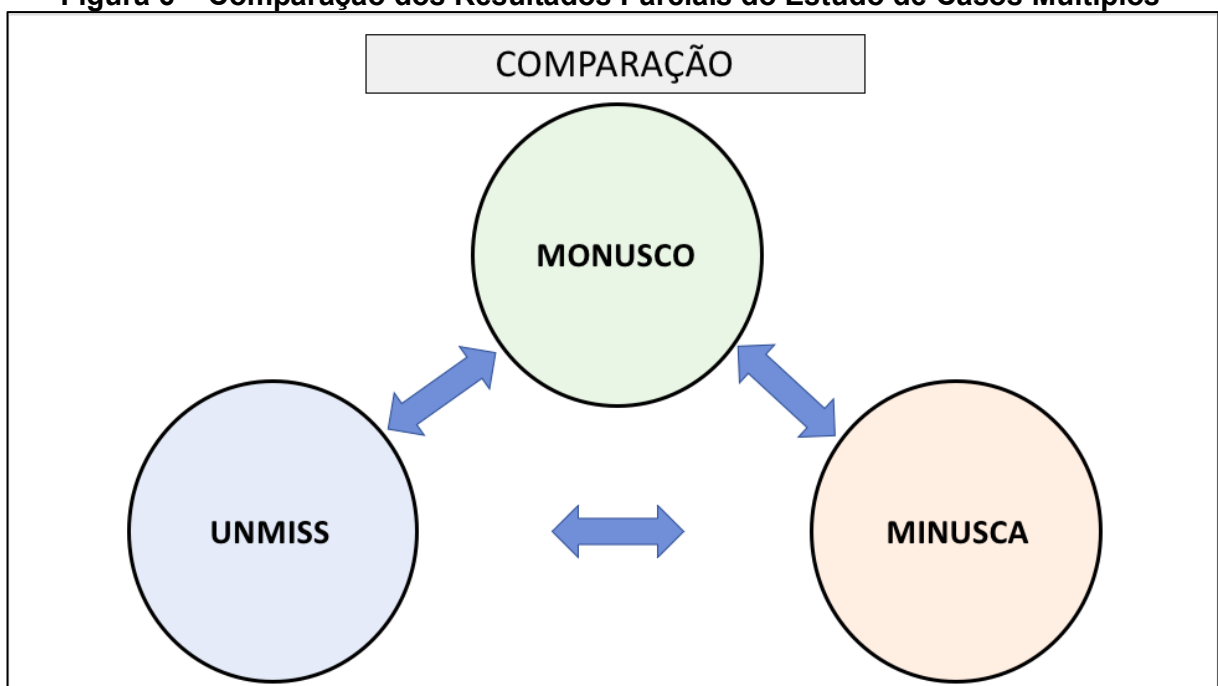
Figura 5 – Metodologia Empregada no Estudo de Caso MINUSCA



Fonte: o autor.

De posse dos resultados parciais, foi realizada uma nova triangulação com o intuito de permitir a comparação dos três estudos de casos. Essa triangulação utilizou a estratégia de adequação ao padrão. Nessa estratégia, a coincidência de padrões foi utilizada para reforçar a validade interna das conclusões obtidas, subsidiando o aperfeiçoamento da teoria proposta (YIN, 2001, p. 136).

Figura 6 – Comparação dos Resultados Parciais do Estudo de Casos Múltiplos



Fonte: o autor.

A comparação ou cruzamento dos resultados parciais conduziu à elaboração dos resultados finais desta pesquisa, sintetizados pela Teoria de Operações Especiais da ONU. Em seguida, de forma a robustecer seu argumento, a Teoria de Operações Especiais da ONU foi analisada segundo as perspectivas das teorias que compõem os referenciais epistemológico e teórico desta tese. Além disso, a Teoria de Operações Especiais da ONU foi examinada com o propósito de justificar a viabilidade do emprego de unidades de Operações Especiais em prol das missões de paz robustas das Nações Unidas.

Por se tratar de um estudo de casos múltiplos, o qual busca retratar e comparar, em um determinado recorte temporal, fenômenos complexos relacionados em seus ambientes naturais, os resultados finais deste trabalho não podem ser considerados regras universais rígidas. Entretanto, esses resultados representam a constatação de fatos e parâmetros cuja generalização contribui com o aperfeiçoamento da hipótese ou proposição teórica deste estudo, consolidando a construção de uma teoria capaz de descrever, na atual conjuntura, a contribuição das unidades de Operações Especiais para a proteção de civis em operações de paz robustas das Nações Unidas.

2.2.5 Limitações do Método

O método de pesquisa selecionado apresentou limitações que impactaram diretamente na coleta de dados deste estudo. Inicialmente, o caráter sigiloso que normalmente envolve o emprego de Forças de Operações Especiais dificulta severamente o acesso a documentos e relatórios. Além disso, uma vez que a doutrina de Operações Especiais da ONU é incipiente, tendo como marco formal o lançamento do Manual de Forças Especiais das Nações Unidas recentemente no ano de 2015, as fontes de consulta sobre o assunto são limitadas, principalmente no que se refere a artigos revisados por pares.

Outra importante limitação ocorre com relação aos locais onde a pesquisa foi desenvolvida: República Democrática do Congo, Sudão do Sul e República Centro-Africana. Como as operações de paz desdobradas nesses países encontram-se em zonas de conflito, existem diversas restrições impostas por autoridades nacionais que dificultam a visita a esses locais. Além disso, não existem recursos financeiros previstos para a realização de pesquisa de campo com o propósito de custear o

pagamento de passagens aéreas, emissão de vistos e hospedagem. Por essa razão, este estudo recorreu a entrevistas com uma série de especialistas desdobrados ou egressos dessas três operações de paz. Documentos das missões como relatórios e ordens fragmentárias relacionados às unidades de Operações Especiais também contribuíram para mitigar a impossibilidade de se conduzir uma pesquisa de campo nesses três países.

Ademais, verificou-se um desafio em isolar geograficamente o impacto das unidades de Operações Especiais em suas respectivas operações de paz. Com esse intuito, buscou-se restringir a coleta de dados sobre a proteção de civis às áreas de responsabilidade de cada uma dessas unidades, o que foi possível nos casos da SFTF na República Democrática do Congo e da HRC no Sudão do Sul. Assim, a coleta de dados nesses países ficou restrita à região do Congo Oriental e do estado da Equatória Central, respectivamente. Contudo, como a FND atua como uma *Quick Reaction Force* em todo o país, não foi possível delimitar uma área geográfica específica dentro da República Centro-Africana.

Uma outra limitação encontrada nesta pesquisa foi a possibilidade de imprecisão dos dados quantitativos coletados, em especial no tocante aos eventos de violência sexual contra civis. Por serem epidêmicos nos países examinados e pela falta de estrutura e/ou convivência das forças locais de segurança, é provável que houve uma subnotificação na quantidade de casos registrados. Assim, para a análise deste e dos demais indicadores, buscou-se complementar os dados quantitativos com dados qualitativos extraídos de entrevistas com os especialistas selecionados, bem como fontes bibliográficas e documentais.

Por fim, com relação à MONUSCO, a estrutura da Força-Tarefa de Forças Especiais foi desfeita no ano de 2021, o que limitou o recorte temporal desta pesquisa até o ano de 2020. Nesse ano, conforme depoimento de De Ávila (2022) à esta pesquisa, a Companhia de Forças Especiais da Tanzânia se tornou uma QRF convencional, muito embora continue a desdobrar individualmente elementos Comandos e/ou Forças Especiais em seus contingentes. Portanto, conforme as demais operações de paz dotadas de unidades de Operações Especiais na atualidade, a MONUSCO também passou a contar com uma estrutura valor companhia a partir de 2021. Uma outra limitação específica da MONUSCO foi a impossibilidade de isolar completamente, entre os anos de 2013 e 2020, o impacto causado pela Companhia de Forças Especiais da Tanzânia e aquele causado pelo

restante da FIB. Nesse sentido, a coleta de dados qualitativos por meio das entrevistas com especialistas ajudou a mitigar essa limitação deste estudo.

CAPÍTULO 3 - REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem por objetivo apresentar um corpo de teoria que visa dar consistência à hipótese deste estudo. Nesse sentido, ele está composto por um quadro teórico, um quadro conceitual e um quadro doutrinário. De forma associada, o quadro teórico é composto pela Teoria das Novas Guerras e pela Teoria da Dissuasão. Por sua vez, os conceitos de proteção de civis, de responsabilidade de proteger (R2P) e de operação de paz robusta constituem o quadro conceitual do referencial teórico. Finalmente, a doutrina *Capstone*, a doutrina de Proteção de Civis nas Operações de Paz das Nações Unidas e a doutrina de Operações Especiais das Nações Unidas fornecem o quadro doutrinário deste trabalho.

3.1 OS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS DO SÉCULO XXI

Diferentes escolas de pensadores definem de formas distintas o fenômeno dos conflitos armados do século XXI. Alguns desses pensadores consideram esses conflitos como uma evolução natural da guerra, incrementada por novas tecnologias. Na contramão desse raciocínio, uma corrente de autores enxerga o conflito contemporâneo como um fenômeno majoritariamente novo, com características e fundamentos que vão além de uma simples adaptação da guerra à era da informação.

Em meio à essa discussão, Visacro (2018, p. 63) chama a atenção para a profusão de termos e proposições doutrinárias que visam definir os conflitos contemporâneos. Entre eles estão “novas e novíssimas guerras”, “guerra pós-moderna”, “guerra pós-heroica”, “guerra irrestrita”, “guerra no meio do povo”, “guerra de terceira onda”, “guerra de quarta geração”, “guerra de três quadras”, “conflito assimétrico”, “guerra híbrida”, entre outros.

Tendo em vista a melhor compreensão do fenômeno da guerra, faz-se necessário verificar o pensamento de alguns dos principais pensadores e estrategistas ao longo da história, a começar pelo general chinês Sun Tzu, no século IV a.C. Sun Tzu foi um dos primeiros estudiosos da guerra, à qual ele tratava como um assunto de importância vital para o Estado. Para o estrategista chinês, cinco fatores eram fundamentais na condução da guerra: a influência moral que harmonizaria o povo e seus líderes; a conduta das operações militares levando-se em consideração as condições climáticas; a boa utilização do terreno; as qualidades do

general comandante da tropa; e a disciplina do exército (SUN TZU, 2005). Sun Tzu (2005) valorizava também outros aspectos que são comumente aplicados nos conflitos contemporâneos como o emprego da estratégia indireta e da dissimulação, de forma a dissuadir o adversário e vencer a guerra com o mínimo de perdas possíveis.

Ainda na antiguidade, o grego Tucídides afirmava que toda a guerra seria motivada por três fatores primordiais: o medo, a honra e o interesse (TUCÍDIDES, 2001, p. 44). Em sua principal obra, o pensador grego descreve o fenômeno da guerra sob o ponto de vista da Guerra do Peloponeso, travada entre Esparta e Atenas entre os anos de 431 a.C. e 404 a.C. No caso retratado, Tucídides argumenta que a guerra tornou-se inevitável após o fortalecimento de Atenas com relação às demais cidades-Estados gregas, que se acentuou em virtude da bem-sucedida resistência ateniense frente aos persas (TUCÍDIDES, 2001, p. XLIII; FREEDMAN, 2013, p. 31). Portanto, assim como Sun Tzu, Tucídides relacionava o fenômeno da guerra à estrutura de Estado existente à época.

Essa associação da guerra ao Estado, a qual já ocorria desde a antiguidade, tornou-se ainda mais comum a partir de 1648, com a Paz de Vestfália. Esse acordo de paz selou o término da Guerra dos Trinta Anos na Europa, marcando também a consolidação de uma nova ordem mundial baseada no sistema de Estados-nação. Assim, Estados independentes renunciavam à interferência nos assuntos internos uns dos outros e cada Estado ficou reconhecido como uma autoridade soberana em seu próprio território (KISSINGER, 2014). Nessa conjuntura, os exércitos deixaram de servir a seus reis e senhores feudais e passaram a ser um monopólio dos Estados nacionais.

É nessa conjuntura que surge o estrategista prussiano Clausewitz, um dos maiores pensadores do fenômeno da guerra de todos os tempos. Após estudar os principais conflitos europeus do século XVIII e combater nas Guerras Napoleônicas, o oficial da Prússia escreveu sua obra “Da Guerra”, na qual discorre detalhadamente sobre a essência desse fenômeno. Nesse sentido, Gray (2006, p. 5) enfatiza a importância da obra de Clausewitz, que passou a fornecer as ferramentas essenciais para a educação de estrategistas em todo o mundo.

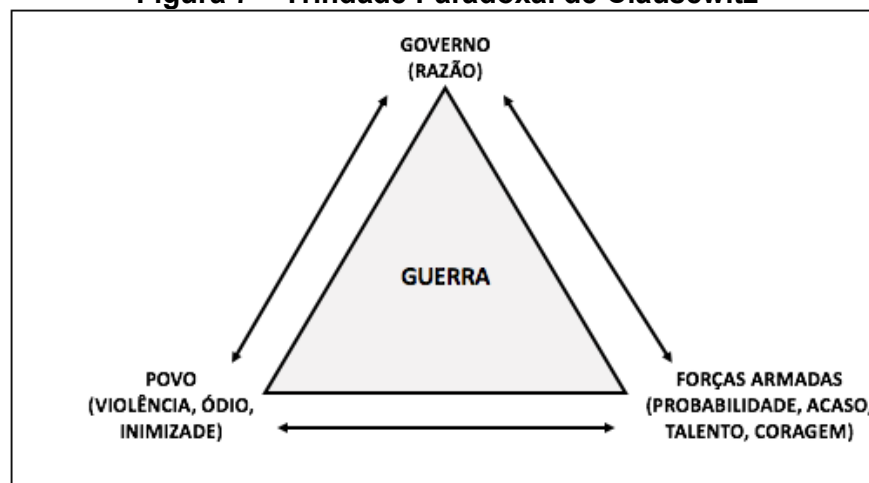
Influenciado pelo período histórico do século XVIII e do início do século XIX, Clausewitz percebe a guerra como a continuação da política de Estado por outros meios. Nesse contexto, o estrategista afirma que “a guerra é, portanto, um ato de força

para obrigar o nosso oponente a cumprir a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 75). Para Clausewitz, o combate e a batalha seriam os componentes centrais da guerra, sendo a destruição da força militar inimiga seu objetivo final.

Além disso, o general prussiano analisa o fenômeno da guerra como uma “trindade paradoxal”. Em uma de suas extremidades estão a violência, o ódio e a inimizade primordiais, que devem ser vistos como uma força natural cega. Na segunda extremidade se localizam o jogo do acaso e da probabilidade, no qual o espírito criativo está livre para vagar. Finalmente, a terceira extremidade é composta pelos elementos de subordinação, como um instrumento da política, que a torna sujeita apenas à razão.

Segundo Clausewitz, as três tendências apontadas na trindade paradoxal poderiam ser traduzidas (em uma trindade secundária) pelas pessoas, o comandante e seu exército, e o governo. Dessa forma, as paixões inflamadas na guerra diriam respeito ao povo. A probabilidade e o acaso estariam ligados ao jogo de talento e de coragem do comandante e de seu exército. Por último, o propósito político ou a razão estariam relacionados ao governo (CLAUSEWITZ, 1984, p. 93).

Figura 7 – Trindade Paradoxal de Clausewitz



Fonte: adaptado de Clausewitz (1984).

A Teoria da Guerra de Clausewitz influenciou fortemente os estrategistas do século XX, sendo indiscutível sua atemporalidade até o final da Guerra Fria. Isso ocorre porque, no período compreendido entre os anos de 1648 e 1991, denominado por alguns autores como “era clausewitziana” (STRACHAN; HERBERG-ROTHER, 2007, p. 6; GRAY, 2006, p. 5), os Estados detinham o monopólio da condução da

guerra. Contudo, o término da Guerra Fria e as ameaças não-estatais contemporâneas alteraram sobremaneira essa realidade.

Por esse motivo, travada no ano de 1991, a Guerra do Golfo significou um marco na história dos conflitos armados. Última guerra da era industrial, ela foi caracterizada pelo alto uso de tecnologia em meio a um conflito interestatal, no qual a coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos da América derrotou o Iraque de Saddam Hussein. Face à desintegração da União Soviética e ao término da Guerra Fria, a atuação dos EUA nesse conflito armado demonstrou sua hegemonia militar, afirmando o país como potência virtualmente imbatível nos campos de batalha convencionais e como grande líder mundial (VISACRO, 2018, p. 51).

No entanto, essa nova ordem mundial capitaneada pelos EUA como potência hegemônica e baseada em valores como paz, segurança, liberdade e Estado de direito acabou não se concretizando nos anos seguintes (VISACRO, 2018, p. 55). A brutalidade perene nos conflitos africanos, materializada pela guerra civil da Somália e pelo genocídio em Ruanda nos anos 1990, bem como a ascensão do terrorismo transnacional após os ataques de 11 de setembro de 2001, erodiram a nova ordem mundial criada pelos EUA e contribuíram para uma guinada no caráter da guerra (SILVA, 2021a, p. 40).

Em consonância com o pensamento de Visacro, Phelan (2011, p. 97) identifica quatro ideias centrais que diferenciam os conflitos contemporâneos dos conflitos industriais e pré-industriais. Primeiro, o campo de batalha pode incluir não só o dispositivo militar, mas toda a sociedade inimiga. Por essa razão, as ações demandam operações de pequenas frações empregadas de forma descentralizada e com a clara compreensão da intenção do comandante. Uma segunda ideia é a logística menos centralizada, tendo em vista a descentralização das operações. Outra ideia é a ênfase na agilidade e na capacidade de manobra. Assim, a massa perde a importância. Por fim, o objetivo principal passa a ser o colapso interno do inimigo ao invés de sua destruição física.

Simons (2011, p. 398) complementa as características da guerra no século XXI, destacando que nesse tipo de conflito inexistente um campo de batalha definido, sendo muito sutil a separação entre combatentes e não-combatentes. Por esse motivo, a população civil acaba sendo a grande vítima da violência. Segundo o autor, esse entendimento é importante para compreender que a vitória nos conflitos contemporâneos depende, em grande parte, da perda de legitimidade do inimigo

frente à população local, o que está condicionado à disseminação de ideias e informações. Logo, cresce de importância a correta compreensão da cultura, idioma e pensamento desse público, numa verdadeira batalha por corações e mentes.

Apesar da grande evolução ocorrida nos conflitos armados, Gray defende que Clausewitz continua relevante nos dias atuais. Segundo o autor, a maioria dos críticos argumenta levemente que a trindade paradoxal formada pelo povo, pelas forças armadas e pelo governo, já não representa a realidade dos conflitos armados no pós-Guerra Fria. Contudo, Gray explica que esses elementos citados são apenas uma exemplificação temporal da trindade paradoxal original de Clausewitz (ou trindade primária), a qual é essencialmente constituída pela violência, o ódio e a inimizade primordiais; pelo jogo do acaso e da probabilidade; e pelo propósito político ou razão. Dessa maneira, os elementos da trindade primária seriam atemporais e continuariam sendo capazes de retratar a natureza da guerra no século XXI (GRAY, 2006, p. 5).

Assim como Gray, Strachan e Herberg-Rothe (2007, p. 3) afirmam que a natureza da guerra permanece a mesma, embora seu caráter tenha mudado. Parafraseando Clausewitz (1984, p. 89), os autores ressaltam que, como um verdadeiro camaleão, a guerra toma diversas formas ao longo da história. Entretanto, sua natureza, a qual seria retratada pela trindade primária, continuaria a mesma. Buscando sustentar seu argumento, Strachan e Herberg-Rothe (2007, p. 4) mencionam a Guerra ao Terror travada pelos EUA e Reino Unido após os ataques terroristas da Al-Qaeda no 11 de setembro de 2001. Apesar das características únicas desse tipo de conflito armado majoritariamente travado contra organizações terroristas, EUA e Reino Unido invadiram o Iraque e o Afeganistão fundamentados em objetivos políticos, respaldados pelo sentimento popular e contando com a habilidade de suas forças armadas frente às incertezas do campo de batalha.

Mary Kaldor também analisa a relevância de Clausewitz no século XXI, ponderando sobre a necessidade da reinterpretação de princípios contidos em sua obra para os dias atuais. Nesse sentido, a autora descarta definitivamente a trindade secundária composta pelo povo, as forças armadas e o governo, uma vez que a maioria dos conflitos contemporâneos são travados por uma gama de atores não-estatais. No entanto, Kaldor (2010, p. 271) reconhece a universalidade da trindade primária, a qual ela sintetiza em sentimento, acaso e razão.

Além disso, Kaldor (2010, p. 280) salienta a importância do pensamento de Clausewitz no campo da resolução de conflitos, destacando três princípios

fundamentais que podem ser compreendidos nos dias atuais da seguinte forma: o controle político sobre as operações militares, as quais devem essencialmente proteger civis e permitir a criação de ambientes seguros; a importância do gênio militar (ou civil), capaz de identificar o centro de gravidade do conflito em meio a todas as incertezas do ambiente operacional (Kaldor cita como referência o brasileiro Sérgio Vieira de Mello); e a importância dos valores morais, os quais são essenciais para o sucesso de uma força de paz.

Com o intuito de captar essa leitura mais contemporânea do pensamento de Clausewitz, particularmente no que diz respeito ao ambiente de resolução de conflitos no qual as operações de paz das Nações Unidas são implementadas, este estudo fundamenta-se na *New Wars Theory* ou Teoria das Novas Guerras, de Mary Kaldor. De acordo com a autora, nas Novas Guerras não há distinção clara entre interno e externo, uma vez que elas são ao mesmo tempo locais e globais. Por essa razão, elas não se encaixam nem como conflitos interestatais nem como guerras civis ou internas. De certa forma, as Novas Guerras são uma mistura de guerra (violência organizada visando objetivos políticos), crime (violência organizada para fins particulares) e violação de direitos humanos (violência contra civis) (KALDOR, 2012b, p. 207). De fato, destaca-se nos conflitos do século XXI a exagerada violência contra civis. Enquanto nas grandes guerras do século XX as vítimas civis correspondiam a apenas 20% do total, nos conflitos contemporâneos esse percentual chega a incríveis 80% (KALDOR, 1999).

Fruto de um mundo globalizado, as Novas Guerras relacionam-se à fragmentação e ao enfraquecimento dos Estados. A participação popular no conflito é baixa devido à inexistência de salários e a falta de legitimidade da maior parte dos grupos armados. Uma vez que essas guerras são normalmente travadas em Estados frágeis, a produção doméstica é mínima e o esforço de guerra é dependente da exploração local abusiva e de apoio externo. Os fatores que caracterizam o fracasso estatal e criam o ambiente necessário para esse novo tipo de conflito são: perda da capacidade de captar receitas; perda da legitimidade; desordem crescente; e fragmentação militar (KALDOR, 2012b, p. 94).

De uma forma sumária, as Novas Guerras se diferenciam das demais particularmente quanto aos seus objetivos, métodos de combate e formas de financiamento. Em primeiro lugar, esses conflitos armados contemporâneos possuem objetivos relacionados com a “política identitária”, os quais sobrepõem objetivos

geopolíticos ou ideológicos de épocas passadas. Política identitária pode ser compreendida como a reivindicação de poder baseada em uma identidade própria, seja ela nacional, tribal, religiosa ou linguística. Nesse sentido, todas as guerras envolvem um choque de identidades. Em muitos casos, a política identitária se confunde com as disputas étnicas (KALDOR, 2012b, p. 7).

Resultado da desintegração ou erosão das estruturas do Estado moderno, em especial o colapso dos Estados comunistas após 1989 e a perda de legitimidade dos Estados pós-coloniais na África, a política identitária tende a ser fragmentária, retrógrada e exclusivista. Isso ocorre porque grupos políticos baseiam-se na exclusão identitária para gerar uma minoria, que busca identificar-se com heróis do passado, memórias de injustiças reais ou imaginárias, conflitos vencidos ou perdidos. A política identitária envolve também a discriminação psicológica contra outros grupos político-sociais, podendo resultar na expulsão territorial ou genocídio dessas pessoas (KALDOR, 2012b, p. 81).

Com relação aos métodos de combate, Kaldor (2012b, p. 9) afirma que as Novas Guerras mesclam a estratégia das guerras de guerrilha com a das operações clássicas de insurgência. Assim, conforme as guerrilhas, as Novas Guerras evitam ao máximo o engajamento em batalhas e buscam controlar politicamente o território, ao invés de conquistá-lo com poderio militar. No entanto, ao invés de ganhar corações e mentes como buscavam (ao menos em teoria) Mao Tse Tung e Che Guevara, as Novas Guerras trazem das operações de insurgência as técnicas de desestabilização baseadas na combinação de ódio e medo. Essa estratégia normalmente envolve a expulsão de parte da população local por diversos meios, incluindo assassinatos em massa, reassentamento forçado, e intimidação nas esferas política, econômica e psicológica. Essa nova forma de combate empregada nas Novas Guerras explica o elevado número de refugiados e deslocados nos dias atuais, bem como o exagerado número de vítimas civis. Cabe destacar que o terrorismo transnacional da atualidade também utiliza essa forma de combate, uma vez que emprega a violência para espalhar o ódio e o medo.

O terceiro aspecto que caracteriza as Novas Guerras é o modo de financiamento, realizado por meio de uma economia de guerra globalizada. Essa última, que agrega recursos obtidos dentro e fora da área de conflito, se opõe à economia de guerra centralizada e autárquica dos grandes conflitos do século XX, sendo bastante descentralizada. Como esses novos conflitos ocorrem geralmente em

países frágeis, grupos armados se sustentam por meio de pilhagens, tomada de reféns, extorsão da população local e agentes humanitários, participação no mercado negro e ajuda externa. A participação no mercado negro inclui o tráfico ilegal de drogas, armas ou *commodities* como diamante e petróleo. A ajuda externa, por sua vez, pode ter origem em diásporas, desvio de ajuda humanitária e apoio de governos vizinhos. Por suas características transnacionais e à margem das leis, essa economia de guerra globalizada tende a se espalhar além de fronteiras nacionais (KALDOR, 2012b, p. 10).

Além dessas três características que distinguem as Novas Guerras das demais, é importante identificar seus principais participantes, os quais são uma grande mistura de atores estatais e não-estatais, incluindo cinco categorias principais: exércitos regulares ou remanescentes, grupos paramilitares, grupos de autodefesa, mercenários estrangeiros e tropas estrangeiras regulares. Esses grupos agem de maneira descentralizada, operando através de uma mistura de confrontação e cooperação, mesmo quando em lados opostos (KALDOR, 2012b, p. 9).

Resumindo a Teoria das Novas Guerras, esses conflitos do século XXI possuem objetivos políticos de acordo com uma base identitária ou étnica. A estratégia militar para atingir esse objetivo é o deslocamento e a desestabilização da população que não se enquadra no mesmo grupo identitário, por meio do ódio e do medo. Como as diversas facções político-militares obtêm seus recursos abusando da população local, dilapidando um Estado já degradado e tirando proveito da ajuda internacional para as vítimas do conflito, é interessante que o conflito se perpetue, com uma baixa intensidade, para que essas facções se sustentem e possam afirmar seu poder político (KALDOR, 2012b, p. 116).

3.2 PROTEÇÃO DE CIVIS NAS NAÇÕES UNIDAS

Em meio aos conflitos complexos do século XXI, a ONU precisou se adaptar para continuar cumprindo sua missão precípua na busca da paz mundial. Levando-se em consideração que a população não-combatente tornou-se a principal vítima dos conflitos atuais, fez-se necessária a adoção de novas estratégias para que as operações de paz fossem capazes de proteger civis em ambientes de conflito armado. Nesse cenário, os conceitos de proteção de civis, de responsabilidade de proteger e de operação de paz robusta contribuíram para a mudança da dinâmica das missões

de paz no âmbito das Nações Unidas, permitindo um relevante incremento do uso da força.

Dentro da conjuntura das operações de paz, a POC aparece como um conceito complexo que possui diferentes significados para atores humanitários, políticos, jurídicos e militares. Por esse motivo, a ONU oferece diversas definições para o conceito de POC. Atendo-se ao campo militar, a proteção de civis pode ser compreendida como um conjunto de tarefas envolvendo o uso da força para deter ou responder a ataques sobre populações vulneráveis. Ademais, ainda sob uma perspectiva militar, a POC está relacionada ao apoio para que organizações humanitárias criem “espaços humanitários” (ONU, 2012, p. 19).

Tradicionalmente, o conceito de POC surgiu como resultado dos horrores causados pelas guerras dos séculos XIX e XX, dentro do princípio de que não-combatentes deviam ser poupados da violência gerada pelos conflitos. Essa perspectiva, também conhecida como *Narrow POC*, pode ser encontrada no Direito Internacional Humanitário, tanto na Quarta Convenção de Genebra de 1949, como em seus protocolos adicionais de 1977. Em 1995, na Bósnia, novos atores como as agências humanitárias começaram a se engajar em ações de POC, provendo alimentação e infraestrutura na região. Dessa forma, esses atores desenvolveram uma segunda perspectiva para o conceito chamada de *Broad POC* (BREAKEY et al., 2012).

Nesse contexto, Bachmann e Gelot (2012, p. 133) analisam a relevância que o conceito da POC tomou com a mudança no caráter dos conflitos armados a partir dos anos 1990. Nesse novo ambiente com um número crescente de guerras civis, operações de paz e atores humanitários, a POC foi levada ao centro dos debates da comunidade internacional, sendo formalmente acatada pelo CSNU por meio da Resolução 1265 (1999).

Em 1994, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresentou uma concepção de segurança humana concebida como uma abordagem integral e multidisciplinar da segurança individual, integrando sete dimensões: econômica, alimentar, sanitária, ambiental, física, comunitária e política. Ao mesmo tempo, a comunidade internacional aprofundou o debate em POC, instigando atores multinacionais a desenvolver respostas que iriam mitigar as violações de direitos humanos (ONU, 1994).

Nesse sentido, com o objetivo de proteger a população vulnerável em zonas de conflito tomando por base o conceito de segurança humana, a comunidade internacional teve que desenvolver uma abordagem mais complexa para lidar com o assunto. Nesses locais, pessoas são expostas a uma ampla variedade de perigos e riscos como assassinatos, sequestros, fome, doenças, falta de moradia e falta de serviços de saúde. Por essa razão, as estratégias progressivas de resolução de conflitos, baseadas no uso de forças militares treinadas para enfrentar ataques convencionais de exércitos estrangeiros, provaram ser ineficientes diante de todas essas novas demandas de segurança (KALDOR, 2012a, p. 3).

Dessa forma, ciente de que somente as forças armadas não eram mais capazes de resolver os conflitos contemporâneos, a comunidade internacional decidiu colocar em prática a abordagem compreensiva ou *comprehensive approach*, baseada em uma perspectiva de cooperação civil-militar. De Coning (2008, p. 8) explica que essa nova estratégia parte do pressuposto de que todos os atores envolvidos como agências, governos e organizações devem somar esforços para explorar modelos e mecanismos que propiciem respostas coerentes, cooperativas e coordenadas para a proteção de civis e para a resolução dos conflitos.

A estratégia da abordagem compreensiva influenciou as operações de paz das Nações Unidas, as quais se tornaram complexas ou multidimensionais. Logo, além de forças militares, as operações de paz contemporâneas desdobradas em ambientes hostis e voláteis são compostas também pelos componentes policial e civil. Ao contrário das operações de paz tradicionais, as quais têm como foco o monitoramento de fronteiras, o estabelecimento de *buffer zones* ou zonas tampão para separar forças oponentes e a verificação de diversos aspectos relativos à desmilitarização de áreas, as operações de paz multidimensionais também compreendem o desarmamento de beligerantes, a organização e supervisão de eleições, a entrega de ajuda humanitária, a proteção de civis e de pessoal da ONU, a garantia da liberdade de movimento e a capacitação do Estado anfitrião (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 194; KALDOR, 2012b, p. 119). Portanto, o principal propósito das operações de paz multidimensionais é atingir as causas estruturais ou raízes dos conflitos contemporâneos, lançando os alicerces para uma paz duradoura.

Dentro do enquadramento das missões de paz multidimensionais, o Departamento de Operações de Paz (DPO) desenvolveu uma doutrina própria, materializada por documentos como o manual de Proteção de Civis (ONU, 2012) e o

Handbook de Proteção de Civis nas Operações de Paz das Nações Unidas (ONU, 2020). De acordo com esses documentos, o DPO entende que a proteção de civis deve ser implementada segundo o Conceito Operacional de POC, também denominado “abordagem das três camadas”: proteção por meio do processo político; proteção contra violência física; e estabelecimento de ambiente seguro. Dessa maneira, a abordagem das três camadas surge como uma tentativa de fornecer à liderança das missões, bem como às tropas e policiais de países contribuintes, um conceito prático para ser aplicado no ambiente das operações de paz (ONU, 2012, p. 65; ONU, 2020, p. 12).

A primeira camada (proteção por meio do processo político) inclui a prestação de bons ofícios para as partes do acordo de paz, a facilitação do processo político através da mediação, o apoio ao processo reconciliatório e a ligação ativa entre o país anfitrião e todos os atores de interesse no âmbito nacional e internacional. Essa abordagem política depende da existência de um ambiente relativamente seguro e tem como objetivo prevenir o ressurgimento de violações aos direitos humanos no longo prazo, materializando assim a paz duradoura (ONU, 2012, p. 70).

A segunda camada (proteção contra violência física) inclui a prevenção, a dissuasão e a resposta ativa a situações nas quais civis estão sob ameaça de violência física. Logo, as atividades relacionadas a essa camada variam desde medidas rotineiras e preventivas até robustos engajamentos contra grupos armados recalcitrantes. Dependendo do nível da ameaça, as respostas às violações de direitos humanos são lideradas pelo componente policial ou pelo componente militar (ONU, 2012, p. 71). Em ambientes hostis, o pilar militar da operação de paz adquire proeminência no que diz respeito a essa camada.

A terceira camada (estabelecimento de um ambiente seguro) compreende a promoção da proteção legal, a facilitação da ajuda humanitária e o apoio às instituições nacionais. Assim, as tarefas normalmente relacionadas a essa camada são o monitoramento de direitos humanos, proteção infantil, ajuda humanitária, assim como intervenções técnicas e políticas para assistir o Estado e as partes envolvidas no conflito. Ademais, a terceira camada também foca no desenvolvimento de capacidades locais e instituições para assegurar a reconstrução da área de conflito ao longo do tempo (ONU, 2012, p. 72).

Na visão do DPO, as três camadas são igualmente importantes e devem ser conduzidas simultaneamente, gerando resultados permanentes no tocante à proteção

de civis em ambientes de conflito. Entretanto, as operações de paz são geralmente os únicos atores internacionais capazes de proteger diretamente a população civil de violência física (ONU, 2012, p. 70). Por essa razão, fracassos na execução da segunda camada podem comprometer a legitimidade e a credibilidade da missão de uma forma generalizada, tanto no contexto local como no plano internacional, impedindo que a operação de paz conduza as demais camadas e obtenha sucesso.

Além disso, visando melhorar e maximizar os efeitos da abordagem das três camadas, o DPO explica que a proteção de civis deve ser conduzida em três diferentes níveis: estratégico, operacional e tático. No nível estratégico, a liderança da missão deve assegurar que a estratégia de POC possua uma abordagem compreensiva, estando alinhada e embasada nos objetivos estratégicos da missão. Nesse caso, deve-se também levar em consideração a estratégia adotada pela missão no nível político. Ademais, é fundamental que a estratégia de POC se traduza em objetivos, indicadores e planos integrados entre os componentes da missão. Isso torna possível monitorar e avaliar sua implementação (ONU, 2020, p. 43).

No nível operacional, a efetividade da proteção de civis depende das ações coordenadas entre os diversos componentes da missão, com um horizonte temporal de até 12 meses. Nesse sentido, uma equipe de planejamento, apoiada pelo Centro de Operações Conjuntas (JOC) da missão, deve coordenar as ações relativas à POC de acordo com o plano conjunto operacional estabelecido (ONU, 2020, p. 60). Normalmente, os níveis estratégico e operacional encontram-se mais alinhados com a primeira e terceira camada da POC, uma vez que ambos buscam atingir objetivos de médio para longo prazo.

Por outro lado, no nível tático, o DPO chama a atenção para a relevância da segunda camada da POC, a qual consiste em ações realizadas pelos componentes da missão para prevenir ou responder imediatamente à violência praticada contra civis (ONU, 2020, p. 61). Em ambientes hostis, o componente militar se torna o centro de gravidade da missão, uma vez que ele é o principal responsável por conduzir as ações compreendidas na segunda camada em zonas de conflito.

Por fim, a proteção de civis requer ações visando o curto e o longo prazo. Logo, o DPO argumenta que a POC deve ser implementadas ao longo de quatro fases: prevenção, preempção (ou antecipação), resposta e consolidação (ONU, 2020, p. 12). A fase de prevenção ocorre quando não existe ainda ameaça claramente identificada. Na preempção, já existe a identificação das possíveis ameaças e as ações para

impedir os ataques contra civis são antecipadas. Por sua vez, a fase da resposta acontece quando os ataques a civis estão ocorrendo ou na iminência de ocorrer. Por último, a consolidação ocorre quando a violência contra civis já foi reduzida. Dessa maneira, enquanto as fases de prevenção e consolidação incluem ações de longo prazo visando o estabelecimento ou a manutenção do ambiente seguro e estável, a prevenção e a resposta focam em resultados no curto prazo com o propósito de reduzir a violência física contra civis. Assim como as três camadas, as quatro fases não são mutuamente exclusivas e podem ocorrer de forma simultânea (ONU, 2020, p. 13).

Portanto, em operações de paz multidimensionais, o sucesso na proteção de civis depende inicialmente da capacidade do componente militar em reduzir a violência e criar as condições para o estabelecimento de um ambiente estável. Assim que um grau mínimo de estabilidade é atingido, atores políticos e humanitários assumem a liderança, engajando-se com autoridades nacionais com o objetivo de eliminar as causas estruturais do conflito e, conseqüentemente, obter uma solução duradoura.

3.3 O USO DA FORÇA NAS OPERAÇÕES DE PAZ

As operações de paz tradicionais foram dominantes ao longo do século XX, normalmente sendo implementadas para separar Estados nacionais rivais após um acordo de cessar-fogo. Os princípios que norteavam essas operações eram o uso limitado da força somente para a autodefesa, o consenso e a cooperação das partes envolvidas, e a imparcialidade das Nações Unidas no tocante às forças armadas oponentes (AGUILAR, 2015, p. 255). Além disso, as superpotências da Guerra Fria exerciam um papel dominante no cenário internacional, ofuscando a ONU como um importante ator global. Dessa forma, incapaz de se impor frente a forças armadas nacionais e limitadas pelos interesses de EUA e URSS, o uso da força não constituía uma opção viável para as operações de paz tradicionais.

Durante todo o período da Guerra Fria, a Operação das Nações Unidas no Congo, desdobrada entre 1960 e 1964, representou uma exceção no que se refere ao uso da força em operações de paz. Naquela ocasião, a ONUC recebeu autorização do CSNU para utilizar toda a força necessária a fim de controlar a província rebelde de Katanga na atual República Democrática do Congo. Essa autorização resultou no

lançamento de operações militares ofensivas sobre os separatistas (DIEHL, 1994, p. 51). Contudo, Diehl (1994, p. 53) explica que os resultados obtidos pela missão de paz foram controversos. De acordo com o autor, enquanto a ONUC pode ser considerada bem-sucedida como uma operação militar tradicional, ela configurou um fracasso como operação de paz por haver excedido o entendimento existente sobre neutralidade e uso da força somente para a autodefesa. Como consequência, o CSNU se retraiu e as operações de paz da ONU retornaram ao modelo tradicional.

No início dos anos 1990, o colapso do bloco Oriental encerrou a ordem bipolar no sistema internacional, permitindo que as Nações Unidas ocupassem um lugar de maior importância na política mundial. Nesse contexto, a demanda por operações de paz cresceu exponencialmente. No período de apenas cinco anos, entre 1988 e 1993, a ONU desdobrou mais operações de paz do que em todos os quarenta anos precedentes. Soma-se a isso o fato de que as missões cresceram em amplitude e se tornaram multidimensionais ao incluir atividades associadas à entrega de ajuda humanitária e a programas de reconstrução de Estados (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 93).

No entanto, o ambiente pós-Guerra Fria contribuiu para o aumento do número de conflitos e afetou a própria estabilidade internacional. Logo, o otimismo dos anos 1990 foi sendo substituído por grande ceticismo da comunidade internacional, o qual foi acentuado por graves fracassos nas missões de paz da ONU. Em 1994, ao longo de aproximadamente 100 dias, cerca de 800 mil pessoas foram perseguidas e massacradas em Ruanda. O alvo dos ataques foi, preponderantemente, a minoria étnica *Tutsi*. Na ocasião, as forças da ONU que se encontravam no país, como parte da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), se prostraram impotentes diante dos assassinatos em massa, mutilações, desaparecimentos forçados, estupros coletivos e tortura de civis inocentes (VISACRO, 2018, p. 59).

Visacro (2018, p. 60) também ressalta a ineficácia da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR) nos Bálcãs. Nessa ocasião, em meio à decomposição da antiga Iugoslávia, limpezas étnicas e crimes contra a humanidade chocaram a comunidade internacional. Dentre todos os acontecimentos, a tropa da ONU ficou marcada particularmente pelo genocídio de Srebrenica, no qual os capacetes azuis foram incapazes de deter o ataque de paramilitares de origem sérvia que dizimou cerca de 8.000 civis bósnios.

Um terceiro acontecimento agregou ainda mais críticas à postura passiva das tropas da ONU frente aos atos de grave violação de direitos humanos. No ano de 1999, a Resolução 1270 dotou a Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL) com um mandato explícito de proteger civis. No entanto, as tropas presentes na missão mostraram-se inertes face ao mandato recebido do CSNU. Este fato se concretizou quando cerca de 500 capacetes azuis da UNAMSIL foram capturados e feitos reféns sem disparar um único tiro, o que foi extremamente vergonhoso para a ONU (LYONS, 2018, p. 110).

O repetido fracasso das operações de paz, associado à demanda crescente do desdobramento de capacetes azuis em novas missões, levou o secretário-geral da ONU Kofi Annan a determinar a organização do Painel das Operações de Paz das Nações Unidas, que foi liderado pelo antigo ministro das relações exteriores da Argélia Lakhdar Brahimi. Em setembro do ano 2000, como resultado do painel, o Relatório Brahimi realizou diversas recomendações para o melhor desempenho das missões de paz da organização. Entre elas, o relatório ressaltou que o componente militar de uma operação de paz deveria ser robusto o suficiente para defender a si mesmo de forma efetiva e proteger os civis sob sua responsabilidade (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010, p. 129). Nesse sentido, Kenkel (2013, p. 130) ressalta que os grandes fracassos das operações de paz nos anos 1990 influenciaram diretamente na permissividade para o uso da força nas operações de paz das Nações Unidas.

É neste contexto que o conceito de proteção de civis associa-se ao conceito de responsabilidade de proteger. Esse último surgiu pela primeira vez em 2002, quando o secretário-geral da ONU endossou o relatório intitulado Responsabilidade de Proteger, produzido pela Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS). A ICISS era uma comissão independente, patrocinada pelo governo canadense e dirigida por Gareth Evans, antigo ministro das relações exteriores australiano, e Mohammed Sahnoun, antigo diplomata argelino. O relatório salientou que a responsabilidade de proteger cidadãos contra violações de direitos humanos deveria recair primariamente sobre os Estados. No entanto, quando os Estados fossem comprovadamente incapazes ou se mostrassem relutantes em cumprir seu dever, a responsabilidade deveria ser transferida para a comunidade internacional (WHEELER; BELLAMY, 2014, p. 487).

O grande diferencial da R2P em relação aos modelos tradicionais de intervenção humanitária era a sua divisão em três parâmetros: a responsabilidade de

prevenir, a responsabilidade de reagir e a responsabilidade de reconstruir. A ideia de definir uma sequência encadeada de processos políticos era uma tentativa de responder aos críticos que argumentavam que as intervenções humanitárias eram apenas uma tentativa de utilizar o argumento de proteção de indivíduos para, na verdade, atingir os objetivos políticos das forças intervencionistas. Outra crítica que o documento buscava solucionar era a questão da seletividade, um dos principais aspectos de perda de legitimidade das intervenções humanitárias (BELLAMY, 2006).

Em 2005, durante a Cúpula Mundial da ONU, a R2P foi aprovada por unanimidade pelos Estados-membros. Segundo o texto sancionado, os Estados-nacionais possuem a obrigação de proteger suas populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Além disso, se um Estado fracassa ao proteger sua população contra essas violações de direitos humanos, cabe à comunidade internacional tomar medidas decisivas e oportunas sob os auspícios da Carta das Nações Unidas (BELLAMY, 2014, p. 53).

Arredondo (2014, p. 275) enfatiza que a R2P é uma ferramenta muito importante para a resolução de conflitos, uma vez que ela esclarece e reforça as obrigações dos Estados de proteger as populações vulneráveis. Logo, quando o Estado falha em proteger civis, seja por incapacidade ou por falta de vontade política, a comunidade internacional deve assumir esse papel. Dessa maneira, como último recurso em caso de atrocidades humanitárias, o CSNU deve autorizar uma intervenção militar internacional na zona de conflito.

No ano de 2008, a doutrina *Capstone* foi lançada pelo DPO, significando um importante marco no sentido de fortalecer as operações de paz da ONU. Destaca-se nessa nova doutrina a revisão do princípio do uso mínimo da força, que passou a incorporar, além da autodefesa, todas as medidas necessárias para a defesa do mandato. O DPO justifica essa mudança ao analisar o cenário dos conflitos contemporâneos, que se caracteriza pela presença de inúmeras ameaças como milícias armadas, grupos criminosos e outros atores recalcitrantes, capazes de prejudicar o processo de paz e causar graves danos à população civil (ONU, 2008, p. 35).

Além disso, baseado na reinterpretação dos princípios das missões de paz e numa tentativa de impedir novos fracassos no que diz respeito à proteção de civis, a doutrina *Capstone* introduziu o conceito de operação de paz robusta, a qual deve ser implementada em ambientes operacionais complexos e hostis. Por definição,

operações de paz robustas são baseadas no capítulo VII da Carta das Nações Unidas e compreendem o uso da força no nível tático com o consentimento da autoridade anfitriã e/ou das principais partes do conflito. Portanto, as operações de paz robustas dependem da efetividade de seu componente militar em fazer uso de toda a força necessária para cumprir o mandato da missão. É importante frisar que esse novo tipo de operação de paz não corresponde a uma missão de imposição da paz, uma vez que essa última não requer o consentimento das principais partes do conflito e pressupõe o uso da força no nível estratégico ou internacional (ONU, 2008, p. 19).

Hegre, Hultman e Nygard analisam os fatores de sucesso nas operações de paz, afirmando que quanto mais a ONU está disposta a gastar em suas missões, e quanto mais robustos são os mandatos, maiores as chances de haver redução nos conflitos. Por outro lado, operações de paz levemente armadas e com mandatos limitados estão susceptíveis a não obterem nenhum efeito na manutenção da paz. Logo, operações de paz multidimensionais com mandatos robustos tendem a resultar em efeitos positivos e significativos para o processo de paz (HEGRE, HULTMAN e NYGARD, 2018, p. 216).

Nessa mesma linha de pensamento, Kaldor (2012b, p. 66) reflete sobre o conflito na Bósnia, argumentando que uma abordagem mais robusta teria facilitado as tarefas das tropas da ONU e diminuído a vulnerabilidade de seu pessoal, comumente tomado como refém ou sendo alvo de ataques. Tal fato pôde ser comprovado quando soldados britânicos, que escoltavam um comboio humanitário da cidade de Tuzla para Kladanj, responderam ao fogo dos sérvios que atiravam das elevações próximas à estrada. O que se viu foi uma redução nítida na inquietação promovida pelos rebeldes. Por essa razão, Kaldor (2010, p. 280) defende que o sucesso na resolução de conflitos depende de uma operação de paz internacional robusta, compreendendo os pilares militar, policial e civil.

Após a adoção do novo arcabouço político-jurídico pela comunidade internacional, Berdal (2019, p. 125) salienta que, nas últimas duas décadas, foi possível observar um aumento significativo do uso da força nas operações de paz, resultando em alguns grandes sucessos no nível tático. Nesses casos, o fator primordial e comum para o bom desempenho da missão foi a disponibilidade de tropas altamente capazes, bem equipadas e lideradas de forma eficiente. Nesse sentido, o autor destaca o contingente liderado pela tropa brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), a qual foi capaz de deter as

ameaças não-estatais existentes e contribuir com a criação de um ambiente seguro para o desencadeamento de ações políticas, econômicas e sociais no país caribenho. Como consequência, todo o componente militar foi autorizado a se retirar do Haiti em 2017, após a relativa estabilização do país.

Em 2013, a criação da Brigada de Intervenção da MONUSCO representou mais um relevante avanço no uso da força na história das operações de paz. Com um mandato bastante ousado, a FIB recebeu a missão de conduzir operações ofensivas contra grupos armados rebeldes, estabelecendo um novo parâmetro para a atuação dos contingentes alocados pela ONU. Dessa forma, além da realização da autodefesa e da proteção de civis, o mandato autoriza a FIB a tomar a iniciativa de localizar e neutralizar os rebeldes que impedem o processo de paz (MULLER, 2015, p. 360). A partir dos resultados iniciais da FIB, iniciativas similares começaram a ser utilizadas em outras missões de paz robustas no continente africano.

Nos últimos anos, uma série de propostas foram realizadas no intuito de se respaldar e consolidar o uso da força nas operações de paz. Destacam-se entre elas o *High-Level Independent Panel on Peace Operations*⁸ (HIPPO) de 2015, os Princípios de Kigali de 2015 e o Relatório Cruz de 2017. De acordo com Howard (2019), enquanto o relatório HIPPO reconhece que é necessária maior clareza quanto à possibilidade do uso da força, os Princípios de Kigali e o Relatório Cruz cobram dos capacetes azuis seu uso de forma mais intensa. Howard (2019, p. 197) sintetiza os Princípios de Kigali com a seguinte sentença: “se os *peacekeepers* não fizerem uso proativo da força para proteger civis, eles podem ser dispensados da missão”. Ou seja, se os capacetes azuis não estiverem dispostos a usar proativamente a força, eles tornam-se desnecessários.

Com relação ao Relatório Cruz, Howard ressalta que o general Santos Cruz, antigo *Force Commander* da MONUSCO, defende uma mudança radical na mentalidade dos capacetes azuis. Segundo o general brasileiro, os *peacekeepers* devem superar a “síndrome do Capítulo VI” (referindo-se ao capítulo VI da Carta das Nações Unidas). Para isso, os capacetes azuis precisam tomar a iniciativa e empregar uma força muito superior à ameaça, de forma a eliminá-la (HOWARD, 2019, p. 198; CRUZ; PHILLIPS; CUSIMANO, 2017, p. 10-12).

⁸ Painel Independente de Alto Nível sobre Operações de Paz.

Perceptível nas missões desdobradas pela ONU em ambientes hostis, os efeitos desejados das operações de paz robustas podem ser relacionados à Teoria da Dissuasão, uma vez que dissuadir significa prevenir um comportamento particular de um ou mais atores ao convencê-los de que suas ações sofrerão consequências, as quais lhes trarão mais prejuízos do que benefícios. Essa teoria, que juntamente com a Teoria das Novas Guerras complementa o quadro teórico desse estudo, adquiriu uma conotação relevante nos campos da diplomacia e das relações internacionais desde o desenvolvimento da bomba atômica em 1945. Nesse contexto, Brodie (1959, p. 173) explica que a estratégia da dissuasão considera que os resultados favoráveis de uma guerra total nunca superam seu custo. Portanto, uma superpotência nunca iria atacar uma pequena potência atômica devido ao dano potencial causado por uma bomba nuclear, assim como ao risco existente de se envolver em uma guerra total.

Seguindo a linha de pensamento de Brodie, Kissinger (1962, p. 521) analisa a dissuasão nuclear projetada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte sobre o antigo Bloco Soviético, o que preveniu por décadas um ataque lançado pela União Soviética sobre a Europa Ocidental. Nesse caso, para atingir o resultado desejado, o autor afirma que a OTAN teve que igualar o potencial nuclear soviético. Assim, a URSS passou a temer as consequências desastrosas que uma guerra atômica entre os dois blocos poderia causar.

Após o término da Guerra Fria, nos anos 1990, Lupovici (2010, p. 710) explica que o terrorismo internacional e os conflitos étnicos substituíram as armas nucleares como as principais ameaças globais. Dessa forma, a obtenção do efeito dissuasório sobre essas novas ameaças passa a ser um elemento-chave para a resolução de conflitos em ambientes hostis. Nessa nova conjuntura, Howard (2019, p. 29) enfatiza que a dissuasão militar passou a consistir da capacidade de retaliar uma agressão com um pesado golpe de mão.

No âmbito das operações de paz robustas, o DPO busca associar a dissuasão com a capacidade de projeção, em uma estratégia chamada de *protection through projection and deterrence*.⁹ Nesse contexto, as unidades de Operações Especiais representam uma importante capacidade estratégica que contribui para que o componente militar da missão cause um efeito dissuasório sobre as ameaças

⁹ Proteção por meio da projeção e da dissuasão. Antes da publicação do *Handbook* de Proteção de Civis da ONU, essa estratégia era conhecida simplesmente por *protection through projection* ou proteção por meio da projeção.

existentes. Para que elas possam ser projetadas rapidamente em qualquer local dentro da área de operações, devem contar com meios como helicópteros e veículos *off-road*. Além disso, inteligência estratégica e capacidade de coleta de informações, incluindo sistemas de aeronaves remotamente tripuladas (SARP), complementam a estratégia da *protection through projection and deterrence* (ONU, 2020, p. 39).

Portanto, a evolução do uso da força nas operações de paz ocorre como resultado direto do ambiente operacional contemporâneo, no qual um grande número de atrocidades tem sido cometido contra a população civil. Amparada por conceitos debatidos e aceitos pela comunidade internacional como a proteção de civis e a responsabilidade de proteger, a doutrina *Capstone* reformulou o modelo e a estrutura das missões de paz das Nações Unidas, introduzindo o conceito de operação de paz robusta. De acordo com essa nova proposta, e considerando-se os pressupostos da Teoria da Dissuasão, cresce de importância que as operações de paz robustas possuam mecanismos capazes de usar efetivamente a força, causando um efeito dissuasório nos diversos grupos armados existentes para criar, dessa maneira, o espaço humanitário necessário para a resolução dos conflitos.

3.4 A DOCTRINA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DAS NAÇÕES UNIDAS

O robustecimento das operações de paz gerou profundas discussões entre os estudiosos sobre os reais benefícios do uso da força no processo de paz, bem como isso poderia afetar a imparcialidade da ONU frente aos diversos conflitos armados, prejudicando o êxito das missões. Para responder a esses questionamentos recorrentes, a doutrina *Capstone* (ONU, 2008, p. 36) explica que o sucesso das operações está diretamente relacionado à percepção de legitimidade e credibilidade por parte da população local. Logo, a existência desses dois fatores garantiria a imparcialidade e a construção do processo de paz junto às instituições locais.

De acordo com a doutrina *Capstone*, a legitimidade das operações de paz é obtida por meio da qualidade e da conduta de seus três pilares: militar, policial e civil. Assim, a demonstração de eficiência, competência e integridade influi diretamente na legitimidade da missão como um todo (ONU, 2008, p. 37). Por sua vez, a credibilidade representa a crença, aos olhos da comunidade internacional e da população local, na capacidade da missão cumprir seu mandato. Por essa razão, o fracasso das operações de paz em deter as ameaças existentes torna-se extremamente prejudicial

à missão (ONU, 2008, p. 38). Nesse sentido, ao observar que as experiências fracassadas no passado estiveram diretamente atreladas ao não atendimento desses princípios, é imperativo para o sucesso da missão que seu componente militar, além de robusto, seja de alta qualidade e demonstre completo comprometimento com a missão.

Alinhado com o que prescreve a doutrina *Capstone*, Visacro (2018, p. 143) ressalta a importância da legitimidade na resolução dos conflitos do século XXI. No ambiente contemporâneo, violações de conduta e descumprimento de normas legais e regras de engajamento, nos menores escalões táticos, possuem desdobramentos negativos que colocam em risco o cumprimento da missão nos níveis político e estratégico. Particularmente na luta contra atores não-estatais, a legitimidade do poder público e a conquista do apoio da população tornam-se questões centrais. Assim sendo, o autor afirma que o uso da força deve ser revestido de uma moralidade irretocável. Nessa conjuntura, Visacro (2018, p. 14) destaca a compatibilidade do emprego de tropas de Operações Especiais no ambiente dos conflitos contemporâneos devido ao uso de pequenos efetivos altamente treinados, compromisso com a missão, coragem e consciência da necessidade de se evitar danos colaterais à população local.

No âmbito da ONU, em fevereiro de 2015 foi lançada a primeira edição do Manual de Forças Especiais das Nações Unidas, que tem como objetivo fornecer aos comandantes e aos seus estados-maiores orientações para o planejamento e a condução de Operações Especiais em ambientes de missões de paz (ONU, 2015a).

De acordo com a doutrina, Operações Especiais das Nações Unidas são atividades militares conduzidas por forças especificamente designadas, organizadas, treinadas e equipadas, compostas por pessoal selecionado que utiliza técnicas, táticas e linhas de ação não-convencionais (ONU, 2015a, p. 9). Assim, as Forças de Operações Especiais devem complementar e não competir ou substituir as forças convencionais, sendo empregadas quando os riscos político-militares são muito elevados. Além disso, o domínio de línguas estrangeiras, a maturidade e a consciência cultural são habilidades presentes nas FOpEsp bastante úteis para o processo de resolução de conflitos (BOHLE, 1997, p. 6).

O Manual de Forças Especiais das Nações Unidas não especifica em detalhes quais os tipos de tropa se enquadrariam como Operações Especiais, uma vez que ele não tem a intenção de se sobrepor a doutrinas nacionais (ONU, 2015a, p. 7). No

entanto, a qualificação exigida e os tipos de missão demandados das unidades de Operações Especiais são típicos de frações de Forças Especiais e de Comandos (BRASIL, 2017, p. 1-2).

Além disso, o termo unidade é utilizado na doutrina de Operações Especiais da ONU para a designação de tropas de valor variado que possuem um comando tático, incluindo desde destacamentos até batalhões. Portanto, essa pesquisa considera unidades de Operações Especiais das Nações Unidas todas as frações, do nível destacamento ao nível batalhão, constituídas por tropas de Forças Especiais e de Comandos, complementadas por seus respectivos apoios.

As Operações Especiais têm adquirido importância crescente no ambiente operacional contemporâneo. Isso se deve em função da influência de condicionantes políticas, econômicas, científico-tecnológicas e psicossociais no espaço de batalha, o que faz com que essas tropas ocupem um protagonismo cada vez mais relevante para o êxito de operações militares. Nesse ambiente operacional, as FOpEsp se caracterizam ainda por desencadear suas ações com reduzidos danos colaterais e baixa visibilidade. Assim, as Operações Especiais tornam-se especialmente adequadas às operações de paz, contribuindo com a credibilidade e a legitimidade das ações junto à população local e junto à opinião pública internacional (BRASIL, 2017, p. 3-1).

Spulak Jr. (2009, p. 24) também descreve as características das FOpEsp, as quais são aptas a superar as limitações encontradas pelas tropas convencionais durante o combate. De acordo com o autor, essas restrições são impostas pelos limites físicos e cognitivos do ser humano, pela falta de informação e pela imprevisibilidade de resultados concretos a longo prazo. Por esse motivo, tropas convencionais normalmente enfrentam o dilema de equilibrar a necessidade de neutralizar o inimigo e os riscos impostos por essa confrontação. Devido a seus atributos físicos e psicológicos diferenciados, Spulak Jr. (2009, p. 25) explica que os militares das FOpEsp são preparados para superar esses riscos, manter a iniciativa e engajar de forma seletiva objetivos inatingíveis para tropas convencionais.

Lyons (2018, p. 110) reforça a importância da utilização de FOpEsp para o sucesso das missões da ONU, em especial aquelas referenciadas no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Segundo o autor, o mandato somente é eficiente se a força militar da operação de paz se compromete com o cumprimento da missão, o que por vezes não ocorre com tropas convencionais.

Em um cenário de resolução de conflitos, as FOpEsp podem contribuir para o sucesso dos mandatos em todos os estágios de uma operação de paz, cumprindo três missões principais: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar (ONU, 2015a, p. 16). As Tarefas Especiais, também conhecidas como Ações Diretas, são operações precisas e limitadas em amplitude e duração, com o propósito de adquirir, destruir, recuperar, neutralizar ou desabilitar objetivos de valor significativo (ONU, 2015a, p. 18).

Ao contrário das operações ofensivas de tropas convencionais, as Tarefas Especiais se adequam perfeitamente ao ambiente das operações de paz, já que elas são conduzidas de um modo bastante efetivo por um número mínimo de soldados altamente treinados. Além disso, as Tarefas Especiais ocorrem dentro de uma janela limitada de tempo e com o mínimo de danos colaterais. Isso é possível porque as FOpEsp observam o princípio da “superioridade relativa”, o que corresponde à habilidade de pequenas equipes de Operações Especiais em obter uma vantagem temporária decisiva sobre uma força inimiga muito mais numerosa ou melhor defendida (MCRAVEN, 1993, p. 5).

A segunda missão principal é o Reconhecimento Especial, que são operações conduzidas para coletar ou verificar informações de valor estratégico ou operacional, empregando táticas, técnicas e procedimentos (TTP) não disponíveis em tropas convencionais (ONU, 2015a, p. 17). Essas operações complementam os demais métodos de coleta de inteligência em locais onde restrições são impostas pelo clima, pelo terreno ou por forças hostis. Dessa forma, ao conduzir essas atividades, as unidades de Operações Especiais melhoram a qualidade e a efetividade da célula de análise de informações da missão.

Por fim, Assistência Militar é composta pelo engajamento com lideranças e organizações locais, regionais e nacionais, além do desenvolvimento da capacidade de forças amigas (ONU, 2015a, p. 19). Dessa maneira, as unidades de Operações Especiais possuem o desafio de melhorar a qualidade de forças regulares locais e da própria tropa convencional componente das operações de paz.

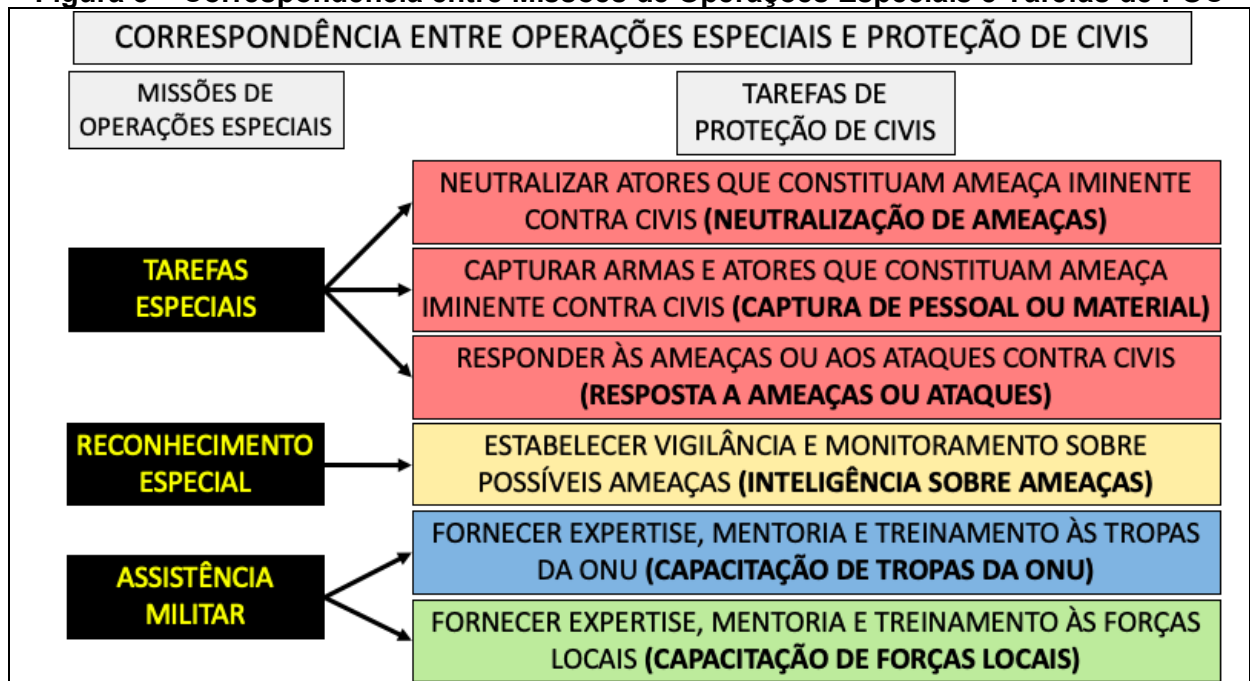
Quanto às forças regulares locais, é importante salientar que em muitos países africanos e em outros Estados frágeis no mundo, os soldados não recebem treinamento ou salário mensal. Eles necessitam buscar suas próprias fontes de receita, o que contribui para a indisciplina e para a quebra da hierarquia militar. Tal situação leva à fragmentação das forças armadas, onde os comandantes militares

agem como verdadeiros “senhores da guerra”. Além disso, soldados são encorajados a extorquir a população local. Assim, os militares perdem sua característica e comportam-se como milícias armadas (KALDOR, 2012b, p. 96).

Já no que se refere à tropa convencional da ONU, o aspecto moral e a motivação são essenciais para o sucesso da missão. Falhas em reagir energicamente contra aqueles que interrompem comboios humanitários, em proteger locais de refúgio ou em capturar criminosos de guerra minam a legitimidade da missão (KALDOR, 2012b, p. 135). Assim, a postura dos capacetes azuis é fundamental para ganhar os corações e mentes da população local.

No ambiente das operações de paz, as três missões principais de Operações Especiais não aparecem de forma explícita nos mandatos que norteiam essas operações. Contudo, após uma análise detalhada de resoluções do CSNU que referenciam o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, Silva (2022, p. 56) argumenta que o emprego doutrinário das unidades de Operações Especiais é compatível com seis tarefas específicas de POC, as quais estão explícitas nesses mandatos: neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis; capturar armas e atores que constituam ameaças iminentes contra civis; responder a ameaças ou aos ataques contra civis; estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças; fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU; fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais. A correspondência entre as missões de Operações Especiais e as tarefas de proteção de civis pode ser visualizada na figura abaixo:

Figura 8 – Correspondência entre Missões de Operações Especiais e Tarefas de POC



Fonte: o autor, adaptado de Silva (2022, p. 54).

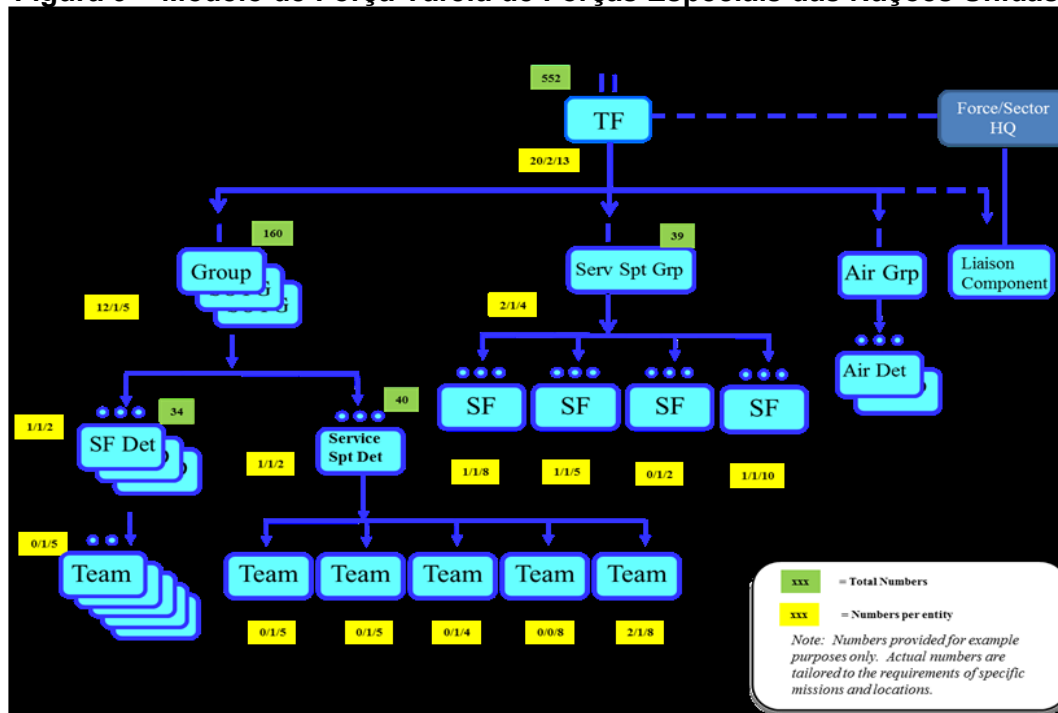
No escopo das operações de paz robustas da ONU, pode-se traçar um paralelo entre as missões e tarefas desempenhadas pelas unidades de Operações Especiais e as diversas fases de um mandato de proteção de civis (ONU, 2015a, p. 12). Nesse sentido, as Tarefas Especiais focam em ações no curto prazo para eliminar ameaças ou ataques contra civis. Logo, elas ocorrem durante as fases de preempção e resposta. Por outro lado, a Assistência Militar tem como propósito a capacitação de tropas convencionais da ONU e de forças locais, cujo resultado demanda longo prazo. Por essa razão, a Assistência Militar faz parte das fases de prevenção e consolidação. Por último, as ações de Reconhecimento Especial produzem dados de inteligência para os níveis estratégico e operacional, contribuindo para todas as fases do mandato de proteção de civis.

Ao se considerar o Conceito Operacional de POC (ONU, 2012, p. 70; ONU, 2020, p. 12), diferentemente das fases do mandato de proteção de civis, verifica-se que as missões e tarefas de Operações Especiais possuem maior impacto na segunda camada (proteção contra violência física) e na terceira camada (estabelecimento de um ambiente seguro). Com relação à segunda camada, nas operações de paz robustas da ONU, as FOPEsp são designadas para engajar grupos armados que constituam ameaça iminente aos civis (Tarefas Especiais) ou para produzir inteligência sobre essas ameaças (Reconhecimento Especial). Por sua vez,

no que concerne à terceira camada, as FOpEsp são requisitadas a desenvolver capacidades locais (Assistência Militar), participando do processo de reforma do setor de segurança (SSR). Dessa forma, a segunda e a terceira camada do Conceito Operacional de POC são influenciadas de forma mais acentuada pelas ações das FOpEsp.

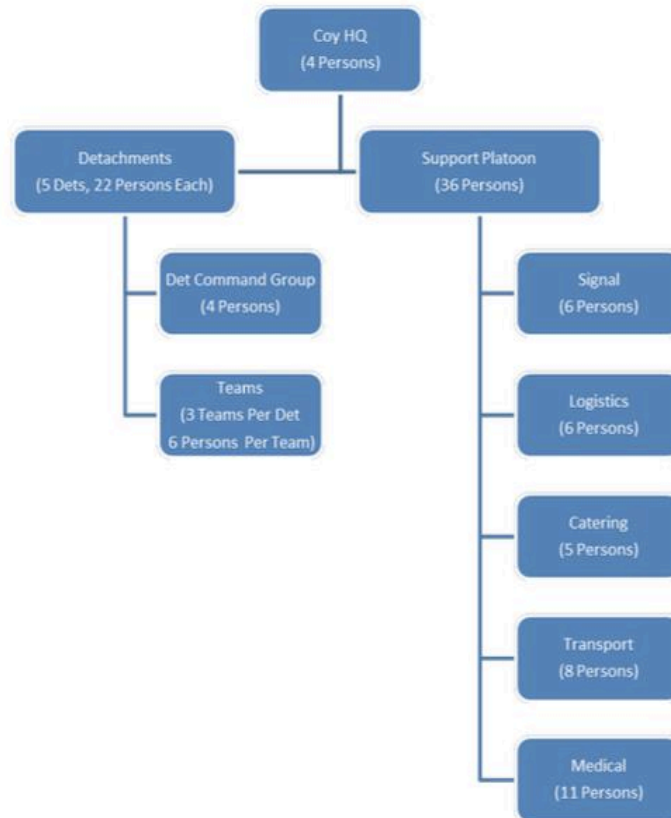
Nas operações de paz em curso, as principais unidades operativas de Operações Especiais são as Companhias de Forças Especiais, também chamadas de *United Nations Special Forces Task Group* ou Grupo-Tarefa de Forças Especiais. Normalmente, entre duas e cinco companhias constituem uma *United Nations Special Forces Task Force* ou Força-Tarefa de Forças Especiais das Nações Unidas (nível batalhão) (ONU, 2015a, 22). Contudo, no recorte temporal desta pesquisa, somente a MONUSCO dispunha de uma Força-Tarefa de Forças Especiais, a qual agregava entre duas e três companhias, além de uma célula de coordenação de Operações Especiais no Quartel-General da Força. Nas demais missões que contavam com FOpEsp, as unidades presentes eram valor companhia.

Figura 9 – Modelo de Força-Tarefa de Forças Especiais das Nações Unidas



Fonte: ONU (2015a).

Figura 10 – Modelo de Companhia de Forças Especiais das Nações Unidas



Fonte: ONU (2015a).

Desdobrada de forma independente ou enquadrada em uma Força-Tarefa de Forças Especiais, a Companhia de Forças Especiais das Nações Unidas é uma organização multipropósito, capaz de conduzir todas as missões de Operações Especiais incluindo as Tarefas Especiais, o Reconhecimento Especial e a Assistência Militar. De acordo com a doutrina da ONU, enquanto a Força-Tarefa de Forças Especiais é normalmente composta por companhias de diferentes países, cada Companhia de Forças Especiais deve ser prioritariamente constituída por militares de uma única nação. Contudo, em casos específicos, a companhia também pode receber destacamentos de múltiplos países contribuintes (ONU, 2015a, p. 27). Isso ocorre porque, embora exista uma doutrina própria de Operações Especiais da ONU, as táticas, técnicas e procedimentos diferem entre os diversos países do mundo. Além disso, não é desejável que haja barreiras linguísticas e culturais entre os destacamentos de uma mesma companhia, o que poderia comprometer o comando e controle dessa unidade.

Nesse sentido, Morrison (2014, p. 52) constata que a colaboração entre FOPEsp multinacionais é baseada em confiança, a qual é obtida somente por meio de

um constante trabalho em conjunto ao longo do tempo. Dessa maneira, para que uma Companhia de Forças Especiais multinacional obtenha sucesso, é necessário que as FOpEsp dos países que a integram tenham uma relação prévia de confiança e respeito mútuo.

Com relação ao comando e controle (C²), as Operações Especiais configuram, quando empregadas pelos respectivos países, um meio estratégico que se reporta a autoridades no nível nacional. Nas operações de paz, as FOpEsp se posicionam no nível da Força, devendo estar sob o comando direto do *Force Commander* (ONU, 2015a, p. 7). Caso haja uma demanda operacional, unidades de Operações Especiais (nível companhia ou destacamento) podem ser colocadas sob Controle Tático (TACON) de um comandante de setor (nível brigada), enquanto o *Force Commander* retém o Controle Operacional (OPCON) dessas frações (ONU, 2015a, p. 10). O OPCON permite que o *Force Commander* continue designando, de forma coordenada, tarefas específicas para as unidades de Operações Especiais destacadas, mesmo que essas estejam subordinadas ao comandante de setor. O TACON de unidades de Operações Especiais deve ser delegado por um período limitado de tempo, e nunca abaixo do nível brigada (ou setor) (ONU, 2015a, p. 29).

Por fim, pode-se concluir que a doutrina de Operações Especiais das Nações Unidas, ainda incipiente nas operações de paz, complementa o quadro doutrinário desta pesquisa. Nesse sentido, ela surge como uma estratégia para que as operações de paz robustas, criadas pela doutrina *Capstone* e respaldadas pela doutrina de proteção de civis nas operações de paz das Nações Unidas, possuam ferramentas capazes de usar efetivamente a força em ambientes hostis, obtendo os resultados desejados.

Além do quadro doutrinário, a Teoria das Novas Guerras e a Teoria da Dissuasão fornecem o quadro teórico necessário para esse estudo. A Teoria das Novas Guerras descreve os conflitos contemporâneos com precisão, auxiliando na compreensão do ambiente operacional no qual as operações de paz robustas são implementadas. Reinterpretando os elementos da Teoria de Guerra de Clausewitz para realidade do século XXI, a Teoria das Novas Guerras pressupõe o uso de tropas altamente qualificadas para o sucesso de uma operação de paz internacional. Por outro lado, a Teoria da Dissuasão explica o efeito dissuasório obtido através do uso potencial da força, o qual deve ser convincente o suficiente para eliminar a vontade de lutar da ameaça.

Portanto, as Forças de Operações Especiais aparecem como tropas capazes de contemplar ambas as teorias no que se refere à resolução de conflitos. Teoricamente, ao mesmo tempo em que as FOpEsp atingiriam o nível de qualidade e profissionalismo exigido pela Teoria das Novas Guerras, elas também seriam capazes de obter o efeito dissuasório previsto na Teoria da Dissuasão, seja pela possibilidade do uso direto da força ou pela multiplicação do poder de combate obtido por meio da capacitação de unidades convencionais desdobradas no terreno. Nesse contexto, resta saber se as unidades de Operações Especiais, criadas nos últimos anos, estão atingindo a performance esperada nas operações de paz robustas das Nações Unidas.

CAPÍTULO 4 - MISSÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ESTABILIZAÇÃO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

A Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC)/Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo tem sido implementada nesse país desde o ano de 1999, ao término da Segunda Guerra do Congo. Durante esses mais de 20 anos, a missão da ONU evoluiu consideravelmente e se reinventou por diversas oportunidades com o intuito de se adaptar à dinâmica do conflito, bem como para buscar cumprir de seu mandato (EPON, 2019a, p. 13). Dessa forma, a MONUC/MONUSCO é considerada um verdadeiro laboratório para o desenvolvimento da POC no contexto das operações de paz da ONU. Além disso, é justo afirmar que a missão de paz da ONU na RDC tem sido utilizada para o refinamento do próprio Conceito Operacional de POC (EPON, 2019a, p. 14).

Entre as inúmeras inovações propiciadas pela MONUC/MONUSCO nas últimas duas décadas, o desdobramento de unidades de Operações Especiais das Nações Unidas representa, indiscutivelmente, um marco na história das operações de paz da ONU. Essa inovação teve origem em uma série de mudanças operacionalizadas em 2005 pelo major-general holandês Patrick Cammaert, o qual desempenhou a função de *Force Commander* da MONUC para o Congo Oriental. As mudanças tinham como objetivo permitir que a MONUC se tornasse uma operação de paz robusta, sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, e incluía um expressivo número de helicópteros, novas capacidades de engenharia e unidades de Operações Especiais como a Companhia de Forças Especiais da Guatemala, a qual permanece desdobrada na RDC (DACIN, 2021, p. 243).

No entanto, apesar do robustecimento da MONUC na primeira década do século XXI, a mentalidade da missão no que diz respeito à proteção de civis continuou abaixo das expectativas. Em 2010, a resposta lenta da MONUC a um estupro em massa na região do Kivu do Norte resultou em graves críticas por parte da comunidade internacional. Em 2012, já no contexto da MONUSCO, cerca de 1.500 *peacekeepers* que se encontravam em Goma não reagiram enquanto o grupo rebelde M23 derrotava as *Forces Armées de la République Démocratique du Congo*¹⁰ (FARDC) e tomava posse da maior cidade do Congo Oriental (DOSS, 2014, p. 726).

¹⁰ Forças Armadas da República Democrática do Congo.

Como uma medida extrema, o CSNU decidiu implementar mais uma ambiciosa inovação na MONUSCO ao desdobrar uma Companhia de Forças Especiais da Tanzânia enquadrada na estrutura da recém-criada Brigada de Intervenção. Juntamente com outras tropas de Operações Especiais anteriormente desdobradas na RDC, a Companhia de Forças Especiais da Tanzânia passou a compor a Força-Tarefa de Forças Especiais da MONUSCO, a qual caracteriza a única estrutura de Operações Especiais valor batalhão orgânica de uma operação de paz da ONU (SILVA, 2022, p. 43).

Dessa forma, a SFTF surgiu como parte da nova estratégia da ONU que visa robustecer as operações de paz sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, dotando-as de unidades de Operações Especiais com o propósito de proteger civis em ambientes hostis. Nesse sentido, *particularmente no caso da MONUSCO, como a Força-Tarefa de Forças Especiais, composta pela Companhia de Forças Especiais da Guatemala e pela Companhia de Forças Especiais da Tanzânia, tem contribuído para a proteção de civis na República Democrática do Congo?*

Portanto, o objetivo deste capítulo é analisar o papel desempenhado pelas unidades da SFTF, assim como seu impacto na proteção de civis na República Democrática do Congo. Para atingir essa meta, esse capítulo se divide em antecedentes; emprego da SFTF; impacto da SFTF na proteção de civis; e conclusão parcial do caso MONUSCO.

4.1 ANTECEDENTES

Desde 1996, um emaranhado de disputas locais, nacionais e regionais, com o envolvimento de diversos países africanos, tem resultado em uma crise político-militar persistente, bem como numa situação grave de emergência humanitária na porção oriental da República Democrática do Congo. Essa região do Congo Oriental, a qual contém as províncias do Kivu do Norte, Kivu do Sul e Ituri, tem sofrido as mais severas consequências desse conflito (TULL, 2018, p. 6).

Em abril de 1999, o CSNU estabeleceu um cessar-fogo e ordenou a retirada de todos os grupos armados estrangeiros da RDC. Em julho desse mesmo ano, a RDC, Angola, Namíbia, Ruanda, Uganda e Zimbábwe assinaram o Acordo de Cessar-Fogo de Lusaca. Entretanto, embora o acordo tenha sido assinado no nível político pelos

diversos Estados, ele não contou com a participação de nenhum grupo armado rebelde ativo na região do Congo Oriental (WILLIAMS, 2020, p. 44).

Em novembro de 1999, com o propósito de monitorar o Acordo de Cessar-Fogo de Lusaca e auxiliar no desengajamento de forças estrangeiras, o CSNU criou a MONUC com 500 observadores militares (ONU, 1999). Em fevereiro do ano seguinte, o CSNU aumentou o efetivo da missão para 5.500 militares e designou como tarefas para a MONUC a condução de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) de grupos armados, assim como a proteção de civis sob a ameaça iminente de violência física (ONU, 2000).

Contudo, durante os primeiros anos da missão da ONU na RDC, as partes do conflito não demonstraram comprometimento com o acordo assinado e os capacetes azuis não foram contemplados com capacidades suficientes para cumprir seu mandato. Por essa razão, a MONUC falhou em garantir o processo de DDR e em deter a violência contra civis. Adicionalmente, em maio de 2002, o aumento da violência em decorrência da retirada de tropas ugandesas do distrito de Ituri, combinada com o massacre de civis em Kisangani pelo grupo armado *Rally for Congolese Democracy*¹¹-Goma (RCD-Goma), levou à exigência de ações mais robustas por parte da MONUC (WILLIAMS, 2020, p. 45).

Entre os anos de 2003 e 2004, em virtude de protestos que invadiram o complexo da ONU em Kinshasa e de uma escalada de violações de direitos humanos em Bukavu, o efetivo da MONUC foi elevado para além de 15.000 capacetes azuis. Ressalta-se que, além do aumento do número de tropas, a Resolução 1565 (2004) também reorganizou a MONUC de uma maneira mais robusta. Nesse contexto, pela primeira vez, um Quartel-General divisionário¹² foi implementado na cidade de Kisangani com autonomia para conduzir operações com helicópteros de ataque e Operações Especiais a fim de engajar grupos armados no Congo Oriental (EPON, 2019a, p. 47)

Em janeiro de 2006, a Companhia de Forças Especiais da Guatemala, que se encontrava desdobrada no Congo Oriental desde o ano de 2005 no contexto do robustecimento da missão, sofreu graves reveses. Esse fato suscitou debates sobre o quão disposta estaria a comunidade internacional em aumentar o contingente militar da MONUSCO para obter a paz na RDC. Na ocasião, após receberem informações

¹¹ Rally pela Democracia Congoleza.

¹² Nível Divisão de Exército.

sobre a localização de membros do grupo rebelde *Liberation Army of Lord*¹³, os guatemaltecos enviaram um destacamento de Forças Especiais ao Parque Nacional Garamba. Ao aproximar-se do local, os *peacekeepers* foram alvo de uma emboscada que teve como consequência oito mortos e cinco feridos (DACIN, 2021, p. 243).

No entanto, o fracasso na operação da Companhia de Forças Especiais da Guatemala não conduziu ao fim do uso de FOpEsp pela ONU na República Democrática do Congo. Ao contrário, em março de 2013, a Resolução 2098 (2013) criou a Companhia de Forças Especiais da Tanzânia como parte da Brigada de Intervenção da MONUSCO, a qual foi implementada como uma resposta a uma série de eventos que impactaram gravemente a população civil. Nesse momento, a missão da ONU na RDC já havia sido transformada em MONUSCO, cujo principal objetivo era auxiliar na estabilização das províncias orientais e, eventualmente, retirar-se do país. Contudo, até o presente momento, as províncias orientais da RDC não atingiram o grau de estabilidade mínimo que permitisse a saída da missão de paz da ONU (EPON, 2019a, p. 22).

Entre os eventos que levaram à criação da Brigada de Intervenção, merece destaque o surgimento do grupo rebelde M23. Em 2012, logisticamente apoiado por Ruanda, o M23 tomou partes da província do Kivu do Norte, passando a mobilizar novos recrutas e a cobrar impostos da população local. Em novembro do mesmo ano, após o colapso das FARDC e da incapacidade de reação da MONUSCO face ao ataque do M23, o grupo rebelde conquistou a cidade de Goma (TULL, 2018, p. 7).

A queda de Goma representou uma imensa humilhação para a MONUSCO, naquele momento a segunda maior operação de paz da ONU. Logo, esse grande fracasso criou as condições necessárias para a implementação da Brigada de Intervenção, com a responsabilidade de conduzir operações ofensivas a fim de neutralizar e derrotar todos os grupos armados no Congo Oriental (BERDAL, 2018, p. 735). Além da Companhia de Forças Especiais da Tanzânia, a FIB era composta por três batalhões de infantaria, elementos de apoio ao combate como uma bateria de artilharia e uma companhia de comunicações, bem como elementos de apoio logístico (WILLIAMS, 2020, p. 131).

¹³ Exército de Liberação do Senhor.

4.2 O EMPREGO DA FORÇA-TAREFA DE FORÇAS ESPECIAIS

Com a criação da Companhia de Forças Especiais da Tanzânia, a MONUSCO passou a ser a única operação de paz composta por uma estrutura de Operações Especiais valor batalhão, também conhecida como Força-Tarefa de Forças Especiais. Em 2015, a SFTF possuía três companhias de Forças Especiais e uma célula de coordenação no Quartel-General da Força (ONU, 2015b, p. 3). Entre as principais tarefas atribuídas à célula da SFTF no FHQ, destacam-se a garantia do emprego adequado das unidades de Operações Especiais e a condução do planejamento de Operações Especiais. Entretanto, segundo o depoimento de Antón (2022), a célula de Operações Especiais do FHQ encontra-se desativada atualmente. Além disso, em 2019, a Companhia de Forças Especiais do Egito foi retirada da MONUSCO, o que ocasionou o redimensionamento da SFTF para duas companhias (Companhia de Forças Especiais da Guatemala e Companhia de Forças Especiais da Tanzânia).

Na MONUSCO, as unidades da SFTF encontram-se sob controle operacional do *Force Commander* e sob controle tático dos comandantes de brigada nos setores onde estão localizadas. Isso significa que, para utilizar as tropas da SFTF em sua área de responsabilidade, os comandantes de brigada precisam solicitar autorização ao *Force Commander* (ONU, 2015b, p. 3). Em complemento, assim como nas demais operações de paz que compreendem unidades de Operações Especiais, a SFTF deve possuir a capacidade de executar as três missões principais de acordo com a doutrina de Operações Especiais da ONU: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar (ONU, 2015b, p. 4).

4.2.1 Tarefas Especiais

De acordo com os especialistas consultados nesta pesquisa, as unidades da SFTF são frequentemente requisitadas para a condução de Tarefas Especiais na República Democrática do Congo. Logo, ambas as companhias estão localizadas estrategicamente de forma a facilitar o enfrentamento aos grupos rebeldes. Nesse sentido, como explica Roque (2022) em sua entrevista, enquanto a Companhia de Forças Especiais da Tanzânia está situada próxima de Beni, epicentro dos grupos armados hostis, a Companhia de Forças Especiais da Guatemala se localiza próxima

a Goma, a cidade mais importante da província do Kivu do Sul e sede do FHQ da MONUSCO.

No âmbito das Tarefas Especiais, no que diz respeito à tarefa de POC de neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis, as unidades da SFTF têm engajado grupos rebeldes com ou sem o apoio de tropas convencionais da MONUSCO. Como resultado, Antón (2022) relata em seu depoimento que alguns desses grupos armados foram reduzidos ou expulsos da área onde realizavam abusos contra civis. Em um evento emblemático, juntamente com a FIB e as FARDC, a Companhia de Forças Especiais da Tanzânia conduziu uma sequência de ataques contra o M23 no ano de 2013. Entre julho e novembro desse ano, essa junção de tropas da MONUSCO e da RDC infligiu derrotas decisivas contra esse grupo rebelde e retomou o controle da cidade de Goma, assim como de Kibumba, Kiwanja, Rumangabo e Bunagana. Como consequência, ao término de 2013, cerca de 1.600 combatentes do M23, incluindo seu líder Sultano Makenga, haviam fugido para Uganda (TULL, 2018, p. 9).

Ao longo dos últimos anos, os guatemaltecos têm sido utilizados contra uma vasta gama de grupos armados, especialmente na província do Kivu do Norte. Por sua vez, conforme o testemunho de Roque (2022), a maioria das ações tanzanianas tem tido como objetivo as Forças Democráticas Aliadas, as quais constituem um ramo do Estado Islâmico na África Central. Diferentemente da vitória sobre o M23, os resultados obtidos contra as ADF não têm sido consistentes. Em 2017, como retaliação às operações lançadas pela MONUSCO, as ADF atacaram a base da ONU em Beni, Kivu do Norte, causando 64 baixas entre os capacetes azuis da Tanzânia, incluindo 14 mortos. Em 2018, uma nova operação da FIB com o apoio das FARDC fracassou, resultando na morte de seis *peacekeepers* malauianos e um tanzaniano (FABRICIUS, 2020).

Com relação à segunda tarefa de POC associada às Tarefas Especiais, as unidades da SFTF também têm sido empregadas para capturar armas ou atores que constituam ameaça iminente contra civis. Normalmente, essas operações são executadas em coordenação com o componente civil da MONUSCO, particularmente a célula de embargo de armamentos (AEC). Nesse contexto, conforme relato de Antón (2022), em 2019, a Companhia de Forças Especiais da Guatemala conduziu com sucesso uma Tarefa Especial na cidade de Bambo, Kivu do Norte, na qual foram capturados líderes rebeldes e uma quantidade relevante de armamento.

Ademais, as unidades da SFTF têm sido constantemente requisitadas a responder a ameaças ou ataques contra civis, o que representa a terceira tarefa de POC relacionada com as Tarefas Especiais. Nesse aspecto, Roque (2022) atesta em sua entrevista que ambas as companhias de Forças Especiais da Tanzânia e da Guatemala são consideradas elementos fundamentais dentro da MONUSCO para esse tipo de reação. De fato, as unidades da SFTF constituem peças-chave da estratégia de *protection through projection and deterrence* implementada pela MONUSCO. Dessa forma, sempre que ameaças ou ataques contra civis são detectados, essas unidades especializadas são rapidamente deslocadas para a zona de conflito com o propósito de impor o fim das hostilidades. Conforme testemunho colhido de Amador (2021), um exemplo desse emprego ocorreu entre 2018 e 2019, quando a Companhia de Forças Especiais da Guatemala foi rapidamente desdobrada na localidade de Semuliki para responder a um ataque contra civis realizado pelas ADF.

4.2.2 Reconhecimento Especial

No caso da MONUSCO, os especialistas consultados confirmam que as unidades da SFTF têm sido empregadas em operações de Reconhecimento Especial a fim de realizar a tarefa de POC de estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças. Em 2019, precedendo as operações desencadeadas em Madina, Kivu do Norte, a Companhia de Forças Especiais da Guatemala conduziu Reconhecimento Especial para identificar a localização exata, o número de integrantes e as atividades das ADF na região. Em seu depoimento à esta pesquisa, Antón (2022) destaca que a informação adquirida pela SFTF permitiu um planejamento preciso e uma subsequente operação ofensiva contra as ADF em Madina.

Além disso, Antón (2022) explica que é de suma importância compreender que o trabalho de inteligência, no âmbito da MONUSCO, é limitado, particularmente no que tange às capacidades militares dos grupos rebeldes. Por essa razão, o entrevistado afirma ser, sempre que possível, recomendável que a SFTF execute Reconhecimento Especial antes de lançar uma Tarefa Especial sobre grupos armados na RDC.

4.2.3 Assistência Militar

Embora a condução de Assistência Militar seja um requerimento para as companhias que constituem a SFTF (ONU, 2015b, p. 4), as unidades de Operações Especiais desdobradas no Congo Oriental não têm fornecido expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU ou às forças locais. Em sua entrevista, Antón (2022) descreve que, por cerca de dez anos, a Companhia de Forças Especiais da Guatemala foi responsável por capacitar as FARDC. Essa capacitação englobava o treinamento básico para a formação do soldado, além de treinamentos específicos em terreno de montanha, de selva e sobrevivência. Contudo, a capacitação foi interrompida devido ao considerável número de membros das FARDC que desertavam para se juntar a grupos rebeldes.

Em 2018, tendo vivenciado os desafios em termos táticos e de planejamento por parte da Brigada de Intervenção, especialmente no terreno de selva, o general de divisão Elias Rodrigues Martins Filho, então *Force Commander* da MONUSCO, solicitou ao Departamento de Operações de Paz o desdobramento de uma Equipe Móvel de Treinamento em Guerra na Selva (JWMTT) brasileira (GARRIDO, 2020, p. 34). Dessa forma, no ano de 2019, a JWMTT havia substituído as unidades da SFTF na condução de Assistência Militar às tropas da MONUSCO, em especial à FIB.

Adicionalmente, após a requisição por parte do comandante da FIB ao *Force Commander* e posterior autorização do DPO, a JWMTT passou a fornecer expertise, mentoria e treinamento aos batalhões das FARDC localizados próximos da cidade de Beni. Além de treinamento militar para incrementar o apoio provido pelas FARDC às operações da MONUSCO contra os grupos rebeldes, Garrido (2022) aponta em seu relato à esta pesquisa que a JWMTT também capacita os militares congolezes em direitos humanos, direito internacional humanitário, proteção de crianças e proteção contra violência sexual.

4.2.4 Análise do Emprego da Força-Tarefa de Forças Especiais

Do total de três missões principais a serem conduzidas por unidades de Operações Especiais em operações de paz robustas, é possível constatar que a SFTF vem realizando plenamente as Tarefas Especiais e o Reconhecimento Especial. Ao conduzir de forma plena essas duas missões, a SFTF tem atuado em quatro de um

total de seis tarefas de proteção de civis direcionadas a FOPEsp. Dessa forma, embora tenham sido identificadas limitações, particularmente no que tange à Assistência Militar, verifica-se que a SFTF tem sido empregada pela MONUSCO de forma doutrinária como tropa de Operações Especiais.

Tabela 1 – Emprego da Força-Tarefa de Forças Especiais no Congo Oriental

Missões de Operações Especiais	Tarefas de POC	Sim/Não
Tarefas Especiais	Neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis	Sim
	Capturar armas ou atores que constituam ameaça iminente contra civis	Sim
	Responder às ameaças ou aos ataques contra civis	Sim
Reconhecimento Especial	Estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças	Sim
Assistência Militar	Fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU	Não
	Fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais	Não

Fonte: o autor.

Ao conduzir as Tarefas Especiais e o Reconhecimento Especial, as unidades da SFTF realizam um papel altamente relevante no âmbito da MONUSCO. Bem equipadas e bem treinadas, as ações desencadeadas pelas unidades de Operações Especiais resultam em grandes prejuízos aos grupos rebeldes, o que gera um efeito dissuasório. Além disso, as unidades da SFTF possuem a capacidade de se projetarem rapidamente e de maneira robusta em áreas hostis, onde forças beligerantes estão na iminência de entrarem em confronto ou de atacarem algum povoado, provocando baixas civis (KOCHANI, 2020, p. 10-12). Nesse caso, as unidades da SFTF se tornam a base da estratégia de *protection through projection and deterrence* da MONUSCO. Ainda, as unidades da SFTF são capazes de estabelecer vigilância e monitorar o comportamento de grupos armados rebeldes, o que aumenta a efetividade da resposta às ameaças iminentes contra civis por parte da missão (KOCHANI, 2020, p. 13).

Entretanto, a indisponibilidade da SFTF em conduzir Assistência Militar tem provocado efeitos negativos no que concerne aos principais objetivos da MONUSCO. O primeiro deles é a apatia demonstrada pelas brigadas convencionais da missão. Nesse sentido, Tull (2018, p. 18) argumenta que esse efeito negativo ocorre em razão de os capacetes azuis convencionais atribuírem toda a responsabilidade pelo uso

proativo da força às unidades da SFTF e à Brigada de Intervenção. Ainda mais grave, o autor adverte que, em Beni, onde brigadas convencionais encontram-se desdobradas próximas à FIB, a força de intervenção da MONUSCO tem absorvido o comportamento dos demais *peacekeepers*, tornando-se mais passiva e estática ao longo dos anos. Nesse contexto, a necessidade de revigorar a Brigada de Intervenção justifica o desdobramento recente da JWMTT brasileira no Congo Oriental.

Prosseguindo, a ausência da Assistência Militar às forças locais ocasiona o segundo efeito negativo que é o fracasso da reforma do setor de segurança. Entre os anos de 2008 e 2014, a MONUSCO desempenhou um papel central na coordenação da SSR no Congo Oriental. No entanto, nunca houve um comprometimento mais sério por parte do governo congolês, o qual tem se esquivado de assumir a liderança desse processo (EPON, 2019a, p. 17).

Portanto, as dificuldades impostas pelo nível político, associadas à falta de engajamento efetivo das unidades da SFTF com as FARDC contribuíram para a estagnação do processo de SSR. Por essa razão, assim que desdobrada no Congo Oriental, a JWMTT recebeu o pedido formal para fornecer expertise, mentoria e treinamento a batalhões das FARDC, em uma tentativa de retomar o processo de reforma do setor de segurança congolês e preencher a lacuna deixada pelas unidades da SFTF ao não desempenharem essa tarefa de POC.

4.3 O IMPACTO DA FORÇA-TAREFA DE FORÇAS ESPECIAIS NA PROTEÇÃO DE CIVIS

Esta seção destina-se a analisar o impacto da SFTF na proteção de civis no Congo Oriental. Em conformidade com a definição operacional da variável dependente deste estudo, a análise da proteção de civis encontra-se dividida em duas dimensões: violência física contra civis e estabelecimento do ambiente seguro. Nesse sentido, a seção foi organizada da seguinte forma: indicadores da violência física contra civis, análise da violência física contra civis, indicadores do estabelecimento do ambiente seguro e análise do estabelecimento do ambiente seguro.

4.3.1 Indicadores da Violência Física contra Civis

Dentro da dimensão violência física contra civis, em alinhamento com a

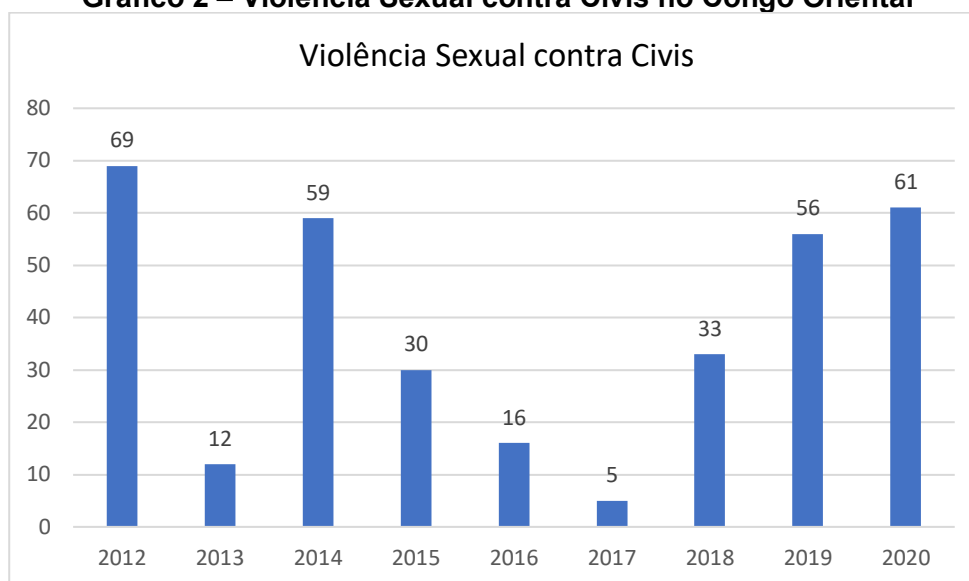
definição operacional da variável dependente desta pesquisa, os indicadores selecionados para análise foram: total de mortes em decorrência de conflito, violência sexual contra civis e mortes por ação de forças estatais.

Gráfico 1 – Mortes em Decorrência de Conflito no Congo Oriental



Fonte: o autor, adaptado de UCDP (2022)

De acordo com o gráfico 1, o número de mortes em decorrência de conflito no Congo Oriental permaneceu estável entre 2012 e 2013. De 2013 a 2015, houve uma diminuição significativa de 64,7%. Desde então, de 2015 a 2020, esse número sofreu um vultoso e constante crescimento de 518,9%, atingindo 3.608 mortes. Durante todo o período entre 2012 e 2020, a média de mortes em decorrência de conflito no Congo Oriental foi de 1.737,78.

Gráfico 2 – Violência Sexual contra Civis no Congo Oriental

Fonte: o autor, adaptado de ACLED (2022)

O gráfico 2 demonstra que o ano de 2012 apresentou o maior número de violência sexual contra civis (cometida por grupos armados), com 69 episódios reportados. Em 2013, houve uma diminuição para apenas 12 casos reportados. Em 2014, o número de casos subiu para 59. Entre 2014 e 2017, os números relacionados à violência sexual contra civis sofreram um decréscimo significativo de 91,5%. Contudo, entre 2017 e 2020, houve um imenso aumento de 1.120% nos casos. No período de 2012 a 2020, o número médio de episódios reportados de violência sexual contra civis no Congo Oriental foi de 37,8.

Gráfico 3 – Mortes por Ação de Forças Estatais no Congo Oriental

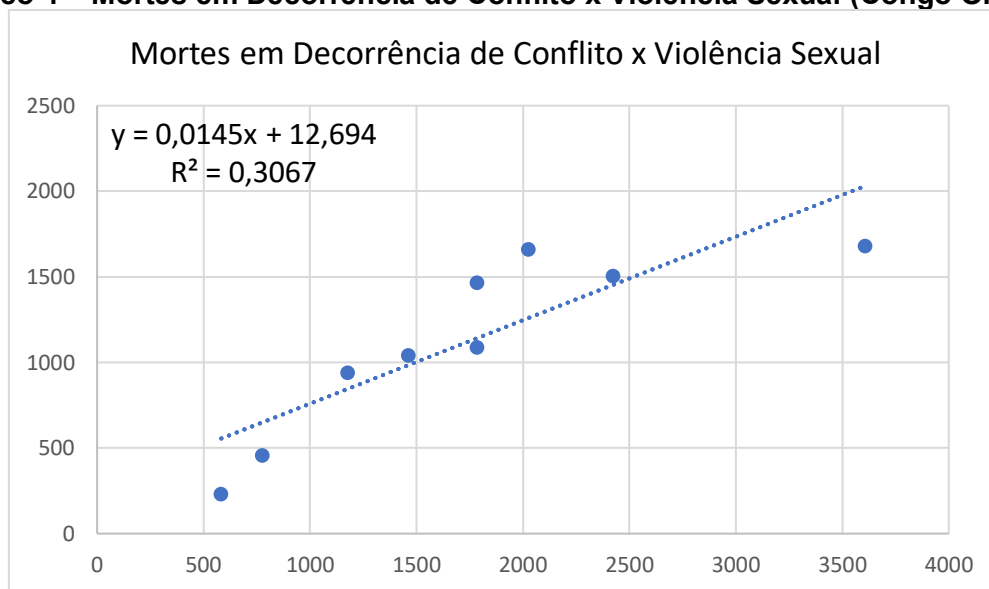
Fonte: o autor, adaptado de UCDP (2022)

Conforme o gráfico 3, as mortes por ação de forças estatais cresceram 34,5% de 2012 a 2013. Entre 2013 e 2015, esse número decresceu 84,2%, atingindo seu menor nível. Entretanto, entre 2015 e 2018, houve um novo aumento de 619,5%, atingindo 1.662 mortes no ano de 2018. A partir de então, os números se mantiveram relativamente no mesmo patamar até 2020. Entre 2012 e 2020, a média de mortes por ação de forças estatais no Congo Oriental foi de 1.118,78.

4.3.2 Análise da Violência Física contra Civis

Com o intuito de realizar uma análise mais aprofundada da violência física contra civis, esta pesquisa buscou estabelecer a correlação entre os respectivos indicadores de POC. Nesse sentido, os gráficos de dispersão abaixo ajudaram a determinar se houve correlação entre as variações sofridas pelos indicadores de POC ou se elas ocorreram de forma aleatória.

Gráfico 4 – Mortes em Decorrência de Conflito x Violência Sexual (Congo Oriental)

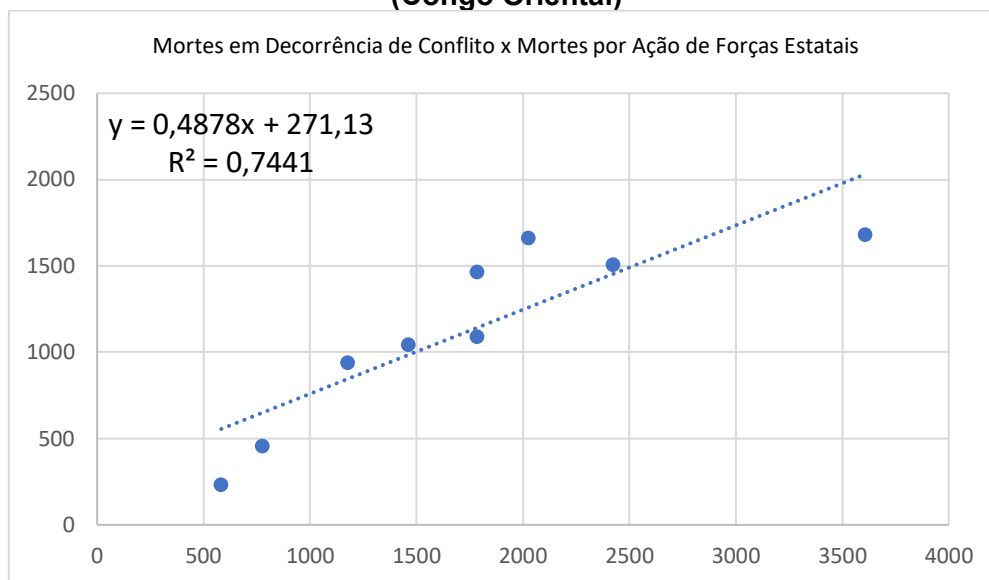


Fonte: o autor.

De acordo com o gráfico 4, em 30,67% das vezes (equivalente ao r^2), o número de mortes em decorrência de conflito e de violência sexual contra civis variam em conformidade. Nesse caso, o coeficiente de correlação ($\sqrt{r^2}$ ou r de Pearson) equivale a 0,55, o que representa uma correlação positiva moderada entre os indicadores. Entretanto, para um alfa de 0,05, o p-valor para essa correlação equivale a 0,1218.

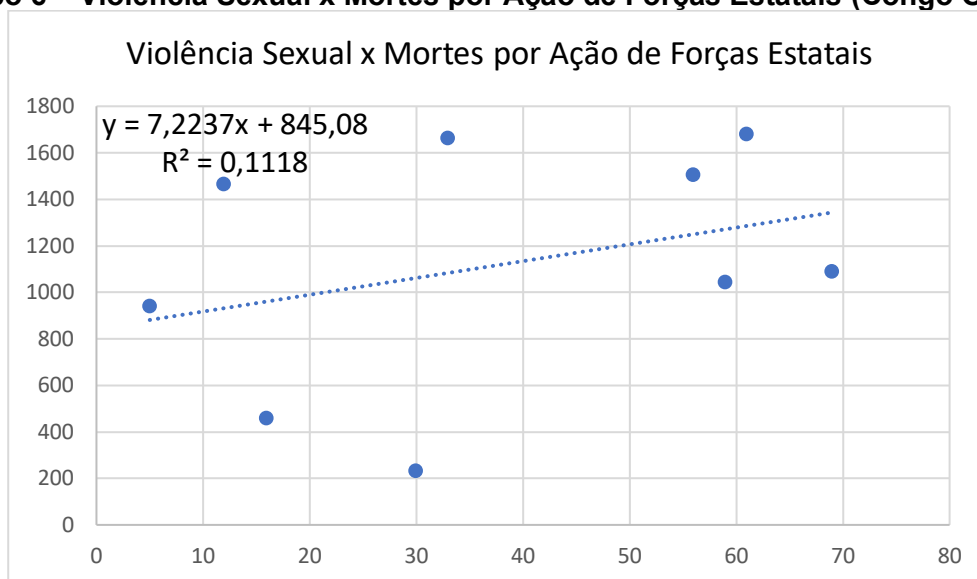
Uma vez que $0,1218 > 0,05$, essa correlação não é considerada estatisticamente significativa.

Gráfico 5 – Mortes em Decorrência de Conflito x Mortes por Ação de Forças Estatais (Congo Oriental)



Fonte: o autor.

No que concerne à relação entre mortes decorrentes de conflito e mortes por ação de forças estatais, o gráfico 5 mostra que ambos indicadores de POC variam em conformidade em 74,41% das vezes. Para esses indicadores, o coeficiente de correlação é de 0,86, o que demonstra uma correlação positiva muito alta. Além disso, considerando-se um alfa de 0,05, o p-valor para essa correlação equivale a 0,00276. Como $0,00276 < 0,05$, essa correlação positiva é considerada estatisticamente significativa.

Gráfico 6 – Violência Sexual x Mortes por Ação de Forças Estatais (Congo Oriental)

Fonte: o autor.

Ademais, segundo o gráfico 6, a violência sexual contra civis e as mortes por ação de forças estatais variam em conformidade em 11,18% das vezes. Entre esses dois indicadores de POC, o coeficiente de correlação equivale a 0,33, demonstrando uma correlação positiva baixa. Para um alfa de 0,05, o p-valor equivale a 0,379. Nesse caso, como $0,379 > 0,05$, essa correlação não é considerada estatisticamente significativa.

Portanto, uma vez que o primeiro e o terceiro testes de correlação não podem ser considerados estatisticamente significativos, não é possível afirmar que o emprego da SFTF teve o mesmo efeito nos três indicadores de POC associados à violência física contra civis. Nesse sentido, mesmo que a correlação entre mortes em decorrência de conflitos e mortes por ação de forças estatais tenha sido considerada estatisticamente significativa, o que indica que esses dois indicadores variam em conformidade, a violência sexual contra civis não seguiu exatamente o mesmo padrão de variação. Contudo, ao se analisar qualitativamente as variações nos três indicadores, verifica-se que algumas similaridades podem relacionadas à performance da SFTF no Congo Oriental. Dessa forma, nos próximos parágrafos, esta pesquisa busca demonstrar a relação causa-consequência entre o emprego da SFTF e as variações nos indicadores de POC.

Inicialmente, considerando como referência o patamar de violência física contra civis em 2012, todos os indicadores demonstram uma queda brusca dos números nos anos de 2014 e 2015. Esse período coincide com o desdobramento completo da

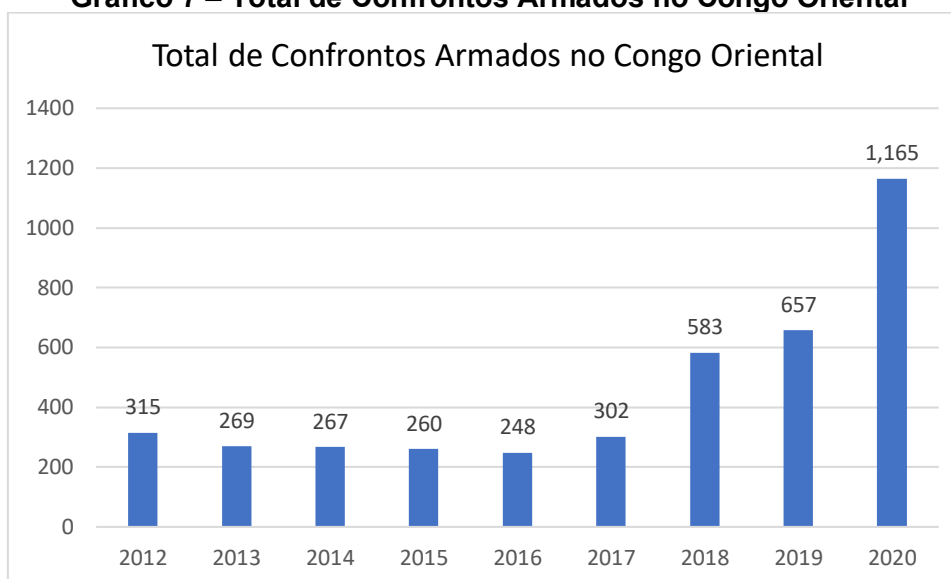
Força-Tarefa de Forças Especiais. Nesse contexto, a Companhia de Forças Especiais da Tanzânia foi desdobrada em 2013 no âmbito da Brigada de Intervenção, complementando a estrutura da SFTF. Logo, 2014 foi o primeiro ano integral no qual a SFTF esteve ativa no Congo Oriental.

Como peça-chave da estratégia de *protection through projection and deterrence* da MONUSCO, Amador (2021) relata em seu depoimento que as unidades da SFTF foram capazes de criar um efeito dissuasório nos grupos armados da região, alcançando territórios hostis cujos capacetes azuis convencionais não eram capazes ou não estavam dispostos a desbravar. Nesse sentido, Antón (2022) detalha em sua entrevista que, com frequência, assim que os grupos armados tomavam ciência do emprego das unidades da SFTF em sua área de atuação, esses rebeldes interrompiam suas atividades violentas e se escondiam. Dessa maneira, por cerca de dois anos, o emprego da estrutura completa da SFTF contribuiu com a redução consistente da violência física contra civis no Congo Oriental.

Entretanto, entre os anos de 2017 e 2020, os indicadores de POC pioraram consideravelmente. De acordo com os gráficos apresentados, os índices de violência física contra civis, nos anos de 2019-2020, foram equivalentes ou mesmo mais altos do que em 2012-2013. Dessa forma, por mais que fatores políticos, econômicos e sociais possam ter favorecido a piora da violência no Congo Oriental, fica também nítido que o efeito dissuasório das unidades da SFTF dissipou-se ao longo dos anos.

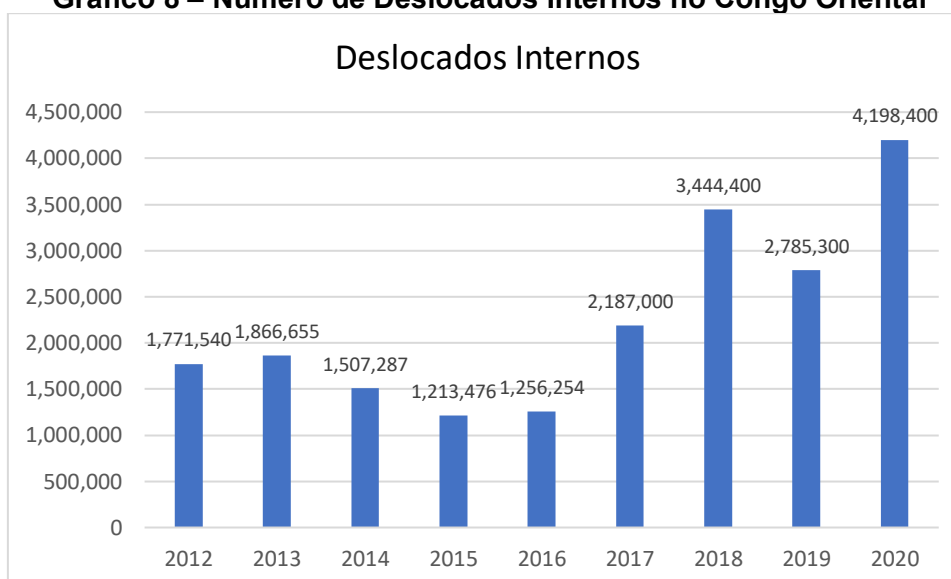
4.3.3 Indicadores do Estabelecimento do Ambiente Seguro

A fim de analisar o estabelecimento do ambiente seguro no Congo Oriental, foi verificado se o nível geral de conflitos foi reduzido e se a sensação de segurança da população aumentou. Nessa direção, e em conformidade com a definição operacional da variável dependente desta pesquisa, os indicadores selecionados para a análise foram: total de confrontos armados e número de deslocados internos.

Gráfico 7 – Total de Confrontos Armados no Congo Oriental

Fonte: o autor, adaptado de ACLED (2022)

Entre os anos de 2012 e 2016, os confrontos entre grupos armados no Congo Oriental diminuíram 21,3%, de forma gradativa, até atingir seu menor patamar. Por outro lado, de 2017 a 2020, o gráfico 7 indica um crescimento drástico de 285,6%. Em 2020, o número de confrontos foi 3,7 vezes maior do que em 2012. Em média, durante o período de 2012 a 2020, o número anual de confrontos entre grupos armados foi de 451,78.

Gráfico 8 – Número de Deslocados Internos no Congo Oriental

Fonte: o autor, adaptado de OCHA (2022)

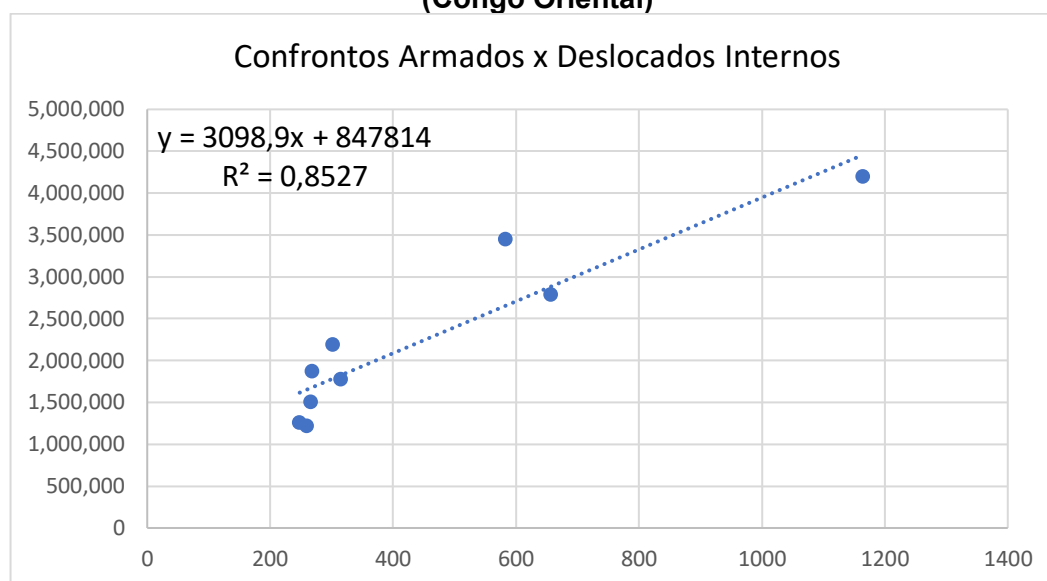
Após um pequeno incremento entre 2012 e 2013, o número de deslocados internos no Congo Oriental decaiu 35% no período compreendido pelos anos de 2013

e 2015. No entanto, entre 2016 e 2020, houve um crescimento vertiginoso de 234,2% na quantidade de deslocados internos. Em 2020, os números foram 2,37 vezes maiores do que em 2012. Em todo o período de 2012 a 2020, o número médio de deslocados internos no Congo Oriental foi de 2.247.812.

4.3.4 Análise do Estabelecimento do Ambiente Seguro

Assim como na análise da violência física contra civis no Congo Oriental, esta pesquisa verificou se houve correlação entre as variações no total de confrontos armados e no número de deslocados internos. Nesse aspecto, o gráfico de dispersão abaixo auxiliou na determinação da correlação entre ambos os indicadores de POC associados ao estabelecimento do ambiente seguro.

Gráfico 9 – Total de Confrontos Armados x Número de Deslocados Internos (Congo Oriental)



Fonte: o autor.

No caso do gráfico 9, os indicadores de POC variam em conformidade em 85,27% das vezes. Logo, para esses indicadores, o coeficiente de correlação é de 0,92, o que indica uma correlação positiva muito alta. Além disso, considerando um alfa de 0,05, o p-valor dessa correlação equivale a 0,000379. Como $0,000379 < 0,05$, essa correlação positiva é estatisticamente significativa.

Dessa forma, a análise estatística permite a suposição de que o emprego da SFTF obteve efeitos similares para o total de confrontos armados e para o número de deslocados internos. Entretanto, diferentemente das atividades relacionadas à

violência física contra civis, o componente militar de uma missão da ONU não é o ator proeminente na criação do ambiente seguro. Diversos outros fatores como saúde, fome, pobreza, oportunidades econômicas e criminalidade impactam a segurança do ambiente (BUZAN; HANSEN, 2009). Por essa razão, o impacto do emprego da SFTF nesses indicadores de POC necessita ser minuciosamente examinado.

Inicialmente, o desdobramento integral da SFTF resultou em uma melhora do ambiente bastante modesta entre 2014 e 2016-17 no Congo Oriental. Nesse sentido, como o componente militar de uma operação de paz é um ator coadjuvante no estabelecimento do ambiente seguro, as ações da SFTF apresentaram um impacto de menores proporções nessa dimensão da proteção de civis. De fato, Antón (2022) afirma em seu testemunho que, quando as operações da SFTF são conduzidas, existe uma melhora momentânea na segurança do ambiente, o que não corresponde a um avanço no longo prazo.

Em seguida, os indicadores associados ao estabelecimento do ambiente seguro pioraram significativamente entre 2017 e 2020. Em parte, essa deterioração pode ser atribuída à falta de engajamento das unidades da SFTF no processo de SSR. Como verificado por este estudo, a SFTF não cumpre a missão de Assistência Militar, a qual corresponde a uma das contribuições mais relevantes de uma unidade de Operações Especiais no contexto de resolução de conflitos. Dessa maneira, verifica-se que a cooperação entre a MONUSCO e as FARDC no Congo Oriental permanece demasiadamente limitada (TULL, 2018, p. 16).

Por fim, um fato inusitado tem ocorrido no Congo Oriental. Ao invés de revigorar as tropas da MONUSCO por meio de expertise, mentoria e treinamento, a coexistência entre unidades de Operações Especiais e unidades convencionais acabou produzindo uma passividade generalizada. Esse é um fator adicional que tem resultado na perda da efetividade da missão da ONU na RDC ao longo do tempo. Como solução, a MONUSCO passou a desdobrar uma Equipe Móvel de Treinamento em Guerra na Selva a partir de 2019. Nesse contexto, a JWMTT não se limita apenas a treinar os capacetes azuis, mas a inspirar a FIB na busca por uma performance efetiva no Congo Oriental. Em complemento, com o propósito de reverter a deterioração do ambiente seguro no Congo Oriental, Garrido (2022) explica em sua entrevista que a JWMTT iniciou a capacitação de batalhões das FARDC em uma tentativa de retomar o processo de reforma do setor de segurança.

4.4 CONCLUSÃO PARCIAL DO CASO MONUSCO

Este capítulo verificou que a proteção de civis tem representado um grande desafio para a MONUSCO por mais de duas décadas. Nesse aspecto, a operação de paz da ONU tem servido como um verdadeiro laboratório para a experimentação de novas estratégias de POC. Entre essas estratégias e em decorrência de fracassos da operação de paz em usar a força para impedir ataques contra civis, o CSNU vem desdobrando unidades de Operações Especiais dentro da estrutura da MONUSCO.

Em 2013, com o desdobramento da Companhia de Forças Especiais da Tanzânia no contexto da Brigada de Intervenção, a MONUSCO completou sua estrutura de Operações Especiais nível batalhão conhecida como Força-Tarefa de Forças Especiais. No Congo Oriental, a SFTF recebeu a atribuição de conduzir as três missões principais elencadas pela doutrina de Operações Especiais da ONU: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. Nesse sentido, visando compreender o impacto das ações da SFTF na proteção de civis e alinhado com o problema de pesquisa desta tese, este capítulo buscou responder a seguinte questão: *como a Força-Tarefa de Forças Especiais, composta pela Companhia de Forças Especiais da Guatemala e pela Companhia de Forças Especiais da Tanzânia, tem contribuído para a proteção de civis na República Democrática do Congo?*

Inicialmente, antes de analisar o papel desempenhado pelas unidades da SFTF e seu impacto na proteção de civis na República Democrática do Congo, este capítulo examinou a conjuntura e os fatores que desencadearam o desdobramento de unidades de Operações Especiais no contexto da MONUSCO, o que ocorreu em duas diferentes janelas: 2005-06 e 2012-13. Em ambos os casos, a demanda por FOpEsp teve origem em fracassos na proteção de civis por parte de tropas convencionais. Na primeira ocasião, unidades de Operações Especiais foram implementadas juntamente com helicópteros de ataque para enfrentar grupos rebeldes no Congo Oriental. Na segunda ocasião, em uma tentativa de tornar a MONUSCO mais robusta, a Companhia de Forças Especiais da Tanzânia foi criada no âmbito da Brigada de Intervenção. Em complemento, foi estabelecida no Quartel-General da Força uma célula da SFTF a fim de conduzir o planejamento de Operações Especiais e assegurar o emprego adequado das unidades de Operações Especiais da MONUSCO.

Em seguida, este capítulo analisou o emprego da SFTF com o propósito de verificar se essa tropa especializada tem sido utilizada de acordo com a doutrina de

Operações Especiais da ONU. Como resultado, este estudo constatou que a Força-Tarefa de Forças Especiais tem executado duas missões principais de Operações Especiais: Tarefas Especiais e Reconhecimento Especial. Ao conduzir essas duas missões, a SFTF tem executado as seguintes tarefas de POC: neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis; capturar armas ou atores que constituam ameaça iminente contra civis; responder às ameaças ou aos ataques contra civis; e estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças.

No entanto, a SFTF não tem realizado Assistência Militar, o que contribui para que a MONUSCO deixe de atingir resultados positivos na reforma do setor de segurança. No contexto da Assistência Militar, além de não fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais, a SFTF também não tem funcionado como um multiplicador de forças ao fornecer expertise, mentoria e treinamento aos capacetes azuis convencionais. Por essa razão, observa-se que a SFTF tem sido usada dentro da doutrina de Operações Especiais da ONU, porém com limitações.

Após a análise do emprego da SFTF no Congo Oriental, este capítulo examinou o impacto dessa tropa especializada na proteção de civis considerando-se indicadores de POC associados com a violência física contra civis e com o estabelecimento do ambiente seguro. Nesse sentido, foi possível atestar que a SFTF, assim que integralmente estruturada no Congo Oriental no final de 2013, teve um impacto significativo na proteção de civis.

Nesse contexto, os indicadores de POC relacionados à violência física contra civis melhoraram substancialmente, especialmente nos anos de 2014 e 2015. Ao monitorar e engajar efetivamente grupos armados que atacavam ou ameaçavam a população por meio da condução de Reconhecimento Especial e de Tarefas Especiais, as unidades da SFTF criaram um efeito dissuasório robusto. Ademais, por se infiltrarem rapidamente em áreas hostis nas quais as tropas convencionais da ONU não eram capazes ou não estavam dispostas a desbravar, a SFTF se tornou uma peça-chave para a estratégia de *protection through projection and deterrence* da MONUSCO. Contudo, esta pesquisa também concluiu que os efeitos positivos criados pelo desdobramento da SFTF no Congo Oriental foram se dissipando ao longo dos anos, levando a uma piora substancial dos indicadores entre 2017 e 2020.

Por sua vez, os indicadores de POC associados ao estabelecimento do ambiente seguro também foram influenciados pelo emprego da SFTF no Congo Oriental. Assim como na violência física contra civis, esses indicadores tiveram uma

melhora até os anos de 2015-16. Em seguida, entre 2017-2020, os indicadores sinalizaram uma piora consistente do ambiente seguro. No entanto, foi possível verificar que o impacto da SFTF nesses indicadores foi mais discreto. Nesse caso, como o componente militar de uma operação de paz da ONU não é o protagonista no estabelecimento das condições que previnem a emergência ou o recrudescimento da violência, os indicadores ligados ao estabelecimento do ambiente seguro também sofreram grande influência de fatores políticos, econômicos e sociais.

Portanto, este capítulo concluiu que a condução de Tarefas Especiais e de Reconhecimento Especial pelas unidades de Operações Especiais no Congo Oriental criou uma janela de 2-3 anos na qual os níveis de violência diminuíram consideravelmente. Em contrapartida, as medidas necessárias para o estabelecimento do ambiente seguro, no longo prazo, não foram implementadas efetivamente nesse período, incluindo o engajamento da SFTF no processo de reforma do setor de segurança. Nesse aspecto, unidades de Operações Especiais deveriam ter fornecido expertise, mentoria e treinamento às FARDC, incrementando sua performance e seu compromisso com os direitos humanos e com a proteção de civis. Somente em 2019, após o fechamento dessa janela de oportunidade, a MONUSCO decidiu criar a Equipe Móvel de Treinamento em Guerra na Selva para prover capacitação às tropas da MONUSCO e aos batalhões das FARDC próximos à cidade de Beni, substituindo a SFTF na condução de Assistência Militar no Congo Oriental. Contudo, em virtude do recorte temporal e do escopo desta pesquisa, não foi possível determinar o impacto do emprego da JWMTT no Congo Oriental.

CAPÍTULO 5 - MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO SUDÃO DO SUL

Desdobrada em julho de 2011 simultaneamente à criação do Estado sul-sudanês, a UNMISS compreendia, entre militares e civis, 8.000 integrantes. A missão da ONU no Sudão do Sul foi implementada com o objetivo de auxiliar na estabilização do país, estabelecer condições para o desenvolvimento e colaborar com a proteção de civis. Em seus primeiros 30 meses, a UNMISS encontrou um cenário repleto de conflitos de baixa intensidade e de uma persistente crise humanitária. Nessa conjuntura, o foco principal da operação de paz era evitar o recrudescimento do conflito entre o Sudão do Sul e do Sudão (DAY et al., 2019, p. 47; WILLIAMS, 2020, p. 82).

Contudo, no dia 15 de dezembro de 2013, houve a eclosão de uma guerra civil entre as duas principais lideranças sul-sudanesas. De um lado encontrava-se o presidente Salva Kiir, da etnia *Dinka*, líder do *Sudan's People Liberation Movement/Army*¹⁴ (SPLM/SPLA), atualmente *South Sudan's People Defence Forces*¹⁵ (SSPDF). Do lado oposto estava Riek Machar, primeiro vice-presidente e fundador do *People's Liberation Movement/Army-in opposition*¹⁶ (SPLM/SPLA-IO), pertencente à etnia *Nuer* (RADON; LOGAN, 2014, p. 150).

Em 2015, aproximadamente dois anos após o início das hostilidades entre os movimentos/exércitos, Salva Kiir e Riek Machar foram pressionados pela comunidade internacional a assinarem o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul (ARCSS) (DAY; TCHIE; KUMALO, 2022, p. 13). Em abril de 2016, em conformidade com o ARCSS, o primeiro vice-presidente retornou à capital sul-sudanesa após cerca de dois anos no exílio. Juntamente com Riek Machar, 1.200 soldados do SPLA-IO foram deslocados para Juba com o objetivo de prover suporte ao Governo Transitório da Unidade Nacional (TGoNU) (OIM, 2019, p. 7).

Em 8 de julho de 2016, o colapso do frágil acordo de paz entre Salva Kiir e Riek Machar resultou em uma batalha pelo controle da capital do país. Nesse contexto, durante quatro dias, Juba foi tomada por pesados tiroteios, carros de combate, explosões de granadas de artilharia e helicópteros disparando foguetes e armamento de grosso calibre, o que deixou uma trilha de destruição e sofrimento (IPG, 2016, p.

¹⁴ Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão.

¹⁵ Forças de Defesa do Povo do Sudão do Sul.

¹⁶ Movimento/Exército de Libertação do Povo do Sudão-em oposição.

6). Em meio ao fogo cruzado, 182 edificações da UN *House*¹⁷ foram atingidas por projetis, granadas de morteiro e granadas de lança-rojão. Nesse cenário caótico, centenas de civis inocentes e dois *peacekeepers* perderam a vida (ONU, 2016c, p. 3).

A batalha de Juba chocou a comunidade internacional e resultou na emissão da Resolução 2304 (2016), a qual elevou o teto de tropas permitidas em 4.000 capacetes azuis e criou a Força de Proteção Regional com o propósito de prover segurança dentro e no entorno da capital sul-sudanesa (WILLIAMS, 2020, p. 85). Para esse fim, a Força de Proteção Regional foi planejada com três batalhões de infantaria e outras tropas com capacidades específicas de reconhecimento, engenharia de combate, helicópteros de ataque e sistemas de aeronaves remotamente tripuladas. Mais notavelmente, a RPF também foi contemplada com uma unidade de Operações Especiais do Nepal denominada *High Readiness Company*, o que corresponde a um conceito relativamente novo nas operações de paz da ONU (SILVA, 2022, p. 49).

Dessa forma, a HRC foi criada em 2016 como uma tentativa por parte do CSNU de incrementar a combatividade da UNMISS e assegurar a proteção de civis em Juba e nas imediações da capital sul-sudanesa. Nesse sentido, *particularmente no caso da UNMISS, como a High Readiness Company tem contribuído para a proteção de civis no Sudão do Sul?*

Portanto, o objetivo deste capítulo é analisar o papel desempenhado pela *High Readiness Company*, assim como seu impacto na proteção de civis no Sudão do Sul. Para atingir essa meta, esse capítulo se divide em antecedentes; emprego da HRC; impacto da HRC na proteção de civis; e conclusão parcial do caso UNMISS.

5.1 ANTECEDENTES

Assinado em agosto de 2015, o Acordo sobre a Resolução do Conflito no Sudão do Sul previa a criação de um governo nacional de transição, o acantonamento das forças rivais (SPLA-IO), a desmilitarização de Juba, um processo de reforma constitucional, o estabelecimento de mecanismos transitórios de justiça e a reforma do setor de segurança. Apesar do consentimento formal ao acordo, Salva Kiir declarava que possuía ressalvas quanto ao ARCSS, especialmente no que dizia respeito à desmilitarização da capital (CIVIC, 2016, p. 15).

¹⁷ Quartel-General da UNMISS/Quartel-General da Força.

Como a guerra civil iniciada em 2013 não foi interrompida, os atores internacionais colocaram grande pressão para a materialização de partes do ARCSS. Nessa conjuntura, uma equipe precursora do SPLA-IO se posicionou em Juba em dezembro de 2015. Em março do ano seguinte, tropas adicionais do SPLA-IO foram acantonadas na periferia da capital sul-sudanesa. Por fim, em abril de 2016, Riek Machar retornou de seu exílio e foi novamente designado primeiro vice-presidente do Sudão do Sul (CIVIC, 2016, p. 15).

Simultaneamente ao retorno de Riek Machar e das tropas do SPLA-IO à Juba, um incidente na cidade de Malakal expôs a fragilidade do ARCSS. Entre 16 e 18 de fevereiro de 2016, integrantes do SPLA invadiram a base da UNMISS com o objetivo de executar civis por meio de armas de fogo e incendiar o POC *site* que abrigava 47.000 residentes, em sua maioria das etnias *Nuer* e *Shilluk*. O ataque teve como consequência 30 mortes de civis, sendo que mais de 100 deslocados internos ficaram feridos. Ademais, o fogo destruiu cerca de um terço do POC *site* (CIVIC, 2016, p. 29).

Por ocasião do ataque do SPLA à base da UNMISS em Malakal, graves críticas foram feitas à atitude dos 1.200 capacetes azuis presentes naquela cidade. Segundo a investigação realizada posteriormente pela ONU, a tropa levou cerca de 12 horas para reagir ao ataque. Além disso, a ONU também constatou que o contingente indiano se recusou a desdobrar tropas e veículos blindados na área de confronto, os etíopes não esboçaram nenhuma reação ao longo de todo o incidente e os ruandeses exigiram ordens adicionais por escrito para agir. Finalmente, a reação ao ataque ocorreu com o emprego do contingente de Ruanda (IPG, 2016, p. 6).

Dois meses após o ataque em Malakal, os mediadores internacionais consideravam que o retorno do primeiro vice-presidente à Juba com seus 1.200 soldados do SPLA-IO constituía um ponto chave para a implementação do ARCSS. Apesar de fortes objeções por parte da liderança da UNMISS, de assessores internacionais de segurança e de generais do SPLA, os soldados do SPLA-IO foram acomodados em acantonamentos localizados a menos de um quilômetro da UN *House* e dos POC *sites* de Juba, os quais abrigavam mais de 30.000 deslocados internos (ONU, 2016c, p. 2).

Como temia grande parte dos especialistas e lideranças envolvidas, a chegada das centenas de soldados do SPLA-IO à Juba gerou tensão e escalada da crise. Nessa conjuntura, um intenso conflito foi deflagrado entre as tropas de Salva Kiir e Riek Machar a partir de 8 de julho de 2016. Marcado por grande violência direcionada

aos civis, a maior parte da batalha ocorreu nas imediações da *UN House* e dos *POC sites*. Nas ruas da capital, o SPLA bloqueou os acessos da população que buscava refúgio em locais seguros. Além disso, o exército de Salva Kiir realizou invasão de residências, violência sexual e execuções sumárias (CIVIC, 2016, p. 18). Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2019, p. 7), pelo menos 270 civis foram mortos em Juba durante os quatro dias de confronto entre o SPLA e o SPLA-IO.

Em meio à barbárie que tomou conta da capital em julho de 2016, um incidente específico comoveu a comunidade internacional. No hotel *Terrain*, um complexo que se situava a apenas 1,2 km da *UN House*, entre 80 e 100 integrantes do SPLA conduziram um ataque contra cerca de 70 civis que habitavam o local, em sua maioria estrangeiros. Durante o ataque, os civis foram vítimas de graves abusos incluindo intimidação, tortura, violência sexual e assassinato (IPG, 2016, p. 1; ONU, 2016c, p. 4).

As investigações que ocorreram após o conflito em Juba constataram que diversos departamentos da UNMISS foram informados sobre o ataque do SPLA ao hotel *Terrain* imediatamente após seu início. Verificou-se também que foram emitidas ordens para que uma *Quick Reaction Force* fosse enviada ao local. No entanto, nenhuma tentativa de furar o bloqueio do SPLA e deixar a *UN House* foi efetivada (CIVIC, 2016, p. 6). De fato, ao longo dos quatro dias de luta intensa entre o SPLA e o SPLA-IO, a UNMISS permaneceu confinada a suas duas bases em Juba: *UN House* e *Tomping*. Cercada pelas forças rivais, a prioridade da UNMISS foi a proteção de suas bases e dos *POC sites* 1 e 3, adjacentes à *UN House* (CIVIC, 2016, p. 5).

Em 16 de agosto de 2016, a fim de investigar a postura da UNMISS durante os quatro dias do conflito em Juba, bem como emitir recomendações para o aprimoramento da missão, o Secretário-Geral da ONU designou uma comissão liderada pelo major-general Patrick Cammaert (IPG, 2016, p. 6). Day et al. (2019, p. 59) destacam que o Relatório Cammaert critica a postura das tropas da UNMISS durante o conflito. Nesse sentido, o abandono de postos, a cadeia de comando ineficaz, a falta de preparação física e psicológica e, em especial, a aversão ao risco, contribuíram para a perda de vidas e da credibilidade da ONU de uma maneira geral.

Como consequência do relatório, a Representante Especial do Secretário-Geral (SRSG), Ellen Margrethe Løj, maior autoridade civil da UNMISS, abdicou de seu cargo. Adicionalmente, em uma atitude radical da ONU, o tenente-general queniano

Johnson Ondieki, *Force Commander*, foi sacado de seu posto e substituído interinamente por seu subcomandante (IPG, 2016, p. 7). O Relatório Cammaert também verificou que a atitude das tropas da UNMISS não melhorou nos dias imediatamente posteriores ao conflito. Somente em 13 de julho, as patrulhas motorizadas recomeçaram em alguns setores de Juba. Devido às restrições impostas pelo SPLA, veículos blindados não podiam participar das patrulhas urbanas. Além disso, o patrulhamento a pé só foi retomado no dia 19 de agosto, visto que os contingentes alegavam preocupação com a segurança de seus integrantes (CIVIC, 2016, p, 65).

Em meio à essa situação caótica, o CSNU emitiu a Resolução 2304 (2016), autorizando a criação da Força de Proteção Regional. Segundo a resolução, as tarefas designadas para a RPF tinham como objetivo principal garantir a segurança de Juba e seu entorno, incluindo a proteção das linhas de comunicações e transporte da capital, a segurança do Aeroporto Internacional de Juba e o engajamento de qualquer ator que estivesse preparando ou realizando ataques contra civis, integrantes da ONU e agentes humanitários (SPINK, 2016, p. 4; WILLIAMS, 2020, p. 85).

Entretanto, o governo sul-sudanês impôs inúmeros impedimentos e restrições ao desdobramento da RPF. Por essa razão, as primeiras unidades da Força de Proteção Regional só começaram a se instalar na capital sul-sudanesa em agosto de 2017, aproximadamente um ano após a emissão da Resolução 2304 (2016). Como o nível de violência em Juba já havia diminuído desde as hostilidades de julho de 2016, as unidades da RPF foram reorganizadas no contexto do recém-criado Setor Juba, permitindo a realocação de tropas previamente baseadas na capital para outras localidades críticas (DAY et al., 2019, p. 48).

Além do retardo provocado pelo governo sul-sudanês, Wondemagegnehu (2018, p. 23) ressalta que interesses regionais também atrasaram o desdobramento das tropas da RPF. Inicialmente, o Sudão do Sul vetou qualquer envolvimento de Estados limítrofes na composição da Força de Proteção Regional. Outro fator complicador era a indisponibilidade de tropas por parte da maioria dos países da África Oriental naquele momento. Consequentemente, nações extrarregionais como o Nepal e o Bangladesh foram incluídos na RPF com a *High Readiness Company* e uma unidade de engenharia, respectivamente. Mais tarde, no ano de 2018, o governo sul-sudanês permitiu que a Etiópia enviasse um batalhão para o contingente da RPF. Em

contrapartida, Uganda e Sudão, em virtude da percepção de parcialidade no conflito, não foram autorizados a integrar a Força de Proteção Regional. Por fim, o Quênia se recusou a participar da RPF, uma vez que seu governo havia decidido retirar todo seu efetivo militar do Sudão do Sul como retaliação à demissão do *Force Commander* queniano em 2016.

5.2 O EMPREGO DA HIGH READINESS COMPANY

Em resposta à crise em Juba de 2016, a *High Readiness Company* foi criada pela Resolução 2304 (2016) como parte da Força de Proteção Regional. Em dezembro do mesmo ano, a Resolução 2327 (2016) unificou os mandatos da UNMISS e da RPF. Contudo, o desdobramento de tropas da RPF foi iniciado somente em agosto de 2017 (WILLIAMS, 2020, p. 85). Em 2020, quatro anos após a emissão da Resolução 2304 (2016), apenas cerca de metade do efetivo autorizado para a RPF havia sido desdobrado no Sudão do Sul.

Em 2021, os batalhões da RPF e unidades de apoio, incluindo a HRC, foram oficialmente reorganizados como Setor Juba (ONU, 2021b). Essa mudança, a qual já havia ocorrido na prática desde a chegada das primeiras unidades da RPF no Sudão do Sul, foi motivada pelas objeções e obstruções do governo sul-sudanês ao desdobramento integral da Força de Proteção Regional, que era considerada um ataque à soberania do país. Dessa forma, a HRC se tornou parte do recém-criado Setor Juba (DE CONING, 2021).

Apesar de todos os empecilhos impostos por parte do governo do Sudão do Sul com relação à RPF, a *High Readiness Company* foi desdobrada em Juba ainda em 2017, contribuindo para o incremento da capacidade de proteger civis por parte da UNMISS. Como uma unidade de Operações Especiais, a HRC recebeu a atribuição de conduzir as três principais missões de acordo com a doutrina de Operações Especiais da ONU: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar (ONU, 2017a).

5.2.1 Tarefas Especiais

No Sudão do Sul, a *High Readiness Company* tem conduzido Tarefas Especiais ocasionalmente e, na maioria das vezes, de uma forma reativa. De acordo com os

especialistas consultados, a HRC nunca foi utilizada para neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis ou para capturar armas ou atores que constituam ameaça iminente contra civis, mesmo que tenham existido oportunidades consistentes para o emprego da Companhia de Forças Especiais do Nepal com o objetivo de atacar ou capturar milícias armadas que ameaçavam os POC *sites* em Juba (HUGHES, 2021).

Em contrapartida, a HRC tem sido utilizada esporadicamente para responder a ameaças ou ataques contra civis. Nesse sentido, Hughes (2021) explica em sua entrevista a importância de se compreender que a principal razão da existência de uma tropa de Operações Especiais no âmbito da UNMISS foi o incidente ocorrido no hotel *Terrain* por ocasião da batalha de Juba em 2016. Após o incidente, tornou-se claro que a UNMISS necessitava de tropas capazes de responder de forma rápida e efetiva às ameaças e ataques contra civis.

Dessa forma, especialmente na região de Juba e normalmente limitada ao estado da Equatória Central, a HRC tem sido empregada para prevenir ou responder à violência contra civis. Em seu relato, Kilian (2021) destaca a participação da Companhia de Forças Especiais do Nepal nos eixos Nimule-Juba e Yei-Juba. Nessas ocasiões, após a confirmação da ameaça por parte do sistema de inteligência da UNMISS, a HRC foi preventivamente posicionada no terreno com o objetivo de dissuadir emboscadas de grupos armados contra civis e agentes humanitários.

5.2.2 Reconhecimento Especial

No contexto do Sudão do Sul, a *High Readiness Company* conduziu Reconhecimento Especial por diversas ocasiões. De acordo com o testemunho colhido de Kilian (2021), normalmente, quando existe algum confronto entre grupos armados, incluindo as forças governamentais, destacamentos da HRC são infiltrados em áreas hostis e/ou sensíveis a fim de estabelecer vigilância e monitorar esses atores. Cabe destacar que, no ambiente operacional do Sudão do Sul, o acesso às zonas de conflito para a produção de relatórios confiáveis contendo fotografias, georreferenciamento e informações precisas constitui uma atividade de alto risco. Nesse aspecto, Silva (2021b) esclarece em sua entrevista que mesmo a capital Juba pode ser considerada uma área sensível.

No entanto, Silva (2021b) argumenta que, apesar das adversidades, a Companhia de Forças Especiais do Nepal produz relatórios de muito boa qualidade, os quais embasam o planejamento no Quartel-General da Força. Além disso, a condução de Reconhecimento Especial pela HRC não se restringe à Juba e ao seu entorno. Em sua entrevista, Silva Néto (2021) explica que destacamentos da HRC são infiltrados em outras regiões do país quando a situação é considerada demasiadamente perigosa para que tropas convencionais e/ou oficiais de ligação acessem a área de conflito com o propósito de buscar informações relevantes.

5.2.3 Assistência Militar

No Sudão do Sul, a *High Readiness Company* conduz parcialmente a missão de Assistência Militar. Isso ocorre porque essa unidade de Operações Especiais não está engajada no fornecimento de expertise, mentoria e treinamento às forças de defesa e/ou segurança locais. De uma forma mais ampla, a ausência da reforma do setor de segurança e a falta de um efetivo processo de desmobilização, desarmamento e reintegração têm ocasionado um notório fracasso na profissionalização das forças armadas sul-sudanesas. Como resultado, inúmeras comunidades enfrentam o grave risco de lidar com o comportamento predatório e agressivo das forças estatais (DAY; TCHE; KUMALO, 2022, p. 20)

Ademais, como o governo do Sudão do Sul permanece incapaz de proteger seus cidadãos, as responsabilidades de proteção recaem desproporcionalmente sobre a UNMISS (IPI, 2019, p. 3). Por essa razão, o fornecimento de expertise, mentoria e treinamento às Forças de Defesa do Povo do Sudão do Sul, as quais substituíram o SPLA, bem como às tropas do SPLA-IO surgem como uma condição vital para o sucesso do processo de paz.

Em contrapartida, a HRC tem aumentado seu engajamento no fornecimento de expertise, mentoria e treinamento aos capacetes azuis convencionais integrantes da UNMISS. Inicialmente, Silva (2021b) explica em sua entrevista que essas atividades de Assistência Militar ocorriam de forma informal através de treinamentos esporádicos em assuntos específicos como regras de engajamento. Ultimamente, conforme testemunho de Silva Néto (2021), a Companhia de Forças Especiais do Nepal tem participado regularmente dos exercícios no terreno dos capacetes azuis como árbitro, além de realizar demonstrações práticas sobre os procedimentos corretos para reagir

aos diversos incidentes propostos. Dessa forma, a HRC tem sido capaz de trabalhar como um multiplicador de forças dentro da UNMISS.

5.2.4 Análise do Emprego da High Readiness Company

Conforme as informações levantadas nesta pesquisa, a *High Readiness Company* tem executado, de forma parcial ou integral, as três missões principais elencadas pela doutrina de Operações Especiais da ONU. Considerando-se as tarefas de POC associadas às missões de Operações Especiais, a Companhia de Forças Especiais do Nepal tem conduzido três de um total de seis. A seguir, a tabela abaixo apresenta uma síntese do emprego da *High Readiness Company* no que concerne às missões e tarefas de proteção de civis associadas às Operações Especiais.

Tabela 2 – Emprego da High Readiness Company no Sudão do Sul

Missões de Operações Especiais	Tarefas de POC	Sim/Não
Tarefas Especiais	Neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis	Não
	Capturar armas ou atores que constituam ameaça iminente contra civis	Não
	Responder às ameaças ou aos ataques contra civis	Sim
Reconhecimento Especial	Estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças	Sim
Assistência Militar	Fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU	Sim
	Fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais	Não

Fonte: o autor.

Da análise do emprego da *High Readiness Company*, constata-se que, ao responder às ameaças ou ataques contra civis em Juba e nos arredores da capital sul-sudanesa, a Companhia de Forças Especiais do Nepal tem obtido um efeito dissuasório sobre os grupos armados violentos. Em complemento, ao estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças contra civis, particularmente em áreas hostis, a HRC incrementou o sistema de inteligência da UNMISS e passou a contribuir com dados que proporcionam um planejamento de maior qualidade no nível da Força. Ainda, ao fornecer expertise, mentoria e treinamento aos capacetes azuis, a *High Readiness Company* tem melhorado a qualidade das tropas convencionais da

ONU presentes no Sudão do Sul. Portanto, observa-se que a HRC tem sido doutrinariamente empregada pela UNMISS como uma unidade de Operações Especiais.

Entretanto, verifica-se também que algumas capacidades de Operações Especiais não têm sido demandadas da HRC, o que limita seu resultado efetivo. Com relação às Tarefas Especiais, a UNMISS tem perdido algumas oportunidades de utilizar a Companhia de Forças Especiais do Nepal contra milícias armadas que constantemente ameaçam os POC *sites*/campos de deslocados internos em Juba. Nesse contexto, uma postura assertiva da HRC pode aumentar o efeito dissuasório e prevenir que esses grupos armados ataquem a população civil. Adicionalmente, o engajamento da HRC com as SSPDF e com o SPLA-IO é fundamental para o êxito do processo de paz no longo prazo.

Por outro lado, deve-se compreender que a UNMISS enfrenta restrições políticas quanto ao emprego da Companhia de Forças Especiais do Nepal no Sudão do Sul. Isso ocorre porque, com o intuito de assegurar a liberdade de movimento no país, a operação de paz da ONU concordou em compartilhar com o governo sul-sudanês todas as informações relativas aos deslocamentos de suas tropas. Contudo, em termos práticos, Machado (2022) constata em seu depoimento à esta pesquisa que o compartilhamento de informações acaba funcionando como um pedido de permissão para o deslocamento de capacetes azuis, o que restringe a atuação da HRC quando as SSPDF ou o SPLA-IO estão envolvidos nas violações de direitos humanos.

5.3 O IMPACTO DA HIGH READINESS COMPANY NA PROTEÇÃO DE CIVIS

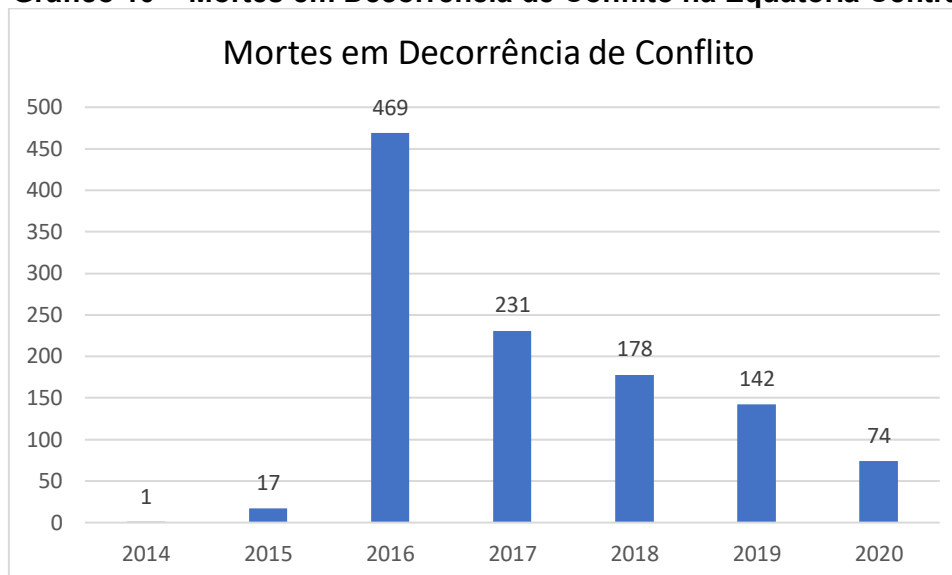
Esta seção destina-se a analisar o impacto da *High Readiness Company* na proteção de civis no Sudão do Sul. Uma vez que o emprego da Companhia de Forças Especiais do Nepal ocorreu majoritariamente em Juba e no entorno da capital sul-sudanesa, esta pesquisa tem como foco o estado da Equatória Central. Em conformidade com a definição operacional da variável dependente desta tese, a análise da proteção de civis encontra-se dividida em duas dimensões: violência física contra civis e estabelecimento do ambiente seguro. Nesse sentido, a seção foi organizada da seguinte forma: indicadores da violência física contra civis, análise da

violência física contra civis, indicadores do estabelecimento do ambiente seguro e análise do estabelecimento do ambiente seguro.

5.3.1 Indicadores da Violência Física contra Civis

Em alinhamento com a definição operacional da variável dependente desta pesquisa, no que tange à dimensão violência física contra civis, os indicadores selecionados para a análise foram: total de mortes em decorrência de conflito, violência sexual contra civis e mortes por ação de forças estatais.

Gráfico 10 – Mortes em Decorrência de Conflito na Equatória Central



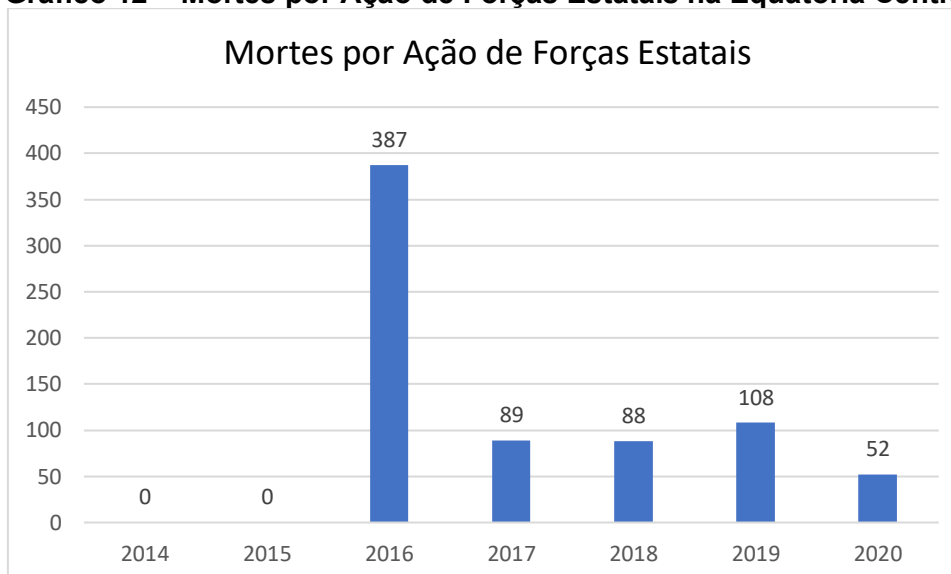
Fonte: o autor, adaptado de UCDP (2022)

Em virtude da batalha em Juba, o total de mortes em decorrência de conflito na Equatória Central aumentou de 17 em 2015 para 469 em 2016, o que significa um crescimento de 2.658,8%. De 2016 para 2017, houve uma diminuição de 50,7%. Desde então, entre 2017 e 2020, os números decresceram gradualmente, atingindo o patamar de 74 mortes em 2020. Entre 2014 e 2020, a média de mortes em decorrência de conflito na Equatória Central foi de 158,86.

Gráfico 11 – Violência Sexual contra Civis na Equatória Central

Fonte: o autor, adaptado de ACLED (2022)

O número de episódios de violência sexual contra civis (cometida por grupos armados) atingiu seu pico no ano de 2016, em decorrência da batalha de Juba. Entre 2016 e 2018, houve um decréscimo de 64,7%. No entanto, a violência sexual contra civis aumentou 141% no ano de 2019. Por outro lado, em 2020, o índice diminuiu 51,7%. Durante o período de 2014 a 2020, a média de episódios reportados de violência sexual contra civis na Equatória Central foi de 16,14.

Gráfico 12 – Mortes por Ação de Forças Estatais na Equatória Central

Fonte: o autor, adaptado de UCDP (2022)

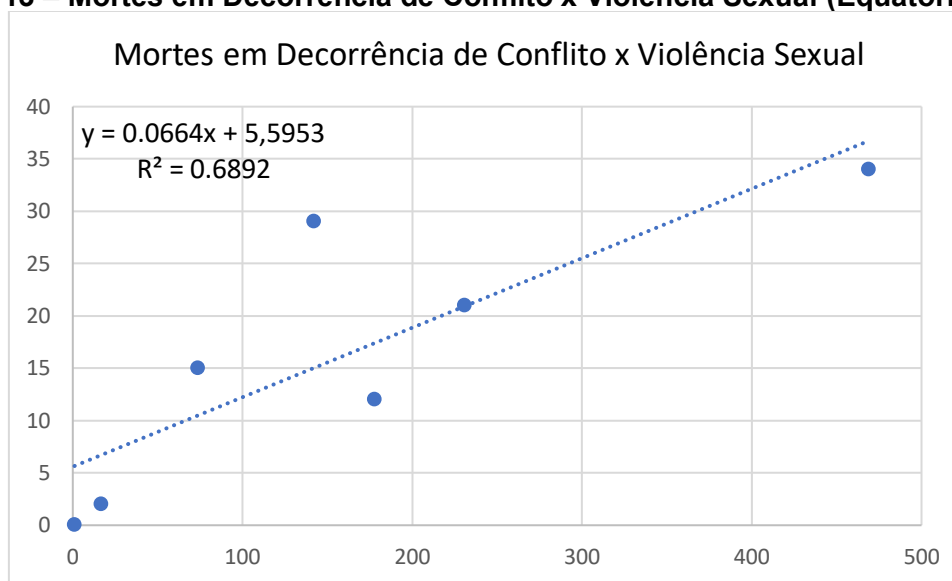
Após atingir o número de 387 em 2016 como consequência da batalha de Juba, as mortes por ação de forças estatais diminuíram consideravelmente em 2017,

correspondendo a uma redução de 77%. Após uma relativa estabilidade no ano de 2018, houve um crescimento de 22,7% em 2019, seguido por uma diminuição de 51,8% em 2020. Entre os anos de 2014 e 2020, a média de mortes por ação de forças estatais na Equatória Central foi de 103,43.

5.3.2 Análise da Violência Física contra Civis

Com o propósito de realizar a análise detalhada da violência física contra civis, esta pesquisa buscou verificar a existência de uma correlação entre os indicadores associados a esta dimensão da proteção de civis. Dessa forma, os gráficos de dispersão abaixo ajudaram a determinar se houve correlação entre as variações sofridas pelos indicadores de POC ou se elas ocorreram de forma aleatória.

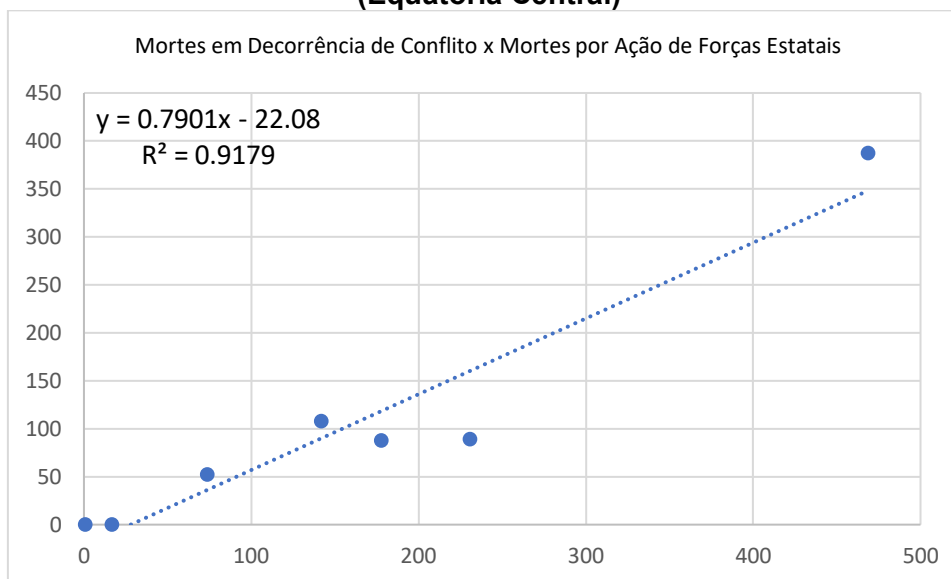
Gráfico 13 – Mortes em Decorrência de Conflito x Violência Sexual (Equatória Central)



Fonte: o autor.

De acordo com o gráfico 13, em 68,92% (equivalente ao r^2) das vezes, o número de mortes em decorrência de conflito e de episódios de violência sexual contra civis variam em conformidade. Neste caso, o coeficiente de correlação ($\sqrt{r^2}$ ou r de Pearson) equivale a 0,83, o que corresponde a uma correlação positiva muito alta entre ambos os indicadores. Além disso, para um alfa de 0,05, o p-valor para essa correlação equivale a 0,02. Dessa forma, uma vez que $0,02 < 0,05$, é possível afirmar que a correlação é estatisticamente significativa.

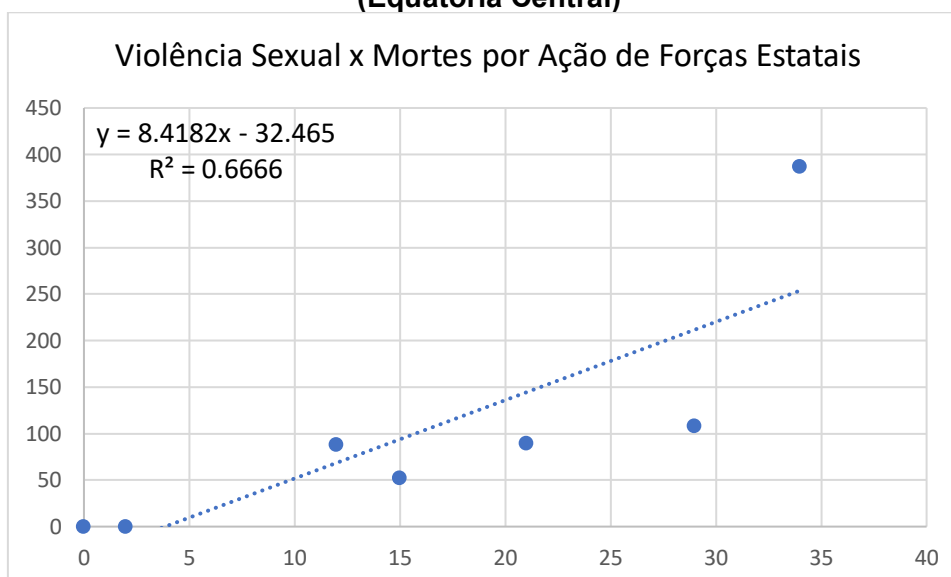
Gráfico 14 – Mortes em Decorrência de Conflito x Mortes por Ação de Forças Estatais (Equatória Central)



Fonte: o autor.

No que diz respeito à relação entre mortes decorrentes de conflito e mortes por ação de forças estatais, o gráfico 14 demonstra que esses indicadores de POC variam em conformidade em 91,79% das vezes. Para esses indicadores, o coeficiente de correlação é de 0,96, o que significa uma correlação positiva muito alta. Adicionalmente, considerando-se um alfa de 0,05, o p-valor para essa correlação equivale a 0,00068. Como $0,00068 < 0,05$, essa correlação positiva é considerada estatisticamente significativa.

Gráfico 15 – Violência Sexual x Mortes por Ação de Forças Estatais (Equatória Central)



Fonte: o autor.

Em seguida, de acordo com o gráfico 15, os episódios de violência sexual contra civis e as mortes por ação de forças estatais variam em conformidade em 66,66% das vezes. Entre ambos os indicadores de POC, o coeficiente de correlação equivale a 0,82, o que corresponde a uma correlação positiva muito alta. Para um alfa de 0,05, o p-valor para essa correlação é de 0,025. Logo, como $0,025 < 0,05$, pode-se afirmar que a correlação é estatisticamente significativa.

Portanto, os três indicadores de POC relativos à violência física contra civis variam em conformidade. Logo, as variações causadas pelo emprego da *High Readiness Company*, a qual representa a variável independente deste estudo no caso UNMISS, tendem a obter efeitos similares nestes indicadores. Apesar do resultado consistente no teste de correlação, o ambiente na Equatória Central é altamente complexo e outros fatores políticos, econômicos e sociais também podem ter influenciado os indicadores selecionados. Por essa razão, nos próximos parágrafos, este estudo busca demonstrar qualitativamente a relação causa-consequência existente entre o emprego da HRC e as mudanças verificadas nos indicadores de POC.

Inicialmente, cabe considerar que a *High Readiness Company* foi criada em 2016 no contexto da Força de Proteção Regional. No entanto, a HRC levou cerca de um ano para se desdobrar em Juba. Assim, os primeiros efeitos da Companhia de Forças Especiais do Nepal podem ser percebidos a partir do segundo semestre do ano de 2017. Em 2018, a HRC contribuiu para a proteção de civis durante todo o ano, o que ajuda a explicar o decréscimo gradual da violência física contra civis entre 2016 e 2018.

Contudo, Hughes (2021) argumenta em seu depoimento que a *High Readiness Company* não foi empregada como tropa de Operações Especiais em seus primeiros anos de desdobramento (2017-2019). De fato, nesse período, a HRC acabou sendo utilizada como uma companhia de infantaria muito bem treinada. Nesse contexto, a maior contribuição de toda a RPF, incluindo a HRC, foi permitir que tropas anteriormente sediadas em Juba pudessem expandir sua presença nos estados do sul do país (Equatória Oriental, Equatória Central e Equatória Ocidental) (DAY et al., 2019, p. 19).

Diferentemente de outras operações de paz robustas da ONU, as quais utilizam o conceito de *protection through projection and deterrence* para rapidamente desdobrar tropas e responder a ameaças ou ataques contra civis, a capacidade da

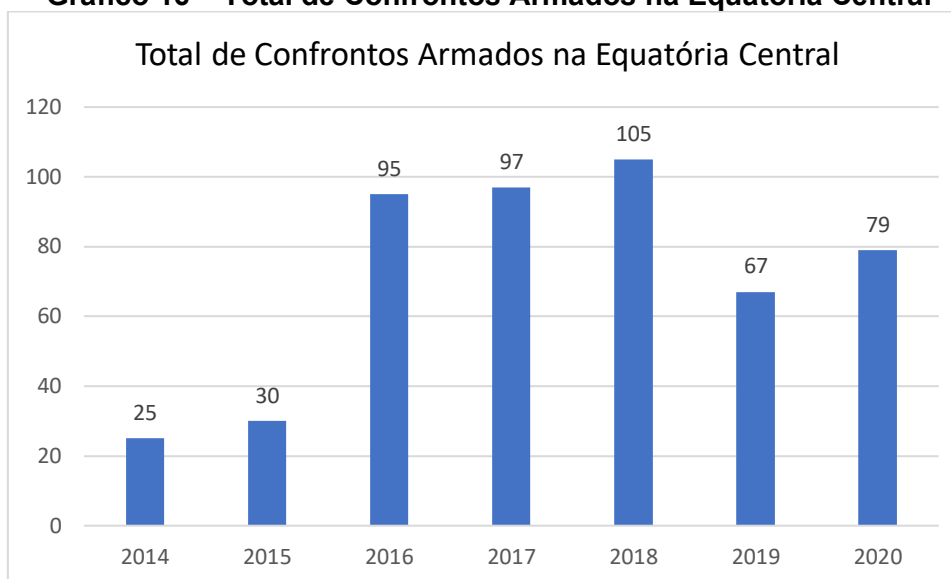
UNMISS de projetar um meio de dissuasão além do perímetro de suas bases fixas era mínimo (DAY et al., 2019, p. 62). Como consequência, em 2019, dois de três indicadores de POC associados a violência física contra civis pioraram, demonstrando que somente o aumento do efetivo de capacetes azuis não foi capaz de assegurar a melhora da POC na Equatória Central.

A partir de 2019, houve uma mudança importante no emprego da *High Readiness Company*. Nesse sentido, a HRC passou a executar com maior frequência tarefas de Operações Especiais. Ao invés de tarefas típicas de infantaria como patrulhas regulares e escolta de comboios, a Companhia de Forças Especiais do Nepal passou a focar mais em tarefas como responder a ameaças e ataques contra civis, estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças e fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU. Nesse mesmo período, a UNMISS iniciou a passagem de controle gradual dos POC *sites* às autoridades nacionais. Isso permitiu que a missão tomasse uma postura mais dinâmica a fim de dissuadir ou interromper atos de violência contra civis em todo o Sudão do Sul (IPI, 2021, p.1). Nessa nova estratégia da UNMISS, Silva Néto (2021) destaca em sua entrevista que a HRC é o principal elemento capaz de criar o efeito dissuasório desejado. Em outras palavras, a *High Readiness Company* tem permitido que a UNMISS desenvolva uma capacidade robusta de desdobrar *Quick Reaction Forces* (DAY; TCHIE; KUMALO, 2022, p. 30).

Nesse novo contexto, constata-se que todos os indicadores de POC relacionados à violência física contra civis melhoraram em 2020. Além disso, em conformidade com a expectativa apresentada no *Handbook* de Proteção de Civis da ONU no que concerne ao emprego de FOpEsp (ONU, 2020, p. 39), verifica-se que a HRC tem funcionado como uma ferramenta estratégica capaz de coletar informações relevantes e garantir a proteção física por meio da projeção e da dissuasão.

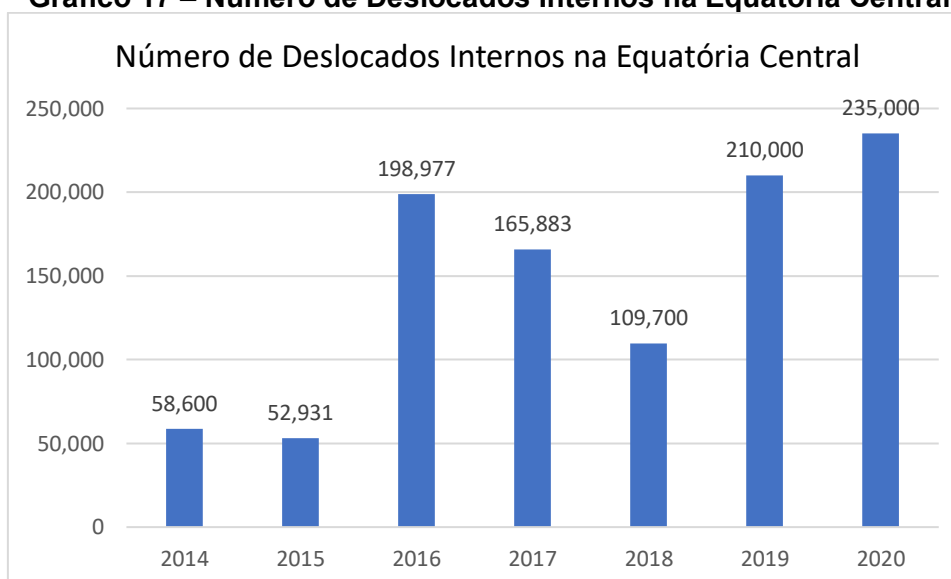
5.3.3 Indicadores do Estabelecimento do Ambiente Seguro

A fim de analisar o estabelecimento do ambiente seguro na Equatória Central, foi verificado se o nível geral de conflitos foi reduzido e se a sensação de segurança da população aumentou. Assim, em conformidade com a definição operacional da variável dependente desta pesquisa, os indicadores selecionados para a análise foram: total de confrontos armados e número de deslocados internos.

Gráfico 16 – Total de Confrontos Armados na Equatória Central

Fonte: o autor, adaptado de ACLED (2022)

O gráfico 16 demonstra que os confrontos armados na Equatória Central cresceram 216,7% entre 2015 e 2016, ano no qual ocorreu a batalha em Juba. De 2016 a 2018, houve mais um pequeno aumento de 8,2%. Em 2019, o total de confrontos armados decresceu 36,2%, voltando a subir 17,9% em 2020. Entre 2014 e 2020, a média de confrontos armados na Equatória Central foi de 71,14.

Gráfico 17 – Número de Deslocados Internos na Equatória Central

Fonte: o autor, adaptado de OCHA (2022)

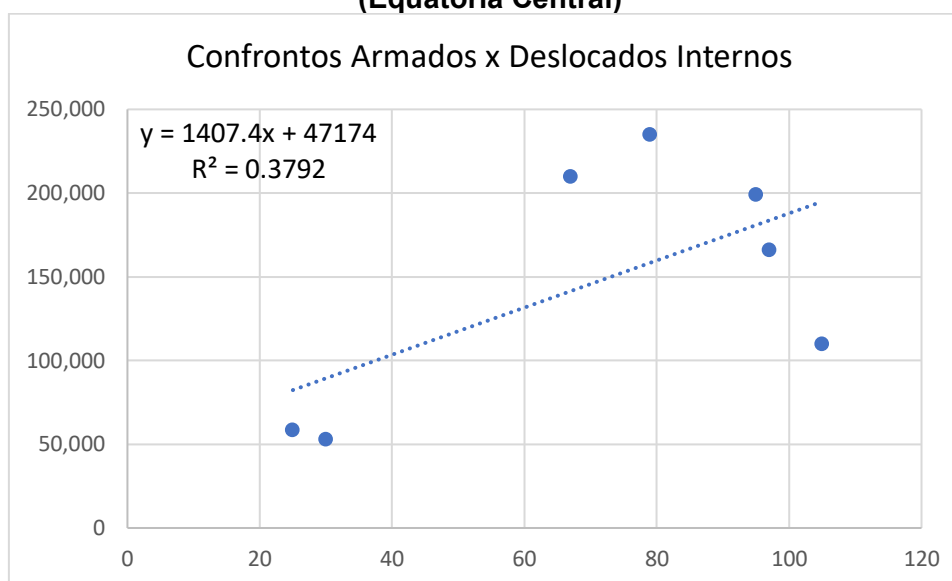
Após uma queda de 9,6% em 2015, a população de deslocados internos cresceu 247,8% em 2016 como consequência da batalha de Juba. Entre 2016 e 2018,

houve uma redução consistente de 44,9% dessa população. No entanto, entre 2018 e 2020, a quantidade de deslocados internos aumentou consideravelmente, com um crescimento de 114,2%. Durante o período de 2014 a 2020, o número médio de deslocados internos na Equatória Central foi de 147.299.

5.3.4 Análise do Estabelecimento do Ambiente Seguro

À semelhança da análise da violência física contra civis na Equatória Central, esta pesquisa verificou se houve correlação entre as variações no total de confrontos armados e no número de deslocados internos. Nesse sentido, o gráfico de dispersão abaixo permitiu determinar a correlação entre ambos os indicadores de POC relacionados ao estabelecimento do ambiente seguro.

Gráfico 18 – Total de Confrontos Armados x Número de Deslocados Internos (Equatória Central)



Fonte: o autor.

Segundo o gráfico 18, os indicadores de POC variam em conformidade em 37,92% das vezes. Logo, para esses indicadores, o coeficiente de correlação é de 0,62, o que corresponde a uma correlação positiva alta. Em contrapartida, considerando um alfa de 0,05, o p-valor dessa correlação equivale a 0,1409. Como $0,1409 > 0,05$, essa correlação positiva não é considerada estatisticamente significativa.

Dessa forma, apesar das semelhanças existentes nos indicadores de POC e da alta correlação apontada pelo gráfico 18, não é possível afirmar que o emprego da

HRC influencia da mesma forma ambos os indicadores. Naturalmente, por não ser o ator protagonista no estabelecimento do ambiente seguro, os efeitos do emprego de uma unidade de Operações Especiais somam-se a uma diversidade de outros fatores. Contudo, os números associados a esses indicadores de POC revelam algumas tendências por meio de uma análise qualitativa.

Como um aspecto comum, ambos os indicadores pioraram em 2016 como resultado da batalha em Juba, bem como seus desdobramentos em todo o país. Nos dois anos subsequentes, entre 2017 e 2018, houve um efeito controverso entre os indicadores associados ao estabelecimento do ambiente seguro. Por um lado, o desdobramento da *High Readiness Company*, a qual se limitou a cumprir missões de infantaria nesse período, não foi capaz de diminuir os confrontos entre grupos armados. Por outro lado, o número de deslocados internos no estado da Equatória Central caiu quase 50% nesse mesmo período. Somente em Juba, a população residente nos POC *sites* teve uma redução de 38.874 ao fim de 2016 para 32.113 ao término de 2018 (ONU, 2018b).

Esse decréscimo pode ser explicado pela chegada de efetivos da RPF em Juba, o que permitiu que tropas da UNMISS aumentassem sua presença tanto na capital sul-sudanesa como no interior do estado. Nesse contexto, pode-se destacar o estabelecimento da base permanente da ONU na cidade de Yei, área de conflito perene localizada ao sul da Equatória Central (ONU, 2018c).

Entre 2018 e 2020, a UNMISS passou a adotar uma postura mais dinâmica e a utilizar a HRC como um elemento dissuasório ao executar tarefas de Operações Especiais. Entretanto, embora essa mudança de atitude tenha tido um efeito positivo no que tange à violência física contra civis, o total de confrontos entre grupos armados e o número de deslocados internos na Equatória Central aumentaram consideravelmente nesse mesmo período. Tal fato demonstra que a mudança da postura da tropa não foi suficiente para incrementar o ambiente seguro, o qual está associado a atividades de longo prazo nas quais o componente militar da operação de paz não é o ator protagonista.

De acordo com ONU (2020), entre o rol de atividades que contribuem para o estabelecimento do ambiente seguro, a *High Readiness Company* possui a capacidade de participar da reforma do setor de segurança através da condução da Assistência Militar direcionada as forças de defesa/segurança do país anfitrião (ONU, 2017a). Contudo, no âmbito da UNMISS, a HRC nunca recebeu a tarefa de fornecer

expertise, mentoria e treinamento às SSPDF ou ao SPLA-IO a fim de assegurar que esses grupos armados desenvolvessem o respeito aos direitos humanos, incluindo direitos das mulheres e crianças.

Sem as orientações adequadas, as SSPDF e o SPLA-IO se tornam uma perigosa ameaça à população civil. De acordo com relatórios da UNMISS, somente nos primeiros três trimestres de 2021, as SSPDF estiveram envolvidas em 45 incidentes de violação de direitos humanos, enquanto o SPLA-IO participou de 30 violações de direitos humanos (DAY; TCHE; KUMALO, 2022, p. 15). Além disso, no período de 2 anos entre 2013 e 2015, 72% das mulheres residentes nos POC *sítes* de Juba foram estupradas, a maioria delas por forças estatais sul-sudanesas (DAY et al., 2019, p. 82).

Portanto, a análise dos indicadores de POC demonstram que a Equatória Central não se tornou um ambiente mais seguro após o desdobramento da Companhia de Forças Especiais do Nepal em Juba. Ademais, em virtude da subutilização das capacidades de Operações Especiais, particularmente no que concerne à Assistência Militar direcionada às forças de defesa/segurança sul-sudanesas, a contribuição da *High Readiness Company* para o estabelecimento do ambiente seguro tem sido bastante modesta e limitada.

5.4 CONCLUSÃO PARCIAL DO CASO UNMISS

Este capítulo constatou que a batalha de Juba em 2016 representou um marco no conflito sul-sudanês, o qual foi iniciado no ano de 2013 pelas duas principais lideranças do país: o presidente Salva Kiir e o primeiro vice-presidente Riek Machar. Naquela ocasião, durante os quatro dias de intenso conflito armado entre o SPLA (atual SSPDF) e o SPLA-IO, a UNMISS demonstrou ser incapaz de proteger a população residente na capital do país, resultando na morte de centenas de civis e de dois *peacekeepers*. Em um evento ainda mais emblemático, por não possuir tropas capazes de enfrentar altos riscos, a UNMISS deixou de responder ao pedido de socorro de trabalhadores internacionais que sofriam violentos abusos sexuais e ameaças contra suas vidas por parte de tropas do SPLA. Ressalta-se que esse triste episódio ocorreu no hotel *Terrain*, localizado nas imediações do Quartel-General da UNMISS em Juba.

Como resposta ao fracasso da UNMISS durante a crise de Juba, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou um incremento de 4.000 capacetes azuis na missão, além da criação de uma Força de Proteção Regional composta por tropas especializadas como a *High Readiness Company*. Essa Companhia de Forças Especiais do Nepal, cujo desdobramento em Juba ocorreu no segundo semestre de 2017, recebeu a atribuição de executar as três principais missões de Operações Especiais segundo a doutrina da ONU: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. Nesse contexto, alinhado com o problema de pesquisa desta tese e visando compreender o impacto das ações da HRC na proteção de civis, este capítulo buscou responder a seguinte questão: *como a High Readiness Company tem contribuído para a proteção de civis no Sudão do Sul?*

Inicialmente, este capítulo examinou os antecedentes da batalha de Juba em 2016, buscando examinar a conjuntura e os fatores que impediram o bom desempenho da UNMISS e desencadearam o desdobramento de tropas de Operações Especiais a partir do ano seguinte. Nesse sentido, após uma profunda investigação liderada pelo major-general Patrick Cammaert, verificou-se que inúmeras vidas foram perdidas em virtude da inércia da tropa que constituía o componente militar da UNMISS. Portanto, a criação de uma unidade de Operações Especiais surgiu como uma necessidade de recuperar a credibilidade da UNMISS ao dotar a missão de uma tropa capaz de responder aos incidentes mais graves e de maior risco.

Em seguida, este capítulo analisou o emprego da *High Readiness Company* com o propósito de verificar se essa tropa especializada tem sido usada de acordo com a doutrina de Operações Especiais da ONU. Como resultado, esta pesquisa constatou que, apesar de restrições impostas pelo governo sul-sudanês, a HRC tem sido empregada de acordo com a doutrina de Operações Especiais da ONU ao conduzir tarefas de proteção de civis relacionadas às missões de Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. Entretanto, a falta de engajamento com forças de defesa/segurança locais a fim de fornecer expertise, mentoria e treinamento, dentro do escopo da Assistência Militar, destaca-se como o principal aspecto a ser aperfeiçoado.

Após a constatação de que a *High Readiness* tem sido empregada de acordo com a doutrina na ONU para Operações Especiais, embora com limitações, este capítulo analisou o impacto da Companhia de Forças Especiais do Nepal em indicadores de POC relacionados à violência física contra civis e o estabelecimento

do ambiente seguro. Nesse contexto, ao analisar qualitativamente e quantitativamente os três indicadores associados à violência física contra civis, observa-se que a *High Readiness Company* tem funcionado como um elemento estratégico dentro da UNMISS capaz de coletar dados de inteligência e de assegurar a proteção física de civis por meio da projeção e da dissuasão. Logo, a Companhia de Forças Especiais do Nepal tem permitido que a UNMISS desenvolva uma capacidade mais robusta de desdobrar *Quick Reaction Forces* aptas a lidar com incidentes similares ao do hotel *Terrain*.

Contudo, a contribuição da *High Readiness Company* para a proteção de civis consiste majoritariamente de ações focadas na redução da violência física contra civis no curto prazo. Como demonstrado pela análise dos indicadores de POC relacionados ao estabelecimento do ambiente seguro, cujos resultados demandam ações voltadas para o longo prazo, o desdobramento da Companhia de Forças Especiais do Nepal não obteve um impacto significativo no estado da Equatória Central. Nesse contexto, a HRC não se engajou na reforma do setor de segurança ao conduzir Assistência Militar direcionada às forças de defesa/segurança do Sudão do Sul com foco no respeito aos direitos humanos. Portanto, o fornecimento de expertise, mentoria e treinamento às SSPDF e ao SPLA-IO por parte da *High Readiness Company* representa uma contribuição válida e viável com o potencial de incrementar o processo de paz sul-sudanês no longo prazo.

CAPÍTULO 6 - MISSÃO MULTIDIMENSIONAL INTEGRADA PARA A ESTABILIZAÇÃO NA REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA

Impactada por inúmeros golpes e contragolpes, a República Centro-Africana (RCA) tem sido caracterizada pela instabilidade e turbulência desde sua independência da França em 1960. Contudo, a situação no país piorou consideravelmente desde 2013 em decorrência de um golpe liderado pelos *Séléka*, um grupo rebelde majoritariamente muçulmano. Após o golpe, milícias cristãs conhecidas como grupos *Anti-Balaka* retaliaram e a disputa de poder e território entre ambas as facções resultou em um verdadeiro caos humanitário na RCA (SILVA, 2018, p. 9).

Em dezembro de 2013, com o objetivo de estabilizar a crise na RCA, a União Africana desdobrou cerca de 5.800 militares e policiais no escopo da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana Liderada por Países Africanos¹⁸ (MISCA). Além disso, em paralelo à MISCA, o Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou o desdobramento da Operação Sangaris, uma missão militar francesa composta por 1.200 soldados. No ano de 2014, devido a dificuldades logísticas e falta de resultados consistentes, a ONU tomou o controle da MISCA e a maioria de seus *peacekeepers* foi incorporada à recém-criada MINUSCA (WILLIAMS, 2020, p. 138).

No final de 2016, a Operação Sangaris deixou a RCA, criando um vácuo militar significativo no país. A partida das forças francesas ocorreu simultaneamente com a retirada da Força-Tarefa Regional da União Africana contra o Exército de Resistência do Senhor¹⁹ (AU RTF LRA), a qual era constituída por Forças Especiais dos EUA e tropas de Uganda. A AU RTF LRA tinha como propósito a captura de Josef Kony, líder do Exército de Resistência do Senhor (LRA). Nesse contexto, ressalta-se que nem as Forças Armadas Centro-Africanas (FACA) e nem a Polícia Nacional estavam preparadas para substituir as missões de intervenção internacional que haviam deixado a RCA (HOWARD et al., 2020, p. 21).

Com a ausência do efeito dissuasório criado pela Operação Sangaris e pela AU RTF LRA, a violência contra civis disparou no país. Logo, a MINUSCA, a qual vinha sendo empregada majoritariamente em tarefas de policiamento, percebeu que

¹⁸ *Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine.*

¹⁹ *African Union-led Regional Task Force on the Lord's Resistance Army.*

necessitava se tornar uma missão mais robusta com a capacidade de realizar trabalhos de inteligência, bem como usar a força efetivamente para responder a incidentes relacionados à proteção de civis (HOWARD et al., 2020, p. 60).

Frente à essa nova conjuntura, a MINUSCA precisou adaptar-se rapidamente. Nesse sentido, além de aumentar o efetivo da missão em 900 capacetes azuis no ano de 2017, o CSNU determinou que a MINUSCA implementasse uma *Quick Reaction Force* a ser fornecida por Portugal (HOWARD et al., 2020, p. 21). Em novembro do mesmo ano, o novo mandato da missão emitido pelo CSNU enfatizou a autoridade da MINUSCA para usar a força nos moldes como a Operação Sangaris vinha realizando até 2016 (HOWARD et al., 2020, p. 56).

Levando-se em consideração as enormes demandas técnicas e táticas, a condição de prontidão permanente e a responsabilidade operacional, Portugal decidiu desdobrar a QRF da MINUSCA, também denominada Força Nacional Destacada, tendo como base uma Companhia de Comandos (PAULINO, 2018, p. 25). Essa decisão seguiu a tendência inovativa de dotar as operações de paz robustas da ONU com unidades de Operações Especiais altamente treinadas (SILVA, 2022, p. 49).

Dessa forma, desde o início de 2017, os Comandos portugueses foram desdobrados na RCA em uma tentativa de fornecer à MINUSCA uma tropa com capacidade dissuasória para que a operação de paz pudesse cumprir seu mandato. Nesse sentido, *particularmente no caso da MINUSCA, como a Força Nacional Destacada tem contribuído para a proteção de civis na República Centro-Africana?*

Portanto, o objetivo deste capítulo é analisar o papel desempenhado pela Força Nacional Destacada, assim como seu impacto na proteção de civis na República Centro-Africana. Para atingir essa meta, esse capítulo se divide em antecedentes; emprego da FND; impacto da FND na proteção de civis; e conclusão parcial do caso MINUSCA.

6.1 ANTECEDENTES

Desde sua emancipação da França, a República Centro-Africana tem se deparado com constantes crises e insurgências. Com relação a esse aspecto, Ani e Ojakorotu (2021, p. 80) enfatizam que a RCA nunca conseguiu estabelecer um sistema ou forma de governo centralizada em mais de 60 anos como nação independente. De acordo com os autores, a identidade religiosa, normalmente

associada à identidade étnica na RCA, ajuda a dividir o país em dois grupos principais: cristãos ou seguidores de religiões autóctones (85% da população) e muçulmanos (15% da população).

Em meio à constante instabilidade, a atual e mais violenta onda de turbulência teve início em 2012, quando rebeldes majoritariamente muçulmanos conhecidos como *Séléka*, liderados por Michel Djotodia, marcharam em direção à capital Bangui (WILLIAMS, 2020, p. 137). Além de cidadãos de origem centro-africana, os *Séléka* recrutaram milícias do Chade e do Sudão, trazendo consigo disputas e interesses regionais para o conflito da RCA (ISAACS-MARTIN, 2016, p. 34).

Pelo lado do governo, Howard et al. (2020, p. 43) ressaltam o acordo de apoio militar existente entre o então presidente Bozizé e a África do Sul, outro importante ator regional no começo da crise. No entanto, as resistências regional e doméstica cederam quando as FACA colapsaram em março de 2013. Como consequência, com o patrocínio do Chade, Djotodia se autoproclamou presidente da República Centro-Africana.

Embora Djotodia tenha obtido êxito ao derrubar o governo de Bozizé, o líder rebelde não foi capaz de controlar os inúmeros grupos que formavam os *Séléka*. Nesse sentido, comandantes de grupos *Séléka* passaram a governar as cidades e vilas conquistadas de acordo com seus interesses, perpetrando pilhagens sistemáticas e atrocidades contra a população cristã (CARAYANNIS; FOWLIS, 2017, p. 224). Esse comportamento estimulou a formação de milícias de autodefesa denominadas *Anti-Balaka*, as quais buscaram vingança ao atacar indiscriminadamente alvos militares e civis identificados como muçulmanos (WILLIAMS, 2020, p. 137).

Carayannis e Fowlis (2017, p. 224) argumentam que a União Africana não havia dado a devida atenção à crise centro-africana até meados de 2013, quando ficou claro que a organização regional deveria intervir. Naquele momento, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), organismo sub-regional, já tinha desdobrado sem sucesso a Missão de Consolidação da Paz na República Centro-Africana²⁰ (MICOPAX). Nesse contexto, a União Africana assumiu o controle da MICOPAX e a transformou em MISCA, incrementando o componente militar da missão. Em paralelo à Operação Sangaris, a Resolução 2127 (2013) do CSNU

²⁰ *Mission de Consolidation de la Paix en Centrafrique.*

determinou que a MISCA estabilizasse o país ao assegurar a proteção de civis, a restauração da ordem, a criação de espaço para assistência humanitária e apoio aos processos de DDR e SSR (CARAYANNIS; FOWLIS, 2017, p. 225).

Compreendendo 1.200 militares, a Operação Sangaris foi desdobrada pela França em dezembro de 2013. Constituindo uma força de intervenção, o estado final desejado para a Operação Sangaris não era criar uma paz duradoura, mas sim reduzir significativamente os níveis de violência no país para uma subsequente substituição por uma força de paz internacional (HÉMEZ, 2016, p. 78). Na parte oriental da RCA, onde não havia a presença da força francesa, Forças Especiais norte-americanas e tropas de infantaria de Uganda também funcionavam como um mecanismo dissuasório em sua caça ao LRA, mesmo que não trabalhassem sob um mandato de estabilização (HOWARD, 2019, p. 161).

Contudo, apesar da nova resolução do CSNU e da criação da MISCA em paralelo à Operação Sangaris, a situação humanitária na RCA piorou abruptamente no segundo semestre de 2013. Em meados de janeiro de 2014, cerca de 900.000 pessoas (1/5 da população civil) encontravam-se na situação de deslocados internos ou refugiados em países vizinhos, 2,6 milhões de pessoas necessitavam de ajuda humanitária e 60% das famílias não tinha nenhum estoque de alimentos (ARIEFF, 2014, p. 28).

Desprezado pela população cristã, incapaz de controlar grupos rebeldes *Séléka* e sob tremenda pressão internacional devido ao caos humanitário, Djotodia resignou em janeiro de 2014 (WAUGH, 2014, p. 13). Em seguida, o líder rebelde foi substituído por um governo de transição liderado pela cristã Catherine Samba-Panza. A nova líder política centro-africana era uma destacada mulher de negócios e antiga prefeita de Bangui (SILVA, 2018, p. 9).

Em meio à toda tensão, o arranjo entre a União Africana e a Operação Sangaris demonstrou ser infrutífero e parcial. De acordo com Howard et al. (2020, p. 43), a força de intervenção francesa se alinhou com os grupos *Anti-Balaka* e começou um desarme unilateral dos *Séléka*. Williams (2020, p. 137) corrobora o argumento sobre a parcialidade da Operação Sangaris em favor dos grupos *Anti-Balaka*, contrastando com uma posição claramente antagônica de alguns contingentes nacionais da MISCA. Nesse contexto, o contingente do Chade foi expulso da MISCA após atirar aleatoriamente em uma multidão de cristãos, ocasionando 24 mortes civis e ferindo mais de cem pessoas.

Ademais, o governo de transição teve que enfrentar um novo desafio. Após a retirada de Djotodia do poder em janeiro de 2014, os *Séléka* se dividiram em diversas facções autônomas chamadas de ex-*Séléka*, o que resultou em uma situação extremamente negativa para o país. Nesse sentido, Pham, Balthazard e Vinck (2020, p. 379) afirmam que a desintegração dos *Séléka* em diversos grupos armados ex-*Séléka* tem sido um dos principais motivos que impedem o governo da RCA de restabelecer o controle da maioria do território nacional.

Considerando a continuidade da situação caótica no terreno e a nítida dificuldade apresentada pela União Africana para prover o apoio logístico à missão, o CSNU decidiu intervir diretamente na RCA ao transformar a MISCA em MINUSCA por meio da Resolução 2149 (2014). Assim, em abril de 2014, o CSNU determinou a data de 15 de setembro do mesmo ano para a implementação da nova operação de paz da ONU, constituída por um efetivo de 12.000 capacetes azuis (WILLIAMS, 2020, p. 138; CARAYANNIS; FOWLIS, 2017, p. 227).

Implementada sob o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, a principal prioridade estabelecida para a MINUSCA foi de proteger civis. Adicionalmente, a missão também recebeu as atribuições de apoiar o processo de transição política, facilitar a condução da assistência humanitária, promover e proteger os direitos humanos, apoiar a justiça e o estado de direito, e assegurar o processo de desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriação (SILVA, 2018, p. 9).

Entre 2015 e 2016, os esforços da MINUSCA foram direcionados à garantia das eleições presidenciais e legislativas. Como um feito relevante, a MINUSCA consolidou o período de transição política com o apoio e monitoramento das eleições democráticas que elegeram como presidente, em março de 2016, o professor de matemática da Universidade de Bangui e antigo primeiro-ministro Faustin Touadéra (WILLIAMS, 2020, p. 138; HOWARD et al., 2020, p. 60).

Nesse mesmo período, Howard (2019, p. 130) e Howard et al. (2019, p. 60) chamam a atenção para o fato de que a maioria das tarefas militares no país vinham sendo conduzidas pela Operação Sangaris e pela AU RTF LRA. Nessa conjuntura, a Operação Sangaris ocupava um papel proeminente ao conduzir operações militares aéreas e terrestres a fim de responder aos ataques contra civis. Por outro lado, sob o comando do componente policial, as forças militares da MINUSCA focavam em ações policiais de proteção de civis. Entre 2014 e 2016, respeitando essa divisão de tarefas, os autores reivindicam que os grupos rebeldes reduziram suas ações, as mortes de

civis diminuíram, a população elegeu um novo presidente, o número de deslocados internos decresceu e a atividade econômica no país foi retomada.

Entretanto, ao longo desse período de significativa melhora, um ponto extremamente negativo abalou a presença das forças internacionais na RCA. Na ocasião, ambos a Operação Sangaris e a MINUSCA envolveram-se em casos de abuso e exploração sexual. De acordo com relatórios, mesmo antes do desdobramento da MINUSCA, soldados franceses vinham abusando regularmente de jovens centro-africanos no campo de deslocados internos localizado no aeroporto de Bangui, onde água e comida serviam como moeda de troca para sexo. No que diz respeito à MINUSCA, 22 alegações de abuso e exploração sexual contra civis foram reportadas somente no ano de 2015. Como resultado, o Secretário-Geral da ONU impôs a renúncia do SRSG da MINUSCA, general Babacar Gaye. Além disso, foram repatriados batalhões da República Democrática do Congo, da República do Congo e do Senegal, bem como indivíduos do Burundi e do Gabão, os quais cometeram abusos de natureza sexual (WILLIAMS, 2020, p. 108; HOWARD et al., 2020, p. 108).

Howard (2019, p. 148) concorda que as tropas francesas cometeram graves erros durante sua intervenção no país, incluindo os episódios de abuso e exploração sexual. No entanto, após uma correção de atitude, a autora afirma que a Operação Sangaris foi capaz de contribuir para a estabilização do país através do uso da força e da dissuasão. Dessa forma, a estratégia do CSNU de usar a MINUSCA e a força de intervenção francesa executando papéis complementares foi efetiva na RCA.

Contudo, após a eleição do presidente Touadéra, a França anunciou a retirada da Operação Sangaris. Assim, em 30 de outubro de 2016, a força de intervenção francesa finalizou sua saída da RCA. Ademais, no início de 2017, o presidente Trump dos EUA encerrou a caçada ao LRA devido a restrições orçamentárias. Por essa razão, tanto a tropa norte-americana como a tropa ugandesa deixaram a República Centro-Africana (HOWARD, 2019, p. 160). Dessa forma, entre o final de 2016 e o início de 2017, a RCA perdeu seus dois mais importantes mecanismos dissuasórios contra os grupos armados do país (HOWARD, 2019, p. 139).

Tão logo as tropas francesas se retiraram da RCA, Howard (2019, p. 169) relembra que a cidade de Bria sucumbiu à violência enquanto os *peacekeepers* da MINUSCA permaneceram em suas bases. De acordo com a autora, isso ocorreu porque a MINUSCA assumiu as atribuições da Operação Sangaris em seu mandato, porém seu contingente militar não possuía a capacidade ou a disposição de usar a

força coercitivamente. Nessa mesma direção, Bellamy e Hunt (2021, p. 156) salientam que a MINUSCA falhou ao responder aos ataques a deslocados internos em Kaga Bandoro. Como consequência, dezenas de civis foram mortos e milhares de pessoas buscaram refúgio em bases da ONU.

Segundo Zimmerman (2020, p. 9), quando a violência disparou no final de 2016, a MINUSCA foi duramente cobrada no sentido de adotar uma postura mais ofensiva. Nesse contexto, Karlsrud (2015, p. 43) argumenta que os novos mandatos das missões de paz orientados para estabilização demandam o uso robusto da força. Gilder (2021, p. 214) concorda com Karlsrud ao enfatizar que o mandato da MINUSCA ressalta a necessidade do uso robusto da força para a proteção de civis. No entanto, no início de 2017, a questão da baixa performance já era notória entre as tropas componentes da MINUSCA. Obtendo vantagem desse fato, grupos armados centro-africanos executaram uma série de ataques contra civis, agentes humanitários e pessoal da ONU (GOULART, 2021, p. 43). Adicionalmente, no leste da RCA, o LRA havia ressurgido proveniente de Uganda (PHAM; BALTHAZARD; VINCK, 2020, p. 379).

Face ao cenário dramático na RCA e à escassez de tropas francesas já engajadas em todo o Sahara-Sahel, Paulino (2018, p. 25) revela que a França solicitou à União Europeia que incrementasse o desdobramento de tropas do velho continente na região. Nesse contexto e em coordenação com a ONU, Portugal recebeu a missão de fornecer a *Quick Reaction Force* da MINUSCA com a capacidade de conduzir operações militares em uma zona de conflito marcada pela volatilidade, imprevisibilidade e complexidade. Após analisar os riscos e desafios do ambiente operacional, o país ibérico decidiu desdobrar, como QRF da missão, a Força Nacional Destacada composta por uma Companhia de Comandos (SILVA, 2022, p. 49).

6.2 O EMPREGO DA FORÇA NACIONAL DESTACADA

A Força Nacional Destacada foi transportada de Lisboa para Bangui entre os dias 7 e 23 de janeiro de 2017. Em 15 de fevereiro, a QRF portuguesa estava pronta para o emprego na República Centro-Africana. Com relação à sua estrutura, além de uma Companhia de Comandos²¹, a FND foi composta por oficiais de Estado-Maior do

²¹ Devido à escassez de tropas de comandos, alguns contingentes portugueses são baseados em companhias paraquedistas. Contudo, este estudo focou nos contingentes baseados em companhias de comandos.

Batalhão de Comandos português e de pessoal de apoio de diversas unidades do Exército Português e da Força Aérea Portuguesa (PAULINO, 2017, p. 13). Atualmente, a Força Nacional Destacada é composta por um efetivo de 180 militares (EXÉRCITO PORTUGUÊS, 2019, p. 4).

De acordo com ONU (2016d), os principais objetivos da QRF da MINUSCA são apoiar forças da ONU desdobradas no terreno, prover dissuasão e responder decisivamente a ameaças e ataques contra a população civil, pessoal e bens da ONU. Em complemento, a FND possui as atribuições de conduzir coletas de inteligência, operações de vigilância, operações de reconhecimento, respostas a crises em desenvolvimento, operações de extração/resgate e guiamento de fogos de helicóptero.

Portanto, seja pela tropa de Comandos empregada, como pela natureza das tarefas demandadas da FND no âmbito da MINUSCA, existe uma indicação de que a QRF portuguesa tem sido empregada como uma unidade de Operações Especiais. A fim de confirmar essa suposição, esta seção compara o papel desempenhado pela FND na RCA com as três missões principais de Operações Especiais segundo a doutrina da ONU: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especiais e Assistência Militar.

6.2.1 Tarefas Especiais

Considerando as tarefas de POC associadas às Tarefas Especiais, a Força Nacional Destacada tem sido especialmente empregada para responder a ameaças ou ataques contra civis. Contudo, no contexto de robustecer as operações em um dado setor da MINUSCA ou atuando como uma primeira força de intervenção em zonas hostis do país, Pereira (2022) relata em sua entrevista que a FND tem sido ocasionalmente utilizada para neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis e para capturar armas ou atores que constituam ameaça iminente contra civis.

Antigo comandante da força portuguesa na RCA, Paulino (2018, p. 26) concorda com essa assertiva e descreve a primeira operação da FND em 2017. De acordo com o autor, após estabelecer uma base temporária avançada na cidade de Bambari, os Comandos portugueses conduziram incursões para localizar e neutralizar grupos armados. Durante essa ocasião, a FND entrou em confronto com os grupos armados hostis por diversas vezes visando a proteção de civis e sua autoproteção na

área de operações.

Ainda sobre a primeira operação portuguesa em Bambari, a ONU (2017b) destaca que, anterior à chegada da FND, a cidade estava tomada por uma facção ex-*Séléka* denominada *Union for Peace in the Central African Republic* (UPC). Após derrotar os rebeldes em Bambari, os Comandos portugueses guiaram fogos de helicóptero contra casamatas e abrigos do UPC. Como resultado, os principais líderes do grupo foram capturados pela FND e os rebeldes remanescentes fugiram da região.

Algumas semanas após a expulsão do UPC, milícias Anti-*Balaka* como a *Popular Front for the Rebirth of Central African Republic* (PFRC) tentaram capturar a cidade de Bambari. Como resposta, os Comandos portugueses surpreenderam os rebeldes ao conduzir incursões contra os grupos Anti-*Balaka* presentes na região. Ao término da operação, a FND havia neutralizado dezenas de rebeldes e capturado os três principais líderes da PFRC (PAULINO, 2017, p. 17). Em reconhecimento, a Força Nacional Destacada foi elogiada por entidades da ONU e da MINUSCA. Pela primeira vez na RCA, os capacetes azuis haviam demonstrado iniciativa e capacidade de derrotar os grupos armados hostis (PAULINO, 2017, p. 18). Além disso, as operações portuguesas em Bambari transformaram a segunda maior cidade do país em uma *Weapons Free Zone*²² de acordo com a avaliação da MINUSCA (ONU, 2017c, p. 5).

Paulino (2018, p. 27) também descreve a operação da FND na cidade de Alindao. Na ocasião, os Comandos portugueses conduziam uma patrulha de reconhecimento de área quando um bispo local enviou um pedido de socorro. Quando a QRF da MINUSCA adentrou a cidade, um grupo ex-*Séléka* executava um violento ataque contra a população civil não-muçulmana. Utilizando a força de forma robusta, a Força Nacional Destacada impôs um perímetro de segurança ao redor da catedral municipal, abrigando mais de 20.000 pessoas no local. Por cinco intensos dias, os Comandos portugueses resistiram aos ataques dos rebeldes.

Assim que foi substituída em posição, a FND partiu imediatamente rumo à cidade de Bangassou, onde tropas convencionais da ONU encontravam-se sob ataque de grupos armados Anti-*Balaka*, sendo que cinco capacetes azuis já haviam sido mortos. Ao chegar em Bangassou, percebendo que os *peacekeepers* convencionais não estavam dispostos a enfrentar os grupos rebeldes, os Comandos portugueses decidiram agir de maneira isolada para retomar o controle da cidade.

²² Zona Livre de Armas.

Com o apoio de um helicóptero MI-35, a FND estabeleceu a segurança de estruturas críticas como a catedral, a mesquita e o hospital locais. Adicionalmente, a força portuguesa criou rotas de evacuação para a população muçulmana que estava sob ataque. De acordo com Paulino (2018, p. 28), além de salvar centenas de civis, a coragem e a postura dos Comandos portugueses inspiraram os capacetes azuis convencionais. Nesse sentido, após 48 horas de combate, a QRF da MINUSCA recebeu o apoio das tropas da ONU que se encontravam previamente desdobradas em Bangassou.

Portanto, no âmbito das Tarefas Especiais, Lima (2022) explica em seu relato que os Comandos portugueses respondem constantemente a ameaças ou ataques contra civis. De fato, essa tem sido a principal tarefa de POC desempenhada pela FND. De acordo com o depoimento de Uchôa (2021) à esta pesquisa, eventualmente, mesmo que não constem como ordens explícitas nos documentos da MINUSCA, ao amparar-se nas regras de engajamento vigentes e com o propósito de proteger civis sob ameaça iminente, a Força Nacional Destacada também tem neutralizado e capturado membros de grupos armados. Logo, é possível verificar que os Comandos portugueses têm executado todas as tarefas de POC associadas às Tarefas Especiais.

6.2.2 Reconhecimento Especial

No contexto da MINUSCA, coletas de inteligência e operações de vigilância pertencem ao rol de tarefas atribuídas à FND (ONU, 2016d). Nesse sentido, Karlsrud (2015, p. 49) argumenta que o mandato da ONU na RCA, assim como nas missões na RDC e no Mali, reflete uma tendência de condução de operações baseado em coleta e análise de inteligência. Entre as possíveis fontes de inteligência, o autor destaca o papel das FOpEsp como meio bastante confiável de coleta de dados.

Ademais, Pereira (2022) esclarece em sua entrevista que, mesmo que a condução de Reconhecimento Especial não esteja explicitamente listada como uma atribuição da FND, os Comandos portugueses utilizam táticas, técnicas e procedimentos típicos de Reconhecimento Especial a fim de conduzir seus reconhecimentos profundos, estabelecer vigilância sobre ameaças e coletar dados de inteligência em proveito da MINUSCA.

Ainda, notavelmente em lugares hostis ou onde não há informações sobre as possibilidades dos grupos armados, a MINUSCA normalmente emprega a QRF portuguesa em operações de reconhecimento a fim de obter dados relevantes sobre essas forças irregulares. Lima (2022) afirma em seu depoimento que isso ocorre porque as capacidades inerentes aos Comandos portugueses excedem aquelas existentes nas tropas convencionais.

Portanto, no âmbito da MINUSCA, verifica-se que a Força Nacional Destacada tem sido empregada em operações de Reconhecimento Especial e, nesse escopo, os Comandos portugueses têm executado a tarefa de POC de estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças contra civis.

6.2.3 Assistência Militar

No contexto da República Centro-Africana, a FND não está envolvida em operações de Assistência Militar. Após um acordo entre a MINUSCA, a ONU e a União Europeia, ficou estabelecido que a Assistência Militar às FACA, no contexto da reforma do setor de segurança, seria responsabilidade da Missão de Treinamento da União Europeia (EUTM) composta por oito Estados-membros (ONU, 2021c). Mais recentemente, a Rússia também passou a conduzir treinamento para as Forças Armadas Centro-Africanas, especialmente no que tange à utilização de armamento pesado russo fornecido à RCA. Mendes (2022) esclarece em sua entrevista que, atualmente, a Rússia possui 43 bases distribuídas em diferentes áreas do país compostas por efetivos que variam entre 40 e 100 militares e ex-militares.

Assim, até o ano de 2020, cerca de 8.000 militares das FACA, incluindo 619 mulheres, já haviam realizado o treinamento da EUTM e/ou das forças russas. Além disso, 1.400 militares treinados das FACA já haviam sido desdobrados em 20 locais diferentes do território centro-africano (HOWARD et al., 2020, p. 71). Portanto, no que diz respeito à RCA, a Força Nacional Destacada não participa da Assistência Militar, sendo essa missão atualmente executada por mentores europeus e russos. Por conseguinte, os Comandos portugueses não contribuem com o processo de SSR no país.

6.2.4 Análise do Emprego da Força Nacional Destacada

De acordo com a doutrina da ONU, a Força Nacional Destacada vem executando integralmente duas missões principais de Operações Especiais: Tarefas Especiais e Reconhecimento Especial. Logo, considerando um total de seis tarefas de POC relacionadas às missões de Operações Especiais, a FND tem conduzido quatro. Por essa razão, constata-se que a QRF da MINUSCA vem sendo empregada de forma doutrinária como uma tropa de Operações Especiais, embora com limitações. A tabela abaixo sintetiza as missões e tarefas de POC conduzidas pelos Comandos portugueses.

Tabela 3 – Emprego da Força Nacional Destacada na República Centro-Africana

Missões de Operações Especiais	Tarefas de POC	Sim/Não
Tarefas Especiais	Neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis	Sim
	Capturar armas ou atores que constituam ameaça iminente contra civis	Sim
	Responder às ameaças ou aos ataques contra civis	Sim
Reconhecimento Especial	Estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças	Sim
Assistência Militar	Fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU	Não
	Fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais	Não

Fonte: o autor.

Ao conduzir missões de Reconhecimento Especial e Tarefas Especiais na RCA, Marcondes (2022) atesta em seu relato à esta pesquisa que a FND tem obtido não somente uma vantagem física sobre os grupos armados, mas sobretudo uma vantagem psicológica. Nesse sentido, além das operações conduzidas em Bambari, Alindao e Bangassou, Kabatanya (2020) ressalta o efeito altamente positivo assegurado pelas operações da tropa portuguesa contra grupos armados nas cidades de Bocaranga e Bouar. Cabe ainda destacar que, na sequência da renovação do mandato da MINUSCA em novembro de 2019, quando a missão recebeu autorização legal para impor o acordo de paz, a FND foi empregada diversas vezes para conter agressões provenientes de grupos armados (HOWARD et al., 2020, p. 82).

Portanto, Marcondes (2022) declara em sua entrevista que os Comandos portugueses se tornaram o mais valioso meio dissuasório no âmbito da MINUSCA. Essa assertiva pode ser comprovada pelo comportamento dos grupos armados centro-africanos ao se depararem com a FND. Nesses casos, conforme atesta Pereira (2022) em seu relato, quando a QRF da MINUSCA se projeta em uma área hostil ou de conflito para responder a ameaças ou ataques contra civis, com muita frequência os grupos armados já se evadiram para outros locais com o intuito de evitar o contato com a tropa portuguesa.

Em contrapartida, a FND não se engaja na condução de Assistência Militar na RCA. Isso ocorre não somente porque a QRF da MINUSCA não é demandada a executar essa missão por seu mandato, mas também porque a EUTM foi enviada ao país com esse propósito. De uma maneira geral, o processo de SSR tem sido um desafio devido ao fato de que grupos armados hostis controlam a maioria do território centro-africano, cobrando impostos da população residente nessas áreas. Contudo, o processo de SSR tem avançado na RCA, mesmo que lentamente, em virtude do apoio fornecido às FACA pela EUTM e, mais recentemente, por forças russas.

6.3 O IMPACTO DA FORÇA NACIONAL DESTACADA NA PROTEÇÃO DE CIVIS

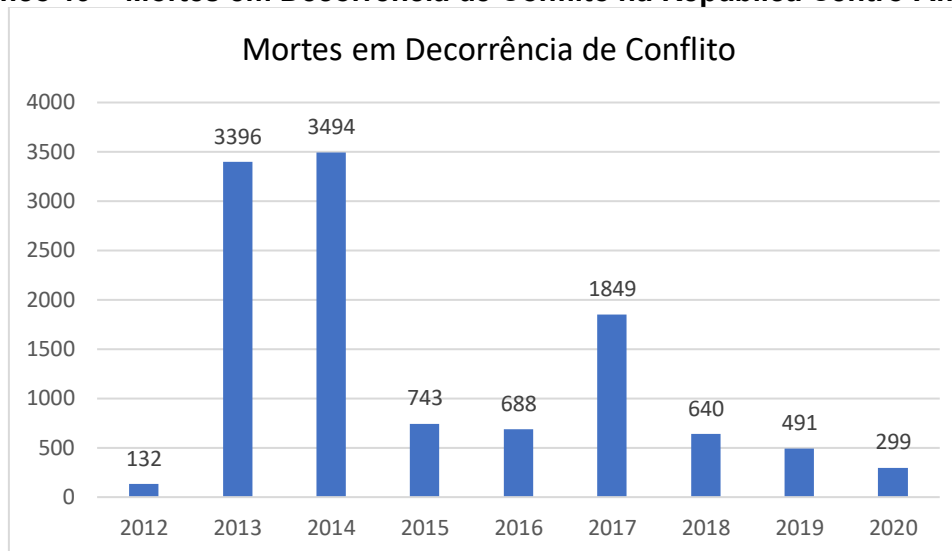
Esta seção destina-se a analisar o impacto da Força Nacional Destacada na proteção de civis na República Centro-Africana. Tendo em vista que, como QRF da MINUSCA, a FND é empregada em toda a RCA, esta pesquisa considera dados relativos a todo o país. Em conformidade com a definição operacional da variável dependente desta tese, a análise da proteção de civis encontra-se dividida em duas dimensões: violência física contra civis e estabelecimento do ambiente seguro. Logo, a seção foi organizada da seguinte forma: indicadores da violência física contra civis, análise da violência física contra civis, indicadores do estabelecimento do ambiente seguro e análise do estabelecimento do ambiente seguro.

6.3.1 Indicadores da Violência Física contra Civis

Alinhado à definição operacional da variável dependente desta pesquisa no que se refere à dimensão violência física contra civis, os indicadores selecionados para a

análise foram: total de mortes em decorrência de conflito, violência sexual contra civis e mortes por ação de forças estatais.

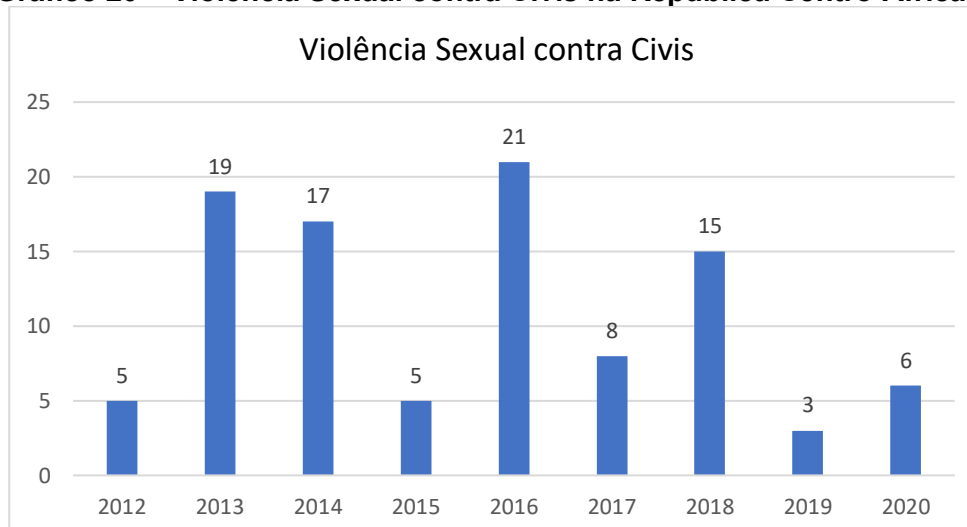
Gráfico 19 – Mortes em Decorrrência de Conflito na República Centro-Africana



Fonte: o autor, adaptado de UCDP (2022)

Após atingir o maior nível em 2014, as mortes em decorrência de conflito diminuíram drasticamente em 78,73% no ano de 2015. Em 2017, houve um aumento de 158,75%, seguido por mais uma queda significativa de 65,39% no ano de 2018. Desde então, os números decresceram gradualmente até atingir 299 em 2020. Entre 2012 e 2020, o número médio de mortes violentas na República Centro-Africana foi de 1.303,55.

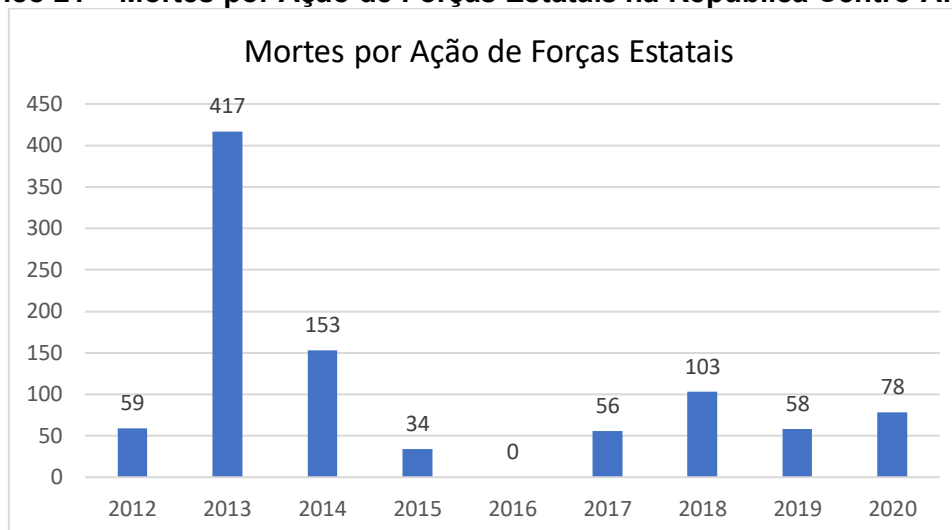
Gráfico 20 – Violência Sexual contra Civis na República Centro-Africana



Fonte: o autor, adaptado de ACLED (2022)

O número reportado de episódios envolvendo violência sexual contra civis, cometida por grupos armados na RCA, cresceu de 5 no ano de 2012 para 19 em 2013. Em 2014, o número de episódios reportados foi de 17. No ano de 2015, houve uma queda de 70,59%, retornando ao nível anterior ao conflito. Em 2016, os episódios reportados de violência sexual contra civis cresceram novamente em 320%. No ano seguinte, houve uma redução de 61,9%. Após um aumento de 87,5% em 2018, os números decresceram no período 2019-2020, atingindo os níveis de 2012 e 2016. Entre 2012 e 2020, o número médio de episódios reportados de violência sexual contra civis, cometida por grupos armados na República Centro-Africana, foi de 11.

Gráfico 21 – Mortes por Ação de Forças Estatais na República Centro-Africana



Fonte: o autor, adaptado de UCDP (2022)

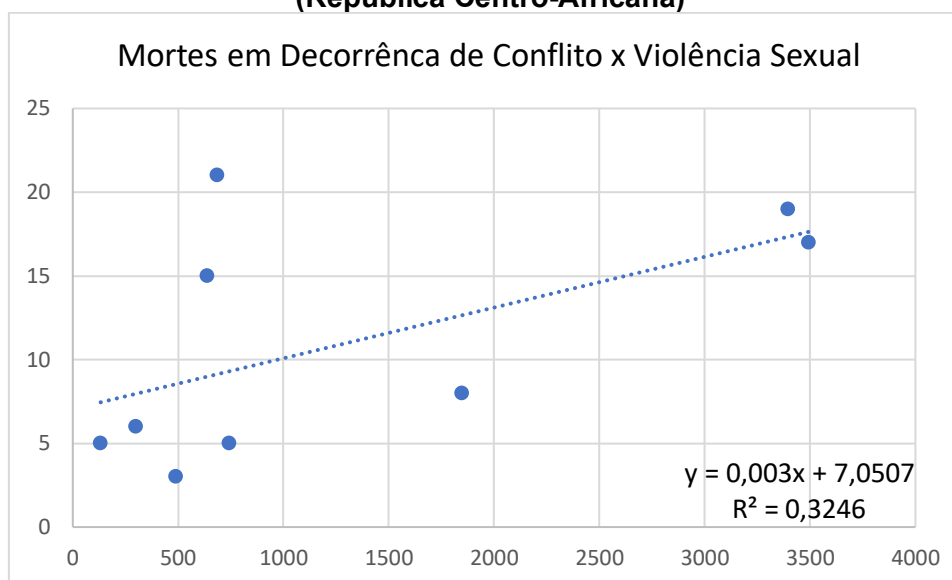
Após um enorme crescimento de 606,68% de 2012 para 2013, as mortes por ação das forças estatais caíram de forma consistente entre 2013 e 2016, até atingir valor nulo. Entre 2016 e 2018, houve um aumento gradual de mortes por ação de forças estatais, chegando ao número de 103 em 2018. Entre 2018 e 2020, houve uma redução de 24,72%. Em todo o período de 2012 a 2020, o número médio de mortes por forças estatais foi de 106,44.

6.3.2 Análise da Violência Física contra Civis

Com o intuito de realizar a análise detalhada da violência física contra civis, esta pesquisa buscou verificar a existência de uma correlação entre os indicadores relacionados com essa dimensão da proteção de civis. Dessa forma, os gráficos de

dispersão abaixo serviram como parâmetro para determinar se houve correlação entre as variações sofridas pelos indicadores de POC ou se elas ocorreram de forma aleatória.

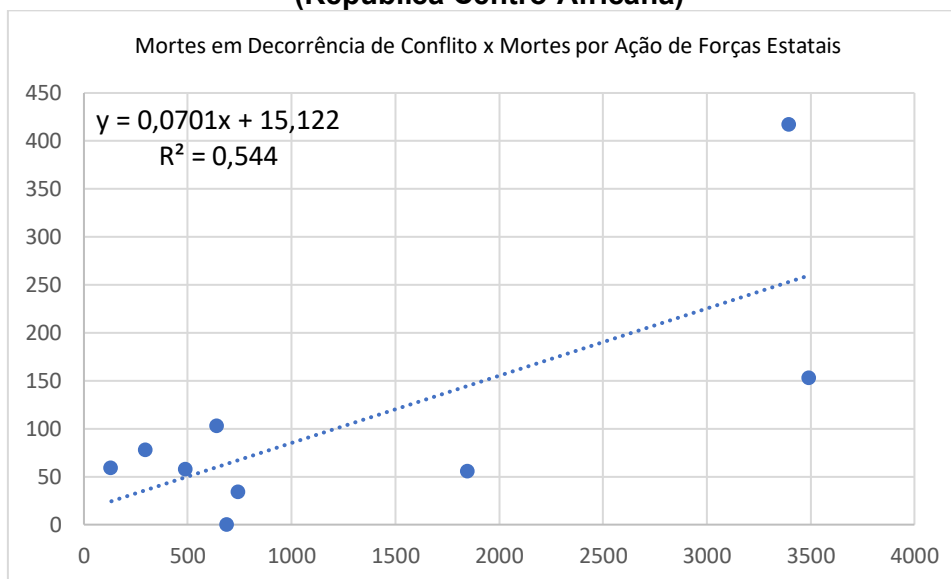
Gráfico 22 – Mortes em Decorrência de Conflito x Violência Sexual (República Centro-Africana)



Fonte: o autor.

O gráfico 22 demonstra que, em 32,46% (equivalente ao r^2) das vezes, o número de mortes em decorrência de conflito e os episódios de violência sexual variam em conformidade. Nesse caso, o coeficiente de correlação ($\sqrt{r^2}$ ou r de Pearson) equivale a 0,57, o que indica uma correlação positiva moderada entre os indicadores. No entanto, para um alfa de 0,05, o p-valor para essa correlação é de 0,1093. Como $0,1093 > 0,05$, essa correlação não pode ser considerada estatisticamente significativa.

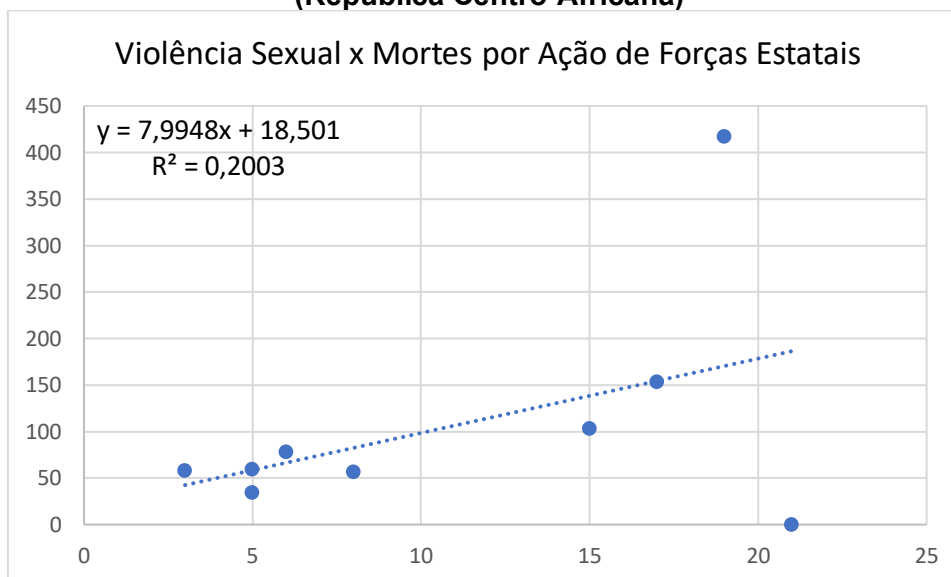
Gráfico 23 – Mortes em Decorrência de Conflito x Mortes por Ação de Forças Estatais (República Centro-Africana)



Fonte: o autor.

No que concerne à relação entre as mortes em decorrência de conflito e as mortes por ação de forças estatais, o gráfico 23 mostra que ambos os indicadores variam em conformidade em 54,4% das vezes. Para esses indicadores de POC, o coeficiente de correlação é de 0,74, correspondendo a uma correlação positiva alta. Além disso, considerando um alfa de 0,05, o p-valor para essa correlação é de 0,0233. Uma vez que $0,0233 < 0,05$, essa correlação é considerada estatisticamente significativa.

Gráfico 24 – Violência Sexual x Mortes por Ação de Forças Estatais (República Centro-Africana)



Fonte: o autor.

De acordo com o gráfico 24, a violência sexual cometida por grupos armados e as mortes por ação das forças estatais variam em conformidade em 20,03% das vezes. Dessa forma, o coeficiente de correlação entre esses dois indicadores de POC equivale a 0,45, o que significa uma correlação positiva moderada. Contudo, para um alfa de 0,05, o p-valor para essa correlação é de 0,2270. Nesse caso, como $0,2270 > 0,05$, não é possível atestar que essa correlação positiva seja estatisticamente significativa.

Portanto, como a primeira e a terceira correlações não são estatisticamente significativas, não é possível afirmar que o emprego da FND possui os mesmos efeitos nos três indicadores de POC associados com a violência física contra civis. Em contrapartida, é possível constatar que as mortes em decorrência de conflito e as mortes por ação de forças estatais possuem uma correlação positiva alta estatisticamente significativa. Logo, as variações ocorrem em conformidade nesses dois indicadores de POC. Adicionalmente, mesmo no caso dos episódios de violência sexual, os números relacionados aos indicadores de POC demonstram similaridades que permitem que sejam extraídas conclusões. Nesse sentido, os parágrafos seguintes buscam demonstrar relações de causa e consequência entre a estratégia utilizada pela ONU e as variações nos indicadores de POC, com foco no emprego da QRF portuguesa na RCA.

Inicialmente, os indicadores de POC apontaram que a violência contra civis disparou em 2013 e 2014. Já no ano de 2015, todos os indicadores registraram uma redução consistente da violência. Howard et al. (2020, p. 62) argumenta que essa queda ocorreu em virtude da chegada da Operação Sangaris e da própria implementação da MINUSCA. De acordo com os autores, a combinação da operação de paz da ONU com a Operação Sangaris, a qual funcionava como um mecanismo dissuasório capaz de usar a força em proveito da MINUSCA, resultou em um dramático declínio da violência na RCA.

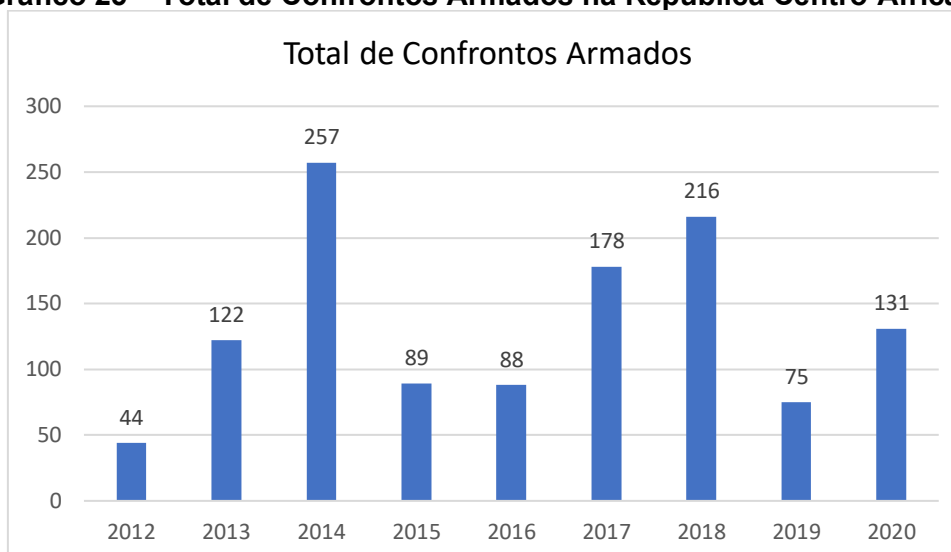
No final de 2016 e em 2017, a retirada da Operação Sangaris permitiu uma nova escalada da violência física contra civis. Ademais, a saída das Forças Especiais norte-americanas e das tropas de infantaria de Uganda do sudeste da RCA também contribuiu para o incremento da violência no país. Por outro lado, a implementação da Força Nacional Destacada ao longo de 2017 influenciou positivamente os números relacionados à violência física contra civis, especialmente no que tange às mortes violentas a partir de 2018 (HOWARD et al., 2020, p. 92).

Como demonstrado pelos testes de correlação, é importante notar que os números relacionados à violência sexual contra civis se comportam de maneira diferente com relação aos demais indicadores de POC. Além de uma provável subnotificação nos episódios de violência sexual cometida por grupos armados, esse fenômeno pode ser explicado pelo fato de que a violência sexual é epidêmica na RCA (PHAM; BALTHAZARD; VINCK, 2020, p. 373). Nesse sentido, somente em 2014, 44,5% da população da RCA sofreu algum tipo de abuso ou exploração sexual (GILDER, 2021, p. 216). Infelizmente, mesmo as tropas francesas e os capacetes azuis da MINUSCA cometeram abusos contra jovens centro-africanos em troca de água e comida entre os anos de 2013 e 2015 (HOWARD et al., 2020, p. 107).

Mais recentemente, houve uma consistente queda na violência física contra civis na RCA. Essa redução foi demonstrada pelos indicadores de POC nos anos de 2019 e 2020. Nesse contexto, Kabatanya (2020) destaca as operações conduzidas pelos Comandos portugueses, as quais ajudaram na desorganização e na dissuasão dos principais grupos ex-*Séléka* e *Anti-Balaka*, além de criar as condições necessárias para negociações pacíficas. Como consequência, em maio de 2019, os 14 grupos armados oficialmente reconhecidos, juntamente com o governo da RCA, organizações regionais e observadores, assinaram o Acordo Político para Paz e Reconciliação (APPR) (HOWARD et al., 2020, p. 81). Portanto, da análise realizada, é possível inferir que a FND tem obtido bons resultados na redução da violência física contra civis.

6.3.3 Indicadores do Estabelecimento do Ambiente Seguro

Com o propósito de analisar o estabelecimento do ambiente seguro na República Centro-Africana, foi verificado se o nível geral de conflitos foi reduzido e se a sensação de segurança da população aumentou. Dessa maneira, em conformidade com a definição operacional da variável dependente desta pesquisa, os indicadores selecionados para a análise foram: total de confrontos armados e número de deslocados internos.

Gráfico 25 – Total de Confrontos Armados na República Centro-Africana

Fonte: o autor, adaptado de ACLED (2022)

Entre 2012 e 2014, houve um crescimento drástico de 484,09% no total de confrontos armados na RCA. Em 2015, houve um decréscimo significativo de 65,37%. Entre 2016 e 2018, houve um novo crescimento de 145,45% no total de confrontos armados, seguido por uma queda de 65,28% em 2019. Em 2020, os números subiram novamente, registrando um aumento de 74,67%. Entre 2012 e 2020, o número médio de confrontos armados na RCA foi de 133,33.

Gráfico 26 – Número de Deslocados Internos na República Centro-Africana

Fonte: o autor, adaptado de OCHA (2022) e ACNUR (2022)

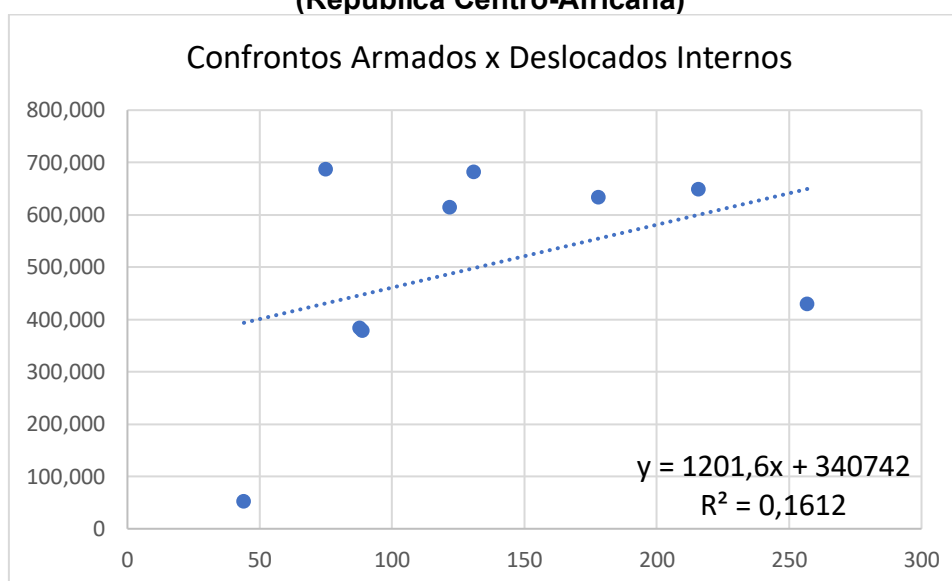
O número de deslocados internos cresceu alarmantes 1.088% entre 2012 e 2013. De 2013 para 2015, houve uma redução de 38,44%. Em 2016, a população de deslocados internos permaneceu relativamente estável, registrando novo aumento de

64,92% em 2017. Entre 2017 e 2020, houve um crescimento discreto da população de deslocados internos de 7,68%. No período de 2012 a 2020, o número médio de deslocados internos na RCA foi de 500.957.

6.3.4 Análise do Estabelecimento do Ambiente Seguro

Similarmente à análise da violência física contra civis na República Centro-Africana, esta pesquisa verificou se houve correlação entre as variações no total de confrontos armados e no número de deslocados internos. Nesse sentido, o gráfico de dispersão abaixo permitiu determinar a correlação entre ambos os indicadores de POC relacionados ao estabelecimento do ambiente seguro.

Gráfico 27 – Total de Confrontos Armados x Número de Deslocados Internos (República Centro-Africana)



Fonte: o autor.

Segundo o gráfico 27, os indicadores selecionados variam em conformidade somente em 16,12% das vezes. Logo, o coeficiente de correlação para este teste é de 0,40, indicando uma correlação positiva de fraca para moderada. Considerando um alfa de 0,05, o p-valor para essa correlação é de 0,2840. Como $0,2840 > 0,05$, essa correlação positiva não é considerada estatisticamente significativa. Por essa razão, não é possível afirmar que as mudanças nesses dois indicadores de POC seguem o mesmo padrão.

De fato, o estabelecimento do ambiente seguro é um objetivo altamente complexo no escopo de uma missão de paz da ONU, sendo impactado por diversos

fatores políticos, econômicos e sociais. Dessa forma, isolar a relação do emprego dos *peacekeepers* com essa dimensão da proteção de civis é uma tarefa muito difícil. Ainda assim, nos parágrafos seguintes, esta pesquisa busca extrair algumas conclusões baseadas na análise qualitativa desses indicadores de POC.

No que concerne ao total de confrontos armados, a transformação da MISCA em MINUSCA e a implementação da Operação Sangaris, bem como as ações da AU RTF LRA no sudeste da RCA, ajudaram a reduzir os números relacionados a esse indicador de POC em 2015 e 2016. Em 2017, a retirada das forças de intervenção estrangeiras criou instabilidade e vácuo de poder, tendo como consequência o aumento de confrontos entre grupos ex-*Séléka* e *Anti-Balaka*. Em 2019, após o restabelecimento de um mecanismo dissuasório materializado pela FND, foi possível negociar o APPR com todos os 14 grupos rebeldes oficialmente reconhecidos. Esse relevante feito político resultou em um número menor de confrontos armados nos anos de 2019 e 2020.

Contudo, a situação permanece muito complicada na República Centro-Africana, onde mais de dois terços do país continuam sendo controlados pelos grupos armados existentes (BELLAMY; HUNT, 2021, p. 157). De acordo com Howard (2019, p. 131), somente a *Popular Front for the Rebirth of Central African Republic* domina a metade do território centro-africano, enquanto outros grupos rebeldes controlam outros 30%. A autora explica que o processo de paz favoreceu a formalização desses grupos armados, os quais têm usado os acordos firmados para obter concessões do governo a fim de fortalecer suas possessões nos territórios sob seu controle (HOWARD et al., 2020, p. 73).

No que diz respeito aos deslocados internos, a combinação da MINUSCA com as forças de intervenção estrangeiras, em especial a Operação Sangaris, também alcançou resultados positivos de 2014 a 2016. Assim como nos confrontos entre grupos armados, este indicador também piorou significativamente após a partida das forças estrangeiras. Entretanto, diferentemente do indicador de POC anterior, o restabelecimento do mecanismo dissuasório, com a chegada da FND, não impactou o número de deslocados internos no país. Em 2020, um quarto da população centro-africana permanecia deslocada dentro de seu próprio país ou no exterior como refugiados (ICG, 2020, p. 3).

Em geral, a MINUSCA fez progressos importantes ao construir prefeituras, cortes de justiça e presídios, além de restaurar o estado de direito. Por outro lado, no

que se refere ao estabelecimento do ambiente seguro, a missão tem enfrentado um imenso desafio no sentido de desenvolver capacidade local através do processo de reforma do setor de segurança (HOWARD et al., 2020, p. 22). Nesse contexto, o principal objetivo da ONU no tocante ao processo de SSR é restaurar a autoridade das FACA. No entanto, as Forças Armadas Centro-Africanas são consideradas uma fonte de insegurança há décadas (CARAYANNIS; FOWLIS, 2017, p. 220). Por essa razão, existe uma desconfiança muito grande da população centro-africana com relação às FACA (ZIMMERMAN, 2020, p. 9). Ademais, a missão tem fracassado na implementação de diversos dispositivos do APPR relativos à SSR, incluindo a criação de unidades militares mistas nas quais 40% do pessoal pertenceria às FACA e 60% aos grupos rebeldes desmobilizados. Portanto, a MINUSCA, incluindo sua *Quick Reaction Force* composta pela FND, não tem obtido impacto significativo no estabelecimento do ambiente seguro na República Centro-Africana.

6.4 CONCLUSÃO PARCIAL DO CASO MINUSCA

Este capítulo verificou que a guerra civil gerada pelo golpe de Estado *Séléka*, seguido pela retaliação *Anti-Balaka*, criou uma imensa crise humanitária na República Centro-Africana. Em 2014, como uma resposta à crise, a ONU transformou a MISCA, sob os auspícios da União Africana, em MINUSCA, assumindo o controle da missão e aumentando o número de capacetes azuis na RCA. Precedendo essa transformação, a França desdobrou a Operação Sangaris para auxiliar na estabilização do país.

Dessa forma, entre 2014 e 2016, enquanto os batalhões da MINUSCA cumpriam tarefas de polícia sob o comando do componente policial da missão, a Operação Sangaris utilizava a força, em operações militares terrestres e aéreas, para responder aos incidentes de violência contra civis. Adicionalmente, a presença de Forças Especiais norte-americanas e de tropas de infantaria de Uganda, na busca pelo LRA no sudeste na RCA, também contribuía para a redução da violência contra civis nesse mesmo período.

Entretanto, no final de 2016, a Operação Sangaris se retirou da RCA, seguida pelas tropas norte-americanas e ugandesas no início de 2017. Sem a presença de mecanismos dissuasórios no país, a violência contra civis cresceu drasticamente. Nesse ínterim, após um acordo com a União Europeia, a ONU decidiu criar uma QRF

portuguesa com o propósito principal de apoiar forças da ONU desdobradas no terreno, prover dissuasão e responder decisivamente a ameaças e ataques contra a população civil, pessoal e bens da ONU. Tendo em vista o ambiente operacional hostil e o alto risco para o emprego de tropas, Portugal decidiu desdobrar como QRF a Força Nacional Destacada, que tem como base uma Companhia de Comandos.

De acordo com a doutrina da ONU, unidades de Operações Especiais como a FND devem executar três missões principais no escopo das operações de paz: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. Nesse contexto, alinhado com o problema de pesquisa desta tese e visando compreender o impacto das ações da FND na proteção de civis, este capítulo buscou responder a seguinte questão: *como a Força Nacional Destacada tem contribuído para a proteção de civis na República Centro-Africana?*

Após a compreensão da conjuntura e dos fatores que desencadearam o desdobramento dos Comandos portugueses no país a partir de 2017, este capítulo examinou o emprego da FND na RCA. Para isso, as operações desempenhadas pelos Comandos portugueses no país foram analisadas com base nas missões e tarefas de Operações Especiais previstas na doutrina da ONU. Como resultado, este capítulo constatou que a FND tem conduzido todas as tarefas de POC associadas às missões de Tarefas Especiais e de Reconhecimento Especial. No entanto, a QRF portuguesa não realiza nenhuma tarefa relacionada à Assistência Militar. Nesse sentido, a EUTM e forças russas têm substituído a MINUSCA no fornecimento de expertise, mentoria e treinamento às FACA. Além disso, os Comandos portugueses também não estão engajados na tarefa de fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas convencionais da MINUSCA, o que poderia resultar na melhoria de sua performance. Assim, o emprego da FND tem sido direcionado à dissuasão de grupos armados e contenção da violência contra civis.

Tendo compreendido que a FND tem sido empregada em conformidade com a doutrina de Operações Especiais da ONU, porém com limitações, este capítulo analisou o impacto dos Comandos portugueses na proteção de civis considerando duas dimensões de POC: violência física contra civis e estabelecimento do ambiente seguro. Após analisar quantitativamente e qualitativamente os três indicadores de POC associados com a violência física contra civis, observa-se que a FND tem obtido um efeito físico e, sobretudo, psicológico sobre os grupos armados. Nesse sentido, os Comandos portugueses conseguiram substituir efetivamente a Operação Sangaris

como um poderoso mecanismo dissuasório, contribuindo para a contenção dos grupos rebeldes e para a redução da violência física contra civis. Adicionalmente, essas ações visando o curto prazo foram fundamentais para o estabelecimento das condições necessárias às negociações do APPR de 2019.

Em contrapartida, a FND tem tido um impacto bastante limitado no estabelecimento do ambiente seguro. Nesse aspecto, os Comandos portugueses não têm conduzido tarefas ligadas à Assistência Militar com impacto no longo prazo. Logo, a FND não tem contribuído diretamente com a reforma do setor de segurança ou com o incremento da performance dos capacetes azuis convencionais da MINUSCA. Mesmo assim, ao executar as ações que permitiram as condições para a assinatura do APPR, a FND ajudou indiretamente na redução dos confrontos armados na RCA.

Portanto, o estabelecimento do ambiente seguro permanece como um desafio na República Centro-Africana. É válido lembrar que, além da MINUSCA, a EUTM e as forças russas também têm se engajado nesse propósito ao conduzir Assistência Militar direcionada às FACA. Contudo, não houve avanços quanto à sensação de segurança, o que pode ser atestado pelo número persistente de deslocados internos e pela incapacidade do Estado centro-africano de retomar os mais de dois terços de seu território controlado por grupos armados hostis.

CAPÍTULO 7 – COMPARAÇÃO E DISCUSSÕES

Neste capítulo, a comparação entre os casos MONUSCO, UNMISS e MINUSCA permite que sejam extraídas as conclusões finais deste estudo de casos múltiplos. Essas conclusões fornecem o embasamento para o aperfeiçoamento da hipótese teórica proposta na concepção desta tese, a qual reivindica que **o emprego de unidades de Operações Especiais, por meio do uso direto da força, da obtenção de inteligência em ambientes sensíveis e/ou hostis, e da capacitação de forças locais e da tropa convencional da ONU, potencializa a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas.**

Após a realização da comparação, a teoria aperfeiçoada é analisada segundo diferentes perspectivas ao longo das discussões. Essas perspectivas incluem as teorias contidas nos referenciais epistemológico e teórico desta tese, bem como é verificada a viabilidade do emprego de unidades de Operações Especiais no contexto das operações de paz robustas da ONU.

7.1 COMPARAÇÃO

Nesta seção, a estratégia adotada para a comparação é a adequação ao padrão. Segundo Yin (2001, p. 136), essa lógica compara a base prognóstica (hipótese teórica) com o padrão empírico (extraído dos casos estudados). Nesse contexto, a coincidência de padrões ajuda a reforçar a validade interna das conclusões obtidas, as quais subsidiam o aperfeiçoamento da teoria elaborada nesta tese. Com base nesse entendimento, a comparação dos casos MONUSCO, UNMISS e MINUSCA está organizada da seguinte forma: conjuntura para o desdobramento de unidades de Operações Especiais; emprego das unidades de Operações Especiais; impacto das unidades de Operações Especiais na violência física contra civis; impacto das unidades de Operações Especiais no estabelecimento do ambiente seguro; e teoria de Operações Especiais da ONU.

7.1.1 Conjuntura para o Desdobramento de Unidades de Operações Especiais

A criação de unidades de Operações Especiais na estrutura das operações de paz é uma estratégia relativamente recente na história da ONU. Conforme descrito no

referencial teórico desta tese, essa estratégia se tornou viável após uma série de autocríticas, relatórios e painéis que culminaram com novas diretrizes para as operações de paz da ONU. Nesse contexto, cabe destacar o papel central da doutrina *Capstone* de 2008, a qual estabelece o conceito de operação de paz robusta.

Neste estudo, verificou-se que a MONUSCO, a UNMISS e a MINUSCA enquadram-se nesse tipo de operação de paz. Projetadas para ambientes operacionais complexos e hostis, as operações de paz robustas são baseadas no capítulo VII da Carta das Nações Unidas e compreendem o uso da força no nível tático com o consentimento da autoridade anfitriã e/ou das principais partes do conflito (ONU, 2008). Portanto, a existência de uma operação de paz robusta foi o primeiro fator que possibilitou o desdobramento das unidades de Operações Especiais da ONU.

Prosseguindo, as três missões examinadas possuíam a determinação de proteger civis. Nesse sentido, ressalta-se que a proteção de civis se tornou uma prioridade para a MONUC ainda em 2000, após a primeira reestruturação da missão. No caso da UNMISS, a proteção de civis passou a ser o principal objetivo da missão em 2014, em virtude da eclosão da guerra civil sul-sudanesa nos últimos dias de 2013. Por sua vez, a MINUSCA já foi criada em 2014 num contexto de proteção de civis. Logo, um segundo fator comum às três operações era o mandato de proteção de civis.

Um terceiro fator de grande importância foi a necessidade de resposta à comoção da comunidade internacional, sensibilizada por severas crises e calamidades nos três países analisados. Considerando a República Democrática do Congo, o primeiro desdobramento de unidades de Operações Especiais ocorreu após uma onda de protestos contra a MONUC na capital Kinshasa, além de uma escalada de violações de direitos humanos em Bukavu. Em um segundo momento, a Companhia de Forças Especiais da Tanzânia foi implementada após a tomada de Goma pelo grupo rebelde M23. No Sudão do Sul, a *High Readiness Company* foi criada em decorrência da batalha entre o SPLA e o SPLA-IO, a qual ceifou a vida de centenas de civis e transformou a capital Juba em um catastrófico cenário de guerra. Na República Centro-Africana, a Força Nacional Destacada foi desdobrada após um crescimento exponencial da violência contra civis e do caos humanitário, os quais foram deflagrados como consequência da retirada das forças de intervenção estrangeiras, em especial a Operação Sangaris.

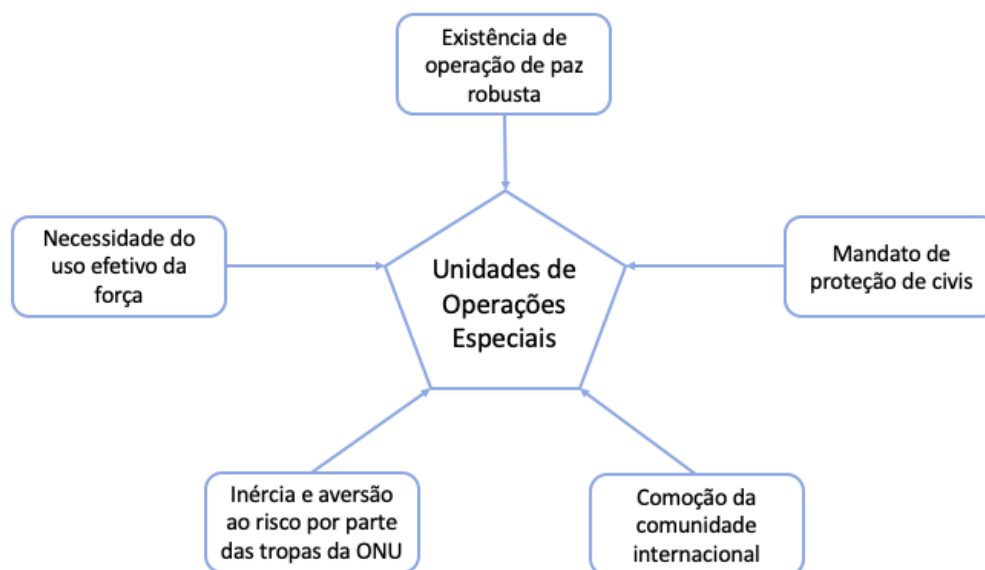
Durante as crises que fomentaram a comoção da comunidade internacional, as

três missões examinadas falharam ao responder aos ataques contra civis. Apesar do mandato robusto, as tropas convencionais da ONU que compunham essas missões demonstraram inércia e aversão ao risco. Essa característica esteve presente nos ataques de grupos armados a cidades como Goma, na RDC, Juba e Malakal, no Sudão do Sul, Bria e Kaga Bandoro, na RCA. Ressalta-se que centenas de *peacekeepers* que se encontravam em cada uma dessas cidades, as quais possuíam bases permanentes da ONU, falharam ao responder aos ataques. Logo, a inércia e a aversão ao risco, por parte das tropas convencionais da ONU, figuram como um quarto fator comum que conduziu ao desdobramento das unidades de Operações Especiais da ONU.

Ainda, um quinto fator foi determinante para a criação dessas unidades especializadas na estrutura das operações de paz analisadas: a necessidade do uso efetivo da força. Por definição, operações de paz robustas pressupõem o uso da força para cumprimento do mandato e para a proteção de civis. Por sua vez, segundo a doutrina da ONU e conforme detalhado do referencial teórico desta tese, as três missões principais de Operações Especiais contribuem para o uso efetivo da força. Enquanto as Tarefas Especiais pressupõem o uso direto da força, o Reconhecimento Especial e a Assistência Militar fornecem dados de inteligência e capacitam tropas que podem apoiar as ações das unidades de Operações Especiais, aumentando a precisão e a potência das Tarefas Especiais.

Portanto, esta pesquisa verificou que a conjuntura para o desdobramento de unidades de Operações Especiais foi resultante de cinco fatores decisivos: existência de uma operação de paz robusta; mandato de proteção de civis; comoção da comunidade internacional; inércia e aversão ao risco por parte da tropa da ONU; e necessidade do uso efetivo da força. A figura abaixo ajuda a ilustrar esse quadro:

Figura 11 – Conjuntura para o Desdobramento de Unidades de Operações Especiais



Fonte: o autor.

7.1.2 Emprego das Unidades de Operações Especiais

Ao longo da pesquisa, verificou-se que as unidades de Operações Especiais desdobradas na MONUSCO, na UNMISS e na MINUSCA estão sendo empregadas, ao menos parcialmente, de acordo com a doutrina de Operações Especiais preconizada pela ONU. Em contrapartida, em nenhum dos casos estudados, as capacidades de Operações Especiais presentes nessas unidades de Operações Especiais são exploradas em sua plenitude. A tabela abaixo apresenta uma síntese do emprego dessas unidades em suas respectivas missões.

Tabela 4 – Emprego das Unidades de Operações Especiais da ONU

Missões de Operações Especiais	Tarefas de POC	SFTF (MONUSCO)	HRC (UNMISS)	FND (MINUSCA)
Tarefas Especiais	Neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis	Sim	Não	Sim
	Capturar armas ou atores que constituam ameaça iminente contra civis	Sim	Não	Sim
	Responder às ameaças ou aos ataques contra civis	Sim	Sim	Sim
Reconhecimento Especial	Estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças	Sim	Sim	Sim
Assistência Militar	Fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU	Não	Sim	Não
	Fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais	Não	Não	Não

Fonte: o autor.

Ao observar a tabela acima, constata-se que existem duas tarefas de POC comuns a todas as unidades de Operações Especiais examinadas: responder às ameaças ou aos ataques contra civis e estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças. No que diz respeito à primeira dessas tarefas, é importante compreender que responder às ameaças ou aos ataques contra civis alinha-se com a nova estratégia de *protection through projection and deterrence*. Nesse caso, FOpEsp são capazes de mobilizar-se rapidamente e projetar-se por meios aéreos, terrestres ou aquáticos em zonas de conflito, causando um efeito dissuasório sobre grupos armados hostis (ONU, 2015a). Portanto, as unidades de Operações Especiais constituem o principal elemento dessa estratégia implementada pelo DPO para a proteção de civis nas operações de paz robustas da ONU.

No que concerne à tarefa de estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças, deve-se levar em consideração que as operações de paz robustas carecem de dados de inteligência, em particular de inteligência militar. Geralmente, as unidades de Operações Especiais são os principais vetores especializados de inteligência militar da missão. Dessa forma, MONUSCO, UNMISS e MINUSCA são unânimes ao utilizar suas unidades de Operações Especiais em missões de Reconhecimento Especial.

Outra unanimidade entre as missões de paz examinadas é o fato de que as unidades de Operações Especiais não estão sendo empregadas para fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais. Na MONUSCO, as unidades da Força-Tarefa de Forças Especiais deixaram de realizar essa tarefa de POC em virtude da falta de engajamento político local com o processo de SSR. Mais recentemente, desde 2019, essa tarefa passou a ser cumprida pela JWMTT brasileira. Na UNMISS, também em virtude de obstáculos no nível político, a *High Readiness Company* nunca se engajou em Assistência Militar direcionada às SSPDF ou ao SPLA-IO. Na MINUSCA, não existe nenhuma tropa direcionada à Assistência Militar de forças locais. Assim, o fornecimento de capacitação às FACA tem sido responsabilidade da EUTM juntamente com forças russas.

Ainda no escopo da Assistência Militar, somente a HRC tem sido empregada para fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU, multiplicando o poder de combate da UNMISS. No caso da MONUSCO, a JWMTT vem desempenhando a capacitação da tropa da ONU nos últimos anos em substituição às tropas da SFTF. Na MINUSCA, esse papel não está sendo desenvolvido por tropas

especializadas.

Finalmente, no que diz respeito às demais tarefas de POC associadas às Tarefas Especiais, a Força-Tarefa de Forças Especiais e a Força Nacional Destacada são empregadas para neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis e para capturar armas ou atores que constituam ameaça iminente contra civis. Ao conduzir essas tarefas, ambas as tropas de Operações Especiais aumentam a capacidade dissuasória da missão. Por outro lado, no Sudão do Sul, a conjuntura política não permite que essas tarefas sejam cumpridas pela *High Readiness Company*. Isso ocorre por dois motivos principais. O primeiro motivo é a obrigação de compartilhar informações com o governo sul-sudanês antes de cada deslocamento de tropa, inviabilizando o sigilo e a surpresa que esse tipo de ação requer. O segundo motivo é que as SSPDF e o SPLA-IO estão constantemente envolvidos nas ameaças ou ataques contra civis. Logo, uma Tarefa Especial para neutralizar e/ou capturar elementos associados a essas forças colocaria a UNMISS em rota de colisão com o governo sul-sudanês.

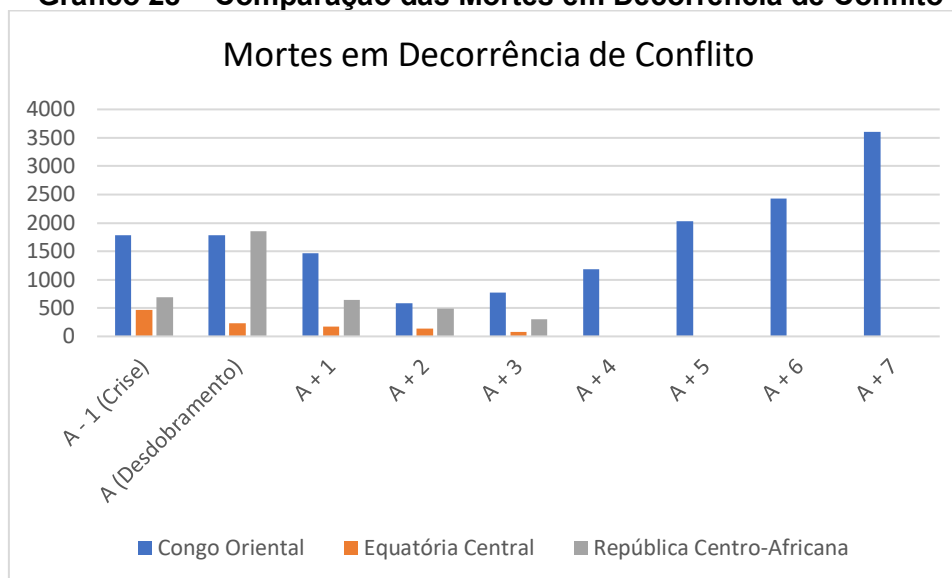
Portanto, da análise das unidades de Operações Especiais nas operações de paz robustas da ONU, verifica-se que seu emprego é limitado por alguns fatores. O primeiro é a existência de acordos internacionais firmados pelo país anfitrião, atribuindo responsabilidades compatíveis com as capacidades inerentes às unidades de Operações Especiais a forças e/ou missões estrangeiras. O segundo fator são os obstáculos no nível político, especialmente no que tange a imposições, restrições, dificuldades criadas ou falta de comprometimento por parte do governo anfitrião. O último fator elencado é a própria dinâmica da operação de paz, a qual não explora as capacidades de Operações Especiais dessas unidades especializadas e/ou designa outras tropas/equipes para a realização dessas tarefas.

7.1.3 Impacto das Unidades de Operações Especiais na Violência Física contra Civis

Após a análise dos casos MONUSCO, UNMISS e MINUSCA, é possível constatar algumas tendências no que diz respeito ao impacto das unidades de Operações Especiais na violência física contra civis. Dentro da estratégia de adequação ao padrão, os parágrafos seguintes buscam estabelecer padrões coincidentes entre os três casos, a fim de viabilizar a extração de conclusões. Para

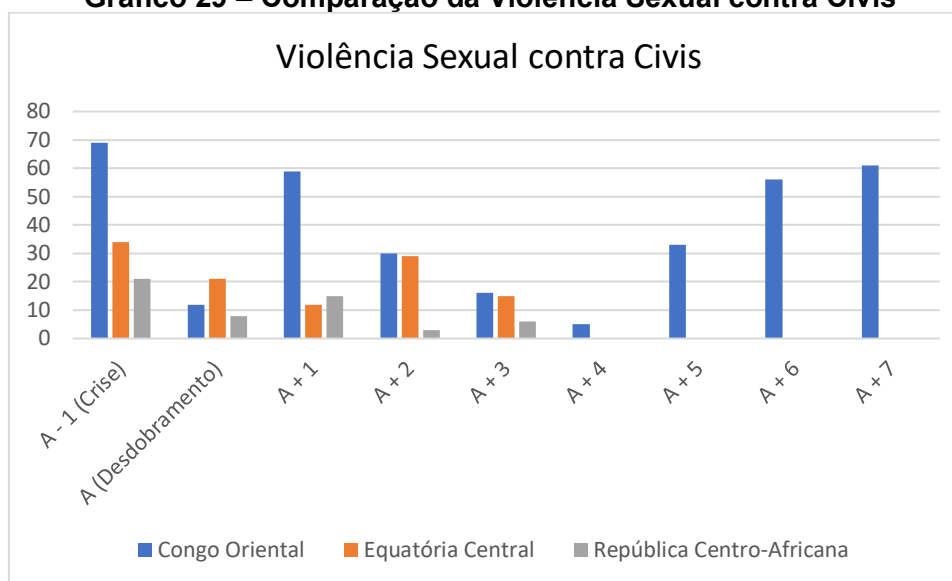
que isso ocorra, a comparação considera como referência o ano de desdobramento das unidades de Operações Especiais. Assim, enquanto o ano A (desdobramento) para a SFTF é 2013, o ano A para a HRC e para a FND é 2017. Logo, enquanto 2020 corresponde a A+7 para a SFTF, esse mesmo ano corresponde a A+3 para a HRC e para a FND.

Gráfico 28 – Comparação das Mortes em Decorrência de Conflito



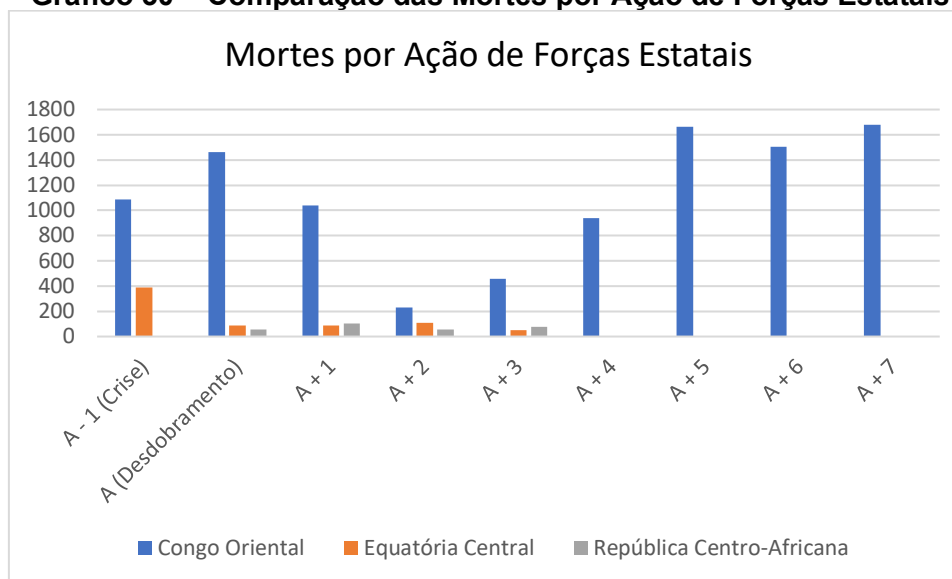
Fonte: o autor.

O gráfico 28 demonstra uma tendência de redução das mortes em decorrência de conflito a partir de A+1, que é o ano posterior ao desdobramento. Isso ocorre porque A+1 é o primeiro ano integral no qual os efeitos do emprego das unidades de Operações Especiais são percebidos. Prosseguindo na comparação, é possível verificar que a tendência de melhora se estende até os anos A+2 ou A+3. A partir de então, as mortes em decorrência de conflito tendem a subir novamente. A partir de A+5, no Congo Oriental, o número de mortes em decorrência de conflito ultrapassa o patamar pré-desdobramento.

Gráfico 29 – Comparação da Violência Sexual contra Civis

Fonte: o autor.

Embora não haja uma diminuição constante nesse indicador de POC, verifica-se uma tendência de queda nos três casos pesquisados ao se comparar o ano A-1 e o ano A+3. As oscilações presentes nesse período são explicadas pelo fato de que a violência sexual contra civis, cometida por grupos armados, é epidêmica nas regiões analisadas. Além disso, existe uma subnotificação grande de casos, o que prejudica a precisão da análise. Essa subnotificação fica nítida quando se toma como exemplo o ano de 2014 na RCA. Segundo Gilder (2021, p. 216), 44,5% da população centro-africana sofreu algum tipo de abuso ou exploração sexual neste ano. Entretanto, o número de episódios reportados de casos cometidos por grupos armados foi de apenas 17. Ainda segundo o gráfico 29, existe uma tendência de alta nos episódios de violência sexual contra civis a partir de A+5.

Gráfico 30 – Comparação das Mortes por Ação de Forças Estatais

Fonte: o autor.

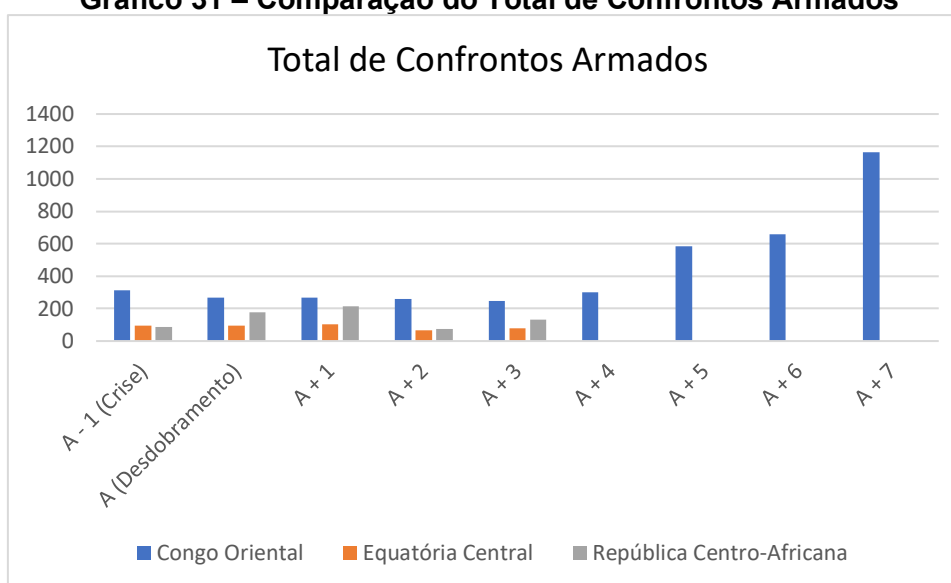
Em se tratando das mortes por ação de forças estatais, é possível constatar uma tendência de queda até A+2 (Congo Oriental e República Centro-Africana) e A+3 (Equatória Central). A partir de A+3, considerando-se o Congo Oriental e a República Centro-Africana, verifica-se uma tendência de aumento no número de mortes por ação de forças estatais. No caso do Congo Oriental, a partir de A+5, os números ultrapassam o patamar pré-desdobramento.

Portanto, é possível concluir que o emprego das unidades de Operações Especiais propicia uma janela de 2 a 3 anos de redução significativa dos índices de violência física contra civis. Como peça central da estratégia de *protection through projection and deterrence* das operações de paz robustas da ONU, as unidades de Comandos e de Forças Especiais criam um poderoso efeito dissuasório sobre os grupos armados. Nesse mesmo sentido, a dissuasão criada pelo uso da força por parte das unidades de Operações Especiais obtém um efeito psicológico sobre os grupos hostis, os quais passam a evitar o contato com essas tropas. Entretanto, essas ações pertencem às fases de preempção e resposta de um mandato de proteção de civis, ou seja, têm impacto no curto prazo. Após esse período, existe uma tendência de novo aumento da violência física contra civis até que os índices tenham retornado ao seu patamar de origem.

7.1.4 Impacto das Unidades de Operações Especiais no Estabelecimento do Ambiente Seguro

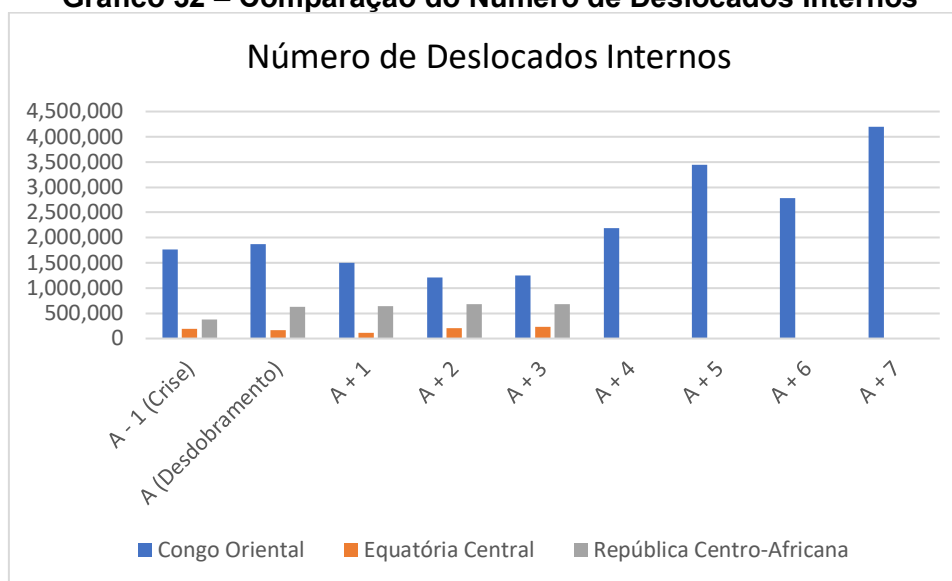
Assim como na seção anterior, a comparação do impacto das unidades de Operações Especiais no estabelecimento do ambiente seguro também utiliza a estratégia de adequação ao padrão. Dessa forma, nos parágrafos seguintes, os aspectos comuns dos casos MONUSCO, UNMISS e MINUSCA são examinados, a fim de possibilitar a extração de conclusões.

Gráfico 31 – Comparação do Total de Confrontos Armados



Fonte: o autor.

O gráfico 31 demonstra dinâmicas distintas nos três casos examinados. No Congo Oriental, o número de confrontos armados decresceu discretamente até A+3, retomando um crescimento forte a partir de A+4. Na Equatória Central e na República Centro-Africana, os números cresceram até A+1. Em seguida, houve uma diminuição em A+2 e um novo aumento em A+3. Assim, somente no Congo Oriental é possível perceber uma tendência de melhora, mesmo que discreta, até A+3.

Gráfico 32 – Comparação do Número de Deslocados Internos

Fonte: o autor.

No Congo Oriental, é possível perceber uma tendência de diminuição do número de deslocados internos até A+2. Em seguida, os números se mantêm estáveis em A+3 e retomam uma tendência de forte crescimento a partir de A+4. Na Equatória Central, essa tendência de queda é ainda mais curta, tendo como patamar mais baixo A+1. A partir de A+2, já se percebe uma tendência de alta. Por outro lado, na República Centro-Africana, após um grande aumento entre A-1 e A, existe uma tendência de estabilidade no número de deslocados internos.

Em geral, as atividades relacionadas à 3ª camada do Conceito Operacional de POC (estabelecimento do ambiente seguro) visam resultados no longo prazo, pertencendo às fases de prevenção e consolidação de um mandato de proteção de civis. Normalmente, o componente militar de uma missão contribui para este objetivo apoiando os componentes policial e civil. Excepcionalmente, o componente militar contribui diretamente para o estabelecimento do ambiente seguro ao capacitar forças locais, no âmbito do processo de reforma do setor de segurança (SEDRA, 2016).

De fato, ao se considerar os três casos analisados, a influência das forças de defesa e segurança locais ajudam a explicar as diferenças encontradas nos indicadores de POC associados ao estabelecimento do ambiente seguro. No caso da MONUSCO, embora a SFTF não tenha se engajado em Assistência Militar para as FARDC nos primeiros anos de desdobramento, as forças de defesa da RDC foram extensivamente empregadas em coordenação com a MONUSCO no Congo Oriental. Dessa forma, a influência dos capacetes azuis ajudou a alterar o comportamento e a

efetividade das FARDC naquela região. Isso explica a queda do total de confrontos armados e também do número de deslocados internos no Congo Oriental, mesmo que discreta. Nesse sentido, é importante lembrar que, além de requerer um prazo maior para efetivação, o estabelecimento do ambiente seguro é afetado por diversos fatores como saúde, fome, pobreza, oportunidades econômicas e criminalidade. Assim, melhoras nessa dimensão de POC tendem a ser mais discretas quando comparadas à redução da violência física contra civis. A partir de A+3, com a dissipação do efeito dissuasório da SFTF e o conseqüente incremento da violência física contra civis, os índices relativos ao estabelecimento do ambiente seguro também passaram a crescer substancialmente.

No que concerne à Equatória Central, houve uma total falta de engajamento e cooperação por parte das tropas da UNMISS, particularmente a HRC, com as SSPDF e o SPLA-IO. Nesse contexto, é válido lembrar que esses dois exércitos estão envolvidos em grande parte dos confrontos armados e nas violações de direitos humanos no Sudão do Sul. Logo, o efeito do emprego da HRC na Equatória Central foi praticamente nulo no que se refere ao total de confrontos armados e bastante limitado no que tange ao número de deslocados internos, mesmo que a Companhia de Forças Especiais do Nepal tenha obtido resultado significativo na redução dos índices de violência física contra civis nesse mesmo período.

Por fim, no caso da República Centro-Africana, não se pode desprezar o engajamento da EUTM e de forças russas na prestação de Assistência Militar às FACA. No entanto, a capacitação de cerca de 8.000 militares centro-africanos mostrou-se insuficiente para um avanço no estabelecimento do ambiente seguro. Nesse sentido, é importante considerar que mais de dois terços do território do país são controlados por uma diversidade de grupos armados ex-*Séléka* e *Anti-Balaka*. Por essa razão, o alcance da Assistência Militar está limitado a somente cerca de 30% do país, inviabilizando progresso concreto no estabelecimento do ambiente seguro.

7.1.5 Teoria de Operações Especiais da ONU

Em um estudo de casos múltiplos, o aperfeiçoamento da teoria sucede a comparação e corresponde à sexta e última etapa do processo. Ela tem por objetivo retificar ou ratificar a hipótese teórica ou proposição inicial de pesquisa. Nesta tese, a hipótese proposta foi a seguinte: **o emprego de unidades de Operações Especiais,**

por meio do uso direto da força, da obtenção de inteligência em ambientes sensíveis e/ou hostis, e da capacitação de forças locais e da tropa convencional da ONU, potencializa a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas.

Da análise realizada na etapa da comparação, é possível constatar que:

a. A conjuntura para o desdobramento de unidades de Operações Especiais no contexto da ONU engloba os seguintes fatores: existência de uma operação de paz robusta; mandato de proteção de civis; comoção da comunidade internacional; inércia e aversão ao risco por parte da tropa da ONU; e necessidade do uso efetivo da força;

b. No âmbito das operações de paz robustas das Nações Unidas, as unidades de Operações Especiais possuem a capacidade de executar seis tarefas de proteção de civis associadas às missões de Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. São elas: neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis; capturar armas e atores que constituam ameaças iminentes contra civis; responder a ameaças ou aos ataques contra civis; estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças; fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU; e fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais;

c. As unidades de Operações Especiais atuam ao longo das quatro fases de um mandato de proteção de civis. Durante as fases de preempção e resposta, são realizadas tarefas visando resultados no curto prazo com impacto direto na redução da violência física contra civis. Nas fases de prevenção e consolidação, são conduzidas tarefas visando resultados de longo prazo com impacto no estabelecimento do ambiente seguro;

d. Dificilmente as capacidades presentes nas unidades de Operações Especiais são utilizadas em sua plenitude. Atualmente, a principal demanda das unidades de Operações Especiais por parte das operações de paz robustas da ONU envolve a resposta a ameaças ou ataques contra civis e o estabelecimento de vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças;

e. De uma forma geral, as unidades de Operações Especiais estão sendo subempregadas na condução de Assistência Militar, deixando de multiplicar o poder de combate das tropas da operação de paz e de contribuir com o processo de reforma do setor de segurança;

f. O emprego de unidades de Operações Especiais resulta em um efeito dissuasório efetivo contra grupos armados hostis;

g. As unidades de Operações Especiais são o principal elemento dentro da estratégia de *protection through projection and deterrence* do DPO para a proteção de civis;

h. O emprego de unidades de Operações Especiais causa uma redução substancial nos índices de violência física contra civis, limitada a um período de 2-3 anos. Após esse período, os índices de violência tendem a retornar ao patamar inicial.

i. O impacto do emprego de unidades de Operações Especiais no estabelecimento do ambiente seguro é limitado, pois se resume à capacitação de forças locais dentro do processo de reforma do setor de segurança.

j. O emprego das unidades de Operações Especiais propicia uma janela de redução dos índices de violência de 2-3 anos, na qual ações nos campos político, econômico, social e desenvolvimento da capacidade local devem ser implementadas.

Portanto, no que concerne às Operações Especiais da ONU, esta tese propõe a seguinte teoria aperfeiçoada: **no contexto das operações de paz robustas das Nações Unidas, as unidades de Operações Especiais podem ser empregadas na condução de seis tarefas de proteção de civis associadas às missões doutrinárias de Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. São elas: neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis; capturar armas e atores que constituam ameaças iminentes contra civis; responder a ameaças ou aos ataques contra civis; estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças; fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU; e fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais. A execução dessas tarefas ocorre ao longo das quatro fases de um mandato de proteção de civis: prevenção, preempção (ou antecipação), resposta e consolidação. Nas fases de preempção e resposta, o emprego das unidades de Operações Especiais cria um efeito dissuasório substancial sobre grupos armados hostis, reduzindo temporariamente a violência física contra civis. Nas fases de prevenção e consolidação, as unidades de Operações Especiais atuam como coadjuvantes no estabelecimento do ambiente seguro, contribuindo diretamente para a capacitação de forças locais no âmbito da reforma do setor de segurança. Portanto, o emprego de unidades de Operações Especiais propicia uma janela de oportunidade para que o ambiente seguro seja estabelecido. Contudo, caso o ambiente seguro não seja estabelecido dentro desse prazo (2-3 anos) pelos atores responsáveis, por meio de ações efetivas**

nos campos político, econômico, social e desenvolvimento de capacidade local do país anfitrião, a violência física contra civis tende a retornar ao patamar inicial.

7.2 DISCUSSÕES

Esta seção é composta por quatro tópicos para discussão: análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a perspectiva da Teoria das Novas Guerras; Análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a perspectiva da Teoria da Dissuasão; análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a perspectiva da Teoria da Complexidade; e análise da viabilidade do emprego doutrinário de unidades de Operações Especiais em missões de paz robustas das Nações Unidas. O objetivo das discussões propostas é robustecer o argumento da Teoria de Operações Especiais da ONU ao fundamentá-la nas teorias que compõem o referencial teórico e epistemológico desta tese, bem como reforçar a viabilidade do emprego doutrinário de unidades de Operações Especiais em prol das missões de paz robustas da ONU.

7.2.1 Análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a Perspectiva da Teoria das Novas Guerras

De acordo com a Teoria das Novas Guerras (KALDOR, 2012b), os conflitos contemporâneos possuem características que os diferem das guerras tradicionais, exigindo uma abordagem própria para sua resolução. A fim de verificar se a Teoria de Operações Especiais da ONU se alinha à abordagem proposta pela Teoria das Novas Guerras no que se refere à resolução de conflitos, este tópico primeiramente analisa se os conflitos na República Democrática do Congo, no Sudão do Sul e na República Centro-Africana se enquadram como Novas Guerras.

Segundo a teoria, as Novas Guerras não se encaixam nem como conflitos interestatais e nem como guerras civis ou internas. Esse aspecto é latente em todos os casos estudados, nos quais atores externos participam ativamente da dinâmica dos conflitos na RDC, no Sudão do Sul e na RCA, resultando na internacionalização dessas guerras civis. A título de exemplo, no Sudão do Sul, pouco após a eclosão do conflito em 2013, tropas regulares de Uganda entraram em território sul-sudanês para

apoiar a luta do SPLA contra o SPLA-IO.

Outra característica marcante das Novas Guerras é a mistura de guerra (violência organizada visando objetivos políticos), crime (violência organizada para fins particulares) e violação de direitos humanos (violência contra civis). Nesse caso, os três conflitos analisados se encaixam nessa descrição. Ao mesmo tempo que grupos armados diversos lutam pela conquista de objetivos territoriais e políticos (guerra), nas regiões sob seu controle a população é extorquida (crime) e violações de direitos humanos como assassinatos e violência sexual são cometidas (violência contra civis).

Prosseguindo, as Novas Guerras estão relacionadas à fragmentação e ao enfraquecimento dos Estados. De fato, a República Democrática do Congo, o Sudão do Sul e a República Centro-Africana são Estados frágeis, os quais se caracterizam pela perda da capacidade de captar receitas, perda da legitimidade, desordem crescente e fragmentação militar (KALDOR, 2012b). Em todos os casos, os Estados mencionados perderam o monopólio da força e o controle de parte de seu território para grupos armados rebeldes, reduzindo significativamente sua capacidade de captar receitas. Devido às constantes violações de direitos humanos e da incapacidade das forças estatais em derrotar os grupos rebeldes, esses Estados também perderam a legitimidade aos olhos de sua população e da comunidade internacional, a qual decidiu intervir por meio das operações de paz da ONU. Por sua vez, os próprios conflitos armados perenes nesses países são sinônimo da desordem crescente ao gerar calamidades humanitárias de imensas proporções. Por fim, os múltiplos exércitos e grupos armados existentes, oficialmente reconhecidos ou não, corroboram com o argumento da fragmentação militar nesses países.

No contexto das Novas Guerras, objetivos relacionados com a política identitária se sobrepõem a objetivos geopolíticos ou ideológicos. Como na maioria das nações africanas, RDC, Sudão do Sul e RCA são fortemente marcados pelos laços étnicos e tribais. Nesse sentido, grupos étnicos formam as bases de exércitos e grupos armados nesses países. Um exemplo notável ocorre no Sudão do Sul, onde as duas maiores etnias, *Dinka* e *Nuer*, compõem respectivamente as bases das SSPDF (antigo SPLA) e do SPLA-IO. Assim, a reivindicação de poder baseada na identidade étnica é o grande impulsionador desses conflitos, os quais representam um verdadeiro choque de identidades.

Outro aspecto das Novas Guerras é o financiamento por meio de uma

economia de guerra globalizada. Bastante descentralizada, essa economia de guerra agrega recursos obtidos dentro e fora da área de conflito. No que diz respeito a fontes externas, um caso destacado ocorre na República Democrática do Congo, onde grupos rebeldes como o M23 e as ADF são financiados, respectivamente, por Ruanda e pelo grupo terrorista Estado Islâmico.

Por fim, as Novas Guerras são travadas por exércitos regulares ou remanescentes, grupos paramilitares, grupos de autodefesa, mercenários estrangeiros e tropas estrangeiras regulares. Essa característica é comum aos três países analisados. Tomando-se por base o conflito da RCA, todos esses atores podem ser claramente identificados. As FACA representam os remanescentes do exército regular centro-africano. Os grupos *ex-Séléka* e *Anti-Balaka* são representantes de grupos paramilitares. No escopo desses grupos paramilitares, os grupos *Anti-Balaka* surgiram como grupos de autodefesa cristãos contra o avanço dos *Séléka*. Por sua vez, mercenários se fazem presentes junto a militares russos em suas bases estabelecidas no país. Por último, tropas estrangeiras regulares como a Operação Sangaris e a AU RTF LRA foram elementos com participação relevante no conflito centro-africano.

Dessa forma, constata-se que os conflitos existentes na República Democrática do Congo, Sudão do Sul e República Centro-Africana possuem todas as características inerentes às Novas Guerras. Nesse contexto, conforme descrito no referencial teórico desta tese, ao reinterpretar os elementos da Teoria de Guerra de Clausewitz para realidade do século XXI, a Teoria das Novas Guerras demanda o uso de tropas altamente qualificadas e comprometidas para o sucesso de uma operação de paz internacional.

Passando à análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a perspectiva da Teoria das Novas Guerras, ressalta-se que essa última pressupõe a utilização da força militar com foco na proteção de civis e no estabelecimento do ambiente seguro. Tal assertiva encontra amparo na Teoria de Operações Especiais da ONU, na qual verifica-se que as unidades de Operações Especiais surgem no contexto das operações de paz robustas das Nações Unidas e são vocacionadas a conduzir seis tarefas sensíveis voltadas para a proteção de civis. Para a execução de todas essas tarefas, pressupõe-se que as unidades de Operações Especiais possuam qualificação e comprometimento superior aos encontrados nas tropas convencionais das ONU.

Com relação à qualidade e ao comprometimento da tropa de Operações Especiais, é possível destacar os resultados efetivos contra o grupo M23 na RDC, o qual havia conquistado a cidade de Goma sem a reação dos 1.500 capacetes azuis convencionais presentes no local. Ademais, ressalta-se a efetividade das ações da FND contra os grupos ex-*Séléka* e Anti-*Balaka* na cidade de Bria, fazendo com que a MINUSCA tomasse a iniciativa das ações pela primeira vez nos confrontos contra os grupos rebeldes.

Em complemento, pode-se salientar a exposição ao risco por parte das três unidades de Operações Especiais examinadas, as quais não refutaram em cumprir missões em ambientes hostis para proteger civis em perigo. Um exemplo foi o atendimento ao chamado inopinado do bispo local em Alindao, na RCA. Na ocasião, a FND utilizou a força de forma robusta para impor um perímetro de segurança ao redor da catedral municipal, protegendo mais de 20.000 pessoas no local e resistindo por 5 dias aos ataques dos rebeldes.

Além da realização da POC por meio das tarefas desempenhadas pelas unidades de Operações Especiais, a Teoria de Operações Especiais da ONU também atende à Teoria das Novas Guerras no que se refere ao foco da força militar em estabelecer o ambiente seguro. Nesse aspecto, a Teoria de Operações Especiais da ONU afirma que o emprego das unidades de Operações Especiais propicia uma janela de oportunidade para que o ambiente seguro seja estabelecido.

Portanto, conclui-se que a Teoria de Operações Especiais da ONU alinha-se à Teoria das Novas Guerras. Como examinado neste tópico de discussão, as operações de paz robustas das Nações Unidas são desdobradas em conflitos com características típicas das Novas Guerras. Nessa conjuntura, as unidades de Operações Especiais surgem como as tropas altamente qualificadas e comprometidas, com seu emprego vocacionado para a proteção de civis e para o estabelecimento do ambiente seguro, contribuindo para que essas operações internacionais obtenham sucesso.

7.2.2 Análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a Perspectiva da Teoria da Dissuasão.

Este tópico discursivo destina-se a analisar a Teoria de Operações Especiais da ONU sob a perspectiva da Teoria da Dissuasão. Conforme o referencial teórico desta tese, a Teoria da Dissuasão alega que dissuadir significa prevenir um

comportamento particular de um ou mais atores ao convencê-los de que suas ações sofrerão consequências, as quais lhes trarão mais prejuízos do que benefícios. No ambiente operacional das Novas Guerras, no qual as operações de paz robustas estão desdobradas, as maiores ameaças à população civil são os diversos grupos armados reconhecidos e não-reconhecidos. A fim de obter um efeito dissuasório sobre esses grupos armados, o DPO associa a dissuasão à capacidade de projeção, no que se denomina de estratégia de *protection through projection and deterrence* (ONU, 2020).

De acordo com a Teoria de Operações Especiais da ONU, nas fases de preempção e resposta, o emprego das unidades de Operações Especiais cria um efeito dissuasório substancial sobre grupos armados hostis, reduzindo temporariamente a violência física contra civis. Por essa razão, as unidades de Operações Especiais constituem o principal elemento dentro da estratégia de *protection through projection and deterrence* do DPO para a proteção de civis.

É importante levar em conta que, além do impacto físico, o emprego de unidades de Operações Especiais gera um efeito psicológico sobre esses elementos hostis, que passam a se evadir de locais anteriormente sob seu controle para evitar o contato com as tropas de Comandos e/ou Forças Especiais. Assim, pelo fato de impor um efeito dissuasório significativo sobre os grupos armados, os quais passam a evitar o enfrentamento direto às unidades de Operações Especiais, é possível concluir que a Teoria de Operações Especiais da ONU encontra-se alinhada à Teoria da Dissuasão.

7.2.3 Análise da Teoria de Operações Especiais da ONU segundo a Perspectiva da Teoria da Complexidade

Segundo o referencial epistemológico desta tese, que se fundamenta na Teoria da Complexidade, os conflitos inerentes ao século XXI comportam-se como verdadeiros sistemas adaptativos complexos. Nesse sentido, além da conjuntura militar, as conjunturas política, econômica e social também contribuem para mudanças na dinâmica do conflito. Dessa forma, esses conflitos devem ser resolvidos por meio de uma abordagem compreensiva, a qual combina estratégias e ações integradas por parte de militares, policiais e civis.

Ao se analisar a Teoria de Operações Especiais da ONU, percebe-se um claro

sincronismo com esse argumento proveniente da Teoria da Complexidade. Nesse aspecto, a Teoria de Operações Especiais da ONU afirma que as unidades de Operações Especiais atuam como coadjuvantes no estabelecimento do ambiente seguro. Com esse mesmo objetivo de estabelecer o ambiente seguro, a teoria também argumenta que devem ser tomadas ações pelos atores responsáveis nos campos político, econômico e social, além do desenvolvimento da capacidade local do país anfitrião. Logo, verifica-se pelos trechos mencionados que a Teoria das Operações Especiais da ONU pressupõe um sincronismo de ações executadas por atores militares, policiais e civis, os quais devem atuar por meio de uma abordagem compreensiva nas conjunturas militar, política, econômica e social que impactam o conflito.

Corroborando as ideias anteriores, o referencial epistemológico desta tese também argumenta que a paz não pode ser conquistada por soldados no campo de batalha. Sobretudo, ela deve ser construída ao longo de um sólido processo político, social e econômico. Entretanto, o uso da força militar voltada para a proteção de civis e para o engajamento de grupos armados insurgentes é fundamental na criação das condições para que seja estabelecido o ambiente seguro.

A Teoria de Operações Especiais da ONU também se encontra alinhada com essa afirmação. Nesse contexto, durante as fases de preempção e resposta, por meio do uso da força, as unidades de Operações Especiais criam um efeito dissuasório substancial sobre grupos armados hostis, reduzindo temporariamente a violência física contra civis. Essa redução dos índices de violência propiciam uma janela de tempo para que os atores nos campos político, econômico e social implementem ações efetivas para a resolução do conflito no longo prazo.

Uma próxima ideia advinda da Teoria da Complexidade, que se encontra refletida na Teoria das Operações Especiais da ONU, é a necessidade de se utilizar tropas e soluções inovadoras, capazes de se adaptar continuamente às mudanças de cenário no âmbito de fenômeno complexo. Nesse caso, segundo a Teoria de Operações Especiais da ONU, as unidades de Operações Especiais demonstram a flexibilidade necessária para atuar em todas as fases do conflito, com ações buscando resultados no curto e no longo prazo. Ademais, essas unidades especializadas são capazes de atuar simultaneamente em duas camadas do Conceito Operacional de POC: violência física contra civis e estabelecimento do ambiente seguro.

Por fim, no que se refere à validação do conhecimento, a Teoria da

Complexidade estabelece que, uma vez que os conflitos armados estão em constante adaptação e evolução, os resultados obtidos não podem ser considerados perenes e absolutos. Essa verdade da Teoria da Complexidade encontra amparo na Teoria das Operações Especiais da ONU ao se estabelecer uma janela para a efetividade do efeito dissuasório sobre os grupos armados. Assim, não é possível simplesmente afirmar que o emprego das unidades de Operações Especiais reduz a violência física contra civis. Essa verdade só é válida durante uma janela de 2-3 anos. Após esse prazo, o conflito evolui e se adapta à unidade de Operações Especiais, diminuindo seu impacto ao longo do tempo.

7.2.4 Análise da Viabilidade do Emprego de Unidades de Operações Especiais em Missões de Paz Robustas da ONU

Inicialmente, cabe mencionar que o emprego de Operações Especiais encontra amparo na doutrina da ONU desde 2015, quando o DPO lançou o Manual de Forças Especiais das Nações Unidas (ONU, 2015a). Além de descrever as definições, possibilidades, capacidades e características das tropas de Operações Especiais da ONU, o manual estabelece as três missões principais a serem executadas por FOpEsp que norteiam este trabalho: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar.

Além de uma doutrina própria, esta pesquisa verificou a conjuntura que viabilizou o desdobramento de unidades de Operações Especiais no âmbito das missões de paz da ONU. Essa conjuntura contempla a existência de uma operação de paz robusta, mandato de proteção de civis, comoção da comunidade internacional, inércia e aversão ao risco por parte da tropa da ONU, e necessidade do uso efetivo da força. Em geral, esses fatores afloram de forma simultânea quando há uma crise mais severa ou intensificação brusca do conflito em locais onde já existe uma operação de paz robusta desdobrada.

Dando prosseguimento à esta análise, é importante considerar a estratégia em vigor do DPO para a proteção de civis: *protection through projection and deterrence*. Para obter a projeção, essa estratégia é dependente de uma tropa com alta mobilidade, capaz de infiltrar por meios aéreos, terrestres e aquáticos. Além dessa característica atinente às FOpEsp, o sucesso da estratégia do DPO depende de uma tropa altamente treinada, que não possua aversão ao risco e que seja apta a usar a

força efetivamente, causando efeito físico e psicológico sobre os grupos armados hostis. Novamente, as unidades de Operações Especiais têm causado esse efeito nas operações de paz robustas nas quais estão sendo empregada. Logo, essas unidades de Comandos e/ou Forças Especiais não somente se adequam à estratégia de *protection through projection and deterrence*, mas também constituem o principal elemento dessa estratégia.

Por fim, mesmo tendo seu emprego limitado pela conjuntura específica de cada operação de paz robusta nas quais se encontram desdobradas, principalmente no que se refere à atividade de Assistência Militar, o emprego de unidades de Operações Especiais tem obtido um resultado substancial na redução da violência física contra civis, ainda que de forma temporária. Essa redução dos índices de violência é de grande relevância para que atores nas áreas política, econômica e social possam construir a paz duradoura.

Dessa forma, o emprego de unidades de Operações Especiais é viável em virtude dos seguintes fatores: existência da doutrina de Operações Especiais da ONU, consolidada pelo Manual de Forças Especiais das Nações Unidas; junção de fatores, no espectro dos conflitos contemporâneos ou das Novas Guerras, que propiciam a conjuntura para o desdobramento de unidades de Operações Especiais; relevância das unidades de Operações Especiais como principal elemento da estratégia de *protection through projection and deterrence* do DPO; e resultado efetivo das unidades de Operações Especiais na redução dos índices de violência física contra civis.

CAPÍTULO 8 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

8.1 CONCLUSÕES

Após o término da Guerra Fria e, principalmente, a partir do início do século XXI, o caráter dos conflitos armados sofreu grandes mudanças. Nesse sentido, ao invés de conflitos interestatais entre exércitos regulares, as guerras civis com a participação de uma diversidade de atores estatais e não-estatais eclodiram ao redor do mundo, em especial nos países frágeis do continente africano. Com a intenção de obter sucesso na resolução destes conflitos contemporâneos, a Organização das Nações Unidas tornou suas operações de paz mais complexas e robustas, incorporando conceitos como a proteção de civis e a responsabilidade de proteger em seus mandatos.

Baseadas no capítulo VII da Carta das Nações Unidas, as operações de paz robustas pressupõem o uso da força para o cumprimento do mandato e para a proteção de civis. Enquadram-se nesse tipo de operação de paz a MONUSCO, a UNMISS e a MINUSCA. Após a constatação do fracasso por parte de capacetes azuis convencionais em usar a força para proteger civis, essas três missões foram contempladas com unidades de Operações Especiais em sua estrutura, de forma a assegurar o cumprimento desse que é o principal objetivo dessas operações.

Levando em consideração esse contexto, o problema de pesquisa elaborado para esta tese foi: **de que forma o emprego de unidades de Operações Especiais contribui para a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas?** A fim de responder a esse problema, esta pesquisa teve como objetivo geral **analisar a contribuição das unidades de Operações Especiais, particularmente no que se refere à proteção de civis, para as operações de paz robustas das Nações Unidas.**

Inicialmente, a Teoria da Complexidade foi selecionada como o referencial epistemológico desta tese. Após a argumentação sobre a viabilidade dessa teoria como epistemologia própria para as Ciências Militares, seja para a condução da guerra ou para a resolução de conflitos, foi verificado o impacto da Teoria da Complexidade na condução desta pesquisa. Assim, constatou-se que o referencial epistemológico selecionado impactou diretamente na estratégia metodológica selecionada (estudo de casos múltiplos), na condução da análise dos casos e na

validação dos resultados obtidos.

Com relação à metodologia empregada, tratou-se de uma pesquisa aplicada quanto à sua natureza, explicativa quanto aos seus fins e indutiva quanto ao seu raciocínio ou base lógica de investigação. Além disso, a abordagem metodológica empregada foi a mista, tendo como estratégia de pesquisa adotada o estudo de casos múltiplos.

Conforme descrito no referencial metodológico desta tese, o estudo de casos múltiplos destinou-se a aperfeiçoar, após a análise dos casos MONUSCO, UNMISS e MINUSCA, bem como sua comparação, a seguinte hipótese teórica ou proposição inicial desta pesquisa: **o emprego de unidades de Operações Especiais, por meio do uso direto da força, da obtenção de inteligência em ambientes sensíveis e/ou hostis, e da capacitação de forças locais e da tropa convencional da ONU, potencializa a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas.**

A fim de examinar o arcabouço teórico existente sobre o tema em questão, o referencial teórico desta tese foi composto por um quadro teórico, um quadro conceitual e um quadro doutrinário. O quadro teórico foi constituído pela Teoria das Novas Guerras e pela Teoria da Dissuasão. Por sua vez, os conceitos de proteção de civis, de responsabilidade de proteger e de operação de paz robusta compuseram o quadro conceitual do referencial teórico. Finalmente, a doutrina *Capstone*, a doutrina de Proteção de Civis nas Operações de Paz das Nações Unidas e a doutrina de Operações Especiais das Nações Unidas forneceram o quadro doutrinário deste trabalho.

Dentro do quadro teórico, a Teoria das Novas Guerras foi de grande importância para a compreensão do ambiente operacional existente na República Democrática do Congo, no Sudão do Sul e na República Centro-Africana. Além disso, no que tange à resolução de conflitos dessa natureza, reinterpretando elementos da Teoria da Guerra de Clausewitz, a Teoria das Novas Guerras apontou para a necessidade do uso de tropas altamente qualificadas para o sucesso dessas operações de paz. Em complemento, a Teoria da Dissuasão explicou o efeito dissuasório obtido através do uso potencial da força, o qual deve ser convincente o suficiente para eliminar a vontade de lutar da ameaça. Nesse sentido, ambas as teorias referendaram a estratégia do desdobramento de tropas de Operações Especiais em um contexto de resolução de conflitos contemporâneos.

No âmbito do quadro conceitual, os conceitos de proteção de civis e de responsabilidade de proteger ajudaram a compreender a base legal sobre a qual foi possível a criação da doutrina *Capstone*, que por sua vez criou o conceito de operação de paz robusta e reinterpretou o princípio do uso mínimo da força, o qual passou a ser aquele necessário para o cumprimento do mandato e para a proteção de civis. Além da doutrina *Capstone*, a doutrina de Proteção de Civis nas Operações de Paz das Nações Unidas, atualizada pelo *Handbook* de Proteção de Civis nas Operações de Paz das Nações Unidas, enfatizou o Conceito Operacional de proteção de civis das Nações Unidas com suas três camadas e descreveu as quatro fases de um mandato de proteção de civis, os níveis estratégico, operacional e tático desse tipo de mandato, bem como a condução da proteção de civis baseada na estratégia de *protection through projection and deterrence*. A doutrina de Proteção de Civis nas Operações de Paz das Nações Unidas levantou ainda a necessidade da utilização de tropas de Operações Especiais, descrevendo-as como ativos estratégicos capazes de usar a força em prol da proteção de civis.

Prosseguindo no quadro doutrinário deste estudo, a doutrina de Operações Especiais das Nações Unidas, materializada por meio do Manual de Forças Especiais das Nações Unidas, abordou as definições, possibilidades, capacidades, características e as missões principais a serem conduzidas por tropas de Operações Especiais: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. Em complemento ao manual, esta pesquisa verificou que as três missões principais de Operações Especiais estão associadas a seis tarefas de proteção de civis nas operações de paz robustas em curso no contexto da ONU: neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis; capturar armas e atores que constituam ameaças iminentes contra civis; responder a ameaças ou aos ataques contra civis; estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças; fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU; e fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais.

Após a conclusão dos referenciais epistemológico, metodológico e teórico, esta tese avançou para o estudo dos casos MONUSCO, UNMISS e MINUSCA. Em cada um desses casos, este trabalho examinou os mesmos fatores. Inicialmente, foram verificados os antecedentes que conduziram ao desdobramento de unidades de Operações Especiais em cada caso específico. Em seguida, analisou-se a variável independente desta pesquisa, que é o emprego das unidades de Operações Especiais

desdobradas nessas operações de paz robustas. Essa análise teve como objetivo verificar se essas unidades têm sido utilizadas conforme a doutrina preconizada pela ONU. Em prosseguimento, foi dada ênfase na variável dependente desta tese. Nesse sentido, foi examinado o impacto das unidades de Operações Especiais em duas dimensões da proteção de civis: violência física contra civis e estabelecimento do ambiente seguro.

Na sequência, os resultados provenientes dos três casos analisados foram comparados através da estratégia de adequação ao padrão. Logo, a coincidência de padrões e a repetição das tendências observadas em cada um dos casos embasaram as seguintes conclusões finais deste estudo:

a. A conjuntura para o desdobramento de unidades de Operações Especiais no contexto da ONU engloba os seguintes fatores: existência de uma operação de paz robusta; mandato de proteção de civis; comoção da comunidade internacional; inércia e aversão ao risco por parte da tropa da ONU; e necessidade do uso efetivo da força;

b. No âmbito das operações de paz robustas das Nações Unidas, as unidades de Operações Especiais possuem a capacidade de executar seis tarefas de proteção de civis associadas às missões de Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. São elas: neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis; capturar armas e atores que constituam ameaças iminentes contra civis; responder a ameaças ou aos ataques contra civis; estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças; fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU; e fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais;

c. As unidades de Operações Especiais atuam ao longo das quatro fases de um mandato de proteção de civis. Durante as fases de preempção e resposta, são realizadas tarefas visando resultados no curto prazo com impacto direto na redução da violência física contra civis. Nas fases de prevenção e consolidação, são conduzidas tarefas visando resultados de longo prazo com impacto no estabelecimento do ambiente seguro;

d. Dificilmente as capacidades presentes nas unidades de Operações Especiais são utilizadas em sua plenitude. Atualmente, a principal demanda das unidades de Operações Especiais por parte das operações de paz robustas da ONU envolve a resposta a ameaças ou ataques contra civis e o estabelecimento de vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças;

e. De uma forma geral, as unidades de Operações Especiais estão sendo subempregadas na condução de Assistência Militar, deixando de multiplicar o poder de combate das tropas da operação de paz e de contribuir com o processo de reforma do setor de segurança;

f. O emprego de unidades de Operações Especiais resulta em um efeito dissuasório efetivo contra grupos armados hostis;

g. As unidades de Operações Especiais são o principal elemento dentro da estratégia de *protection through projection and deterrence* do DPO para a proteção de civis;

h. O emprego de unidades de Operações Especiais causa uma redução substancial nos índices de violência física contra civis, limitada a um período de 2-3 anos. Após esse período, os índices de violência tendem a retornar ao patamar inicial.

i. O impacto do emprego de unidades de Operações Especiais no estabelecimento do ambiente seguro é limitado, pois se resume à capacitação de forças locais dentro do processo de reforma do setor de segurança.

j. O emprego das unidades de Operações Especiais propicia uma janela de redução dos índices de violência de 2-3 anos, na qual ações nos campos político, econômico, social e desenvolvimento da capacidade local devem ser implementadas.

Em conformidade com a estratégia metodológica selecionada para esta pesquisa, cujo objetivo é aperfeiçoar uma hipótese teórica ou proposição inicial, as conclusões finais de estudo fundamentaram a elaboração da teoria aperfeiçoada que se segue, denominada neste trabalho de Teoria de Operações Especiais da ONU:

No contexto das operações de paz robustas das Nações Unidas, as unidades de Operações Especiais podem ser empregadas na condução de seis tarefas de proteção de civis associadas às missões doutrinárias de Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. São elas: neutralizar atores que constituam ameaça iminente contra civis; capturar armas e atores que constituam ameaças iminentes contra civis; responder a ameaças ou aos ataques contra civis; estabelecer vigilância e monitoramento sobre possíveis ameaças; fornecer expertise, mentoria e treinamento às tropas da ONU; e fornecer expertise, mentoria e treinamento às forças locais. A execução dessas tarefas ocorre ao longo das quatro fases de um mandato de proteção de civis: prevenção, preempção (ou antecipação), resposta e consolidação. Nas fases de preempção e resposta, o emprego das unidades de Operações Especiais cria

um efeito dissuasório substancial sobre grupos armados hostis, reduzindo temporariamente a violência física contra civis. Nas fases de prevenção e consolidação, as unidades de Operações Especiais atuam como coadjuvantes no estabelecimento do ambiente seguro, contribuindo diretamente para a capacitação de forças locais no âmbito da reforma do setor de segurança. Portanto, o emprego de unidades de Operações Especiais propicia uma janela de oportunidade para que o ambiente seguro seja estabelecido. Contudo, caso o ambiente seguro não seja estabelecido dentro desse prazo (2-3 anos) pelos atores responsáveis, por meio de ações efetivas nos campos político, econômico, social e desenvolvimento de capacidade local do país anfitrião, a violência física contra civis tende a retornar ao patamar inicial.

Por fim, a Teoria de Operações Especiais da ONU foi analisada segundo as perspectivas das teorias das Novas Guerras, da Dissuasão e da Complexidade. Essas análises permitiram robustecer o argumento da Teoria de Operações Especiais da ONU, tornando-a mais convincente. Além disso, segundo os pressupostos da teoria, foi ratificado que o emprego de unidades de Operações Especiais em prol das missões de paz robustas das Nações Unidas é viável.

8.2 RECOMENDAÇÕES

Tendo concluído a presente pesquisa e fundamentando-se nos resultados obtidos, esta tese oferece algumas recomendações. Essas recomendações possuem o propósito de contribuir para o aperfeiçoamento do emprego das unidades de Operações Especiais das Nações Unidas e também da participação brasileira em operações de paz.

Inicialmente, é muito importante que não haja o subemprego das unidades de Operações Especiais desdobradas nas operações de paz robustas das Nações Unidas. Conforme examinado neste trabalho, embora estejam sendo empregadas ao menos parcialmente em conformidade com a doutrina de Operações Especiais da ONU, em todos os casos estudados, as unidades atualmente desdobradas deixam de cumprir tarefas de proteção de civis típicas de Operações Especiais. Nesse sentido, recomenda-se que os Estados-Maiores dessas operações de paz robustas busquem utilizar as unidades de Operações Especiais em sua plenitude, a fim de obter resultados ainda mais convincentes.

Nesse contexto, é imprescindível que as unidades de Operações Especiais tenham um maior engajamento na missão de Assistência Militar, fornecendo expertise, mentoria e treinamento tanto para a tropa convencional da ONU, como para forças locais. Como demonstrado nesta pesquisa, somente a *High Readiness Company* vem sendo utilizada na capacitação de capacetes azuis no âmbito da UNMISS. Por meio dessa tarefa, unidades de Operações Especiais são elementos multiplicadores do poder de combate, melhorando a performance de todo o contingente militar na missão e aumentando as chances de que um mandato robusto seja cumprido.

Ainda mais importante que a Assistência Militar voltada para os *peacekeepers*, é fundamental que as unidades de Operações Especiais sejam utilizadas na capacitação de forças locais. Pertencente ao processo de reforma do setor de segurança, essa é a principal contribuição direta do contingente militar de uma missão para o estabelecimento do ambiente seguro. Normalmente negligenciada por dificuldades conjunturais nos países anfitriões ou delegada a outros atores, a Assistência Militar voltada para forças locais é uma especialidade inerente às Forças de Operações Especiais. Portanto, durante a janela na qual os índices de violência são reduzidos por meio da dissuasão criada por essas tropas especializadas, o engajamento com forças locais deve ser intensificado ao extremo, de forma a modificar seu comportamento e aumentar seu nível de profissionalismo.

Por fim, esta tese não esgota os conhecimentos sobre o emprego de unidades de Operações Especiais no contexto das Nações Unidas. Nesse sentido, esta pesquisa aponta uma tendência, expressa pela Teoria de Operações Especiais da ONU, considerando a conjuntura encontrada nas operações de paz robustas das Nações Unidas durante a segunda década do século XXI. Portanto, novos estudos direcionados à evolução dessa conjuntura ao longo desta década podem vir a complementar este trabalho, bem como aprimorar a Teoria de Operações Especiais da ONU.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Central African Regional Response**. Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/situations/car>. Acesso em: 20 out. 2022.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Operações de Paz: novos mandatos e suas implicações para os países contribuintes com tropas. **História e Cultura**, v. 4, n. 1, p. 254-276, 2015. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1485>. Acesso em 10 abr. 2020.

AMADOR, Washington. Entrevista concedida por oficial de Estado-Maior da MONUSCO a Josias Silva. Rio de Janeiro, 28 nov. 2021.

ANI, Kelechi; OJAKOROTU, Victor. African Union and Conflict Management in Africa: An Analysis. **Journal of African Union Studies**, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2021. Disponível em: <https://journals.co.za/doi/abs/10.31920/2050-4306/2021/10n1a4>. Acesso em: 28 set. 2022.

ANTÓN, Jorge. Entrevista concedida por oficial de operações da Companhia de Forças Especiais da Guatemala a Josias Silva. Rio de Janeiro, 5 fev. 2022.

ARIEFF, Alexis. Crisis in the Central African Republic. **Current Politics and Economics of Africa**, v. 7, n. 1, p. 27-46, 2014. Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/20140514_R43377_fd63eb8feaac3e1e146401f7a2329aad333996d2.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

ARMY CONFLICT LOCATION AND EVENT DATA PROJECT (ACLED). **ACLED Dashboard**, 2022. Disponível em: <https://acleddata.com/dashboard/#/dashboard>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ARREDONDO, Ricardo. La Responsabilidad de Proteger: la perspectiva latinoamericana. **Araucaria**, v. 16, n. 32, p. 269-290, 2014. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/780>. Acesso em: 21 abr. 2015.

BACHMANN, J.; GELOT, L. Between Protection and Stabilization? Addressing the Tensions in Contemporary Western Interventions in Africa: an introduction. **African Security**, v. 5, n. 3/4, p. 129-141, 2012. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=669d37bc-610b-4750-83dc-b4ed97484a3c%40pdc-v-sessmgr04>. Acesso em: 5 set. 2019.

BELLAMY, Alex J. Respostas Internacionais às Crises de Proteção de Pessoas: a responsabilidade de proteger e o surgimento de um novo regime de proteção. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 104, p. 45-66, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5680> Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. Whither the Responsibility to Protect? Humanitarian intervention and the 2005 World Summit. **Ethics & International Affairs**, v. 20, n. 2, p. 143-169, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1747->

7093.2006.00012.x. Acesso em: 29 jun. 2020.

BELLAMY, Alex; HUNT, C. Using Force to Protect Civilians in UN Peacekeeping. *Survival*, v. 63, n. 3, p. 143-170, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338.2021.1930411>. Acesso em: 5 out. 2022.

BELLAMY, Alex J; WILLIAMS, Paul D.; GRIFFIN, Stuart. **Understanding Peacekeeping**. 2 ed. Cambridge: Polity Press, 2010.

BERDAL, Mats. The State of UN Peacekeeping: Lessons from Congo. **Journal of Strategic Studies**, v. 41, n. 5, p. 721-750, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01402390.2016.1215307>. Acesso em: 10 jun. 2022.

BERDAL, Mats. What are the Limits to the Use of Force in UN Peacekeeping? **Department of War Studies**. London: King's College London, 2019.

BEYERCHEN, Alan. Clausewitz and the Non-Linear Nature of Warfare: Systems of Organized Complexity. In: STRACHAN, Hew; HERBERG-ROTHE, Andreas. **Clausewitz in the Twenty-First Century**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BEYERCHEN, Alan. Clausewitz, Nonlinearity, and the Importance of Imagery. In: ALBERTS, David; CZERWINSKI, Thomas. **Complexity, Global Politics, and National Security**. Washington D.C.: National Defense University, 1997.

BODE, Ingvild; KARLSRUD, John. Implementation in Practice: the use of force to protect civilians in United Nations peacekeeping. **European Journal of International Relations**, v. 25, n. 2, p. 1-28, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F1354066118796540>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BOHLE, Franklin. **Army Special Forces: a good fit for peace operations**. Carlisle Barracks: US Army War College, 1997.

BOUSQUET, Antoine. Chaoplexic Warfare or the Future of Military Organization. **International Affairs**, v. 84, n. 5, p. 915-929, 2008. Disponível em: DOI: 10.1111/j.1468-2346.2008.00746.x. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. **EB10-P-01.007 Plano Estratégico do Exército 2020-2023**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019.

_____. **EB20-C-07.001 Catálogo de Capacidades do Exército 2015-2035**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2015.

_____. **EB70-MC-10.212 Operações Especiais**. Brasília: Comando de Operações Terrestres, 2017.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016a.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2016b.

BREAKEY, Hugh; FRANCIS, Angus; POPOVSKI, Vesselin; SAMPFORD, Charles; SMITH, Michael; THAKUR, Ramesh. **Enhancing Protection Capacity: Policy Guide to the Responsibility to Protect and the Protection of Civilians in Armed Conflicts**. Griffith: Griffith University, 2012.

BRODIE, Bernard. The Anatomy of Deterrence. **World Politics**, v. 11, n. 2, p. 173-191, 1959. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2009527>. Acesso em: 5 fev. 2017.

BUI, Yvonne. **How to Write a Master's Thesis**. 2 ed. Los Angeles: Sage Publications, 2014.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

CARAYANNIS, Tatiana; FOWLIS, Mignone. Lessons from African Union-United Nations Cooperation in Peace Operations in the Central African Republic. **African Security Review**, v. 26, n. 2, p. 220-236, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10246029.2017.1302707>. Acesso em: 5 out. 2022.

CARVING UP AFRICA...125 years of the Berlin Conference. (Cover story). **New African**, [s. l.], n. 492, p. 10–13, 2010. Disponível em: <http://search.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=aph&AN=48144795&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CENTER FOR CIVILIANS IN CONFLICT (CIVIC). **Under Fire: the July 2016 violence in Juba and UN Response**, 2016. Disponível em: <https://civiliansinconflict.org/publications/research/fire-july-2016-violence-juba-un-response/> Acesso em: 28 fev. 2022.

CERVI, Emerson. **Manual de Métodos Quantitativos para Iniciantes em Ciência Política**. Curitiba: UFPR, 2017.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Londres: Oxford University Press, 1984.

COUTURE, M. Complexity and Chaos – State-of-the-Art; Overview of theoretical concepts. **Defence R&D Canada**. Valcartier: DRDC Valcartier, 2007.

CRESWELL, John. **An Introduction to Mixed Methods Research**. Lincoln: University of Nebraska-Lincoln, 2007.

CRESWELL, John; PLANO CLARKE, Vicki. **Designing and Conducting Mixed Methods Research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007.

CRUZ, Santos; PHILLIPS, Williams; CUSIMANO, Salvator. **Improving Security of United Nations Peacekeeping: we need to change the way we are doing business**. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/improving-security-united-nations-peacekeepers-we-need-change-way-we-are-doing-business>. Acesso em: 5 ago. 2021.

DACIN, Octavian. Special Operations Forces in United Nations Peacekeeping Operations. **Strategies XXI: the Complex and Dynamic Nature of the Security Environment**. DOI: 10.53477/2668-6511-22-27. Acesso em: 15 jun. 2022.

DAY, Adam; HUNT, Charles; YIN, He; KUMALO, Liezelle. **Assessing the Effectiveness of the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS)**. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2019.

DAY, Adam; TCHIE, Andrew; KUMALO, Liezelle. **UNMISS 2022 Mandate Renewal: risks and opportunities in an uncertain peace process**. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2022.

DE ÁVILA, Joel. Entrevista concedida por oficial da Equipe Móvel de Treinamento de Guerra na Selva a Josias Silva. Beni (RDC), 25 ago. 2022.

DE CONING, Cedric. **A critical year ahead for the UN Mission in South Sudan, 2021**. Disponível em: <https://www.accord.org.za/analysis/a-critical-year-ahead-for-the-un-mission-in-south-sudan>. Acesso em: 24 abr. 2022.

_____. Peace Enforcement in Africa: doctrinal distinctions between the African Union and the United Nations. **Contemporary Security Policy**, v. 38, n. 1, p. 145-160, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13523260.2017.1283108> Acesso em: 12 ago. 2019.

_____. The United Nations and the Comprehensive Approach. **Danish Institute for International Studies**, 2008. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/94608/2008-14.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

DIEHL, Paul F. **International Peacekeeping**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1994.

DOSS, Alan. In the Footsteps of Dr Bunche: the Congo, UN peacekeeping, and the use of force. **Journal of Strategic Studies**, v. 37, n. 5, 2014. Disponível em: <http://www.tandfonline.com.ezproxy1.apus.edu/doi/abs/10.1080/01402390.2014.908284#.VTbTtebF-So>. Acesso em: 21 abr. 2020.

DURAN, Débora. Pesquisa na Educação Superior Militar: uma perspectiva pedagógica. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 3, n. 2, 2016, p. 73-90. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/73138>. Acesso em: 16 nov. 2020.

EFFECTIVENESS OF PEACE OPERATIONS NETWORK (EPON). **Assessing the Effectiveness of the United Nations Mission in the DRC**. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2019a.

_____. **Assessing the Effectiveness of the United Nations Mission in South Sudan**. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2019b.

_____. **Assessing the Effectiveness of the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic**. Oslo: Norwegian

Institute of International Affairs, 2020.

EXÉRCITO PORTUGUÊS. Comandos Preparam-se para Nova Missão. **Revista de Imprensa**. Lisboa: Exército Português, 2019.

FABRICIUS, Peter. Asking the right questions about the Force Intervention Brigade. **Institute for Security Studies**, 2020. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/asking-the-right-questions-about-the-force-intervention-brigade>. Acesso em: 4 mar. 2020.

FISCHER, Hilke. 130 years ago: carving up Africa in Berlin. **Deutsche Welle**, 25 fev. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/en/130-years-ago-carving-up-africa-in-berlin/a-18278894>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FREEDMAN, Lawrence. **Strategy a History**. London: Oxford University Press, 2013.

GARRIDO, Willen. **O Papel dos Operadores de Forças Especiais como Assessores na Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo**. Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2020.

GARRIDO, Willen. Entrevista concedida por oficial da Equipe Móvel de Treinamento de Guerra na Selva a Josias Silva. Rio de Janeiro, 30 ago. 2022.

GELL-MANN, Murray. What is Complexity? **Complexity**, v. 1, n. 1, 1995. Disponível em: <http://www.complexity.martinsewell.com/Gell95.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILDER, Alexander. Human Security and the Stabilization Mandate of MINUSCA. **International Peacekeeping**, v. 28, n. 2, p. 200-231, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13533312.2020.1733423>. Acesso em: 5 out 2022.

GOULART, Fernando. Blue Helmets, Armed Groups, and Peace at Stake: Does Combat Motivation Matter for Robust Peacekeeping to Succeed? **International Peacekeeping**, v. 28, n. 1, p. 30-51, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13533312.2020.1827950>. Acesso em: 1 set. 2022.

GRAY, Colin. **Strategy and History: essays on theory and practice**. London: Routledge, 2006.

HARNED, Glenn. **The Complexity of War: The Application of Nonlinear Science to Military Science**. Quantico: Marine Corps War College, 1995.

HEGRE, Havard; HULTMAN, Lisa; NYGARD, Havard. Evaluating the Conflict-Reducing Effect of UN Peacekeeping Operations. **The Journal of Politics**, v. 81, n. 1, p. 215-232, 2018. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/t-and-c>. Acesso em: 25 jul. 2019.

HÉMEZ, Rémy. Operation Sangaris: a case study in limited military intervention. **Military Review**, v. 96, n. 6, p. 72-80, 2016. <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/documents/Military-Review-20161231-art014.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.

HENDRICK, Diane. Complexity Theory and Conflict Transformation: an exploration of potential and implications. **Working Paper 17**. Bradford: University of Bradford, 2009.

HOWARD, Lise; VLAVONOU, Gino; STEINITZ, Nina; LLUNGA, Yvan. **Assessing the Effectiveness of United Nations Integrated Multidimensional Stabilization Mission in the Central African Republic**. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, 2020.

HOWARD, Lise. **Power in Peacekeeping**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

HUGHES, Roger. Entrevista concedida por integrante do *Joint Operations Center* (JOC) a Josias Silva. Londres, 23 nov. 2021.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). Réduire les Tensions Électorales en République Centrafricaine. **Rapport Afrique**, n. 296, 2020. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/fr/africa/central-africa/central-african-republic/296-reduire-les-tensions-electorales-en-republique-centrafricaine>. Acesso em: 3 out. 2022.

INTERNATIONAL PEACE GROUP (IPG). **Children of a Lesser God**: report of the investigation into the power politics behind the removal of the Kenyan Force Commander of the UN Mission in South Sudan (UNMISS). Nairobi: International Peace Group, 2016.

INTERNATIONAL PEACE INSTITUTE (IPI). **Prioritization and Sequencing of Security Council Mandates**: the case of UNMISS, 2019. Disponível em: <https://www.ipinst.org/2019/02/prioritizing-and-sequencing-peacekeeping-mandates-the-case-of-unmiss>. Acesso em: 11 fev. 2022.

INTERNATIONAL PEACE INSTITUTE (IPI). **Prioritization and Sequencing of Security Council Mandates**: the case of UNMISS. 2021. Disponível em: https://www.stimson.org/wp-content/uploads/2021/03/The-Case-of-UNMISS_2021.pdf. Acesso em: 11 fev. 2022.

ISAACS-MARTIN, Wendy. Political and Ethnic Identity in Violent Conflict: the case of Central African Republic. *International Journal of Conflict and Violence*, v. 10, n. 1, p. 25-29, 2016. Disponível em: Acesso em: 6 out. 2022.

JERVIS, Robert. Complex Systems: The Role of Interactions. In: ALBERTS, David; CZERWINSKI, Thomas. **Complexity, Global Politics, and National Security**. Washington D.C.: National Defense University, 1997.

KALDOR, Mary. Human Security in Complex Operations. **PRISM**, v. 2, n. 2, p. 3-15, 2012a. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/49494/>. Acesso em: 29 jun. 2020.

_____. Inconclusive Wars: is Clausewitz still relevant in these global wars?" **Global Policy**, v. 1, n. 3, p: 271-281, 2010. Disponível em: https://www.Researchgate.net/publication/48910080_Inconclusive_Wars_Is_Clausewitz_Still_Relevant_in_The_se_Global_Times. Acesso em: 08 mar. 2020.

_____. **New and Old Wars: organized violence in a global era**. Cambridge: Polity Press, 1999.

_____. **New and Old Wars**. 3 ed. Stanford: Stanford University Press, 2012b.

KARLSRUD, John. UN at War: examining the consequences of peace-enforcement mandates for the UN peacekeeping operations in the CAR, the DRC and Mali. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 1, p. 40-54, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01436597.2015.976016?needAccess=true>. Acesso em: 9 set. 2019.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

KISSINGER, Henry. The Unsolved Problems of European Defense. **Foreign Affairs**, v. 40, n. 4, p. 515-541, 1962. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/1962-07-01/unsolved-problemseuropean-defense>. Acesso em: 5 fev. 2017.

KABATANYA, Maria. Portuguese Blue Helmets Awarded UN Medals for Impactful Peacekeeping. **United Nations Peacekeeping**, 27 fev. 2020. <https://peacekeeping.un.org/en/portuguese-blue-helmets-awarded-un-medals-impactful-peacekeeping>

KENKEL, Kai. Five Generations of Peace Operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 56, n. 1, p. 122-143, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mTGnK7hRXJBmJvMqmdQCZrh/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

KOCHANI, Lawin. **Does Higher Quality Peacekeepers Equal Better Civilian Protection? A qualitative Research Study on UN-Peacekeeping Effectiveness in Mali and the DRC**. Uppsala: Uppsala University, 2020.

LATIFI, V. The preventive diplomacy and the process of the peace-building since the end of the Cold War. **AARMS: Academic & Applied Research in Military Science**, v. 10, n. 2, p. 223–235, 2011. Disponível em: <http://search.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=tsh&AN=66623726&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 10 abr. 2020.

LIMA, Albemar. Entrevista concedida por mentor da EUTM a Josias Silva. Bangui, 10 jan. 2022.

LUPOVICI, Amir. The Emerging Fourth Wave of Deterrence Theory – Toward a New Research Agenda. **International Studies Quarterly**, v. 54, n. 3, p. 705-732, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40931133>. Acesso em 20 jan. 2017.

LYONS, Scott W. New Robust Peacekeeping. **The American Society of International Law**, v. 112, p. 109-111, 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/proceedings-of-the-asil-annual-meeting/article/new-robust-peacekeeping/DA7A508D30EFEE6129E9297C929D0018>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MACHADO, Marco. Entrevista concedida pelo Chefe do Estado-Maior da Força da UNMISS a Josias Silva. Juba, 20 jul. 2022.

MARCONDES, Ubiratã. Entrevista concedida por mentor da EUTM a Josias Silva. Bangui, 7 nov. 2022.

MENDES, Frederico. Entrevista concedida por oficial do JOC da MINUSCA a Josias Silva. Bangui, 15 nov. 2022.

MCRAVEN, William. **The Theory of Special Operations**. Monterrey: Naval Postgraduate School, 1993.

MERALI, Yasmin; ALLEN, Peter. Complexity and Systems Thinking. **Foundations**, 2010. Disponível em: DOI: 10.4135/9781446201084.n1. Acesso: 23 nov. 2020.

MIGON; Eduardo. Planeando a Defesa: algumas reflexões. **Revista de Ciências Militares**, v. 2, n. 1, p. 41-63, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/26732957/Planeando_a_Defesa_algumas_reflexões. Acesso em: 16 nov. 2020.

MITCHELL, Melanie. **Complexity a Guided Tour**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MORRISON, Scott. Redefining the Indirect Approach, Defining Special Operations Forces (SOF) Power, and the Global Networking of SOF. **Journal of Strategic Security**, v. 7, n. 2, p. 46-54, 2014. Disponível em: <https://scholarcommons.usf.edu/jss/vol7/iss2/7/> Acesso em: 12 abr. 2020.

MÜLLER, Lars. The Force Intervention Brigade: the United Nations forces beyond the fine line between peacekeeping and peace enforcement." **Journal of Conflict and Security Law**, v. 20, n. 3, p. 359-380, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280665794_The_Force_Intervention_Brigade--United_Nations_Forces_beyond_the_Fine_Line_Between_Peacekeeping_and_Peace_Enforcement. Acesso em: 17 jun. 2018.

NAMANGALE, Clement. Dynamics of Conflict Management in the Democratic Republic of the Congo. **PRISM Security Studies Journal**, v. 5, n. 2, p. 73-83, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26470399>. Acesso em: 20 ago. 2020.

NDUWIMANA, Donatien. Impact of the UN Force Intervention Brigade Operations on the Eastern DRC. **International Peace Support Training Center**, 2014. Disponível em: http://www.ipstc.org/media/documents/IPSTC_OPNo2.pdf. Acesso em: 5 abr. 2020.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo Último Estágio do Imperialismo**. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 1ª Força Nacional Destacada. **Newsletter República Centro-Africana**. Bangui: MINUSCA, 2017c.

_____. Adopting Resolution 2304 (2016), Security Council Extends Mission in South Sudan, Authorizes Expanded Peacekeeping Force to Bolster Civilian Protection Efforts. **Meetings Coverage and Press Releases**, 2016a. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2016/sc12475.doc.htm>. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. Adopting Resolution 2327 (2016), Security Council Grants Mandate Extension of United Nations Mission in South Sudan, Considers Possible Sanctions. **Meetings Coverage and Press Releases**, 2016b. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2016/sc12634.doc.htm>. Acesso em: 14 ago. 2019.

_____. De la Contribution du Portugal à la MINUSCA et à l'EUTM. **Mission Multimensionnelle Intégrée des Nations Unies pour la Stabilisation en République Centrafricaine**, 12 set, 2021c. Disponível em: <https://minusca.unmissions.org/de-la-contribution-du-portugal-à-la-minusca-et-à-l'eutm>. Acesso em: 6 Out 2022.

_____. Deployment Map June 2018. **United Nations Mission in South Sudan**, 2018a. Disponível em: <https://geoportal.dfs.un.org/arcgis/home/item.html?id=040e7564708e4b0c9c336e924e7141dd>. Acesso em: 16 dez. 2020.

_____. Deployment Map June 2019. **United Nations Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo**, 2019b. Disponível em: <https://reliefweb.int/map/democratic-republic-congo/monusco-deployment-map-june-2019>. Acesso em: 16 dez. 2020.

_____. **Human Development Report**. New York: Oxford University Press, 1994.

_____. **Letter Dated 1 November 2016 from the Secretary-General Addressed to the President of the Security Council (Cammaert Report)**, 2016c. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/847567>. Acesso em 11 fev. 2022.

_____. **Letter of Commendation**. Bangui: MINUSCA Force Headquarters, 2017b.

_____. Nepal High Readiness Company. **Regional Protection Force Standard Operating Procedures**. Juba: UNMISS Headquarters, 2017a.

_____. New UN Peacekeeping Base Offers Yei Community Path to Peace and Prosperity. **United Nations Mission in South Sudan**, 2018c. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/en/new-un-peacekeeping-base-offers-yei-community-path-to-peace-and-prosperity>. Acesso em: 10 abr. 2022.

_____. **Protection of Civilians**. Williamsburg: Peace Operations Training Institute, 2012.

_____. **Resolution 1.279 (1999)**. United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York: United Nations Security Council, 1999.

_____. **Resolution 1.291 (2000)**. United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York: United Nations Security Council, 2000.

_____. **Resolution 2.502 (2019)**. United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo. New York: United Nations Security Council, 2019a.

_____. **Resolution 2.567 (2021)**. United Nations Mission in South Sudan. New York: United Nations Security Council, 2021b.

_____. Special Forces Task Force Cell. **Standard Operational Procedures**. Goma: MONUSCO Force Headquarters, 2015b.

_____. **Statement of Unit Requirement for the Quick Reaction Force Company**. New York: Department of Peace Operations, 2016d.

_____. **The Protection of Civilians in United Nations Peacekeeping**. New York: Department of Peace Operations, 2020.

_____. **United Nations Mission in South Sudan**, 2018b. Disponível em <https://unmiss.unmissions.org/search/node/poc%20update%202018>. Acesso em: 10 abr. 2022.

_____. **United Nations Mission in South Sudan**, 2021a. Disponível em: <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/UNMISS>. Acesso em: 9 fev. 2021.

_____. **United Nations Peacekeeping Missions Military Special Forces Manual**. New York: Department of Peace Operations, 2015a.

_____. **United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines**. New York: Department of Peace Operations, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **2018-19 Migration Crisis Operational Framework**. Juba: Organização Internacional para as Migrações, 2019.

PAULINO, Musa. Missão na República Centro-Africana: 1ª força nacional destacada. **Revista Mama Sume**. Carregueira: Regimento de Comandos, 2017.

PAULINO, Musa. Missão na República Centro-Africana: 1ª força nacional destacada – testemunho de comando. **Revista Infancia**. Maia: Sersilito, 2018.

PEREIRA, Jorge. Entrevista concedida por comandante da Força Nacional Destacada a Josias Silva. Bangui, 28 fev. 2022.

PHAM, Phuong; BALTHAZARD, Mychelle; VINCK, Patrick. Assessment of Efforts to Hold Perpetrators of Conflict-Related Sexual Violence Accountable in Central African Republic. **Journal of International Criminal Justice**, n. 18, p. 373-396, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jicj/mqaa009>. Acesso em: 5 out. 2022.

PELLIGRINI, Robert. **The Links between Science, Philosophy, and Military Theory**: understanding the past, implications for the future. Maxwell AFB, Alabama: Air University Press, 1997. Disponível em: https://media.defense.gov/2017/Dec/29/2001862104/-1/1/0/T_PELLIGRINI_SCIENCE_PHILOSOPHY_MILITARY_THEORY.PDF. Acesso em: 16 nov. 2020.

PHELAN, P. Fourth Generation Warfare and its Challenges for the Military and Society. **Defence Studies**, v. 11, n. 1, p. 96–119, 2011. DOI: 10.1080/14702436.2011.553105. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy2.apus.edu/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=0&sid=63b7b23f-4ebb-42f3-9fa3-fe75f19b37f7%40sessionmgr101>. Acesso em: 11 mar. 2020.

PORTUGAL. Comandos Preparam-se para Nova Missão. **Revista de Imprensa**. Lisboa: Exército Português, 2019.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Hernani. **Metodologia do Trabalho Acadêmico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RADON, Jenik; LOGAN, Sarah. South Sudan: governance arrangements, war, and peace. **Journal of International Affairs**, v. 68, n. 1, p. 149-167, 2014. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com.ezproxy1.apus.edu/ehost/detail/detail?vid=0&sid=1f87b5bb-895b-4d8a-9259-fc5da0a06da3%40sessionmgr102&bdata=JkF1dGhUeXBIPWlwJnNpdGU9ZWhvc3QtbGl2ZSZZy29wZT1zaXRi#AN=100052751&db=aph>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RAZA, Salvador. **A Questão da Cientificidade nos Estudos de Defesa**. Washington DC: National Defense University, 2003.

RICHARDSON, Kurt; CILLIERS, Paul. What is Complexity Science? A View from Different Directions. **Emergence**, v. 3, n. 1, p. 5-23, 2001. Disponível em: DOI: 10.1207/S15327000EM0301_02. Acesso em: 23 nov. 2020.

RICHARDSON, Kurt; MATHIESON, Graham; CILLIERS, Paul. **The Theory and Practice of Complexity Science**: Epistemological Considerations for Military Operations Analysis, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/2457321_The_Theory_and_Practice_of_Complexity_Science_Epistemological_Considerations_for_Military_Operational_Analysis. Acesso em: 23 nov. 2020.

ROQUE, Ronaldo. Entrevista concedida por oficial de Estado-Maior da MONUSCO a Josias Silva. Goma (RDC), 15 fev. 2022.

ROSENAU, James. Many Damn Things Simultaneously: Complexity Theory and World Affairs. In: ALBERTS, David; CZERWINSKI, Thomas. **Complexity, Global**

Politics, and National Security. Washington D.C.: National Defense University, 1997.

SCHMITT, John. Command and (out of) Control: the military implications of Complexity Theory. In: ALBERTS, David; CZERWINSKI, Thomas. **Complexity, Global Politics, and National Security.** Washington D.C.: National Defense University, 1997.

SEDRA, Mark. **Security Sector Reform in Conflict-Affected Countries:** the evolution of a model. New York: Routledge, 2016.

SHEEHAN, Michael. The Changing Character of War. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The Globalization of World Politics. An Introduction to International Relations.** 6 ed. p. 215-228. Oxford: Oxford University Press, 2014.

SILVA, Igor. Entrevista concedida por oficial de Estado-Maior da UNMISS a Josias Silva. Juba, 11 nov. 2021.

SILVA, Josias. Alternative Strategy to the Crisis in the Central African Republic: the establishment of a permanent African peacekeeping force. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 3, n. 6, 2018, p. 9-22. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/86789/52362>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, Josias. MINUSTAH: a aplicação do smart power brasileiro nas operações de paz das Nações Unidas. **Conjuntura Austral**, v. 12, n. 57, 2021a, p. 38-50. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/105925/60588>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA, Josias. Protection of Civilians in Robust Peacekeeping Operations: the role of United Nations Special Operations units. **Military Review**, v. 102, n. 3, 2022, p. 47-57. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/English-Edition-Archives/May-June-2022/Josias/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SILVA, Josias. The Contribution of the United Nations Police to the United Nations Mission in South Sudan. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 50, 2019, p. 84-67. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/93332/53334>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SILVA NÉTO, João. Entrevista concedida por oficial de Estado-Maior do Setor Juba (RPF) a Josias Silva. Juba, 26 nov. 2021.

SIMONS, G. Fourth Generation Warfare and The Clash of Civilizations. **Journal of Islamic Studies**, v. 21, n. 3, p. 391–412, 2010. DOI 10.1093/jis/etq042. Disponível em: <http://search.ebscohost.com.ezproxy2.apus.edu/login.aspx?direct=true&AuthType=ip&db=aph&AN=54294488&site=ehost-live&scope=site>. Acesso em: 11 mar. 2020.

SPINK, Lauren. Challenges and Conditions for Deploying an Effective Regional Protection Force to South Sudan. **Center for Civilians in Conflict**, 2016. Disponível em: <https://civiliansinconflict.org/publications/research/challenges-conditions-for-deploying-effective-regional-protection-force-south-sudan/> Acesso em: 1 mar. 2022.

SPULAK Jr., Robert. A Theory of Special Operations. **Military Technology**, n. 33, p. 23-28, 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a861/ad43ed88acd0cd65046dd43dd6ca4f0ee823.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

STORKMANN, K. Fighting the Cold War in southern Africa? East German military support to FRELIMO. **Portuguese Journal of Social Science**, v. 9, n. 2, p. 151–164, 2010. DOI 10.1386/pjss.9.2.151_1. Acesso em: 10 abr. 2020.

STRACHAN, Hew; HERBERG-ROTHER, Andreas. **Clausewitz in the Twenty-First Century**. London: Oxford University Press, 2007.

SUN TZU. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Madras, 2005.

TUCÍDIDES. **A História da Guerra do Peloponeso**. Trad. Mário Kury. 4 ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

TULL, Dennis. The Limits and Unintended Consequences of UN Peace Enforcement: The Force Intervention Brigade in the DR Congo. **International Peacekeeping**, v. 25, n. 2, 2018, p. 167-190. Disponível em: DOI: 10.1080/13533312.2017.1360139. Acesso em: 4 mar. 2021.

UCHÔA, Pedro. Entrevista concedida por mentor da EUTM a Josias Silva. Bangui, 3 dez. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE FOR THE COORDINATION OF HUMANITARIAN AFFAIRS (OCHA). **Humanitarian Reports**, 2022. Disponível em: <https://www.unocha.org/media-centre/humanitarian-reports>. Acesso em: 10 mar. 2022.

UPPSALA CONFLICT DATA PROGRAM (UCDP). Department of Peace and Conflict Research. **Uppsala University**, 2022. Disponível em: <https://ucdp.uu.se>. Acesso em: 10 mar. 2022.

UCKO, David; BERDAL, Mats. The Use of Force in Peacekeeping Operations. **The Rusi Journal**, v. 160, n. 1, 2015. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/ezproxy2.apus.edu/doi/abs/10.1080/03071847.2015.1016718#.VTbJU-bF-So>. Acesso em: 8 abr. 2020.

VISACRO, Alessandro. **A Guerra na Era da Informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

WAUGH, Louisa. Now that the President's Gone, will the Killing Stop? **New Statement**, p. 17-23, 2014. Disponível em: <https://usic.tas.edu.tw/eds/detail?db=a9h&an=93680027>. Acesso em: 6 Out 2022.

WHEELER, Nicholas; BELLAMY, Alex J. Humanitarian Intervention in World Politics. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia. **The Globalization of World Politics. An Introduction to International Relations**. 6 ed. p. 479-496. Oxford: Oxford University Press, 2014.

WILLIAMS, Paul. **The History of United Nations Peacekeeping Operations from**

2000-2020. Williamsburg: Peace Operations Training Institute, 2020.

WONDEMAGEGNEHU, Dawit. **Peacekeeping in a Difficult Neighbourhood:** the case of South Sudan. Conflict Research Programme. 2018. Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/103774/1/Wondemagegnehu_peacekeeping_difficult_neighbourhood_published.pdf Acesso em: 1 mar. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMBAKARI, Christopher. South Sudan: institutional legacy of colonialism and the making of a new state. **Journal of North African Studies**, v. 17, n. 3, p. 515-532, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254253153_South_Sudan_Institutional_legacy_of_colonialism_and_the_making_of_a_new_state . Acesso em: 10 abr. 2020.

ZIMMERMAN, Shannon. Defining State Authority: UN Peace Operations Efforts to Extend State Authority in Mali and the Central African Republic. **Stability: International Journal of Security & Development**, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5334/sta.762>. Acesso em 30 set. 2022.

ANEXO A – INTRODUÇÃO À ENTREVISTA

De acordo com a doutrina *Capstone* da Organização das Nações Unidas (ONU), lançada no ano de 2008, as operações de paz robustas são baseadas no capítulo VII da Carta das Nações Unidas e pressupõem o uso da força para a proteção de civis e para o cumprimento do mandato da missão. Contudo, capacetes azuis convencionais desdobrados em regiões hostis falharam, por diversas ocasiões, em usar a força de forma efetiva para proteger os civis das ameaças existentes. Por essa razão, desde a última década, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) vem desdobrando unidades de Operações Especiais dentro da estrutura de suas operações de paz mais hostis. Na República Democrática do Congo, a Força-Tarefa de Forças Especiais (SFTF), composta por uma Companhia de Forças Especiais da Tanzânia, uma Companhia de Forças Especiais da Guatemala (Kaibiles) e uma Célula de Planejamento de Forças Especiais, foi formalmente implementada em 2015 como parte da Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO). No Sudão do Sul, desde o ano de 2017, a Companhia de Forças Especiais do Nepal (*High Readiness Company*) tem sido desdobrada no âmbito da Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS). Finalmente, também no ano de 2017, a Companhia de Comandos de Portugal (Força Nacional Destacada) tornou-se parte da Missão Multidimensional Integrada para a Estabilização na República Centro-Africana (MINUSCA). Nesse contexto, de que forma o emprego de unidades de Operações Especiais contribui para a proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas? Dessa forma, o objetivo desta entrevista é compreender as missões, possibilidades e limitações das unidades de Operações Especiais desdobradas nas operações de paz robustas das Nações Unidas, bem como seu real impacto no que se refere à proteção de civis.

In accordance with the United Nations (UN) capstone doctrine from 2008, robust peacekeeping operations are based on Chapter VII of the UN Charter and allow the use of all necessary force to protect civilians and fulfill their mandates. However, conventional blue helmets deployed in hostile regions failed for several times to use effective force to protect civilians from existing threats. Therefore, since the last decade, the United Nations Security Council (UNSC) has been deploying Special Operations units within the structure of its most hostile peace operations. In the Democratic Republic of the Congo, the Special Forces Task Force (SFTF) composed of a Tanzanian Special Forces Company, a Guatemalan Special Forces Company (Kaibiles), and a Special Forces Planning Cell has been formally implemented since 2015 as part of the United Nations Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo (MONUSCO). In South Sudan, since 2017, a Nepalese Special Forces Company (High Readiness Company) has been deployed within the structure of the United Nations Mission in South Sudan (UNMISS). Finally, also in 2017, a Portuguese Commando Company (National Detached Force) has become part of the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA). In this context, how the use of Special Operations units contributes to the protection of civilians in robust peacekeeping operations? Thus, the purpose of this interview is to understand the missions, possibilities, and limitations of the Special Operations units deployed in robust peacekeeping operations, as well as their actual impact on the protection of civilians.

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O CASO MONUSCO

Questões gerais

1. O(a) senhor(a) poderia descrever brevemente sua experiência profissional na MONUSCO?

2. Durante seu período desdobrado na MONUSCO, o(a) senhor(a) estabeleceu contato com a Força-Tarefa de Forças Especiais (incluindo a Companhia de Forças Especiais da Tanzânia, a Companhia de Forças Especiais da Guatemala e a Célula de Planejamento de Forças Especiais do Quartel-General da Força)?

Questões relativas à variável independente: “O emprego de unidades de Operações Especiais”

De acordo com a doutrina das Nações Unidas, Forças de Operações Especiais das Nações Unidas realizam três missões principais: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. De uma forma bastante concisa, **Tarefas Especiais** são operações ofensivas precisas, conduzidas com o mínimo de danos colaterais, limitadas em sua amplitude e tempo de forma a adquirir, destruir, recuperar, neutralizar ou desabilitar alvos designados de alto valor e objetivos altamente rentáveis. **Reconhecimento Especial** consiste de reconhecimento de longo alcance e técnicas de vigilância de alvos localizados em territórios hostis, negados ou sensíveis. Finalmente, **Assistência Militar** inclui o engajamento com lideranças ou organizações locais, regionais e nacionais, assim como o desenvolvimento de capacidades de forças de segurança amigas.

3. No contexto das operações de paz robustas das Nações Unidas, as Tarefas Especiais normalmente englobam, com ou sem o apoio de forças convencionais, as seguintes atividades: neutralização de atores que representam uma ameaça iminente aos civis; captura de armas e membros de grupos armados que representam uma ameaça iminente aos civis; e resposta a ameaças ou ataques contra civis, incluindo pessoal da ONU e de atores internacionais, associados da ONU e humanitários.

3. a. De acordo com a experiência do(a) senhor(a), a Força-Tarefa de Forças Especiais (SFTF) tem sido empregada na neutralização de atores que representam ameaça iminente aos civis? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

3. b. A Força-Tarefa de Forças Especiais tem sido empregada na captura de armas e membros de grupos armados que representam ameaça iminente aos civis? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

3. c. A Força-Tarefa de Forças Especiais tem sido empregada na resposta a ameaças ou ataques contra civis, incluindo pessoal da ONU e de atores internacionais, associados da ONU e humanitários? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

4. Nas operações de paz robustas das Nações Unidas, as unidades de Operações Especiais produzem inteligência em apoio ao mais alto nível da Força, acessando áreas sensíveis e/ou hostis não recomendadas para tropas convencionais. De acordo com a experiência do(a) senhor(a), a Força-Tarefa de Forças Especiais tem sido empregada para acessar áreas sensíveis e/ou hostis não recomendadas para tropas convencionais de forma a produzir inteligência em apoio ao mais alto nível da Força? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

5. Nas operações de paz robustas das Nações Unidas, Assistência Militar inclui a provisão de expertise, mentoria e treinamento de forças locais de defesa/segurança, bem como a provisão de expertise, mentoria e treinamento às tropas convencionais das ONU.

5. a. De acordo com a experiência do(a) senhor(a), a Força-Tarefa de Forças Especiais tem sido empregada para prover expertise, mentoria e treinamento de forças locais de defesa/segurança da República Democrática do Congo? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

5. b. A Força-Tarefa de Forças Especiais tem sido empregada para prover expertise, mentoria e treinamento da tropa convencional da MONUSCO? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

6. A Força-Tarefa de Forças Especiais tem sido utilizada para realizar outras missões além de Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

Questões relativas à variável dependente: “A proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas”

Nessa pesquisa, a proteção de civis é analisada levando-se em consideração dois diferentes parâmetros: **violência física contra civis** e **estabelecimento do ambiente seguro**. Os indicadores utilizados para mensurar a violência física contra civis são: **total de mortes em decorrência de conflito**, **violência sexual contra civis** e **mortes por ação de forças estatais**. Por outro lado, os indicadores usados para a mensuração do estabelecimento do ambiente seguro são: **total de confrontos armados** e **número de deslocados internos**.

7. O(a) senhor(a) considera que a Força-Tarefa de Forças Especiais tem contribuído para a redução do número total de mortes em decorrência do conflito armado no Congo Oriental? Caso positivo, como isso ocorre?

8. O(a) senhor(a) considera que a Força-Tarefa de Forças Especiais tem contribuído para a redução da violência sexual contra civis no Congo Oriental? Caso positivo, como isso ocorre?

9. O(a) senhor(a) considera que a Força-Tarefa de Forças Especiais tem contribuído para a redução do número de mortes de civis por ação de forças estatais no Congo Oriental? Caso positivo, como isso ocorre?

10. O(a) senhor(a) considera que a Força-Tarefa de Forças Especiais tem contribuído para a diminuição do número total de confrontos armados no Congo Oriental? Caso positivo, como isso ocorre?

11. O(a) senhor(a) considera que a Força-Tarefa de Forças Especiais tem contribuído para a diminuição do número de deslocados internos no Congo Oriental? Caso positivo, como isso ocorre?

Questão final

12. O(a) senhor(a) gostaria de acrescentar outras informações à esta pesquisa?

Muito obrigado por sua contribuição!

General Questions

1. **Could you briefly describe your professional experience in the MONUSCO?**

2. **During your time deployed in the MONUSCO, did you have any contact with the Special Forces Task Force (including the Tanzanian Special Forces Company, the Guatemala Special Forces Company, and the Force Headquarters Special Forces Planning Cell)?**

Questions concerning the independent variable: “The Use of Special Operations Units”

According to the United Nations doctrine, United Nations Special Operations Forces must perform three principal missions: Special Tasks, Special Reconnaissance, and Military Assistance. In a very concise way, **Special Tasks** are precise offensive operations, conducted with minimum collateral damage, limited in scope and time in order to acquire, disrupt, recover, neutralize, or disable designated high-tech value and high-payoff objectives. **Special Reconnaissance** consists of long-range reconnaissance and surveillance techniques of targets located in a hostile, denied, or sensitive territory. Finally, **Military Assistance** includes engagement with local, regional, and national leadership or organizations, as well as capability building of friendly security forces.

3. In United Nations robust peacekeeping operations, **Special Tasks** normally encompass, with or without the support from conventional forces, the following activities: neutralization of actors who pose imminent threat to civilians; capture of weapons and members of armed groups who pose imminent threat to civilians; and response to threats or attacks on civilians, including UN personnel and international/UN associates/humanitarian actors.

3. a. **From your experience, has the Special Forces Task Force been used to neutralize actors who pose imminent threat to civilians? If so, could you describe more about this topic?**

3. b. **Has the Special Forces Task Force been used to capture weapons and**

members of armed groups who pose imminent threat to civilians? If so, could you describe more about this topic?

3. c. Has the Special Forces Task Force been used to respond to threats or attacks on civilians, including UN personnel and international/UN associates/humanitarian actors? If so, could you describe more about this topic?

4. In United Nations robust peacekeeping operations, Special Operations units are able to produce Force-level intelligence, accessing sensitive and/or hostile areas not recommended for conventional troops. From your experience, has the Special Forces Task Force been used to access sensitive and/or hostile areas not recommended for conventional troops in order to produce Force-level intelligence? If so, could you describe more about this topic?

5. In United Nations robust peacekeeping operations, Military Assistance includes the provision of expertise, advice, and training to local defense/security forces, as well as the provision of expertise, advice, and training to United Nations conventional troops.

5. a. From your experience, has the Special Forces Task Force been used to provide expertise, advice, and training to local defense/security forces in the Democratic Republic of the Congo? If so, could you describe more about this topic?

5. b. Has the Special Forces Task Force been used to provide expertise, advice, and training to MONUSCO's conventional troops? If so, could you describe more about this topic?

6. Has the Special Forces Task Force been used to perform missions other than Special Tasks, Special Reconnaissance, and Military Assistance? If so, could you describe more about this topic?

Questions concerning the dependent variable: "The Protection of Civilians in Robust Peacekeeping Operations"

In this research, the protection of civilians is analyzed according to two different parameters: **physical violence against civilians** and **establishment of a safe environment**. The indicators used to measure physical violence against civilians are: **total number of deaths due to the occurrence of armed conflict, sexual violence against civilians, and civilian deaths by state forces**. On the other hand, the indicators used to measure the establishment of a safe environment are: **total amount of armed clashes** and the **number of internally displaced persons**.

7. From your experience, do you believe that the Special Forces Task Force has contributed to reduce the total number of deaths due to the occurrence of armed conflict in Eastern Congo? If so, how does it happen?

8. From your experience, do you believe that the Special Forces Task Force has contributed to reduce sexual violence against civilians in Eastern Congo? If so, how does it happen?

8. From your experience, do you believe that the Special Forces Task Force has contributed to reduce civilian deaths by state forces in Eastern Congo? If so, how does it happen?

10. From your experience, do you believe that the Special Forces Task Force has contributed to decrease the total amount of armed clashes in Eastern Congo? If so, how does it happen?

11. From your experience, do you believe that the Special Forces Task Force has contributed to decrease the number of internally displaced persons in Eastern Congo? If so, how does it happen?

Final question

12. Is there anything else that you would like to add to this research?

Thank you for your contribution!

ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O CASO UNMISS

Questões gerais

1. O(a) senhor(a) poderia descrever brevemente sua experiência profissional na UNMISS?

2. Durante seu período desdobrado na UNMISS, o(a) senhor(a) estabeleceu contato com a Companhia de Forças Especiais do Nepal (*High Readiness Company*)?

Questões relativas à variável independente: “O emprego de unidades de Operações Especiais”

De acordo com a doutrina das Nações Unidas, Forças de Operações Especiais das Nações Unidas realizam três missões principais: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. De uma forma bastante concisa, **Tarefas Especiais** são operações ofensivas precisas, conduzidas com o mínimo de danos colaterais, limitadas em sua amplitude e tempo de forma a adquirir, destruir, recuperar, neutralizar ou desabilitar alvos designados de alto valor e objetivos altamente rentáveis. **Reconhecimento Especial** consiste de reconhecimento de longo alcance e técnicas de vigilância de alvos localizados em territórios hostis, negados ou sensíveis. Finalmente, **Assistência Militar** inclui o engajamento com lideranças ou organizações locais, regionais e nacionais, assim como o desenvolvimento de capacidades de forças de segurança amigas.

3. No contexto das operações de paz robustas das Nações Unidas, as Tarefas Especiais normalmente englobam, com ou sem o apoio de forças convencionais, as seguintes atividades: neutralização de atores que representam uma ameaça iminente aos civis; captura de armas e membros de grupos armados que representam uma ameaça iminente aos civis; e resposta a ameaças ou ataques contra civis, incluindo pessoal da ONU e de atores internacionais, associados da ONU e humanitários.

3. a. De acordo com a experiência do(a) senhor(a), a *High Readiness Company* tem sido empregada na neutralização de atores que representam ameaça iminente aos civis? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

3. b. A *High Readiness Company* tem sido empregada na captura de armas e membros de grupos armados que representam ameaça iminente aos civis? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

3. c. A *High Readiness Company* tem sido empregada na resposta a ameaças ou ataques contra civis, incluindo pessoal da ONU e de atores internacionais, associados da ONU e humanitários? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

4. Nas operações de paz robustas das Nações Unidas, as unidades de Operações Especiais produzem inteligência em apoio ao mais alto nível da Força, acessando áreas sensíveis e/ou hostis não recomendadas para tropas convencionais. De acordo com a experiência do(a) senhor(a), a *High Readiness Company* tem sido empregada para acessar áreas sensíveis e/ou hostis não recomendadas para tropas convencionais de forma a produzir inteligência em apoio ao mais alto nível da Força? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

5. Nas operações de paz robustas das Nações Unidas, Assistência Militar inclui a provisão de expertise, mentoria e treinamento de forças locais de defesa/segurança, bem como a provisão de expertise, mentoria e treinamento às tropas convencionais das ONU.

5. a. De acordo com a experiência do(a) senhor(a), a *High Readiness Company* tem sido empregada para prover expertise, mentoria e treinamento de forças locais de defesa/segurança no Sudão do Sul? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

5. b. A *High Readiness Company* tem sido empregada para prover expertise, mentoria e treinamento da tropa convencional da UNMISS? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

6. A *High Readiness Company* tem sido utilizada para realizar outras missões além de Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

Questões relativas à variável dependente: “A proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas”

Nessa pesquisa, a proteção de civis é analisada levando-se em consideração dois diferentes parâmetros: **violência física contra civis** e **estabelecimento do ambiente seguro**. Os indicadores utilizados para mensurar a violência física contra civis são: **total de mortes em decorrência de conflito**, violência sexual contra civis e **mortes por ação de forças estatais**. Por outro lado, os indicadores usados para a mensuração do estabelecimento do ambiente seguro são: **total de confrontos armados** e **número de deslocados internos**.

7. O(a) senhor(a) considera que a *High Readiness Company* tem contribuído para a redução do número total de mortes em decorrência do conflito armado na Equatória Central? Caso positivo, como isso ocorre?

8. O(a) senhor(a) considera que a *High Readiness Company* tem contribuído para a redução de violência sexual contra civis na Equatória Central? Caso positivo, como isso ocorre?

9. O(a) senhor(a) considera que a *High Readiness Company* tem contribuído para a redução do número de mortes de civis por forças estatais na Equatória Central? Caso positivo, como isso ocorre?

10. O(a) senhor(a) considera que a *High Readiness Company* tem contribuído para a diminuição do número total de confrontos armados na Equatória Central? Caso positivo, como isso ocorre?

11. O(a) senhor(a) considera que a *High Readiness Company* tem contribuído para a diminuição do número de deslocados internos na Equatória Central? Caso positivo, como isso ocorre?

Questão final

12. O(a) senhor(a) gostaria de acrescentar outras informações à esta pesquisa?

Muito obrigado por sua contribuição!

General Questions

1. **Could you briefly describe your professional experience in the UNMISS?**
2. **During your time deployed in the UNMISS, did you have any contact with the Nepalese Special Forces Company (High Readiness Company)?**

Questions concerning the independent variable: “The Use of Special Operations Units”

According to the United Nations doctrine, United Nations Special Operations Forces must perform three principal missions: Special Tasks, Special Reconnaissance, and Military Assistance. In a very concise way, **Special Tasks** are precise offensive operations, conducted with minimum collateral damage, limited in scope and time in order to acquire, disrupt, recover, neutralize, or disable designated high-tech value and high-payoff objectives. **Special Reconnaissance** consists of long-range reconnaissance and surveillance techniques of targets located in a hostile, denied, or sensitive territory. Finally, **Military Assistance** includes engagement with local, regional, and national leadership or organizations, as well as capability building of friendly security forces.

3. In United Nations robust peacekeeping operations, **Special Tasks** normally encompass, with or without the support from conventional forces, the following activities: neutralization of actors who pose imminent threat to civilians; capture of weapons and members of armed groups who pose imminent threat to civilians; and response to threats or attacks on civilians, including UN personnel and international/UN associates/humanitarian actors.

3. a. **From your experience, has the High Readiness Company been used to neutralize actors who pose imminent threat to civilians? If so, could you describe more about this topic?**

3. b. **Has the High Readiness Company been used to capture weapons and members of armed groups who pose imminent threat to civilians? If so, could you describe more about this topic?**

3. c. Has the High Readiness Company been used to respond to threats or attacks on civilians, including UN personnel and international/UN associates/humanitarian actors? If so, could you describe more about this topic?

4. In United Nations robust peacekeeping operations, Special Operations units are able to produce Force-level intelligence, accessing sensitive and/or hostile areas not recommended for conventional troops. From your experience, has the High Readiness Company been used to access sensitive and/or hostile areas not recommended for conventional troops in order to produce Force-level intelligence? If so, could you describe more about this topic?

5. In United Nations robust peacekeeping operations, Military Assistance includes the provision of expertise, advice, and training to local defense/security forces, as well as the provision of expertise, advice, and training to United Nations conventional troops.

5. a. From your experience, has the High Readiness Company been used to provide expertise, advice, and training to local defense/security forces in South Sudan? If so, could you describe more about this topic?

5. b. Has the High Readiness Company been used to provide expertise, advice, and training to UNMISS's conventional troops? If so, could you describe more about this topic?

6. Has the High Readiness Company been used to perform missions other than Special Tasks, Special Reconnaissance, and Military Assistance? If so, could you describe more about this topic?

Questions concerning the dependent variable: "The Protection of Civilians in Robust Peacekeeping Operations"

In this research, the protection of civilians is analyzed according to two different parameters: **physical violence against civilians** and **establishment of a safe**

environment. The indicators used to measure physical violence against civilians are: **total number of deaths due to the occurrence of armed conflict, sexual violence against civilians, and civilian deaths by state forces.** On the other hand, the indicators used to measure the establishment of a safe environment are: **total amount of armed clashes** and the **number of internally displaced persons.**

7. From your experience, do you believe that the High Readiness Company has contributed to reduce the total number of deaths due to the occurrence of armed conflict in Central Equatoria? If so, how does it happen?

8. From your experience, do you believe that the High Readiness Company has contributed to reduce sexual violence against civilians in Central Equatoria? If so, how does it happen?

9. From your experience, do you believe that the High Readiness Company has contributed to reduce civilian deaths by state forces in Eastern Equatoria? If so, how does it happen?

10. From your experience, do you believe that the High Readiness Company has contributed to decrease the total amount of armed clashes in Eastern Equatoria? If so, how does it happen?

11. From your experience, do you believe that the High Readiness Company has contributed to decrease the number of internally displaced persons in Eastern Equatoria? If so, how does it happen?

Final question

12. Is there anything else that you would like to add to this research?

Thank you for your contribution!

ANEXO D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O CASO MINUSCA

Questões gerais

1. O(a) senhor(a) poderia descrever brevemente sua experiência profissional na MINUSCA?

2. Durante seu período desdobrado na MINUSCA, o(a) senhor(a) estabeleceu contato com a Companhia de Comandos de Portugal (Força Nacional Destacada)?

Questões relativas à variável independente: “O emprego de unidades de Operações Especiais”

De acordo com a doutrina das Nações Unidas, Forças de Operações Especiais das Nações Unidas realizam três missões principais: Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar. De uma forma bastante concisa, **Tarefas Especiais** são operações ofensivas precisas, conduzidas com o mínimo de danos colaterais, limitadas em sua amplitude e tempo de forma a adquirir, destruir, recuperar, neutralizar ou desabilitar alvos designados de alto valor e objetivos altamente rentáveis. **Reconhecimento Especial** consiste de reconhecimento de longo alcance e técnicas de vigilância de alvos localizados em territórios hostis, negados ou sensíveis. Finalmente, **Assistência Militar** inclui o engajamento com lideranças ou organizações locais, regionais e nacionais, assim como o desenvolvimento de capacidades de forças de segurança amigas.

3. No contexto das operações de paz robustas das Nações Unidas, as Tarefas Especiais normalmente englobam, com ou sem o apoio de forças convencionais, as seguintes atividades: neutralização de atores que representam uma ameaça iminente aos civis; captura de armas e membros de grupos armados que representam uma ameaça iminente aos civis; e resposta a ameaças ou ataques contra civis, incluindo pessoal da ONU e de atores internacionais, associados da ONU e humanitários.

3. a. De acordo com a experiência do(a) senhor(a), a Força Nacional Destacada tem sido empregada na neutralização de atores que representam ameaça iminente aos civis? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

3. b. A Força Nacional Destacada tem sido empregada na captura de armas e membros de grupos armados que representam ameaça iminente aos civis? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

3. c. A Força Nacional Destacada tem sido empregada na resposta a ameaças ou ataques contra civis, incluindo pessoal da ONU e de atores internacionais, associados da ONU e humanitários? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

4. Nas operações de paz robustas das Nações Unidas, as unidades de Operações Especiais produzem inteligência em apoio ao mais alto nível da Força, acessando áreas sensíveis e/ou hostis não recomendadas para tropas convencionais. De acordo com a experiência do(a) senhor(a), a Força Nacional Destacada tem sido empregada para acessar áreas sensíveis e/ou hostis não recomendadas para tropas convencionais de forma a produzir inteligência em apoio ao mais alto nível da Força? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

5. Nas operações de paz robustas das Nações Unidas, Assistência Militar inclui a provisão de expertise, mentoria e treinamento de forças locais de defesa/segurança, bem como a provisão de expertise, mentoria e treinamento às tropas convencionais das ONU.

5. a. De acordo com a experiência do(a) senhor(a), a Força Nacional Destacada tem sido empregada para prover expertise, mentoria e treinamento de forças locais de defesa/segurança na República Centro-Africana? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

5. b. A Força Nacional Destacada tem sido empregada para prover expertise, mentoria e treinamento da tropa convencional da MINUSCA? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

6. A Força Nacional Destacada tem sido utilizada para realizar outras missões além de Tarefas Especiais, Reconhecimento Especial e Assistência Militar? Caso positivo, o(a) senhor(a) poderia discorrer mais sobre este tópico?

Questões relativas à variável dependente: “*A proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas*”

Nessa pesquisa, a proteção de civis é analisada levando-se em consideração dois diferentes parâmetros: **violência física contra civis** e **estabelecimento do ambiente seguro**. Os indicadores utilizados para mensurar a violência física contra civis são: **total de mortes em decorrência de conflito**, violência sexual contra civis e **mortes por ação de forças estatais**. Por outro lado, os indicadores usados para a mensuração do estabelecimento do ambiente seguro são: **total de confrontos armados** e **número de deslocados internos**.

7. O(a) senhor(a) considera que a Força Nacional Destacada tem contribuído para a redução do número total de mortes em decorrência do conflito armado na República Centro-Africana? Caso positivo, como isso ocorre?

8. O(a) senhor(a) considera que a Força Nacional Destacada tem contribuído para a redução da violência sexual contra civis na República Centro-Africana? Caso positivo, como isso ocorre?

9. O(a) senhor(a) considera que a Força Nacional Destacada tem contribuído para a redução do número de mortes de civis por forças estatais na República Centro-Africana? Caso positivo, como isso ocorre?

10. O(a) senhor(a) considera que a Força Nacional Destacada tem contribuído para a diminuição do número total de confrontos armados na República Centro-Africana? Caso positivo, como isso ocorre?

11. O(a) senhor(a) considera que a Força Nacional Destacada tem contribuído para a diminuição do número de deslocados internos na República Centro-Africana? Caso positivo, como isso ocorre?

Questão final

12. O(a) senhor(a) gostaria de acrescentar outras informações à esta pesquisa?

Muito obrigado por sua contribuição!

General Questions

1. **Could you briefly describe your professional experience in the MINUSCA?**
2. **During your time deployed in the MINUSCA, did you have any contact with the Portuguese Commando Company (National Detached Force)?**

Questions concerning the independent variable: “The Use of Special Operations Units”

According to the United Nations doctrine, United Nations Special Operations Forces must perform three principal missions: Special Tasks, Special Reconnaissance, and Military Assistance. In a very concise way, **Special Tasks** are precise offensive operations, conducted with minimum collateral damage, limited in scope and time in order to acquire, disrupt, recover, neutralize, or disable designated high-tech value and high-payoff objectives. **Special Reconnaissance** consists of long-range reconnaissance and surveillance techniques of targets located in a hostile, denied, or sensitive territory. Finally, **Military Assistance** includes engagement with local, regional, and national leadership or organizations, as well as capability building of friendly security forces.

3. In United Nations robust peacekeeping operations, **Special Tasks** normally encompass, with or without the support from conventional forces, the following activities: neutralization of actors who pose imminent threat to civilians; capture of weapons and members of armed groups who pose imminent threat to civilians; and response to threats or attacks on civilians, including UN personnel and international/UN associates/humanitarian actors.

3. a. **From your experience, has the National Detached Force been used to neutralize actors who pose imminent threat to civilians? If so, could you describe more about this topic?**

3. b. **Has the National Detached Force been used to capture weapons and members of armed groups who pose imminent threat to civilians? If so, could you describe more about this topic?**

3. c. Has the National Detached Force been used to respond to threats or attacks on civilians, including UN personnel and international/UN associates/humanitarian actors? If so, could you describe more about this topic?

4. In United Nations robust peacekeeping operations, Special Operations units are able to produce Force-level intelligence, accessing sensitive and/or hostile areas not recommended for conventional troops. From your experience, has the National Detached Force been used to access sensitive and/or hostile areas not recommended for conventional troops in order to produce Force-level intelligence? If so, could you describe more about this topic?

5. In United Nations robust peacekeeping operations, Military Assistance includes the provision of expertise, advice, and training to local defense/security forces, as well as the provision of expertise, advice, and training to United Nations conventional troops.

5. a. From your experience, has the National Detached Force been used to provide expertise, advice, and training to local defense/security forces in the Central African Republic? If so, could you describe more about this topic?

5. b. Has the National Detached Force been used to provide expertise, advice, and training to MINUSCA's conventional troops? If so, could you describe more about this topic?

6. Has the National Detached Force been used to perform missions other than Special Tasks, Special Reconnaissance, and Military Assistance? If so, could you describe more about this topic?

Questions concerning the dependent variable: "The Protection of Civilians in Robust Peacekeeping Operations"

In this research, the protection of civilians is analyzed according to two different parameters: **physical violence against civilians** and **establishment of a safe**

environment. The indicators used to measure physical violence against civilians are: **total number of deaths due to the occurrence of armed conflict, sexual violence against civilians, and civilian deaths by state forces.** On the other hand, the indicators used to measure the establishment of a safe environment are: **total amount of armed clashes** and the **number of internally displaced persons.**

7. From your experience, do you believe that the National Detached Force has contributed to reduce the total number of deaths due to the occurrence of armed conflict in the Central African Republic? If so, how does it happen?

8. From your experience, do you believe that the National Detached Force has contributed to reduce sexual violence against civilians in the Central African Republic? If so, how does it happen?

9. From your experience, do you believe that the National Detached Force has contributed to reduce civilian deaths by state forces in the Central African Republic? If so, how does it happen?

10. From your experience, do you believe that the National Detached Force has contributed to decrease the total amount of armed clashes in the Central African Republic? If so, how does it happen?

11. From your experience, do you believe that the National Detached Force has contributed to decrease the number of internally displaced persons in the Central African Republic? If so, how does it happen?

Final question

12. Is there anything else that you would like to add to this research?

Thank you for your contribution!

ANEXO E - MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ (nome completo), _____ (profissão), _____ (nº Idt), concordo em participar, como voluntário/a, do estudo que tem como pesquisador o Major JOSIAS MARCOS DE RESENDE SILVA, do curso de Pós-Graduação em Ciências Militares (PPGCM) do Instituto Meira Mattos (IMM), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, RJ, que pode ser contatado pelo telefone (21) 993312386 e pelo e-mail: josias.silva@eb.mil.br.

Tenho ciência de que minha participação nesta pesquisa consiste de uma entrevista que irá contribuir para a Tese de Doutorado intitulada: “Proteção de Civis nas Operações de Paz Robustas das Nações Unidas: a Contribuição das Unidades de Operações Especiais.”

Eu compreendo que minha entrevista será gravada somente para fins acadêmicos. Os dados obtidos não serão divulgados, exceto com autorização prévia. Além disso, o doutorando irá providenciar uma cópia da gravação para meu conhecimento. Finalmente, sei que posso abandonar a minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

_____ (local), _____ (data)

(Assinatura)

I, _____ (full name),

_____ (job),
agree to participate, as a volunteer, in the research carried out by Major JOSIAS MARCOS DE RESENDE SILVA, from the Postgraduate Program in Military Sciences (PPGCM), Instituto Meira Mattos (IMM), Brazilian Command and General Staff College (ECEME), Rio de Janeiro, Brazil, who can be contacted by phone (21) 993312386 and email: josias.silva@eb.mil.br.

I am aware that my participation in this research consists of an interview that will contribute to the conduct of the Doctoral Thesis entitled: "Protection of Civilians in the United Nations Robust Peace Operations: The Contribution of the Special Operations Units".

I understand that my interview will be recorded for academic purposes only. The data obtained will not be disclosed, except with prior authorization. Moreover, the doctoral student will provide a copy of the recorded audio to my knowledge. Finally, I will not receive any payment for this participation, and I am free to quit this research at any time.

_____ (location), _____ (date)

(Signature)